ANAIS

DA

BIBLIOTECA NACIONAL

VOL. 73

DIVISÃO DE OBRAS RARAS E PUBLICAÇÕES

ANAIS

DA

BIBLIOTECA NACIONAL

VOL. 75

DIVISÃO DE OBRAS RARAS E PUBLICAÇÕES

EXPLICAÇÃO

Decidiu a Biblioteca Nacional consagrar êste volume dos Anais, *à memória de Alfredo do Valle Cabral, erudito chefe da Seção de Manuscritos, cujo centenário de nascimento se comemorou a 17 de novembro de 1951.*

Valle Cabral deixou inéditos vários escritos sôbre questões de História do Brasil e bibliografia e a continuação e o suplemento ao seu conhecido e consagrado ANAIS DA IMPRENSA NACIONAL.

Reunir êstes trabalhos e publicá-los nos próprios Anais, *onde Valle Cabral colaborou desde o primeiro número, era um dever de gratidão e justiça e uma contribuição aos estudos históricos e bibliográficos.*

Vários outros esboços não são impressos por se encontrarem em forma inacabada; só poderão ser aproveitados por quem esteja se dedicando ao mesmo tema. Deixam de ser aqui reproduzidos os seguintes esboços:

1) Notas para o Vocabulário da Língua Guarani (I, 26, 36, 4).

2) Bibliografia da Língua Tupi ou Guarani. Notas para a 2.ª edição (idem).

3) Observações sôbre o Catálogo da Exposição de História do Brasil. Documentos ainda não encontrados ou não separados. Dúvidas. Notas várias sôbre os Documentos do Catálogo da Exposição de História do Brasil.

4) Vila de Santo André. Notas várias.

5) Notas extraídas de vários livros de Registro de Provisões Reais.

6) Notas Bibliográficas.

7) Notas sôbre a Imprensa no Brasil, contendo uma Relação dos Jornais de Pernambuco, *organizada por Francisco Augusto Pereira da Costa, em 1881.*

8) Dicionário Bibliográfico Bahiano. Notas. Os verbetes prontos são aqui reproduzidos.

9) *Notas Epigráficas. (II, 31, 26, 7).*
10) *Notas Folclóricas. (II, 31, 26).*

Os Anais só apresentam os escritos inteiramente redigidos por Valle Cabral, embora muitos dêles não tivessem sido revistos pelo autor. As sete "Questões de História", tratando de problemas coloniais, tiveram de ser completadas em vários pontos. Obedecendo aos princípios da crítica histórica, respeitamos rigorosamente os textos originais, e pusemos entre colchetes os trechos que nos coube completar. Os escritos agora publicados são, portanto, aquêles que, redigidos por Valle Cabral, exigiam apenas pesquisas para completar citações de trechos de outros autores ou indicações bibliográficas de pé de página. São os seguintes:

1. *Questões de História.*
   - I — *João Ramalho e o Bacharel de Cananéia.*
   - II — *Os Três Ramalhos.*
   - III — *Morte de João Ramalho.*
   - IV — *Testamento de João Ramalho.*
   - V — *Anos de Idade. Anos de Brasil.*
   - VI — *Duarte Peres, o bacharel de Cananéia.*
   - VII — *Pero Capico.*
2. *Folclore.*
3. *Anais da Imprensa Nacional (Continuação e Suplemento).*
4. *Os Manuscritos de Antônio Vieira na Biblioteca Nacional.*
5. *Correspondência Ativa e Passiva.*
6. *Bibliografia de Valle Cabral.*

Os funcionários da Divisão de Obras Raras e Publicações Ayr de Medeiros, Alice Alves de Sousa, Cydnéa Bouyer, Iberê Cardoso, Fernando Pessanha e Waldir da Cunha prestaram os melhores serviços na cópia dos textos, na revisão e na elaboração da bibliografia e dos Indices. A Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, ao consignar seus nomes, deseja expressar seus agradecimentos ao zêlo e dedicação com que se empenharam neste trabalho.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES
Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações

NOTA PRELIMINAR

ALFREDO DO VALLE CABRAL

1851-1894

INGRESSO NA BIBLIOTECA NACIONAL

Alfredo do Valle Cabral nasceu na cidade do Salvador, aos 17 de novembro de 1851, filho de Joaquim do Valle Cabral e D.ª Ana da Silva Cabral. Pouco se sabe de sua formação (1). Entre 1870 e 1873 devia dedicar-se aos estudos bibliográficos, pois aos 6 de julho de 1872 o *Correio do Brasil*, reproduzindo o *Diário da Bahia*, noticiava que Valle Cabral se ocupava naquele momento do primeiro tomo do "Dicionário Bibliográfico Bahiano", tomo êste que abrangeria apenas as letras *A* e *B*. E acrescentava, ainda, várias informações sôbre o trabalho. "Êle compreenderia os antigos escritores e os contemporâneos, onde quer que vivam ou tenham vivido e como quer que se tivessem feito notáveis no engrandecimento do seu país pela palavra e pela pena". Indicaria as fontes e seria muito minucioso, exigindo do Autor muito trabalho e dedicação. Vale Cabral dedicava-se já há dois anos a esta obra e pretendia concluí-la na Côrte, onde seria necessário completar informações e realizar inúmeras pesquisas.

Por aí se vê que Valle Cabral deve realmente ter se dado de alma e corpo a esta tarefa difícil e espinhosa. Mas não a concluiu. As várias notas bibliográficas e biográficas encontradas entre o acervo manuscrito por êle deixado na Seção que dirigiu na Biblioteca Nacional constituem apenas ligeiros rascunhos e há sòmente dois verbetes inteiramente redigidos.

O preparo do Dicionário, que Ramiz Galvão chama de "obra inédita", e que faz supor que estivesse pelo menos elaborada, e a notícia que publicara sôbre o Peregrino da América de Nuno Marques Pereira (2) são os principais títulos de Valle Cabral para o

(1) Nada existe sôbre êsse período. Não foi feita nenhuma investigação para apurar os seus primeiros anos.

(2) Os artigos de Valle Cabral sôbre as edições do *Peregrino da América* ocorrem o primeiro nos ns. 52, de 20 de março de 1873 da Reforma e nº 77, de 20 de

ingresso na Biblioteca Nacional em 1873, quando contava apenas 21 anos.

Seu histórico funcional pode ser ràpidamente traçado. Nomeado adido à Seção de Manuscritos por Aviso de 7 de abril de 1873, toma posse a 14 do mesmo mês. É Ramiz Galvão quem o traz para a Biblioteca, antes de sua viagem à Europa e da apresentação do Relatório, em que projeta fazer uma reforma geral dos serviços da Casa. A primeira tarefa é conseguir a colaboração de jovens como Valle Cabral, dedicados aos estudos bibliográficos.

E Valle Cabral seria realmente um homem providencial para Ramiz Galvão, pois a êle devem os estudos brasileiros a promoção da mais completa de suas bibliografias históricas e o seu primeiro Catálogo de Manuscritos.

"Parece-me que o que com vantagem se lhe poderá cometer", diz Ramiz Galvão no ofício de 21 de março de 1873, quando propõe sua nomeação ao Ministro do Império, "é o de zelar pela conservação dos manuscritos, separá-los, copiá-los, ordená-los convenientemente e, quando todo êste trabalho estiver pronto, começar o respectivo catálogo. Esta é a Seção da Biblioteca que menos curada tem sido em virtude da deficiência de pessoal, e aliás é uma seção interessante onde há bastante por fazer" ([3]).

Antes de sua nomeação como oficial, ocorrida a 24 de março de 1876, já lhe reconhecia a própria direção a sua intensa atividade e capacidade organizadora. A admissão dêste zeloso empregado, diz Ramiz Galvão, no Relatório de 1874 ([4]), é o ponto de partida, pode-se dizer, do renascimento da Seção de Manuscritos desta Repartição. Valle Cabral fazia parte, com João de Saldanha da Gama, Antônio Mendes Limoeiro e Antônio José Fer-

---

março de 1873, do "Diário do Rio de Janeiro", o segundo a 1 de fevereiro de 1874, da Reforma e 1 de fevereiro de 1874, do "Diário do Rio de Janeiro" e o terceiro a 31 de outubro de 1874, do "Diário do Rio de Janeiro". São um comentário ao ofício apresentado por Varnhagen ao Govêrno Imperial dando notícia sôbre o Peregrino da América. O ofício de Varnhagen foi publicado no n.º 52, de 5 de março de 1873, do *Diário Oficial* e reproduzido na Reforma de 20 de março de 1873. Varnhagen afirmava haver apenas duas edições do livro e Cabral demonstrou aos poucos a existência de cinco edições (1728, 1731 e 1760, existentes na Biblioteca Nacional, 1752 na coleção do Sr. Dr. J. A. Alves de Carvalho, 1765, no Instituto Histórico, Biblioteca Fluminense e Gabinete Português de Leitura) editados no mesmo século XVIII no intervalo de 37 anos.

(3) Livros de Ofícios. Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional. Ramiz temia que por ocasião do seu regresso "circunstâncias imperiosas hajam obrigado o Sr. Cabral a desistir dos estudos que são hoje todo seu empenho e amor". Por isso pedia que lhe fôsse concedida gratificação igual ao ordenado de oficial de Biblioteca.

(4) "Relatório sôbre os trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Côrte no ano de 1874 e seu estado atual", *in* Relatório dos Negócios do Ministério do Império, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1875.

nandes d'Oliveira da comissão encarregada de organizar os catálogos da Biblioteca, criada por Aviso de julho de 1874. Ramiz Galvão estava consciente da importância dêstes trabalhos para a Biblioteca. "Os Catálogos de uma Biblioteca são antes de tudo instrumentos de pesquisa e mais instrumentos de pesquisa do que obras científicas pròpriamente ditas", esclarecia êle no mesmo Relatório.

O Catálogo de Manuscritos

Valle Cabral ficara expressamente incumbido de cuidar do Catálogo da Seção de Manuscritos. Para mostrar como sua admissão foi realmente o ponto de partida do renascimento da Seção, basta recordar as palavras de Ramiz Galvão ao dirigir-se ao Ministro do Império: "Em matéria de manuscrito, o que dantes havia na Biblioteca, Ex.mo Sr., era a mais triste demonstração do pouco aprêço ligado às coisas desta repartição. Longe de mim, aqui, como em todos os mais pontos dêste relatório, o pensamento de atribuir semelhante fato à incúria ou desleixo de meus honrados e ilustres antecessores. Tenho pela memória de todos a maior veneração, e quanto ao sábio beneditino, a quem tive a honra de suceder, posso assegurar a V. Ex.a, porque tive a fortuna de o conhecer de perto, que mui poucos se lhe puderam equiparar no cabedal de ciência e no zêlo com que encetou sua administração em 1853. Se as coisas chegarem ao pé em que as encontrei, e tais como constam desta minha exposição, foi porque de todo lhe faleceram os meios de atenuar o mal, como já antes dêle a seus antecessores haviam faltado. O que é certo é que não existia aqui senão um simulacro de catálogo de manuscritos, espécie de relação informe e indigna dêste nome" ([5]).

Valle Cabral ocupou-se, de abril de 1873 a maio de 1874, em coordenar os papéis esparsos e estudar as preciosidades que possuia a Seção.

A partir de 1874 começa o trabalho do catálogo, pròpriamente dito, e que resultará no primeiro volume do Catálogo dos Manuscritos, editado nos *Anais* da Biblioteca Nacional, em 1878. No prefácio escrito por Teixeira de Melo, chefe da Seção, lê-se que se deve especialmente a Valle Cabral sua elaboração. "Até 1873, em virtude da falta de pessoal idôneo, não se havia feito destas riquezas mais que um inventário sumaríssimo e incompleto,

(5) Relatório cit., pág. 9.

senão desordenado e quase imprestável. Nesse ano, porém, começou o trabalho regular do Catálogo dos Manuscritos, incumbido pela direção da Biblioteca ao Sr. Alfredo do Valle Cabral, a quem manda a justiça se tribute neste lugar a devida homenagem pelos relevantes serviços que assim prestou ao país e às letras. É obra sua boa parte do catálogo, que ora sai a lume da publicidade" ([6]).

Para iniciar os trabalhos era necessário começar por ordená-los em classes e deve-se a Valle Cabral a classificação até hoje adotada na Seção. A grande e principal divisão estava nos Códices relativos ao Brasil e estranhos ao Brasil ([7]). A primeira parte começava pelos documentos que se referem a todo o Brasil, passando-se depois aos das suas capitanias e províncias, aos de limites e às obras de brasileiros e papéis relativos a brasileiros, às cartas e autógrafos de personagens da política, ciência e literatura. A tábua da classificação era publicada no início do primeiro volume do Catálogo ([8]), mas aos poucos foi-se ampliando, até a formação de uma tábua geral que ainda hoje nos serve para orientar os trabalhos de pesquisa e preparar os Catálogos que estamos publicando desde 1946, depois de uma interrupção de mais de quarenta anos (o último catálogo foi editado em 1904).

Valle Cabral é, assim, o descobridor das novidades da Seção, o pesquisador por excelência e o grande organizador dos seus acervos. Durante anos êle remexera os papéis históricos, revelando o que de mais importante contém o acervo. O Catálogo dos Manuscritos é obra sua, não só enquanto é adido, mas depois como funcionário e chefe da Seção.

Nomeado oficial aos 24 de março de 1876 por indicação de Ramiz Galvão, como prêmio ao seu zêlo e dedicação, toma posse a 1 de abril e desde então, até 30 de novembro de 1882, quando é designado chefe da Seção, é êle a alma de todos os trabalhos que se realizam naquela divisão.

As Pesquisas Históricas e Bibliográficas

Entre 1876 e 1890, isto é, entre a idade de 25 a 43 anos, a atividade intelectual de Valle Cabral tem seu apogeu. Pesquisa muito, colabora com Capistrano de Abreu, edita, escreve e publica. De um modo geral pode-se dizer no princípio sua principal ativi-

(6) *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. IV, Rio de Janeiro, 1878, pág. 11.

(7) Id., id., pág. 11.

(8) Id., id., pág. 13.

dade se limita à investigação documental e bibliográfica. Inventaria documentos, cataloga-os, revela preciosidades, prepara bibliografias. Sua grande capacidade foi sempre a da pesquisa e pode-se dizer que Valle Cabral exerceu quase tôdas as disciplinas auxiliares da história, paleografia, diplomática, bibliografia e crítica de textos. Em tôdas foi realmente competente, seguro e capaz. As duas primeiras eram-lhe indispensáveis no simples exercício rotineiro de suas funções na Seção de Manuscritos; a terceira atraiu-o desde seus primeiros anos, e a ela deve seu ingresso na Biblioteca Nacional. Alguns dos seus melhores trabalhos, pela exatidão e segurança, foram feitos neste campo.

Os *Anais da Imprensa Nacional* são o seu maior título, como bibliógrafo e estudioso, e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, a maior e melhor bibliografia histórica brasileira, foi, em grande parte, obra sua e muito lhe custou, como deporá mais tarde Capistrano de Abreu. Só o primeiro trabalho e a grande colaboração no segundo hão de preservar-lhe o nome e honrá-lo como um infatigável estudioso — dos maiores que já tivemos — da bibliografia nacional. Neste campo, como no da crítica de textos, êle era o gênio da exatidão e sua competência e segurança conhecem poucos exemplos. Realmente, coube-lhe editar os textos limpos e genuínos das cartas jesuíticas, sejam as de Nóbrega, sejam as Avulsas, numa demonstração, pouco comum na sua época, de conhecimento paleográfico e crítica histórica.

Só mesmo o continuado exercício crítico-histórico e paleográfico a que as suas funções na Biblioteca Nacional o obrigavam seria capaz de formar um "editor" tão seguro e limpo de textos quase desfigurados pelo tempo.

A Epigrafia

Na epigrafia — disciplina hoje tão relegada nos setores da erudição — êle é o renovador completo. Como já tivemos oportunidade de demonstrar [9], a epigrafia brasileira limitava-se ao estudo das inscrições lapidares e mesmo antes de Koch-Grünberg haver ensinado o nenhum valor ideográfico destas inscrições já frei Camilo de Montserrat iniciava um amplo movimento para a colheita das inscrições post-cabralinas, ou sejam as sepulcrais, de fortes, igrejas, casas, conventos e monumentos, a partir da colo-

(9) José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, Ipê, 1949, pág. 149.

nização portuguêsa. Frei Camilo de Montserrat era um consumado epigrafista e já em 1885 tentara, sem êxito, reunir na Biblioteca Nacional os espécimes epigráficos brasileiros ([10]).

Se frei Camilo de Montserrat é o pioneiro das investigações e estudos das inscrições monumentais, Valle Cabral é o primeiro que consegue realizar essa colheita, na viagem de pesquisa que empreende pelas províncias do Norte e é o primeiro a incentivar um verdadeiro movimento de opinião oficial a favor dêsses trabalhos. Em 1887, ao pleitear junto ao diretor da Biblioteca Nacional uma comissão para investigar a epigrafia brasileira, êle escrevia: "A epigrafia é de grande importância para a história e, como se tem visto nos últimos tempos, ela tem dado tento a inesperados resultados. Infelizmente a nossa é quase totalmente desconhecida, e o que é ainda mais triste, os monumentos vão pouco a pouco desaparecendo e com êles as inscrições que os comentavam. Muitas delas são destruídas, porque se lhes desconhece o valor. É, pois, chegada a ocasião de virmos recolhendo o que temos em matéria de epigrafia, começando pelas províncias da Bahia e de Pernambuco que, como se sabe, são as mais antigas províncias e as que devem possuir, portanto, maior riqueza" ([11]).

Valle Cabral partiu a 1 de março de 1887 para o Norte e começou suas investigações e colheitas pela cidade de Vitória, no Espírito Santo, continuando pela Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os dados estatísticos da colheita bem demonstram o cuidado das pesquisas e o esfôrço dispendido: na Paraíba, 39 inscrições; em Pernambuco, 479; em Alagoas, 36; em Sergipe, 27; na Bahia, 343; no Espírito Santo, 12. Quase mil inscrições reunidas em oito meses de trabalho, interrompidos por viagens difíceis e cansativas.

Foi tão grande o esfôrço que Valle Cabral sairá desta pesquisa abalado na sua saúde. Na Bahia contraíra a malária e seu organismo franzino não poderia nunca mais se refazer dos males que esta investigação lhe causará. "Copiando uma inscrição junto à Cachoeira na Bahia, apanhou uma intermitente que o maltratou muito. Depois de chegado aqui no princípio dêste mês, ainda teve dois acessos" ([12]).

---

(10) Id., id., pág. 149.

(11) Carta de Valle Cabral ao diretor da Biblioteca Nacional, de 8 de fevereiro de 1887, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, II, 31, 26, 11.

(12) Carta de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco, de 25 de novembro de 1887. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores.

A Descoberta de Documentos na Bahia

As investigações de Valle Cabral não se limitam nesta viagem à epigrafia. É nesta época que descobre e traz para a Biblioteca Nacional os volumes de documentos históricos da Tesouraria do Govêrno na Bahia. Para fazer um cálculo das riquezas que trouxe, comunica Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco, "basta que diga que do govêrno de Tomé de Sousa há mais de 1.400 recibos com os quais pode-se escrever a história íntima daquele período de modo completo" ([13]). Foi Valle Cabral quem ligou Capistrano ao Barão. Cabral pesquisa no Rio de Janeiro para Rio Branco e lhe pede que proceda a investigações solicitadas por Capistrano. Êle foi, assim, o traço de união entre êstes dois grandes historiadores. Quando parte para o Norte, pede a Capistrano que realize as investigações e faça as cópias que Rio Branco solicitava ([14]).

As extraordinárias preciosidades que Cabral descobriu na Tesouraria da Fazenda e que Francisco Belisário Soares de Sousa mandou entregar-lhe causaram uma grande agitação no meio historiográfico. Capistrano ficou entusiasmado e logo comunicou a descoberta a Rio Branco: "A doença não lhe permitiu examinar tudo, e apenas trouxe 17 volumes, mas neles há coisas muito importantes. Há dois volumes relativos a Tomé de Sousa, D. Duarte e Mem de Sá; uma coleção de regimentos, onde vem a doação de Barbalho da Capitania de Santa Catarina, a doação de outra capitania ao Visconde de Asseca no Rio da Prata, umas instruções dadas a Roque da Costa Barreto, de quem apenas se conhecia o regimento, um volume da administração de Diogo Leite de Oliveira e outro de seus sucessores imediatos, etc. Êle pretende voltar à Bahia para o mês e naturalmente trará muito mais. Logo que êle voltar e a coleção estiver mais completa, farei o índice de alguns volumes que digam respeito à guerra holandesa e remetê-los-ei" ([15]).

A Biblioteca Nacional se encarregará, muitos anos depois, de imprimir tôda esta vasta coleção, na sua série *Documentos Históricos*, preservando-os assim de uma possível destruição ([16]).

(13) Id., id.

(14) Cartas de Capistrano de Abreu a Rio Branco, 26 de novembro de 1886 e 30 de março de 1887. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores.

(15) Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, 25 de novembro de 1877. Id. id.

(16) Os documentos apareceram nos vols. XI a XXIX, LIV a LX, e LXXIX a LXXXIV (até a pág. 244). Houve, assim, três fases interrompidas de publicação: de 1929 a 1935 (Mário Behring), de 1937 a 1941 (Rodolfo Garcia) de 1947 a 1949 quando se terminou definitivamente a publicação dos códices.

Era um precioso conjunto de cópias mandadas executar em 1800 por D. Francisco José de Portugal e Castro, Conde e Marquês de Aguiar (1800-1806), vice-Rei e mais tarde Ministro de D. João VI no Brasil. Eram documentos valiosos e em boa parte foram aproveitados por Capistrano de Abreu nas anotações à *História Geral do Brasil* de Varnhagem.

Valle Cabral era realmente um mestre na investigação, um conhecedor competente e muito sério da epigrafia, um paleógrafo capaz de ler e interpretar velhas escritas e um extraordinário crítico de textos, numa época em que esta apenas começara no Brasil, por iniciativa de Varnhagen, e só encontrava em Capistrano de Abreu e no próprio Valle Cabral seus melhores cultores.

A Crítica de Textos

É no preparo da edição das Cartas de Nóbrega e das Cartas Avulsas que Valle Cabral revela tôda a correção dos seus métodos. Estas Cartas faziam parte do plano dos *Materiais e Achegas,* série documental projetada por Capistrano de Abreu, com o auxílio de seus dois companheiros da Biblioteca Nacional: Valle Cabral e Teixeira de Melo. É preciso dizer que até então nunca se planejara no Brasil uma publicação de documentos obediente às regras da crítica de textos. Varnhagen editara alguns documentos segundo êstes princípios — mas esparsos e não em conjunto e Melo Morais fôra um mau editor ([17]). Os *Materiais* e *Achegas* são o trabalho pioneiro no campo da edição crítica de documentos.

Capistrano de Abreu possuia a consciência da necessidade de renovar a historiografia brasileira com a publicação de documentos inéditos, em edições limpas e autorizadas. Os *Anais* da Biblioteca Nacional não podiam satisfazer as aspirações do grupo de estudiosos reunidos em tôrno de Capistrano: êles não editavam documentos, mas estudos de disciplinas ligadas às seções da Casa, como bibliografia e iconografia, e catálogos e listas de documentos da Seção de Manuscritos. Os *Documentos Históricos* ainda não tinham nascido. Era necessário uma nova publicação que atendesse aos reclamos da pesquisa histórica. Daí os *Materiais e Achegas* cuja história, com tôdas as suas curiosidades, ainda não foi contada.

---

(17) José Honório Rodrigues, Melo Morais, *in Província de São Pedro.*

Os Materiais e Achegas

O plano de Capistrano tinha a seguinte ordem: 1) Informações e Fragmentos Históricos de Joseph de Anchieta. Foram por êle publicados em Julho de 1886, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, n.º 1 da Coleção; 2) Cartas de Nóbrega, publicadas por Valle Cabral, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, dezembro de 1886, n.º 2; 3) Cartas Avulsas, publicadas por Valle Cabral [18], Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, dezembro de 1887, n.ºs 7 e 8; 4) Cartas de Anchieta, só publicadas no *Diário Oficial*, não em volume [19]; 5) Crônicas Menores dos Jesuítas a ser editadas por Capistrano de Abreu, nunca publicadas; 6) História do Brasil de frei Vicente, a ser editada por Capistrano de Abreu e Valle Cabral (só saíram os dois primeiros livros, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, n.º 5) [20].

Êste era o plano para os anos de 1886 e 1887, "mas espero poder ainda dar outro volume: a coleção cronológica de todos os documentos relativos ao Brasil durante o reinado de D. Manuel e talvez de D. João III . Agora se vier a obra de Andreoni, é bem possível que lhe dê preferência, porque deve ser muito importante, e com ela e a Crônica dos Jesuítas no Estado do Maranhão do padre Betendorf que vai até 1697, modificando absolutamente a fisionomia do século XVII, que é muito mais desconhecido que o anterior" [21].

Êste já era um plano mais restrito que o primeiro anunciado a Lino de Assunção, aos 4 de agôsto de 1886. "O nosso programa é, pouco mais ou menos, o seguinte: 1. Informações e Fragmentos de Anchieta (publicado); 2. Cartas de Nóbrega (a cargo do Cabral publicadas quase tôdas no *Diário Oficial* e que devem sair na Coleção de agôsto ou setembro); 3. Cartas Jesuíticas, por mim (até outubro ou novembro) [22]; 4. Thevet: Descrição do Brasil (meu) e Cosmografia até novembro; 5. Frei Vicente do Salvador (quando?); 6. Cardoso de Abreu. Memória Histórica de

---

(18) Como se verá mais adiante, o verdadeiro editor foi Capistrano e não Valle Cabral. Cf. n.º ?

(19) Saíram nos números do *Diário Oficial* de 30 de novembro, 1, 2, 3, 5, 7, 9, 13, 16, 17, 22, 24, 26 de dezembro de 1887 e 2, 7, 8, 17, 24, 27, 28, 29 de janeiro de 1888, 3, 6, 14 a 17, 19, 27 de fevereiro de 1888, 7, 8 e 17 de março de 1888.

(20) A *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador teve sua 1.ª edição integral nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 13, 1889.

(21) Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, 25 de novembro de 1886, Arquivo Particular de Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores.

(22) Vide trecho adiante sôbre As Cartas Avulsas.

São Paulo (Mss. do Conselheiro Rosário) até março ou abril; 7. Cartas de Anchieta, aos cuidados de Teixeira de Melo, talvez até abril; 8. Cartas de Jesuítas existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa (quando?); 9. Pero Rodrigues, Biografia de Anchieta; 10. Manuel dos Santos, Guerra dos Mascates" ([23]).

Já nesta carta admitia Capistrano de Abreu a possibilidade de modificações do plano. A idéia inicial era publicar as cartas jesuíticas em um só volume, abrangendo Anchieta, Nóbrega e as Avulsas, mas em maio de 86 já decidira editá-las em três séries separadas ([24]).

Para organizar os trabalhos pensara Capistrano de Abreu a princípio num clube "que não devia ter presidente, nem sessões, nem nada. Cada sótio publicaria um livro à sua custa, e seria isto a ata e a sessão. Teve muitas adesões... em palavras: escrupulizavam todos passar à frente e ficavam todos parados" ([25]). Depois a idéia é formar uma sociedade de vinte pessoas, contribuindo cada qual com cinco mil réis mensalmente, para tomar um copista ou mais se o dinheiro chegar, e que copiasse documentos sob as ordens de Lino de Assunção. "A organização aqui é fácil; a remessa do dinheiro, ao câmbio do dia, é fácil por intermédio do Faro ou da Gazeta. Haverá aí alguma dificuldade? Creio que num lugar onde Ramalho Ortigão percebe 50$ em pôsto tão elevado, bem pode um copista satisfazer-se com a metade" ([26]).

As Pesquisas na Europa

Mas para levar adiante as pesquisas na Europa e pagar os copistas era necessário poder enfrentar as despesas. Não havia verbas no orçamento e a Biblioteca Nacional, sem recurso, não se dispunha a colaborar, já que Saldanha da Gama estava brigado com Capistrano de Abreu. Era necessário resolver a situação, já que "a história do Brasil é um mundo" escrevia Capistrano, "e o que existe nos arquivos portuguêses pelo menos um continente. Seria preciso passar muitos anos aí, sem ter outra coisa a fazer, para dar cabo da tarefa". Por isso êle pedia a Lino de Assunção,

(23) Carta a Lino de Assunção de 5 de agôsto de 1886, *in Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, Lisboa, 1946, pág. 57.

(24) Carta a Lino de Assunção, de 5 de maio de 1886, *ob. cit.*, pág. 42.

(25) Carta de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, de 2 de abril de 1886, *ob. cit.*, pág. 35.

(26) Carta de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, de 5 de maio de 1886, *ob cit.*, pág. 43.

que ia ser na Europa, ao lado de Rio Branco, um esteio da investigação, que se circunscrevesse ao século XVI ([27]) .

A nota mais curiosa desta iniciativa, porém, está em que Capistrano de Abreu e Valle Cabral desembolsavam, dos seus parcos recursos de funcionários públicos, quinze mil réis por mês para cobrir as despesas de cópia. Quinze mil réis por mês, era em 1886, para os dois, uma fortuna e só o amor aos estudos explicaria o esfôrço, não só intelectual mas material para o melhor conhecimento da história pátria. "Como sabes, não podemos sós o Cabral e eu ter a despesa mensal de 15$; temos que recorrer a outros. Imagina, porém, que para o primeiro trimestre nada tendo que apresentar, recebi, apenas 45$ — isto é, muito menos do que tive de pagar pelos 30$ que recebestes, e que aqui importaram em 78$. Se agora mandares outra ordem do mesmo valor, tenho que pagá-la eu só, o que, bem podes imaginar, é um transtôrno enorme para mim, é uma verdadeira bancarrota". Nem sempre os amigos interessados nestes estudos traziam sua contribuição e o pêso das despesas era carregado por Capistrano de Abreu ou dividido com Valle Cabral. Entre as pessoas que contribuiam estavam Afonso Celso (15$), Ubaldino do Amaral (15$), Oliveira (?) (20$) e outros ([28]).

Êste um exemplo raro e raras vêzes registrado, que merece figurar na biografia de Valle Cabral como um traço do seu profundo amor às humanidades.

A colaboração de Rio Branco e Lino de Assunção é também um dos fundamentos do êxito da iniciativa. A correspondência de Capistrano de Abreu com Rio Branco, ainda inédita, e com Lino de Assunção, já publicada, prova a dedicação daqueles que aderiram ao plano que o primeiro ideara e que contou em Valle Cabral com o seu principal auxiliar.

Mas se estas dificuldades iam sendo vencidas aos poucos, com a ajuda, na Europa, de Lino de Assunção e Rio Branco, e a colaboração financeira de Capistrano de Abreu, Valle Cabral e seus amigos, faltava conseguir onde publicar os trabalhos.

Capistrano teve a idéia de aproveitar-se do *Diário Oficial* e dada "a circunstância rara de ter boas relações com Silveira Caldeira, subdiretor, e entretê-las ainda melhores com o Belisário, primo do Ministro", conseguiu o que queria. Desde o dia 29

---

(27) Carta de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, *ob cit.*, pág. 1.

(28) Carta a Lino de Assunção, s. data, *ob cit.*, pág. 81 e 82.

havia ordem para imprimirem-se em edições de 500 exemplares os trabalhos sôbre história pátria apresentados por Valle Cabral, Silveira Caldeira e Capistrano de Abreu ([29]).

A Impressão de Documentos Históricos

O certo é que Capistrano fazia reviver a autorização concedida pelo Aviso de 5 de janeiro de 1882 ([30]), para impressão de documentos relativos à História do Brasil no *Diário Oficial*. A idéia inicial ocorrera a José Antônio Saraiva quando visitara a Exposição de História do Brasil e Ramiz Galvão, em conseqüência, redige um plano que lhe comunica em ofício de 2 de janeiro de 1882 ([31]): "1.º) O *Diário Oficial* terá uma seção constante, exclusivamente destinada à publicação de documentos inéditos ou reimpressão de livros raros relativos à nossa história; 2.º) A composição respectiva será aproveitada para reduzir essa publicação a volumes *in* 4.º peq. uniformes sob título *Coleção de documentos relativos à história, publicados sob a direção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;* 3.º) A tiragem será de 1.000 exemplares, sendo 500 destinados à Biblioteca Nacional para a permuta de publicações congêneres com outras bibliotecas do mundo, e 500 pertencentes à Tipografia Nacional para indenizar-se, mediante venda, dos gastos que esta publicação reclamar; 4.º) Correrão por conta da Tipografia Nacional as despesas de impressão, papel e brochura; 5.º) Fica incumbida a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro do plano de publicação, e cabe-lhe o direito de reclamar de quaisquer repartições públicas a cópia dos documentos de que carecer para melhor êxito dêste trabalho, e bem assim do Arquivo Militar da Côrte a gravação ou litografia de cartas geográficas e estampas que hajam de acompanhar a referida Coleção de Documentos".

Ramiz Galvão acreditava que com o correr dos anos se produziria um verdadeiro monumento literário capaz de honrar o Brasil e prestar enorme auxílio aos estudos históricos de nossa Pátria. Infelizmente a idéia não teve execução, nem mesmo quando a 20 de novembro de 1883 ([32]) se concedeu a José Alexandre Teixeira

---

(29) Carta de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, de 21 de abril de 1886, *ob cit.*, pág. 35.

(30) Avisos, 1881-84. Originais na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, não compilados nas Leis do Brasil.

(31) Cf. Ofícios *in* Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(32) Avisos, 1881-84, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

de Melo e a Alfredo do Valle Cabral permissão para publicar na Tipografia Nacional manuscritos e documentos inéditos relativos à História do Brasil existentes na Biblioteca Nacional.

Saldanha da Gama, como diretor da Biblioteca Nacional, informara sôbre o requerimento dos dois chefes de Seção, na época redatores da *Gazeta Literária* ([33]), declarando não ver nenhum inconveniente na concessão, pois seria de proveito geral o conhecimento em sua íntegra de documentos interessantes relativos à história pátria; mas solicitava ao Dr. Francisco Antunes Maciel, Ministro do Império, que, se deferisse o requerimento, o fizesse com a cláusula de que ficava ao arbítrio do Diretor executar da concessão aquêles manuscritos ou documentos cuja publicação lhe parecesse inconveniente aos interêsses do Estado, ou ao empenho de incluí-los nos Anais ([34]). Louvando-se nos arts. 32 e 35 do Regimento de 4 de março de 1876 ([35]), que exigiam a permissão do Ministro de Estado com audiência do Bibliotecário para a cópia e publicação de documentos da Biblioteca Nacional, a concessão ministerial deixava ao arbítrio do Diretor a existência da publicação. Saldanha da Gama não fazia parte do grupo erudito da Biblioteca Nacional e não via com bons olhos a ascendência intelectual de Capistrano de Abreu e o prestígio dos seus dois companheiros de casa. Na restrição já estava implícita a luta que mais tarde se desenvolverá.

Obtida desde 1882 a concessão para imprimir na Tipografia Nacional os documentos históricos da Biblioteca Nacional e concedida em 1883 a Teixeira de Mello e Valle Cabral a autorização para copiarem e publicarem êsses manuscritos, só em 1886, ao alento da inspiração e das relações de Capistrano, torna-se possível iniciar a tarefa, com os *Materiais e Achegas*.

É a 4 de abril de 1886 que principia no *Diário Oficial* a série de publicações relativas à História e Geografia do Brasil com a edição das *Informações e Fragmentos Históricos do Padre Joseph de Anchieta* ([36]). No prefácio assinado por J. B. da Silveira

(33) A *Gazeta Literária* suspensa em 1884, pois fôra um desastre financeiro, tendo custado mais de dois contos de despesas, teve possibilidade de reaparecer e já tinha programado a publicação do artigo inédito de José de Alencar, *como e porque fui romancista* (publicado depois por Leuzinger, Rio de Janeiro, 1893) mas resolveu suspendê-la, porque notou em Faro menos boa vontade que condescendência. Cf. Carta de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, *in ob. cit.*, pág. 28.

(34) Cf. Ofício de 10 de novembro de 1882, *in* Ofícios 1875-1888 n.º 595, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(35) Cf. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 1876, pág. 295.

(36) *Informações e Fragmentos Históricos*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886, Prefácio.

Caldeira, Alfredo do Valle Cabral e Capistrano de Abreu, mas escrito evidentemente por êste último, explica-se o plano das publicações, tornadas possíveis graças ao patrocínio do Conselheiro Francisco Belisário Soares de Sousa. Constaria de três seções: "a primeira compreenderá crônicas, que serão publicadas conforme fôr mais cômodo, sem levar em conta a ordem cronológica; a segunda compreenderá documentos reunidos em ordem cronológica; a terceira constará de monografias e trabalhos originais".

As demais publicações foram aparecendo, à medida que os trabalhos do *Diário Oficial* e da Tipografia Nacional iam permitindo.

As Cartas de Nóbrega

Em novembro de 1886 ([37]) Valle Cabral entregava a coleção de cartas de Nóbrega que em dezembro já estavam publicadas pela Imprensa Nacional.

Valle Cabral explica na Introdução a procedência dos textos e os processos para sua reprodução fiel. Dentre as vinte e uma cartas só duas eram inéditas, uma nunca fôra publicada em português e outra fôra a cópia fornecida pelo Barão do Rio Branco ([38]). As notas tinham por fim elucidar os fatos contados, socorrendo-se, às vêzes, de conjeturas fundadas nas próprias cartas dos padres e em outros documentos contemporâneos que Valle Cabral pôde consultar. O volume vinha acompanhado de dois *fac-similes* da assinatura de Nóbrega e não trazia índice, porque naquele momento pretendia-se incluir um geral no último volume. Na edição nova que em 1931 imprimiu a Academia Brasileira de Letras, sob a direção de Afrânio Peixoto e com algumas notas de Rodolfo Garcia, juntavam-se os Diálogos do Padre Nóbrega sôbre a conversão do gentio ([39]).

As Cartas Avulsas

A segunda colaboração aos *Materiais e Achegas* atribuída a Valle Cabral foram as Cartas Avulsas, editadas em dezembro

(37) "Nestes dez dias Cabral dará a coleção das Cartas de Nóbrega", escreve Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco, 25 de novembro de 1886, *in* Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores.

(38) Esta carta de 6 de janeiro de 1552 já se achava impressa desde 1562. Cf. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, 1949, vol. IX, pág. 6, n.º 7.

(39) Rio de Janeiro, 1931, Publicações da Academia Brasileira de Letras, *Cartas Jesuíticas, I.*

de 1887, sob os n.os 7 e 8. São ao todo 63 cartas abrangendo de 1550 a 1568. Valle Cabral não chegou a preparar a introdução, notas e índices que a deviam acompanhar ([40]).

A verdade, que se desconhece inteiramente, é que Valle Cabral não preparou êste trabalho. Capistrano de Abreu conta a Rio Branco como se processaram a colheita e revisão das Cartas Avulsas. "O ano passado eu e Teixeira de Melo tiramos, às escondidas, cópia da coleção de cartas dos Jesuítas de 1549 a 1568. Devia ser eu o editor, mas talvez pela massada de copiá-las, tomei-lhes tal birra que nem mais podia vê-las. Passei, pois, a massada ao Cabral. Êste foi embora, sem as ter imprimido, e Galvão ([41]) disse que ia desmanchar a composição. Para evitar tamanho absurdo tomei a mim rever o trecho, verificar datas e autores, etc. Isto me tem roubado todo o tempo. O mais interessante é que agora que já não tenho nada com elas, estou simpatizando com elas novamente" ([42]).

Dêste modo a cópia foi executada por Teixeira de Melo e Capistrano, devendo ser êste o editor. Também coube ao último a revisão do texto e tôda a crítica histórica (datas, atribuições, etc.). Quando Capistrano aborreceu-se do trabalho foi que Valle Cabral ficou incumbido de terminá-lo, isto é, anotá-lo e fazer a introdução, duas partes nunca realizadas. Esta talvez a razão da publicação do livro sem nenhuma referência ao editor.

Nunca se poderia dizer, como o fêz Afrânio Peixoto, na Nota Preliminar que precede a edição da Academia Brasileira ([43]) que "a obra foi impressa, mas não publicada" e ainda que seu editor fôra Valle Cabral. Êle só assumiu a responsabilidade pelo trabalho quando êste já estava inteiramente preparado, ficando encarregado da introdução e das notas, e na obra não se lhe faz nenhuma referência, mas tão sòmente na quarta página da capa.

A explicação é simples: aborrecido, Capistrano de Abreu entregou o trabalho a Valle Cabral a quem já em 1886 pensara em fazer editor destas cartas ([44]) e na edição da *História do Brasil*

(40) O exemplar da Biblioteca Nacional é o oferecido por Valle Cabral a S.M. o Imperador.

(41) Trata-se do Sr. Nunes Galvão da Administração da Imprensa Nacional.

(42) Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 30 de março de 1887 *in* Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores.

(43) Cartas Avulsas, 1550-1568. Publicação da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1931.

(44) Cf. Carta de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção de 5 de outubro de 1886, *in ob. cit.*, pág. 59. Fôra também intenção de Capistrano de Abreu entregar a Cabral a biografia e bibliografia de frei Vicente do Salvador, ficando-lhe apenas a anotação, cf. *ob. cit.*, pág. 64.

de frei Vicente do Salvador aparece aquela atribuição, já que Valle Cabral se encarregara da introdução e notas. Mas nunca as fez, e nem agora nos seus trabalhos inéditos se depara com pequeno esbôço ou notas para a edição das Cartas Avulsas. A *História* de frei Vicente do Salvador deve ter saído dias antes das Cartas Avulsas, ambas em dezembro de 1887, e como já se esperava o trabalho de Cabral registrara-se como sua a edição. Dêste modo, a verdade é que se deve a edição das *Cartas Avulsas* a Capistrano de Abreu.

A Disputa com Saldanha da Gama

Mas a carta de Capistrano esclarecedora da atribuição de editor refere-se à cópia dos documentos *às escondidas*. Por que "às escondidas"? Porque desde 1882 já lavrava uma luta entre o grupo liderado por Capistrano de Abreu, assistido por Teixeira de Melo e Valle Cabral, e o diretor João de Saldanha da Gama. Já vimos que na permissão para a publicação dos documentos da Biblioteca Nacional Saldanha da Gama solicitara ao Ministro que ficasse ao seu arbítrio a decisão final sôbre a conveniência ou não da publicação. Saldanha da Gama fôra chefe da Seção de Impressos desde 24 de março de 1876 até 31 de outubro de 1882, quando tomou posse do cargo de bibliotecário. Era cunhado de Ramiz Galvão e quando êste deixara a Biblioteca para ser preceptor dos príncipes, sua nomeação não fôra bem recebida. Já substituíra Ramiz Galvão ([45]) e apesar de chefe de Seção não há vestígios de sua colaboração no importante empreendimento do Catálogo da Exposição de História do Brasil.

O grupo mais competente não via com bons olhos sua ascenção e pela única vez concordará o grupo com os redatores do penfletário *Corsário* ([46]). A escolha não fôra acertada; além de preterir outros funcionários da Biblioteca Nacional desprezara candidatos como Homem de Mello, mais afeito aos estudos históricos e bibliográficos.

A promoção de Saldanha da Gama leva Valle Cabral à chefia da Seção de Manuscritos (7 de dezembro de 1882) e Teixeira de Melo à da Seção de Impressos (7 de dezembro de 1882).

---

(45) Em 18 de maio de 1882 substituíra Ramiz Galvão. Fôra nomeado para a Biblioteca Nacional a 24 de março de 1876 e tomara posse a 1 de abril de 1876.

(46) Vide n.º 13, de 2 de novembro de 1882, pág. 2. A linguagem é desmedida e não merece conceito, mas o que vale assinalar é que embora atacando duas ou três vêzes por semana Capistrano de Abreu o jornal também não considerava Saldanha da Gama preparado para a tarefa.

Saldanha da Gama não pôde evitar a iniciativa de Capistrano de Abreu, por intermédio do requerimento de Vale Cabral e Teixeira de Melo, de se publicarem documentos históricos da Biblioteca Nacional na Tipografia Nacional sob a direção dêstes seus dois auxiliares. Restringiu apenas a licença, mas não teve coragem de chegar ao extremo de solicitar ao Ministro negasse a permissão e atribuísse ao diretor da Biblioteca Nacional o encargo da tarefa. Consentiu, mas "ficou furioso com a nossa emprêsa e decidido a fazer-lhe a mais cruenta e decidida guerra" ([47]).

E Capistrano, que conta as vicissitudes da oposição do diretor, acrescenta: "Felizmente na publicação das cartas dos Jesuítas não precisamos dêle, e, cônscio da sua impotência, pois que temos cópia do Instituto Histórico, o bicho quer vingar-se em outras coisas. Ora queremos dar-lhe uma lição de mestre publicando Frei Vicente do Salvador". "Hás de estranhar que escolhamos a obra de Frei Vicente para dar o *coup de grâce* no Saldanha. É que em primeiro lugar a obra é importantíssima e quero ter o prazer de editá-la e anotá-la; é que, em segundo lugar, o bibliotecário não quer que ninguém o edite senão êle, ou, para ser mais franco, não quer que seja editado absolutamente. Sim. Êle não seria capaz de editá-la, isto é, fazer a colação textual, anotá-la e situá-la no quadro da historiografia brasileira" ([48]).

Capistrano que é o chefe dêste movimento pede a Lino de Assunção que o ajude a obter a vitória nesta luta que êle mesmo chama de "companarículo". Diz que Saldanha, indignado e impotente, "continua cada vez mais furioso, espiando, fazendo picardias, etc.". Seu plano, acrescenta, "é provocar qualquer choque que me incompatibilize com êle e me impossibilite de ir ao estabelecimento. Felizmente tenho estado de tão bom humor que as iscas não têm pegado" ([49]).

A luta estava aberta e agora Saldanha já impedia que o grupo fizesse cópia de quaisquer manuscritos para publicação. É o que informa Capistrano de Abreu a Rio Branco em novembro de 1886 ao pedir-lhe ajuda para pesquisas no estrangeiro. "O motivo é que Saldanha da Gama disse-nos positivamente que não deixaria por si copiarmos uma linha manuscrita da Biblioteca Nacional, e que, se o Ministro mandasse informar qualquer requeri-

(47) Cf. Carta de 7 de abril de 1886 de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, *in ob. cit.*, pág. 38.

(48) Carta cit., pág. 38.

(49) Carta de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, de 16 de maio de 1886, *in ob. cit.*, pág. 45.

mento, na sua informação seria sempre desfavorável. Lutar com êle seria pois inevitável e provàvelmente inútil" ([50]). E conta a Rio Branco a lição que lhe prepararam com a edição da *História* de frei Vicente. Lino mandara cópia de Lisboa, tirada da Tôrre do Tombo, e "o bibliotecário enfureceu e até tomou satisfação ao Cabral. Quer isto dizer, que cada vez podemos contar menos com êle; em outros têrmos: cada vez teremos mais de importunar a V. Ex.ª" ([51]).

A verdade é que Saldanha da Gama não permitira também a cópia das cartas dos Jesuítas e Capistrano de Abreu conta a Rio Branco que estas haviam sido copiadas às escondidas ([52]).

Publicados os três primeiros capítulos de frei Vicente em 23, 21 e 26 de julho de 1886, com base na cópia da Tôrre do Tombo, Saldanha ficou, segundo Capistrano, furioso. "A mim, que dêle não dependo, nada disse, mas ao Cabral, se contasse tudo, teria de escrever novo frei Vicente" ([53]).

Saldanha da Gama não podia perdoar que lhe tivessem roubado a oportunidade de publicar frei Vicente, cuja *História do Brasil* aparecera em cópia manuscrita, oferecida pelo livreiro João Martins Ribeiro, poucos dias antes da inauguração da Exposição de História do Brasil ([54]). É certo que alguns anos mais tarde, superada a crise, publicaria Capistrano de Abreu pela Biblioteca Nacional, ainda na administração de Saldanha da Gama, a primeira edição integral do importante documento ([55]). Era uma necessidade imprescindível, já que os três primeiros capítulos apenas haviam aumentado o interêsse pela História. "Há quem me tenha amolado pedindo a continuação", escreve Capistrano de Abreu a Lino, aos 4 de agôsto de 1886. "Bilontras! Esperaram 259 anos e não querem agora esperar o intervalo de um a outro paquete" ([56]).

Mas um dos resultados da publicação foi o interêsse do Imperador, tão amigo dos estudos históricos que logo oferece dois

(50) Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 25 de novembro de 1886, *in* Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores.

(51) Mss. cit. acima.

(52) Idem, carta de 30 de março de 1887.

(53) Carta de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, de 4 de agôsto de 1886, *ob cit.*, pág. 56.

(54) Cf. Nota preliminar de Capistrano de Abreu à 3.ª ed. da Comp. Melhoramentos, São Paulo, s. d.

(55) Cf. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 13, 1888, com prefácio de Capistrano de Abreu assinado de dezembro de 1888.

(56) Cf. *ob. cit.*, pág. 56.

novos livros para a coleção: uma história da guerra dos Mascates, manuscrito por Manuel dos Santos, e a Missão de frei Martim de Nantes, já impressa mas raríssima ([57]).

Diante do favor público e majestático pela coleção, o Diretor havia de ser menos intransigente na concessão de cópias, mais interessado nos trabalhos históricos e melhor se convenceria do valor dos seus auxiliares e da indiscutível supremacia do mentor, o Mestre que tornara possível aquêles *Materiais e Achegas*.

A Exposição de História do Brasil

Não é só na contínua e fervorosa colaboração dada, à custa de sua própria economia, ao plano da primeira coleção de documentos inéditos, que se há de bem avaliar os serviços de Valle Cabral à historiografia brasileira. Em 1882 abria-se a primeira Exposição de História do Brasil.

O Barão Homem de Mello, Ministro dos Negócios do Império, é o autor da idéia. A exposição camoneana fôra o caminho para a outra, mais ampla e geral, uma amostra das obras e manuscritos sôbre o Brasil existentes na Biblioteca Nacional, nas outras repartições culturais, como o Arquivo Público e Militar, Museu Nacional, Secretarias de Estado, Biblioteca Municipal, da Marinha, Academias do Império, Bibliotecas Provinciais e Arquivos das Secretarias das Províncias.

Ramiz Galvão, que então dirigia a Biblioteca Nacional e a quem cabe o plano e a execução do imenso trabalho, é o primeiro a declarar que coube ao Barão Homem de Melo a idéia da Exposição. Aos dois Barões assinalados devemos a idéia e organização da maior obra bibliográfica até hoje exposta no Brasil. "Pondo por obra uma idéia sugerida por V. Ex.ª", pede Ramiz Galvão que Homem de Mello autorize a Biblioteca Nacional a empreender a Exposição das obras e documentos relativos à história do Brasil ([58]). "Não preciso encarecer as vantagens dêste feliz pensamento aos olhos de quem tanto preza e cultiva as letras pátrias; todavia tomo a liberdade de ponderar a V. Ex.ª que serão incalculáveis os frutos de semelhante Exposição".

Ora, evidentemente o Barão Homem de Melo tem o mesmo merecimento que teve o Conselheiro José Antônio Saraiva, ao

---

(57) Cf. *ob. cit.*, pág. 56.

(58) Ofício de 2 de julho de 1880, *in* Livro de Ofícios, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

propor a Ramiz Galvão, quando em visita à Exposição, que se publicassem os documentos expostos, pondo à disposição da Biblioteca Nacional a Tipografia Nacional subordinada, naquela época, ao Ministério da Fazenda. Mas para executá-la era necessário o conhecimento bibliográfico de Ramiz Galvão, como para editar os *Materiais e Achegas* era indispensável o saber histórico de Capistrano de Abreu. Por isso, quando Capistrano de Abreu, muitos anos depois, em carta a João Lúcio de Azevedo ([59]) escreve que êle não duvidava que a idéia fôsse de Homem de Melo, "tipo acabado de *bourgeois gentilhomme*", mas jurava "que êle não fazia idéia do que poderia ser uma exposição de história e geografia e devia ficar espantado de sua obra", menosprezava, por antipatia, sentimento tão comum de seu apaixonado espírito, os méritos de Homem de Melo, que havia de ter forçosamente uma idéia muito razoável do trabalho embora lhe fôsse talvez impossível realizá-lo, como seria inconcebível ver José Antônio Saraiva transformado em historiador e crítico de textos.

O plano de Ramiz Galvão, anunciado ao Ministro, neste mesmo ofício, revela o exato conhecimento das tarefas, os processos corretos para sua execução, os claros objetivos culturais e especialmente históricos e mais o que de futuro se deveria realizar. Era o seguinte: 1) reunir a maior massa de publicações e documentos sôbre êste ponto capital para todo o Brasil; 2) revelar as fontes aonde se possam beber notícias fidedignas, das quais está freqüentemente privado o homem de ciência por ignorar o paradeiro dos documentos; 3) oferecer oportunidade para a organização de um importantíssimo catálogo, que vai ser o marco miliário dos nossos conhecimentos sôbre a história do Brasil, e o mais valioso instrumento de trabalho que poderemos deixar à geração futura; 4) despertar e aviventar o amor pelos papéis que interessam de perto a êste ramo de estudos; 5) vigorar em suma o amor da pátria, êste nobilíssimo sentimento que dá vida às nacionalidades e estímulo aos comitentes imortais". Reconhecer que cabia à exposição revelar as fontes do nosso conhecimento histórico, que o catálogo era o mais valioso instrumento de trabalho que se poderia deixar à geração futura e que seu fim último era valorizar ou robustecer o sentimento histórico da pátria não era falar uma linguagem atual, nos seus métodos e objetivos?

Ramiz Galvão propunha medidas práticas para a execução da tarefa. "O pessoal da Biblioteca Nacional cheio de entu-

---

(59) Carta a João Lúcio de Azevedo, 18 de setembro de 1917, *in* Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

siasmo e de zê-lo não acha obstáculos invencíveis" mas é preciso cuidar dos demais estabelecimentos públicos gerais ou provinciais e das coleções particulares ricas de valiosos documentos e cimélios. Só assim êle poderia congregar aqui no Rio de Janeiro em um dia solene (talvez a 7 de setembro de 1881), o que de mais importante existe no Brasil em relação à sua história. "Neste dia teremos desvendado ao futuro um largo horizonte: descortinado êle e sabido o que temos, será tempo de correr em busca do que dorme esquecido nos arquivos estrangeiros e que forçoso é reunir no seio da pátria" ([60]).

Iniciado o trabalho, já a 5 de novembro de 1880 êle sugeria ao Minstro, "para dar à Exposição um caráter verdadeiramente científico e para que ela deixe de si algum fruto de perdurável proveito, além da simples impressão de momento", que promovesse a reunião de um Congresso Nacional de História e Geografia do Brasil onde seriam apresentadas memórias sôbre questões importantes e ainda não resolvidas neste campo de estudos ([61]).

Dificuldades sem conta perturbavam os trabalhos iniciais de colheita do material. Do Ministério da Guerra informava-se que não havia manuscritos pois haviam sido enviados ao Arquivo Público e que dos impressos não carecia a Biblioteca Nacional, já que a lei de 3 de julho de 1847 determinava que todos os tipógrafos da Côrte depositassem aqui um exemplar de suas publicações. Mas, ponderava Ramiz Galvão, de 1808 a 1847 muita coisa se publicou no Rio de Janeiro que não entrou, por fôrça da lei, para a Biblioteca Nacional, e ainda depois desta data o cumprimento da lei foi sempre deficiente; e havia a acrescentar que fora do Rio muito se publicava, sem que houvesse determinação legal de envio à Biblioteca Nacional. O Ministério da Guerra possuia várias repartições anexas disseminadas pelas províncias, contendo documentos e impressos desconhecidos da Biblioteca Nacional. Se o fim da Exposição era o reconhecimento e a exibição de tôdas as peças manuscritas ou impressas, cartas, estampas e retratos, não se podia deixar no esquecimento qualquer documento sem comprometer os fins da idéia.

A atividade de Ramiz Galvão não tinha limites; abrangia não só as várias repartições do Império como as províncias. Dêle disse Capistrano: "Era o chefe ideal, inteligente, zeloso, incan-

(60) Ramiz Galvão já se manifestara em 1874 sôbre a necessidade de fazer cópias no estrangeiro. Cf. José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952, págs. 94-97.

(61) Ofício de 5 de novembro de 1880 *in* Livro de Ofícios, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Aí se encontram o plano e as bases do Congresso.

sável. Quando chegávamos às nove horas, já estava no trabalho, revendo, classificando os bilhetes do catálogo; morava contíguo; depois do almôço continuava; à noite, pois abria a Biblioteca das seis às nove horas, pelo menos até às oito continuava no seu pôsto de Ano Bom a São Silvestre" ([62]).

Já a 30 de junho de 1881 solicitava Ramiz Galvão ao Ministro do Império que o Catálogo fôsse impresso não na Tipografia Nacional mas em oficinas particulares, "visto que aquêle estabelecimento tem por sua natureza de distrair-se a miúdo com trabalhos oficiais urgentes e imprescindíveis e o nosso Catálogo é preciso que apareça no dia 7 de setembro próximo" ([63]). Ramiz Galvão calculara em vinte contos a despesa geral mas só recebera doze, aos quais juntara quatro contos e oitocentos da verba da impressão dos "Anais". A despesa, no entanto, se elevara a vinte e um contos e oitocentos, e Ramiz Galvão pede, então, em ofício de 21 de novembro de 1881 ao Ministro do Império Manuel Pinto de Sousa Dantas que lhe sejam concedidos mais cinco contos. Sòmente a impressão do Catálogo ficara em dezesseis contos.

Da idéia inicial (2 de julho de 1880) à abertura da Exposição a 3 de janeiro de 1882 eram passados apenas dois anos e seis meses. Realizara-se uma tarefa gigantesca, sob a chefia de Ramiz Galvão e a assistência de pequeno grupo de auxiliares. A colheita, ordenação, pesquisas, elaboração, impressão e revisão do catálogo, ao lado da arrumação das salas exigiu um esfôrço enorme. "Dois colaboradores sobressaíram a todos", diz Capistrano de Abreu, que conhecia a direção, os chefes, a Biblioteca Nacional e a natureza dêstes trabalhos eruditos: "Brum, médico bahiano, chefe da Seção de Estampas, e Valle Cabral, também bahiano, da Seção de Manuscritos. Do meio para o fim da obra, Ramiz foi chamado para a cadeira de Botânica da Escola de Medicina e o pêso caiu quase todo sôbre Cabral" ([64]).

Vê-se agora que um nome se deve acrescentar ao de Ramiz Galvão na realização da amostra e na organização do Catálogo: Valle Cabral, o dedicado e competente chefe da Seção de Manuscritos, que foi o auxiliar principal dêste serviço, e, a partir de certo momento, o chefe da elaboração da maior bibliografia histórica já tentada no Brasil.

---

(62) Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, de 18 de setembro de 1917, *in* Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(63) Ofício de 30 de junho de 1881 *in* Livro de Ofícios, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. O contrato foi feito com a oficina de Leuzinger & Filhos.

(64) Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, de 18 de setembro de 1917, *in* Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Às 11 horas de 3 de dezembro de 1881, com a presença de D. Pedro II, inaugurava-se a Exposição, dividida em várias salas ([65]). O discurso pronunciado por Ramiz Galvão reafirma as fadigas e os sacrifícios dos seus auxiliares na realização de um trabalho que se executava pela primeira vez na América: reunir tudo o que dizia respeito à história pátria. A impressão geral registrada nos jornais da época foi a melhor: estava-se diante de um esfôrço monumental e pela primeira vez a História do Brasil contava com um instrumento de trabalho maduro e digno ([66]) da cultura brasileira.

Os Trabalhos na Seção de Manuscritos

Em informação oficial prestada por Francisco Leite Bittencourt Sampaio, bibliotecário da Biblioteca Nacional ao Ministro Secretário da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, sintetizava-se assim o trabalho de Valle Cabral nesta casa: "Êle foi o verdadeiro organizador da Seção de Manuscritos, na qual serviu constantemente desde que foi nomeado até fins de 1889. Começou a classificação dos manuscritos, e a maior parte do Catálogo desta Seção foi feita por seu próprio punho. Dêste Catálogo estão publicados três grossos volumes e ainda existem originais para muitos outros ([67]). Os serviços que prestou nesta Seção como adido de 1873 a 1876, como oficial de 1876 a 1882 e como chefe de Seção de 1882 a 1889, são relevantíssimos e dignos de maiores encômios; a sua dedicação foi inexcedível, sendo êsse empregado apontado na Repartição como o melhor exemplo de assiduidade, zêlo e aplicação ao trabalho. De 1874 a 1876 trabalhou ativamente na Comissão nomeada pelo govêrno para organizar o Catálogo da Biblioteca Nacional e aí prestou também reais e notáveis serviços. Em 1881 por ocasião da Exposição de História do Brasil realizada por êste estabelecimento, mostrou-se infatigável na classificação do grande número de exemplares expostos, organizou também nessa ocasião o Catálogo das cartas geográficas expostas, trabalho valiosíssimo que apareceu então pela primeira vez, e do que se fêz tiragem especial com o título "Ensaio de Cartografia

(65) Cf. Guia da Exposição.

(66) A melhor resenha encontra-se no *Cruzeiro* dos dias 3, 7 a 11 e 13 a 18 de dezembro de 1881.

(67) Depois foram ainda publicados, sob a direção de Antônio Jansen do Paço, os vols. XV, XVIII, XXIII dos Anais (1890, 1896, 1901).

Brasileira". Em 1885 por ocasião da Exposição permanente dos cimélios da Biblioteca Nacional, mostrou-se, como sempre, trabalhador indefeso; todo o catálogo dos manuscritos expostos foi feito exclusivamente por êle e ilustrado com muitas notas explicativas cheias de úteis informações para os leitores. De março de 1887 a fevereiro de 1888, esteve desempenhando uma importante comissão do Govêrno Geral nas províncias da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Paraíba. No desempenho dessa comissão recolheu para a Biblioteca Nacional grande número de cópias de inscrições históricas, tumulares, etc., esparsas por aquelas províncias, e, aproveitando o tempo de que dispunha, ainda colecionou muitos folhetos e outras obras de maior importância publicadas naquelas províncias, oferecendo-as tôdas a esta repartição. Foi no desempenho dessa comissão que contraiu a moléstia que o inutilizou para o trabalho. Finalmente, os "Anais da Biblioteca Nacional" estão cheios de trabalhos publicados por êle, trabalhos que atestam perfeitamente as suas habilitações" ([68]).

Apesar de todos os elogios, êste ofício não exprime tôda a contribuição de Valle Cabral aos trabalhos da Casa. Menos significativa, ainda, é a exposição dos seus trabalhos eruditos, do seu esfôrço e diligência no preparo da Exposição e do Catálogo. Mas quem a assinava não pertencera aos quadros eruditos de sua época. Daí as insuficiências. Valle Cabral foi dos maiores eruditos que teve a casa, apesar das deficiências de sua formação cultural, reconhecida pelo seu próprio amigo Capistrano de Abreu ([69]).

Na Seção de Manuscritos coube-lhe a primeira classificação geral do material, que começou a distribuir pelas seguintes divisões: "Brasil em geral, províncias em particular, questão de limites, revolução de províncias, biografias, botânica, zoologia, agricultura, poesia e autógrafos" ([70]).

Cabral não possuia auxiliares e quando, com a sua vaga de oficial, é nomeado Antônio Jansen do Paço, êste é lotado na Seção de Impressos. Seu trabalho é feito sòzinho e sòzinho êle organiza os três volumes do Catálogo de Manuscritos, pois no primeiro assinado por Teixeira de Melo se declara que "até 1873, em vir-

---

(68) Ofício de Francisco Leite Bittencourt Sampaio ao Ministro Benjamin Constant, de 10 de junho de 1890, *in* Livro de Ofícios, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(69) Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, de 18 de setembro de 1917, *in* Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(70) Cf. Relatório de 31 de janeiro de 1883, o primeiro que assinou como chefe de Seção, *in* Relatórios da Seção de Manuscritos.

tude da falta de pessoal idôneo, não se havia feito dessas riquezas mais do que um inventário sumaríssimo e incompleto, senão desordenado e quase imprestável. Nesse ano porém começou o trabalho regular do catálogo de manuscritos incumbido pela direção da Biblioteca Nacional ao Sr. Valle Cabral, a quem manda a justiça se tribute neste lugar a devida homenagem pelos relevantes serviços que assim prestou ao país e às letras" ([71]). É sòmente no quarto volume do catálogo que lhe cabe assinar o prefácio, já como chefe da Seção ([72]).

Mas Valle Cabral não se limitava à organização do Catálogo. Êle fazia tudo, sòzinho, com suas mãos. O espólio de Melo Morais, que entrou para a Biblioteca Nacional em 1884 é arranjado por êle; a coleção De Ângelis é acomodada e arrumada em 1885; a coleção Rio Branco, os Documentos biográficos são ordenados por êle, já agora auxiliado por Antônio Jansen do Paço, que a partir de 1886 vem para a Seção. Estas três coleções, os três mais ricos e volumosos acervos da Seção de Manuscritos ([73]) embora não catalogadas, são ordenadas e arrumadas nesta época. Em 1885 organiza Valle Cabral a Exposição Permanente de Cimélios na parte manuscrita, e escreve o Esbôço Histórico da Seção, revelando um íntimo e profundo contacto da documentação a seu cargo ([74]). As notas que acompanham as descrições das espécies mais ricas mostram a segurança da sua conformação histórica.

De março de 87 a fevereiro de 88 permanece na Bahia, recolhendo as inscrições lapidares ([75]). Em dezembro de 1888 já assina o Relatório anual dos trabalhos da Seção, prometendo dar, no semestre de 1889, a relação dos Documentos biográficos da Secretaria do Império para ser publicada no *Boletim Bibliográfico* ([76]).

As atividades de Valle Cabral são constantes, infatigáveis, seguras e eruditas. Ao lado do trabalho comum da Seção, da ordenação dos materiais imensos sob sua guarda, da organização

(71) *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. IV, Rio de Janeiro, 1878, pág. XI.

(72) *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. X, Rio de Janeiro, 1883.

(73) A coleção Rio Branco foi catalogada entre 1948 e 1949. Vide Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1950, dois volumes.

(74) *Catálogo da Exposição Permanente de Cimélios da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1885, págs. 455-552.

(75) É por Aviso de 18 de fevereiro de 1887 que é encarregado da comissão epigráfica, até cinco meses; por Aviso de 10 de agôsto é prorrogada a comissão por mais três meses e por Aviso de 6 de outubro volta à Bahia. Sôbre os métodos e resultados — Cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, págs. 149-151 e 298-299.

(76) Cf. Relatórios da Seção de Manuscritos, *in* Seção de Manuscritos.

do Catálogo dos Manuscritos, cheio de notas eruditas, do Esbôço Histórico da Seção, do preparo da Exposição de História do Brasil — em grande parte sob sua responsabilidade, e da Exposição Permanente relativa aos manuscritos, ainda tem tempo para colaborar nos *Anais* da própria Biblioteca Nacional ([77]). Aí se encontram onze trabalhos seus, descontando-se o Catálogo e o Resumo Histórico, quase todos de caráter bibliográfico, biográfico e crítico-histórico.

Uma predileção do seu espírito eram os estudos de lingüística americana, a que infelizmente não pôde se dedicar com maior amplitude. É assim que depois de coligir mais de 2.000 vocábulos tupis extraídos das memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira, não chegou a publicar senão uma pequena notícia ([78]). As etimologias de Niterói, Pernambuco e Carioca ([79]), estudadas em colaboração com Batista Caetano, revelam o seu interêsse pela matéria. Mais importante é a magnífica contribuição "Bibliografia da língua tupi ou guarani" ([80]). Era o maior levantamento que se fizera até então, e servia como um excelente instrumento de trabalho ([81]).

Mas o forte de Valle Cabral eram os estudos bibliográficos ou biobliográficos, as relações anotadas das fontes primordiais e a crítica histórica ([82]). Os pequenos estudos de bibliografia brasílica, as cartas bibliográficas e a bibliografia camoneana ([83]), são pequenas amostras dos seus estudos maiores, como os já citados catálogos, os *Anais da Imprensa Nacional* e a *Vida e Escritos de José da Silva Lisboa.*

---

(77) A Bibliografia anexa a êste volume registra tôda sua colaboração nos *Anais.*

(78) "Um Novo Glossário Brasílico", *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. I, páginas 179-184.

(79) "Etimologias Brasílicas", *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. II, págs. 201-204, 404-406 e vol. VIII, págs. 215-219.

(80) *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. VIII, págs. 143-214. Sôbre as edições do *Compêndio da Doutrina Cristã,* do Padre J. F. Betendorf (Lisboa, 1800) e a *Arte da Gramática da língua brasílica* da *Nação Kiriri* do Padre L. V. Mamiani (Lisboa, 1699) escreveu um artigo no *Globo,* de 1 de março de 1875.

(81) Rodolf R. Schüller deixou inédita na Biblioteca Nacional uma bibliografia da lingüística americana muito mais completa e que será publicada brevemente. Sôbre estas pesquisas cf. José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil,* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952, págs. 116-122. Eugênio de Castro publicou a *Relação Bibliográfica de Lingüística Americana,* fasc. 1. Ameríndio, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937.

(82) Exemplo disto vê-se afora as edições dos Jesuítas, na edição do códice de Luís d'Alincourt (*Anais da Biblioteca Nacional,* vol. III, págs. 68-78), nas *Obras Poéticas* de Gregório Matos (Tomo I, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1881), e nos "Comentários às Satyras inéditas de T. Pinto Brandão", *Anais,* vol. I, págs. 190-198.

(83) Cf. *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. I, págs. 344-354; *Revista Brasileira,* Tomo I, págs. 410-418, 595-606, Tomo III, págs. 84-97; Tipografia da *Gazeta de Notícias,* 1880.

Os *Anais da Imprensa Nacional* ([84]) relatam a história da nossa tipografia nacional, tão ligada à da introdução da imprensa no Brasil, desde sua criação aos 13 de maio de 1808 até 1822, e constituem a descrição bibliográfica das obras por ela publicadas naquele período. Êle mesmo declara que não se trata de um trabalho completo, porque não pôde ver muitas das obras editadas, como, por exemplo, portarias, proclamações, defesas, representações, cartas, falas, editais, publicações particulares, anúncios, que vieram à luz, por êste tempo, principalmente no agitado período de 1821 a 1822. Dá como apêndice uma descrição das obras publicadas em outras oficinas tipográficas que apareceram no Rio de Janeiro de 1821 a 1822, servindo assim de complemento às saídas na Imprensa Nacional em igual período.

São ao todo 1.251 espécies registradas e vêm acompanhadas de curiosas notas crítico-históricas e bibliográficas. Êstes *Anais* são até hoje o melhor estudo sôbre a Tipografia Nacional e constituem o maior acervo bibliográfico das publicações entre 1808 a 1822, sendo indispensáveis como guia para os estudos de história da Independência. Valle Cabral deixou entre os inéditos que agora publicamos a continuação (1823-1831) e um suplemento (1808-1823) desta obra esgotada e muito apreciada.

A Vida e os Escritos de José da Silva Lisboa ([85]) são um modêlo de estudo biobibliográfico, pela exatidão e minúcia das pesquisas e pela correção e segurança das informações. Valle Cabral nunca foi servido por teorias interpretativas e nunca deixou que a imaginação ajudasse seu trabalho reconstrutivo. Por isso, embora não haja aqui nenhum brilho, nenhum vôo, nenhuma interpretação, mesmo a mais tímida, há, para conservar o interêsse pelo estudo, a certeza das informações, a segurança das notícias, a compostura da composição e a dignidade do tratamento. Para realizá-lo êle serviu-se das melhores e mais autorizadas fontes, os documentos arquivais, os jornais da época, os livros de registro da Imprensa Nacional, as notícias contemporâneas, a tradição escrita pelo seu filho Bento da Silveira Lisboa e a oral transmitida pelo seu neto José da Silva Lisboa. É obra segura, exata, correta, um excelente guia para o estudo biobibliográfico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu.

Valle Cabral, bahiano, amava o Rio, que o acolhera moço e o acompanhara nos seus estudos. Daí o excelente *Guia* do

---

(84) *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro*, de 1808 a 1822, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881.

(85) Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881.

Viajante no Rio de Janeiro ([86]), trabalho pioneiro no Brasil, prático e pitoresco, e também, como sempre, seguro e exato, cheio de informações que trabalhos modernos não souberam colher. O *Guia do Rio de Janeiro* de Valle Cabral é uma excelente história do Rio, de suas ruas e praças. A segurança e riqueza de suas notícias enriquecem seu valor como fonte histórica, superior a muitos trabalhos recentes.

Valle Cabral deve ter tido outros planos de trabalhos, não realizados pela inesperada e repentina doença, que o abateu aos 43 anos de idade. Ela veio sùbitamente e Capistrano de Abreu, talvez seu melhor amigo, relata tristemente ao Barão do Rio Branco, a quem conhecera por intermédio de Valle Cabral, a chegada da perturbação. "Tenho feito pouco do que tem me recomendado, por uma circunstância tristíssima: desde abril ou maio do ano passado nosso amigo Valle Cabral começou a dar sinais de desarranjo cerebral. Hoje, apesar de ter estado mais de dois meses no Eiras, julgo que se pode considerá-lo definitivamente perdido. Não lê, não escreve, não quer ir mais à Biblioteca, de sorte que muito provàvelmente será demitido por abandono de emprêgo, atraz do qual já anda esfaimado o Moreira Pinto: esta coisa tão simples, ir receber o dinheiro no Tesouro, não faz senão com dificuldade. Imagine uma campainha elétrica, cujas comunicações estão interrompidas e que não dá som por mais que se calque o botão: terá uma idéia do estado a que se acha reduzido o meu excelente companheiro de trabalho e velho amigo de tantos anos. Não o tendo mais para auxiliar-me, tenho tido que lutar com as maiores dificuldades" ([87]). Em julho de 1890 Capistrano comunicava que o estado de Valle Cabral era desesperador ([88]).

Ainda em 1917, já tantos anos passados, Capistrano se lembrava de Valle Cabral e escrevia a João Lúcio de Azevedo: "Pretendo consagrar um dia da semena a êste estudo [o Marquês de Sabugosa Vasco Fernandes César de Menezes] para ver se assim até certo ponto satisfaço a um desejo de meu finado amigo Valle Cabral. Dizia-lhe eu que, como bom bahiano, devia consagrar uma monografia a quem governou sua terra por quinze anos; respondia que quem devia fazer era eu. Não a farei. Já é tarde, mas vou consagrar-lhe o tempo que puder roubar às entradas do Norte" ([89]).

---

(86) Rio de Janeiro, Tipografia da *Gazeta de Notícias*, 1882, 495 páginas.

(87) Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 25 de janeiro de 1890, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores.

(88) Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 15 de julho de 1890, id., id.

(89) Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, 15 de abril de 1917, *in* Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Valle Cabral solicitara licença em 1889, mas, obtida esta, breve reassume o cargo, dela desistindo, para ausentar-se logo a seguir ([90]).

Em 10 de junho de 1890 que o então bibliotecário, Bittencourt Sampaio, informa favoràvelmente ao pedido de aposentadoria que seu irmão Francelino Valle Cabral solicita em seu nome. Aposentado por decreto de 21 de junho de 1890, faleceu aos 23 de outubro de 1894. Seu retrato foi inaugurado na Seção de Manuscritos aos 24 de janeiro de 1899, quando só a lembrança de sua devoção aos estudos bibliográficos e crítico-históricos podia influir na homenagem.

Os trabalhos inéditos, já enumerados e que são agora impressos, têm valor desigual. Os estudos históricos eram uma novidade na época, críticos e informativos, e representavam uma revisão aos trabalhos de Cândido Mendes. A Relação dos Manuscritos de Antônio Vieira existentes na Biblioteca Nacional seguem a sua tradição, de registrar as fontes primordiais da Casa. É acrescida de um suplemento dos manuscritos adquiridos depois da feitura do trabalho e preparado pelos colaboradores da Seção de Manuscritos. O trabalho mais importante aqui reproduzido é a continuação (1823-1831) seguida do Suplemento (1808-1823) aos seus *Anais da Imprensa Nacional.* A bibliografia e a correspondência servem para melhor avaliação do seu acervo espiritual.

Já relacionamos os vários trabalhos inéditos que não puderam ser reproduzidos por se acharem incompletos.

O exame geral e objetivo da obra de Valle Cabral, realizada entre 1873 e 1888, revela especialmente o bibliógrafo, o crítico de textos, o paleógrafo, o folclorista e o epigrafista. No caminho do folclore, afora suas contribuições publicadas na *Gazeta Literária,* deixou algumas notas folclóricas de advinhações, provérbios, brinquedos populares, jogos infantis, quadras, canções e variantes, adágios, cantigas ([91]) ainda não examinadas a fundo pelos competentes. Na epigrafia coube á Valle Cabral, seguindo os rumos certos estabelecidos por frei Camilo de Montserrat, realizar a primeira grande investigação jamais feita no Brasil. A colheita final constitui o primeiro *Corpus* epigráfico brasileiro.

---

(90) Cf. Livro de Ofícios, 8 de outubro de 1889 e 25 de janeiro de 1890. A licença fôra concedida a 29 de janeiro de 1890 e êle entrara em gôzo da mesma a 4 de fevereiro de 1890, mas logo reassume e depois ausenta-se.

(91) Vide especialmente gaveta II-31,26,1, caderno 1.º e caderno 8.º, relativos à Bahia.

Foi uma caminhador certo e único [92]. Seu papel não tem similar. Foi também um mestre na paleografia e na crítica histórica, disciplinas indispensáveis para as edições dos textos jesuíticos. Mas é na bibliografia e nos exames e listas das fontes manuscritas que Valle Cabral se agiganta. Poucos o igualaram neste campo. Os maiores inventários de manuscritos contaram com sua colaboração, exclusiva ou não, como o Catálogo dos Manuscritos, o Catálogo da Exposição Permanente de Cimélios; as maiores bibliografias históricas brasileiras como o Catálogo da Exposição de História do Brasil, os Anais da Imprensa Nacional são obra sua ou de sua ajuda.

Em conclusão, Valle Cabral foi um dos mais importantes e mais seguros auxiliares da historiografia brasileira. Poucos contribuíram como êle na qualidade para a elaboração dos instrumentos do trabalho histórico: listas de fontes, bibliografias e textos limpos.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

---

(92) João de Saldanha da Gama declara que êle estava escrevendo uma Memória Circunstanciada da Epigrafia Brasileira.

ANAIS DA IMPRENSA NACIONAL

1823-1831

Pouco tempo depois que assumi a direcção da Imprensa Nacional creei no estabelecimento um archivo typographico, constituido de todas as obras, opusculos, papeis avulsos, e gazetas sahidos das nossas officinas desde a sua fundação em 1808. A falta d'este archivo era por demais sensivel, quando as primeiras obras impressas no Brasil sahiram d'este estabelecimento, então denominado Impressão Regia. A casa não guardava um só exemplar das obras que imprimia, e por isso, fundando o archivo, empenhei-me, como ainda me empenho, de rehaver e reunir tudo o que produziu a nossa Imprensa Nacional desde os seus primitivos tempos. Para auxiliar-me nesse serviço e autorisado pelo Ministério da Fazenda, encarreguei a pessoa extranha ao estabelecimento da acquisição das obras e da sua conservação. Este auxiliar meu, que ainda continua aqui em comissão, apresentou-me, e foi publicado pela casa, em 1881, o primeiro volume dos *Annaes da Imprensa Nacional* que descreve todas as obras publicadas no periodo colonial (1802-1822). O 2.° volume dos mesmos *Annaes*, que deve abranger as obras publicadas de 1823 a 1831, acha-se em confecção e em pouco tempo ficará concluido.

O archivo possue tres catalogos, um chronologico, outro alphabetico pelos appellidos dos auctores e o terceiro systematico. Os dois primeiros são em cartões, o que facilita a busca de qualquer obra que se deseje.

Empenhado desde 1878 na importante tarefa de adquirir as obras d'este estabelecimento, posso assegurar a V. Excia. que o nosso archivo já possue boa copia de livros raros e preciosos, impressos em diversos annos do longo período da Imprensa Nacional.

Para a boa conservação dos livros, são elles accommodados em pequenas caixas de folhas de Flandres, para assim evitar. de futuro os estragos que possam produzir a larva do insecto que no nosso clima tantas devastações fazem nas livrarias.

Apesar d'isso, possue o archivo muitas obras enquadernadas ainda fora de latas, e nesse numero está a collecção quasi com-

pleta dos relatorios dos diversos ministerios, a collecção de leis e de gazetas officiaes, livros que são de assidua consulta e por isso menos faceis de serem atacadas pela larva da [ ].

Em breve será exposto em vitrina o que de mais precioso possue o archivo, ficando d'este modo aos olhos dos visitantes d'este estabelecimento os primeiros e importantes productos da Imprensa do Brasil.

1823

1 — Actas das sessões da Assembléa geral constituinte, e legislativa do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-4.°, 1 vol., 2 tom.

N.° 9.538 do C.E.H.B.

(B.N.)

2 — Agradecimento que tributa ao *illustre*, e polido povo fluminense o cidadão Domingos Alves Branco Moniz Barreto, por si, e pelos seos benemeritos companheiros pronunciados iniquamente na Devassa a que procedeo o juiz syndicante (*sic*) o dezembargador Francisco de França Miranda. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-fol. de 2 ff. innum.

Datado do Rio de Janeiro, a 18 de Julho de 1823.

No fim acha-se um soneto assignado por Arcad. Luz.

As indicações de lugar, officina e anno de impressão occorrem no fim.

(Coll. Carv.)

3 — Antonio Pereira Rebouças. Req. de 1823. Rio de Janeiro, na Typografia Nacional, 1823, *in*-fol. de 4 ff. innum.

Exposição feita por Antonio Pereira Rebouças a Sua Magestade Imperial.

Extrahido de um registro mss. de obras entradas em sept. de 1823, para a Bib. Nac., fl. 78.

4 — Carta ao redactor do Espelho, por Manuel Ferreira de Araujo Guimarães. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

Tiragem de 1.000 exemplares.

Ind. no livro de Encom. da Impr. Nac.

5 — Clarim (?). Periquito (?). Periodicos de 1823. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823 (?).

Não foram indicados o formato e o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

Ind. livro de Encom. da Impr. Nac.

6 — Copia de huma carta vinda de Pernambuco, na qual se relatão os desastrozos acontecimentos, desde a entrada do Sargento mór Pedro da Silva Pedrozo, no governo das armas daquella provincia, até a sua prisão e remssa a esta corte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-fol de 2 ff.

N.º 7.305 do C.E.H.B.

Exp.: D. Joanna T. de Carvalho.

7 — Diario da Assembléa Geral, Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1823-1824, *in*-4.º de 774 e 414-429 pp., 2 vols.

Redigido por Theodoro José Biancardi.

N.º 4.064 do C.E.H.B.

Exp.: S.M. o Imperador.

8 — Diario do Governo. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823-1831, *in*-fol. de 17 vols.

Este jornal teve o nome de "Diario do Governo", desde 2 de Janeiro de 1823 até 20 de Maio de 1824 desta data até 30 de junho de 1831 passou a chamar-se "Diario Fluminense". De 1824-1825 foi seu redactor Fr. F. de Sampaio, e nos ultimos annos o conego J. da Cunha Barbosa.

N.º 4.075 do C.E.H.B.

(B.N.)

9 — Discurso de Sua Magestade o Imperador á Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, no dia da abertura da mesma Assembléa. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-fol. de 11 pp.

N.º 9.537 do C.E.H.B.

(B.N.)

10 — Dissertação sobre o que se deve entender por patria do cidadão e dos deveres de cada cidadão para com a mesma patria, por hum pernambucano, amante da boa ordem. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.° de 40 pp. 2.ª edição.

A 1.ª ed. é de Pernambuco, 1823.

Escripta pelo p. Joaquim de Amor Divino Caneca.

N.° 7.115 do C.E.H.B.

(B.N.)

11 — Editaes do Senado da Camara da Corte. Rio de Janeiro, na Impressão Regia e Typographia Nacional, 1823-1827, *in*-fol. de 9 ff.

N.° 8.642 do C.E.H.B.

(B.N.)

12 — Elencho dos trabalhos e indagações que fazem o objecto da statistica de huma provincia do imperio do Brasil. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional (?), 1823 (1824 ?), *in*-fol. de 1 f.

N.° 19.474 do C.E.H.B.

(B.N.)

13 — Exposição do estado da Fazenda publica. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-fol. de 82 pp.

Escripta por Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

Na secção de mss. ha um exemplar acompanhado de annotações.

N.° 7.103 do C.E.H.B.

(B.N.)

14 — Golpe de vista sobre a situação politica do Brasil independente traduzido d'um manuscrito hespanhol, feito em Junho do corrente anno. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.° de 10 pp.

Veja o cat. dos anonymos.

N.° 7.118 do C.E.H.B.

(B.N.)

15 — O Imperador dos brasileiros residentes fóra da patria. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-fol. de 1 f.

Proclamação de 8 de Janeiro de 1823.

N.º 7.100 do C.E.H.B.

(B.N.)

16 — Justificação ao publico por ordem de S.M.I., feita por Balthazar da Silva Lisboa. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional (?), 1823.

Extrahi outras indicações de um registro mss. de obras entradas para a Bib. Nac. em Fevereiro de 1823 (ff. 72).

O formato e o n.º de paginas não foram indicados pelo Dr. Valle Cabral.

17 — Justificação do Cons.º Balthazar da Silva Lisboa. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-fol.

Mandou-a imprimir José da Silva Lisboa, em 22 de Fevereiro de 1823, na Imprensa Nacional.

Vide Livro de Encom. da Impr. Nac.

O n.º de paginas não foi indicado pelo Dr. Valle Cabral.

18 — Justificação patriotica demonstrada em duas cartas dirigidas ao muito alto, poderoso, e magnanimo Imperador constitucional do Brasil, e seu defensor perpetuo, o Senhor D. Pedro I pelo cidadão Domingos Alves Branco Moniz Barreto, e pelo mesmo dedicadas na publicação da estampa aos fieis, e valerosos povos da provincia da Bahia, sua patria. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.º de IX-22 pp. num.

As duas cartas são datadas do Rio de Janeiro, a 3 de Abril e 29 de Maio de 1822.

Nas paginas preliminares traz uma *Dedicatoria aos honrados habitantes da provincia da Bahia*, datada do Rio de Janeiro, a 16 de Setembro de 1823.

N.º 6.963 e 7.119 do C.E.H.B.

(Col. Carvalho, B.N.)

19 — Madeira (O) preso. Annuncio ao publico dado pelo redactor do Espelho. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional (?), 1823.

Indicado no Reg. da Bibl. Nac.

O formato e o n.º de paginas não foram indicados pelo Dr. Valle Cabral.

20 — Manifesto á Bahia de Todos os Santos, por hum deputado ás Cortes Geraes Constituintes de Portugal, Cypriano José Barata de Almeida. Com algumas Notas. Desengano para brasileiros e europeos residentes no Brasil. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.º.

Reimpresso na Imprensa Nacional, 1823.

N.º 6.724 do C.E.H.B.

Exp.: Francisco Ramos Paz.

21 — Manifesto de S.M. o Imperador aos Brasileiros. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-fol. de 2 ff.

Datado de 16 de Novembro de 1823.

N.º 7.102 do C.E.H.B.

(B.N.)

22 — Manifesto de Sua Magestade o Imperador aos brasileiros. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-fol. de 3 pp. num.

Datado de 16 de Novembro de 1823.

(B.N.)

23 — Manifesto em que se faz ver a origem e progresso do estabelecimento da Imperial Casa da Senhora Mãi dos Homens na serra do Caraça. Rio de Janeiro, na Typografia Imperial e Nacional, 1823, *in*-4.º de 8 pp.

N.º 12.462 do C.E.H.B.

(B.N.)

24 — Memoria sobre as principaes causas, porque deve o Rio de Janeiro conservar a união com Pernambuco. Por B.J.G. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.° de 125 ff. e 1 de err.

As iniciais B.J.G. correspondem a Bernardo José da Gama.

N.° 7.304 do C.E.H.B.

(B.N.)

25 — Oração gratulatoria, que no dia 19 de Outubro de 1822, sendo acclamado protector e perpetuo defensor do Brasil o... senhor d. Pedro de Alcantara... recitou na matriz da cidade de Sergipe D'Elrei... I.A.D. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.° de 11 pp.

As iniciais I.A.D. correspondem a Ignacio Antonio Dormundo.

N.° 7.034 do C.E.H.B.

(B.N.)

26 — Oração gratulatoria que pela feliz acclamação do ... senhor d. Pedro de Alcantara, 1.° Imperador do Brasil... recitou na Igreja Matriz da cidade de S. Christovão de Sergipe aos 3 de Março de 1823, o padre Ignacio Antonio Dormundo. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-4.° de 11 pp.

N.° 7.033 do C.E.H.B.

(B.N.)

27 — Oração, que na solemne acção de graças por o feliz restabelecimento da saude de S.M. o Imperador, celebrada na igreja de S. Francisco de Paula em o dia 24 de Agosto de 1823 por a Guarda d'Honra de S.M., recitou fr. Francisco do Monte-Alverne, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-4.° de 14 pp.

N.° 7.108 do C.E.H.B.

(B.N. e Coll. Carv.)

28 — Oração que no dia 8 de Dezembro de 1822 da acclamação do Senhor D. Pedro I, Imperador... do Brasil, na Matriz do Corpo Santo recitou... o P. M. Fr. Miguel do Sacramento Lopes. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-4.°.

Não foi indicado o n.° de p. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.031 do C.E.H.B.

(B.N.)

29 — Oração que no solemne applauso consagrado pelo Senado de Villa Rica á Acclamação de Sua Magestade Imperial e Constitucional, o Senhor D. Pedro de Alcantara, recitou no templo de N.S. do Carmo o p. m. Manoel Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-4.° de 14 pp.

N.° 7.030 do C.E.H.B.

(B.N.)

30 — Plano de huma subscripção mensal para augmento da Marinha de Guerra do Imperio do Brasil, offerecido á approvação de Sua Magestade Imperial. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional (1823), *in*-fol. de 2 ff. inn.

É precedido do Decreto de 24 de Janeiro de 1823, approvando o referido plano.

(B.N.)

31 — Proclamação do Governador das Armas do Pyauhy, tenente coronel Joaquim José de Souza Martins e duas cartas dirigidas ao redactor de um periodico, pedindo a inserção da dicta proclamação. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.277 do C.E.H.B.

(B.N.)

32 — Projecto de Constituição para o Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-8.° peq. de 56 pp.

N.° 9.918 e 9.919 do C.E.H.B.

(B.N.)

33 — Projecto de Constituição para o Império do Brasil, organizado no Conselho de Estado sobre as bases apresentadas por S.M.I. o Sr. D. Pedro I. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-4.° de 46 pp. com indice.

Exemplar annotado por letra de Manoel Alves Branco Moniz Barreto.

N.° 9.916 do C.E.H.B.

(B.N.)

34 — Projecto de Constituição para o Imperio do Brasil, organizado no Conselho de Estado sobre as bases apresentadas por S.M.I. o Sr. D. Pedro I. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-4.° de 30 pp.

N.° 9.917 do C.E.H.B.

(B.N.)

35 — Projecto de Constituição para o Imperio do Brasil: organizado no Conselho de Estado sobre as bases appresentadas por Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I Imperador Constitucional e defensor Perpetuo do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional. 1823, *in-fol.* de 22 pp. num.

Na bibliotheca de S.M. o Imperador existe um exemplar que traz no fim escripto do punho de D. Pedro I: "A 25 de Março de 1824 jurei sobre este projecto". Com as iniciaes P.I. em monogramma, que querem dizer Pedro Imperador.

Os exemplares são rarissimos.

36 — Regimento de signaes da marinha. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.°.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

(B.N.) — 109, 4, 12

37 — Regimento provisional para o serviço, e disciplina das esquadras, e navios da armada real... Novamente reimpresso por ordem de S.M. o Imperador. Rio de Janeiro, na Typografia Nacional, 1823, *in*-4.°.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.249 do C.E.H.B.

(B.N.)

38 — Resumo das instituiçoens politicas do Barão de Bielfild, para-fraseadas, e accommodadas á forma de governo no Imperio do Brasil. Offerecido á mocidade Brasiliense por hum seu Compatriota Pernambucano. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-4.° de 90 pp.

Parece ser da auctoria de Basilio José da Gama.

N.° 7.117 do C.E.H.B.

(B.N.)

39 — Riqueza do Brasil em madeiras de construcção e carpintaria, por Balthazar da Silva Lisboa. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1823, *in*-4.°, 1 folheto.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

(B.N.)

40 — Semanario Mercantil. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823.

O formato e o n.° de pp. não foram indicados pelo Dr. Valle Cabral.

In-Livro de Encom. da Impr. Nac.

Responsavel: Dr. Sergio.

41 — Sentinella. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823.

O formato e o n.° de pp. não foram indicados pelo Dr. Valle Cabral.

In-Livro de Encom. da Impr. Nac.

Responsavel: José Estevão Grondona.

42 — Sermão que na solemne acção de graças pelo regresso dos exulados (*sic*) da cidade de S. Paulo recitou na Capella da Ordem Terceira do Carmo da mesma cidade aos 9 de Novembro de 1823, o p. m. fr. Antonio de Santa Gertrudes, ex-leitor de filosofia, examinador synodal, e prior do Convento do Carmo da mesma cidade. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.° de 15 pp. num.

43 — Sermão que na solemnidade da acclamação do ... senhor d. Pedro de Alcantara, em imperador constitucional do Brasil, celebrada... na matriz do Corpo Santo pelo Senado da villa de Santo Antonio do Recife... pregou fr. Joaquim do Amor Divino Caneca. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.° de 28 pp.

N.° 7.032 do C.E.H.B.

(B.N.)

44 — Sermão que nas solemnidades da acclamação de D. Pedro de Alcantara... em imperador constitucional do Brazil, celebrada... na matriz do Corpo Santo pelo senado da villa de Santo Antonio do Recife, por fr. J.m do Amor Divino Caneca. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.° de 28 pp.

Vide Inn., XII, pg. 362.

45 — Tamoyo (O). N.os 1-35. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional e Typographia de Silva Porto & C., 1823, *in*-fol.

Vide Gazeta Litteraria.

N.° 4.531 do C.E.H.B.

(B.N.)

46 — Tamoyo (O). Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional (?), 1823.

In Livro de Encom. da Impr. Nac.

Responsavel: Ant.° de Menezes do Nasc. Drummond.

O formato e o n.° de pp. não foram indicados pelo Dr. Valle Cabral.

47 — Versos heroicos que, pelo motivo da gloriosa acclamação do primeiro Imperador Constitucional do Brasil, compóz e recitou Maria Clemencia da Silveira Sampaio, etc. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1823, *in*-4.° de 8 pp.

N.° 7.025 do C.E.H.B.

(B.N.)

48 — Viva Lord Cochrane, Marquez do Maranhão, heróe brasileiro, por Domingos Alves Branco Moniz Barreto. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1823, *in*-fol de 1 f.

É uma saudação datada do Rio de Janeiro a 8 de Outubro de 1823.

Impressão Regia, em 1823?

49 — Viva o Imperio do Brasil, por Manuel Ferreira de Araujo Guimarães. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional (?), 1823.

Ind. no Registro da Bibl. Nac.

O formato e o n.° de pp. não foram indicados pelo Dr. Valle Cabral.

1824

50 — Abreviado compendio das indulgencias, graças, e privilegios do Santissimo Rosario da Virgem Maria Nossa Senhora, segundo os Bullarios da Ordem dos Pregadores, e o que escreverão nesta materia os mais famigerados authores. O qual consagra, e dedica a mesma Virgem Senhora do Rosario, hum devoto anonymo, e indigno filho da sagrada Ordem dos Pregadores. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-8.° de 174 pp. num.

Reimpresso no Rio de Janeiro.

(B.N.) 145, 1, 36

51 — Acta da sessão extraordinaria de 30 de Abril de 1824 da Junta Provisoria do Governo Geral da Provincia do Grão-Pará, na qual se deu posse ao novo Presidente, José de Araujo Roso, e se tomaram providencias para a segurança e tranquillidade da Provincia. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.208 do C.E.H.B.

(B.N.)

52 — Agua vai. Calmante às Malaguetas n.os 3 e 4. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 7 pp.

N.° 7.134 do C.E.H.B.

(B.N.)

53 — Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1824. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in-12.°* peq. de 355 pp.

Almanach impresso no anno de 1816 e reimpresso em *1817, 1823, 1824, 1825, 1827*, em a Impressão Regia, Imprensa Imperial e Imprensa Nacional.

N.° 3.458 do C.E.H.B.

(B.N.)

54 — Analyse do manifesto publicado no Diario de 30 de julho. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 7 pp.

N.° 7.313 do C.E.H.B.

(B.N.)

55 — Analyse do projeto do governo para as provincias confederadas, e que as deve reger em nome da Soberania nacional das mesmas provincias, por Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente do governo de Pernambuco. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 8 pp.

N.° 7.314 do C.E.H.B.

(B.N.)

56 — Appelo á honra brasileira contra a facção dos federalistas de Pernambuco. Parte II. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Por José da Silva Lisboa.

O n.° de pp. não foi indicado pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.321 do C.E.H.B.

(B.N.)

57 — Artigos de guerra. Rio de Janeiro, na Typografia Nacional, 1824, *in*-fol.

Em portuguez e allemão.

O n.° de pp. não foi indicado pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.199 do C.E.H.B.

(B.N.)

58 — Balanço da receita e despeza da Intendencia Geral da Policia da Corte e Imperio do Brasil, desde o 1.° de Julho até 14 de Outubro de 1824. Rio de Janeiero, na Imprensa Nacional (?), 1824, *in*-fol.

O n.° de pp. não foi indicado pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.129 do C.E.H.B.

(B.N.)

59 — Breve analyse á Malagueta extraordinaria ou estravagante, n.° 3, de 28 de Maio de 1824. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 13 pp.

N.° 7.132 do C.E.H.B.

(B.N.)

60 — Cascavel (A). Rio de Janeiro, na Typografia Nacional, 1824, *in*-fol. de 11 pp.

Assignado por Domingos Cadaville Velloso.

N.° 7.243 do C.E.H.B.

(B.N.)

61 — Cerimonial para o juramento solemne que ha de prestar o Imperador Constitucional Defensor Perpetuo do Brasil Pedro I, á Constituição Politica da nação brasileira em 25 de Março de 1824. Rio de Janeiro, na Impressão Nacional, 1824, *in*-fol, de 2 ff. inum.

62 — Constituição politica do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-4.° de 47 pp. num. Mais 2 inum.

Edição official e princeps.

N.° 9.921 do C.E.H.B.

(B.N.)

63 — Constituição Moral e deveres do cidadão. — Com exposição da Moral publica conforme o espirito da Constituição do Imperio, por José da Silva Lisboa, visconde de Cayrú. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824; *in*-8.°, 3 tom. 1 vol.

(B.N.) — 133, 21

64 — Constituição politica do Imperio do Brasil, organizada no Conselho de Estado sobre as bases apresentadas por Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I, Imperador Constitucional, e defensor perpetuo do Brasil. Bahia, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 32 pp.

No fim occorrem 2 ff. em que se acha o original do termo do juramento á Constituição prestado a 3 de Maio de 1824 pelo Presidente da Provincia Francisco Vicente Vianna, Cabido, Senado da Camara, Governador das Armas, e quasi todos os chefes das differentes repartições publicas da Provincia, etc. Entre as assign. autogr. das pessoas que prestaram juramento notam-se as de José de Sá de Bethencourt e Camara, Dr. Antonio Polycarpo Cabral e Dr. Jonathas Abbott, então official interprete da Secretaria do Governo.

N.° 9.923 do C.E.H.B.

Exp. Secretaria do Gov. da Prov. da Bahia.

65 — Copia do conselho militar do governador das armas da Provincia do Maranhão e da denuncia dada a este pelo clerigo *in minoribus* Domingos Cadaville Velloso Cascavel, em que declara que foi convidado pelos filhos do Presidente José Vicente Freire e Bruce e Raymundo José Bruce e pelo mesmo Presidente da Junta Civil Miguel Ignacio Freire e Bruce para trabalhar afim de adoptar-se na provincia o systema republicano. Rio de Janeiro, na Typografia Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.241 do C.E.H.B.

(B.N.)

66 — Defesa de Antonio Raymundo Belford Pereira de Burgos, accusado de haver sediciosamente maquinado a deposição de Junta do Governo Civil da Provincia do Maranhão, com o fim de fazer triumphar as ideas republicanas. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.245 do C.E.H.B.

(B.N.)

67 — Defesa de Antonio Raymundo Belford Pereira de Burgos contra as accusações do Capitão Francisco Antonio da Costa Barradas, por factos occorridos nas provincias do Maranhão. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol, de 16 pp.

N.° 7.246 do C.E.H.B.

(B.N.)

68 — Defesa do Governador das armas da provincia do Maranhão, José Felix Pereira de Burgos, contra as accusações de um anonymo publicadas no Despertador Constitucional. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 22 pp.

N.° 7.247 do C.E.H.B.

(B.N.)

69 — Desaggravo do arcipreste João Baptista Gonçalves Campos contra José Araujo Roso. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), 1824, *in*-fol. de 9 pp.

N.° 7.212 do C.E.H.B.

(B.N.)

70 — Desforço patriotico contra o libello portuguez do anonymo de Londres inimigo da independencia do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Da auctoria de José da Silva Lisboa.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.129 do C.E.H.B.

(B.N.)

71 — Despertador Constitucional. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), 1824.

Sem qualquer outra indicação do Dr. Valle Cabral.

Livro de Encom. da Impr. Nac.

Resp. D. A. B. Moniz Barreto.

72 — Edital da Junta do Banco do Brazil offerecendo o premio de 10:000$000 a quem descobrir a residencia de João Marolle, falsificador de notas do mesmo Banco e o pre-

mio de 2:000$000 a quem descobrir qualquer outro falsificador com fabrica de falsificação. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.º 13.521 do C.E.H.B.

(B.N.)

73 — Edital de D. Francisco d'Assis Mascarenhas, conde de Palme marcando o dia, hora, e lugar em que devem congregar-se os eleitores parochiaes, para a nomeação do presidente do Collegio eleitoral. Rio de Janeiro, Imprensa Imperial e Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.º 9.501 do C.E.H.B.

(B.N.)

74 — Elementos de geometria de S. F. Lacroix traduzidos do francez para uso da Imperial Academia Militar por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-4.º de 206 pp. num.

Nove estampas gravadas, sendo as trez ultimas por Dandeleux.

Rarissimo.

Bib. Esch. de Med.

75 — Exhortação aos bahianos sobre as consequencias do horrido attentado da sedição militar commetido na Bahia em 25 de Outubro de 1824. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 4 pp.

Assign. José da Silva Lisboa.

N.º 7.370 do C.E.H.B.

(B.N.)

76 — Historia curiosa do máo fim de Carvalho e Companhia á bordoada de páo-Brasil. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-fol.

Escripta por José da Silva Lisboa.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.º 7.322 do C.E.H.B.

(B.N.)

77 — Independencia do Imperio do Brasil, apresentada aos Monarchas europeos por Mr. Beauchamp. N.os 1-3. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Traducção da obra em francez, por José da Silva Lisboa, Visconde de Cayrú, da edição *chez* Delaunay, lib. Impr. de A. Boucher. Paris, 1824.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.os 7.005 (Ed. franc.) e 7.006 do C.E.H.B.

78 — Instrucções que se hão de observar ao accompanhamento de S.M. o Imperador, no dia anniversario do seu nascimento, e acclamação. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 2 pp. inum.

(B.N.)

79 — Instrucções que se hão de observar no accompanhamento de Sua Magestade o Imperador no dia do juramento da Constituição do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-fol. de 2 pp. inum.

80 — Manifesto do Grão Brasil Imperio dos Imperios do mundo offerecido a S.M. Imperial, defensor perpetuo do Brasil, por Antonio Barboza Correa, mineiro rustico. Ligado ás Profecias do Bandarra e de outros profetas. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-4.º de 54 pp

N.º 7.135 do C.E.H.B.

(B.N.)

81 — Manifesto do desembargador Bernardo José da Gama, ex-deputado á Assembléa Constituinte pela provincia de Pernambuco. Bahia, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 12 pp. num.

82 — Memoria sobre as aldeas de Indios da provincia de São Paulo, por José Arouche de Toledo Rendon, segundo as observações feitas no anno de 1798. Opinião do autor sobre a sua civilização. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-4.º de 35 pp.

Vide Inn. Vol. 12, págs. 241/242.

Saiu depois no t. IV, da "Rev. do Inst. Hist.", *pag*. 296.

N.º 5.542 do C.E.H.B.

(B.N.)

83 — Noticias da Bahia á cerca do assassinato do governdor das Armas Felisberto Gomes Caldeira. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.º 7.369 do C.E.H.B.

(B.N.)

84 — Pesca de tubarões do Recife em trez revoluções dos anarchistas de Pernambuco. Com appendice de conta official, e memoria publica da lealdade da provincia. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
Por José da Silva Lisboa.
N.º 7.320 do C.E.H.B.

(B.N.)

85 — Plano para a edificação de um theatro publico por Victor Porfirio de Borja. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.º 12.862 do C.E.H.B.

(B.N.)

86 — Proclamação aos Pernambucanos pelo tenente coronel Pedro da Silva Pedrozo. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.º 7.311 do C.E.H.B.

(B.N.)

87 — Proclamação de D. Pedro I em 10 de Junho de 1824. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-fol. de 1 fl.

N.º 7.126 do C.E.H.B.
Expositor: Dr. Silvino José de Almeida.

88 — Proclamação de S.M.I. o Sr. D. Pedro I, exhortando os brazileiros á defesa da patria contra os ataques de Portugal. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.º 19.660 do supl. ao C.E.H.B.

(B.N.)

89 — Proclamação do Procurador geral do estado Cis-Platino Lucas José Obes. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1824, *in*-fol. de 1 fl.

N.° 7.431 do C.E.H.B.

(B.N.)

90 — Propugnador (O). N.° 2. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 4.422 do C.E.H.B. e *in* Livro de Encom. da Impr. Nac.

Resp: José Paulino.

(B. N.)

91 — Protesto do diretor dos estudos contra o accordo da Junta eleitoral da parochia de S. José. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 4 pp.

N.° 8.032 do C.E.H.B.

(B.N.)

92 — Representação dos povos da villa de S. Salvador de Campos, contra o brigadeiro ex-commandante José Manoel de Moraes. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 11 pp.

N.° 7.388 do C.E.H.B.

(B.N.)

93 — Resposta *a hum artigo, que vem em o* Espectador Brasileiro n.° 15 sobre a nomeação que se fez de hum compositor, e hum impressor para irem na expedição de Pernambuco. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 1 fl.

(B.N.)

94 — Resposta analytica dada ás observações do Conde do Rio Maior por Francisco Vieira Goulart. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol. de 2 ½ fl. de composição.

Tiragem de 1.000 exemplares.

Sahiria sem o nome do auctor?

Ind. no Livro de Encom. da Impr. Nac.

95 — Resposta analytica dada ás observações feitas sobre o relatorio dos Commissarios de S.M.F. enviados a esta Corte em a corveta Voador, e publicadas em Lisboa com o mencionado Relatorio, e mais papeis officiaes, concernentes ao mesmo objecto. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-4.° de 19 pp.

N.° 7.093 do C.E.H.B.

(B.N.)

96 — Resposta ao dialogo intitulado Nova edição da sustentação do voto, que prestou o brigadeiro D.A.B.M.B. como vogal do Conselho de Guerra, que por ordem de Sua Magestade Imperial se fez ao brigadeiro Pedro Labatut. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-4.° de 27 pp.

As iniciaes D.A.B.M.B. correspondem a Domingos Alves Branco Moniz Barreto.

N.° 7.366 do C.E.H.B.

(B.N.)

97 — Supplemento ao Amigo do Homem n.° 43, periodico da provincia do Maranhão, no qual se recapitulam os attentados do Barão da Parnahyba, presidente do Piauhy. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.278 do C.E.H.B.

(B.N.)

98 — Sustentação do voto, que prestou o brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto, como vogal do Conselho de Guerra, que por ordem de S.M. Imperial se fez ao brigadeiro Pedro Labatut. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.365 do C.E.H.B.

(B.N.)

99 — Tratado elementar de arithmetica por S. F. Lacroix. Traduzido do francez para uso da Imperial Academia Militar. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824,

in-4.° de 124 pp. num., 1 fl. desdobravel entre as pp. 60 e 61.

Apezar de não se declarar a traducção é de M. Ferreira de Araujo Guimarães.

Rarissimo.

(Bib. da Esch. de Med.)

100 — Tratado elementar de trigonometria rectilinea e esferica de S. F. Lacroix, traduzido do francez para uso da Imperial Academia Militar, por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-4.° de 82 pp. num. com 1 est., que traz a designação de I.

(Col. Carv.)

101 — Voto que dirigio a S.M.I. o Sr. D. Pedro I, o exercito do sul empregado na Banda Oriental do Rio da Prata, de que he Commandante em Chefe o General Barão de Laguna. Manifestacion hecha a S.M.Y. por el Regimento de Cavalleria de la Union y los habitantes del Estado-Cisplatino. Felicitacion hecha a S.M.Y. a nombre del Brigadier Fructuozo Rivera. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1824, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral. N.° 7.114 do C.E.H.B.

(B.N.)

1825

102 — Balanço da Pagadoria da Marinha Nacional, e Imperial, de todo o anno findo em Dezembro de 1824. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), 1825, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral. N.° 8.264 do C.E.H.B.

(B.N.)

103 — Balanço da receita, e despesa da Intendencia Geral da Policia da Côrte e Imperio do Brasil, desde o 1.° de Ja-

neiro até 31 de Março de 1825. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1825, *in*-fol. de 2 ff. num.

Datado de 30 de Abril de 1825 e assignado pelo thesoureiro da Intendencia Manoel José Alves da Fonseca.

N.° 8.131 do C.E.H.B.

(B.N.)

104 — Balanço da receita e despeza da Intendencia Geral da Policia da Corte e Imperio do Brasil, desde 1.° de Abril até 30 de Junho de 1825. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1825, *in*-fol. de 2 ff. inum.

Assignado pelo thesoureiro da Intendência Manoel José Alves da Fonseca.

N.° 8.132 do C.E.H.B.

(B.N.)

105 — Balanço da receita, e despeza da Intendencia Geral da Policia da Corte, e Imperio do Brasil, desde 15 de Outubro até 31 de Dezembro de 1824. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1825, *in*-fol. de 3 pp. num.

Datado a 12 de Janeiro de 1825 e assignado pelo thesoureiro da Intendencia Manoel José Alves da Fonseca.

N.° 8.130 do C.E.H.B.

(B.N.)

106 — Balanço da receita e despeza que teve a Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro, nos annos de 1825/26, 38/39, 40/41, 45/46, 46/47, 49/50, 59/60, 60/61, 63/64, 64/65 e 76/77. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional (?), 1825/1877, *in*-fol. 19 vols.

N.° 14.928 do C.E.H.B.

S.M. o Imperador expõe os de 1838/39, 40/41, 45/46/, 46/47 e 59/60.

(B.N.)

107 — Calumnia (A) desmascarada. Resposta de Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, em que prova não ser o auctor da correspondencia, que vem no Spectador, n.° 50, de 25

de Outubro, com a assign. "Hum Escandalizado", etc. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol.

É escripto de Manuel Ferreira de Araujo Guimarães. Parece-me que sahiu anonymo.

In Livr. de Encom. da Impr. Nac.

Em o n.º 15.405 do C.E.H.B., consta:

"A intriga desmascarada. Replica a Manuel Ferreira de Araujo Guimarães. Rio de Janeiro, na Typographia de Silva Porto, e Comp., 1825, *in*-fol. (B.N.)".

N.º 15.404 do C.E.H.B.

(B.N.)

108 — Cantico poetico ao grande poder dos vates, e o retrato de huma senora (*sic*) em tudo bella, e amabilissima. Obras de F.F.P.S.G.M., monge benedictino. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-8.º peq. de 58 pp. num.

Em quadras.

As iniciaes: F.F.P.S.G.M. correspondem a Frei Francisco de Paula de Sancta Gertrudes Magna.

(B.N.)

109 — Cartas do Corcovado ao Despertador Constitucional. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?); 1825, *in*-4.º de 151 pp.

N.º 15.081 do C.E.H.B.

Expos. S.M. o Imperador.

(B.N.)

110 — Codigo mercantil da França, traduzido do francez e offerecido ao muito alto e poderoso Sr. D. Pedro I, etc., por Antonio José da Silva Loureiro, official da Secretaria de Estado dos Negócios Extrangeiros do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.º de VIII-163 pp. e mais trez de indice.

V. innocencio: Vol. VIII, p. 213.

111 — Collecção de poesias selectas de Fr. Francisco de Paula de Santa Gertrudes Magna, monge benedictino, pregador geral, mestre de rhetorica, e poetica na sua congregação de Portugal, e orador da Imperial Capella. Dividida em duas partes. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.º de 50 pp. num.

Contem a parte primeira:

a) Hymno a S.M. o Senhor D. João VI, e posto em Musica com todo o instrumental pelo seo Auctor, applicando a cada huma das estrophes huma solfa particular propria da letra.

b) Canto poetico offerecido ao Senhor D. Pedro d'Alcantara, Principe Real, no dia de seus annos.

c) Canção ao Faustissimo Dia Doze d'Outubro de 1824, Natalicio de Sua Magestade o Imperador, e Anniversario de Sua Gloriosa Acclamação.

d) Encomio poetico ao Illm.º e Exm.º Sr. D. Mar cos de Noronha sendo eleito Governador, e Capitão General da Bahia.

Ha ed. em separado de 1812?

E a parte segunda:

e) Lira (a Leandro e Ero).

g) Peidorrada. Obra burlesca, que o Auctor compoz, sendo Collegial em Coimbra, dando as razões, por que não fazia os versos joco-serios, que os seos companheiros lhe pedião para se divertirem na noite de Reis, visto que o Prelado lhes não permittio o pôr em scena alguma peça de Theatro, como era costume no Collegio.

Ha div. edições em separado.

(Coll. Carv.)

112 — Collecção de sonetos sobre varios assumptos compostos por Fr. Francisco de Paula de Santa Gertrudes Magna, monge benedictino, pregador geral, mestre de rhetorica, e poetica na sua congregação de Portugal, e orador da Imperial Capella. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-8.º de 60 pp. num.

(Bibl. Flum.)

113 — Collecção dos diplomas relativos á Sociedade de Agricultura, Commercio, Mineração e Navegação do Rio Doce, seguida da lista dos que nesta provincia do Rio de Janeiro, e nas de Minas Geraes e do Espirito Santo subscreverão com acções para a mesma sociedade. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 9 pp.

N.º 14.615 do C.E.H.B.

(B.N.)

114 — Contestação á historia e censura de Mr. de Pradt sobre successos do Brazil. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.° de 37 pp.

Por José da Silva Lisboa, Visconde do Cayrú.

O obra de Pradt a que se refere o auctor, foi estampada em Paris em 1824 sob o titulo — "L'Europe et l'Amérique en 1822 et 1823". (2 vols., *in*-8.°).

N.° 7.145 do C.E.H.B.

(B.N.)

115 — Copia da acta extraordinaria da sessão de 13 de Junho de 1825 da Camara Municipal do Rio de Janeiro, em que se resolveo erigir um monumento a S.M.I. o Sr. D. Pedro I em testemunho de gratidão do povo pelos altos feitos do mesmo Senhor. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1825, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.394 do C.E.H.B.

(B.N.)

116 — Correspondencia dirigida ao redactor do Diario do Rio de Janeiro sobre actos do Intendente da Policia. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.127 do C.E.H.B.

(B.N.)

117 — Defeza da illibada conducta dos brasileiros Caitetenses criminados de pouco affectos aos portuguezes e de propensos a anarquia. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 5 pp.

N.° 7.377 do C.E.H.B.

(B.N.)

118 — Defeza de Francisco Antonio Soares, offerecida ao governo de Pernambuco antes da amnistia de S.M.I.C. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1825, *in*-fol. de 10 pp.

N.° 7.317 do C.E.H.B.

(B.N.)

119 — Desafronta do Brasil a Buenos Ayres desmascarado. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 6 pp.

Por José da Silva Lisboa, Visconde do Cayrú.

N.º 7.144 do C.E.H.B.

(B.N.)

120 — Despertador Constitucional Extraordinario. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, e na Typographia de Silva Porto e Cia., 1825, *in*-fol. Spec.

Foi redigido por Domingos Alves Branco Moniz Barreto.

O n.º de terça-feira, 1.º de Fevereiro de 1825 (n.º 3), impresso e reimpresso na Typographia de Silva Porto e Cia., *in*-fol. de 10 pp. num., trata das reflexões sobre a maçonaria em geral, e em particular do Oriente brasilico.

Estas reflexões de que contam todo o n.º, escripta por Domingos Alves Branco Moniz Barreto, foram respondidas pelo conego Luis Gonçalves dos Sanctos que saiu a campo com o seguinte opusculo:

"O Vovô Maçon, ou golpe de vista sobre o Despertador constitucional extraordinario do 1.º de Fevereiro de 1825. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1825, *in*-fol. de 10 pp. num.".

Tem por assignatura: Anti-Maçon.

O Snr. C. possue estes dois folhetos, precedendo-os uma nota escripta por letra contemporanea: diz assim — "Discussão prol e contra a maçonaria; a contrariedade é *feita pelo* P.º Luis Gonçalves, e a *defeza por* D.A.B.M.B. Mas do que dizem ambas as partes contendentes claramente se vê, que a maçonaria muito concorrêo para a independencia Brasileira. D'ahi se vê tambem que a maço*naria já existia no* Rio de Janeiro, sobretudo, desde os fins do seculo passado; e que a sua restauração com a elevação do Oriente Brasilico muito para isto concorrêo. O P.º Luis Gonçalves não deixa de não confessar isto mesmo, mas *diz que a independencia de que ahi se fallaria era a* da republicana.

A Bibl. Nac. possue dois exemplares do n.º de 1.º de fevereiro de 1825, um dos quais com a anotação transcripta por Valle Cabral.

N.º 4.056 do C.E.H.B.

(Coll. Carv.)

121 — Dialogo entre hum carcunda, hum constitucional e hum federativo do Equador. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.° de 37 pp.
N.° 7.323 do C.E.H.B.
(B.N.)

122 — Discurso que no dia 15 de Agosto, anniversario da feliz adhesão desta pro. do Pará á causa da independencia, e do Imperio, recitou Romualdo Antonio Seixas por motivo do juramento da Constituição do Imperio ratificado nesse dia por todas as auctoridades ecclesiasticas, civis e militares. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.° de 20 pp.
N.° 7.206 do C.E.H.B.
(B.N.)

123 — Discurso que no dia 15 de Agosto, consagrado pela igreja ao misterio da gloriosa assumpção de Maria Santissima, e anniversario da feliz adhesão desta provincia do Pará á causa da Independencia, e do Imperio, recitou Romualdo Antonio de Seixas: arcediago da cathedral da mesma provincia, por motivo do juramento da Constituição do Imperio ratificado nesse dia por todas as auctoridades ecclesiasticas, civis e militares. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.° de 20 pp. num.
(Coll. C. Mendes, vol. VII e Col. Carv.)

124 — Documentos que bastão para o publico formar o juiso, que quizer sobre a conducta do Exm.° Bispo do Pará, D. Romualdo de Souza Coelho nas commissões politicas, de que fora encarregado ás Cortes de Lisboa, e á villa de Cametá. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.° de 24 pp. num.
(B.N.)

125 — Documento que verificão a boa, ou má conducta do bispo do Pará D. Romualdo de Souza Coelho, no meio das convulsões politicas, que tem alterado a paz, e o socego da respectiva provincia offerecidas á consideração do publico intelligente, e imparcial. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.° de 36 pp. num.
(B.N.)

126 — Edital da Juncta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação de 5 de Abril de 1825, dando publicidade á Portaria que declara que o Governo Britanico tomára a resolução de franquear ao commercio extrangeiro os portos das suas possessões americanas. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 13.204 do C.E.H.B.

(B.N.)

127 — Introducção á historia dos principaes sucessos politicos do Imperio do Brasil, por José da Silva Lisboa, visconde do Cayrú. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional. 1825, *in*-4.°, 1 folheto.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

(B.N.)

128 — Lista geral dos srs. subscriptores para augmento da marinha de guerra da Bahia. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 13 pp.

N.° 7.376 do C.E.H.B.

(B.N.)

129 — Manifesto do commandante da esquadra imperial ao Governo de Buenos Aires declarando que todos os portos, e costas da Republica de Buenos Aires, e de todos aquelles, que na margem Oriental do Rio da Prata estiverem occupados pelas tropas de B. Aires, ficão sujeitos ao mais rigoroso bloqueio, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), 1825, *in*-fol. de 1 fl.

N.° 10.854 do C.E.H.B.

(B.N.)

130 — Manifesto do coronel Julião Fernandes Leão, prezo na ilha das Cobras, contra o seo injusto accusador o coronel Fernando Telles da Silva, commandante das armas da provincia do Espirito Santo. Offerecido ao público sensato em principio de justificação. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 20 pp. num.

(B.N.)

131 — Manifesto ou exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil a respeito do governo das Provincias Unidas do Rio da Prata; e dos motivos que a obrigaram a declarar a guerra ao referido governo. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.°.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.143 do C.E.H.B.

(B.N.)

132 — Manifesto que ao conhecimento do respeitavel publico, e dos illustres e benemeritos magistrados desta corte, offerece Pascoal Cosme dos Reis sobre a causa, que pende entre elle, e seo inimigo João Alves Pinto Ribeiro. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 17 pp. num.

(B.N.)

133 — Maranhão. Ao publico. Documentos em defeza do presidente Miguel Ignacio dos Santos Freire e Bruce, publ. por um maranhense amigo da verdade. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), 1825, *in*-fol. em quatro partes.

N.° 7.259 do C.E.H.B.

(B.N.)

134 — Medicina curativa ou methodo, etc., por Le Roy. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.°.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

(B.N.) 67, 8, 8.

135 — Memoria da Origem, Progresso, e Decadencia do Direito do Quinto do Ouro na Provincia de Minas Geraes. Por Jorge Antonio da Silva Maya, Inspector da Caza da Fundição da Com.ca do Rio das Velhas. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), 1825, *in*-4.° de 45 ff.

Original?

Traz um *Indice* das leis, etc. relativas ao estabelecimento fisc. e cobr. do quinto na provincia de Minas, indice que parece não ter sido publicado com a memoria.

(Inst. Hist.)

136 — Memorial apresentado ao corpo legislativo do Imperio do Brasil, pela Companhia de Navegação, Commercio e Colonisação do Rio Doce e seus confluentes, sobre serem melhoradas as condições propostas pela commissão da Camara dos Deputados. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.°.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 14.616 do C.E.H.B.

(B.N.)

137 — Narração da solemne abertura da Imperial Academia Militar em presença de Suas Magestades Imperiaes no dia 9 de Março de 1825. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), 1825, *in*-4.° de 16 pp.

Por Manuel Ferreira de Araujo Guimarães.

N.° 12.668 do C.E.H.B.

(B.N.)

138 — Obras do padre Luis Gonçalves dos Sanctos que sairam anonymas: Antidoto salutifero contra o Despertador Constitucional extraordinario n.° 3, dividido em sete cartas dirigidas ao author d'aquelle folheto impio, revolucionario e execravel. Para beneficio da mocidade brasileira, especialmente da fluminense, por hum seu patricio fiel aos deveres que lhe impõem a religião, e o imperio. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1825, *in*-4.° de 151 pp. num. e 1 mss. de erratas não num.

As chartas são dactadas da Quinta do Corcovado a 3, 9, 12, 17, 22 e 28 de Abril e 5 de Maio de 1825, e são assignadas: *O que vê, e não ouve*... Foi reimpresso em Lisboa na Impressão Regia, 1827, *in*-4.°.

Só vi d'esta ed. as trez primeiras chartas com a respectiva folha de rosto; contendo 56 pp. num. Nesta edicção a 1.ª charta vem com a dacta errada de 15 de Abril em vez de 3. Não sei si se continuou a impr. das outras chartas. A charta 2.ª e 3.ª trazem no fim as indicações do lugar da impr. off. e anno. A 1.ª não traz provavelmente porque foi distribuida com a folha de rosto, onde se acham as mesmas indicações.

139 — Ode offerecida a Sua Magestade o Imperador do Brasil, no faustissimo dia 12 de Outubro, natalicio do mesmo augusto senhor, e anniversario de sua gloriosa acclamação, por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-8.° de 7 pp. num.

O nome do auctor acha-se no fim.

(B.N.)

140 — Poema heroico sobre o amor devido ao Ente Summo contemplado como hum na sua essencia, e como Trino nas pessoas. Por Fr. Francisco de Paula de Santa Gertrudes Magna, monge benedictino, pregador geral, mestre de rhetorica, e poetica na sua congregação de Portugal, e orador da Imperial Capella. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.° de 32 pp. num.

Precede-o um *prologo* do auctor.

(Coll. Carv.)

141 — Providencias lembradas ao cons. Intendente Geral da Policia, pelo seu ajudante o des. José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araujo, em dois differentes papeis escriptos do punho do mesmo, e pontados por letra do referido conselheiro... Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.128 do C.E.H.B.

(B.N.)

142 — Publico (Ao). Documentos em defesa do ex-presidente do Maranhão — Miguel Ignacio dos Santos Freire Bruce — por um maranhense amante da verdade. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol de 12 pp.

N.° 7.255 do C.E.H.B.

(B.N.)

143 — Refflexões offerecidas ao publico imparcial sobre a correspondencia publicada no n.° 14 do Grito da Razão. assignada por hum Maranhense, que se diz amigo da verdade. Por Domingos Cadeville Velloso. Rio de Janeiro, Na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol de 11 pp.

N.° 7.250 do C.E.H.B.

(B.N.)

144 — Requerimento e outros documentos dos lavradores da Ilha do Rio dos Sinos, termo da cidade de Porto Alegre, sobre a abertura de uma estrada na sobredicta ilha. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 7 pp.

N.° 14.134 do C.E.H.B.

(B.N.)

145 — Resposta ao impresso, que fez publicar nesta Corte Americo José Ferreira com o titulo — Breve Exposição aos Brasileiros — na parte em que falla do Marechal Bento Correia da Camara... Ordenada por seu filho Abel Correia da Camara. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 9 pp.

N.° 10.849 do Ç.E.H.B.

(B.N.)

146 — Resposta ao Supplemento do Spectador n. 126 e a outro impresso intitulado Maranhão ao Publico por hum maranhense assignado Amigo da Verdade. Em desaffronta da verdade iniquamente calumniada. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 12 pp.

N. 7.249 do C.E.H.B.

(B.N.)

147 — Resumo das quantias pagas até o ultimo dia de Abril de 1825 pelos Srs. subscriptores desta Côrte, para augmento da marinha de guerra. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 32 pp.

N.os 7.393 e 19.666 do C.E.H.B.

(B.N.)

148 — Sentença proferida contra os réos, João Guilherme Ratcliff, Gio Metrowich, e Joaquim da Silva Loureiro. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-fol. de 2 ff.

N.° 7.390 do C.E.H.B.

(B.N.)

149 — Triumpho da Legitimidade. Contra facção de anarchistas. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, fol. spec.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 4.551 do C.E.H.B.

(B.N.)

150 — Versos que á Sua Magestade Imperial em signal de jubilo, respeito, amor, fidelidade, e adoração por se applaudirem os seos faustos annos e gloriosa acclamação. O.D.C. Manoel José Cardoso Junior, bacharel em leis, e bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, natural da Bahia. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1825, *in*-4.° de 16 pp. num.

Consta de 14 sonetos.

(B.N.)

1826

151 — Accordão que na Casa da Supplicação deste Imperio se proferio a favor de Miguel Ignacio dos Santos Freire e Bruce, que foi presidente da provincia do Maranhão. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol. de 8 pp. num.

N.° 7.261 do C.E.H.B.

(B.N.)

152 — Actas das sessões da Camara dos Deputados do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826-31 *in*-8.°, dois volumes.

O C.E.H.B. faz referencias, também, ás actas das sessões até 1869.

N.° 9.646 do C.E.H.B.

(B.N.)

153 — Actas das sessões da Camara dos Senadores do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826-31, *in*-8.°.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral. O C. E. H. B. faz referências, também, às actas das sessões até 1865.

N.° 9.566 do C.E.H.B.

(B.N.)

154 — Boletins sobre a molestia de Sua Magestade Imperatriz, assignados pelo barão de Inhomirim. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol., n.° 1-17.

N.° 7.159 do C.E.H.B.

(B.N.)

155 — Breve relatorio dos titulos fundamentaes, em que Pascoal Cosme dos Reis firma a sua defeza contra as injustiças, e atraiçoadas causas, que lhe move João Alves Pinto Ribeiro; e confutação da sua Resposta sem data de dia, impressa em 1825, que acaba — Quem he pois o ladrão? decida o respeitavel publico, à vista dos factos comprovados. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1826, *in*-fol. de 19 pp. num.

Prometia a continuação.

(B.N.)

156 — Breve resposta do auctor da broxura intitulada — Reflexões sobre a Carta de Lei de S.M.F., etc., etc. — ao auctor anonimo de hum artigo inserido em o n.° CCXXIX do Spectador Brasileiro. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1826, *in*-4.° de 8 pp. num.

As indicações de 1 off. e anno de impr. occorrem no fim.

(B.N.)

157 — Carta constitucional da monarchia portugueza decretada, e dada pelo rei de Portugal e Algarves D. Pedro, Imperador do Brasil, aos 29 de Abril de 1826. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nácional, 1826, *in*-4.° de 36 pp. num.

158 — Carta de confirmação, approvação e ratificação de convenção celebrada entre o Brasil e a Gran-Bretanha para a extincção do commercio de escravatura. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

Ver o n.° 10.290 do C.E.H.B., referente á copia autenticada do tratado com a Grã-Bretanha.

N.° 12.288 do C.E.H.B.

(B.N.)

159 — Concurrencia dos crimes de adulterio, veneficio, e morte perpetrados contra a honra, e vida do tenente coronel de cavallaria de milicias Antonio Nascentes Pinto reo pronunciado executor do assassinio Francisco da Silva Braga co-reos pronunciados mandantes do mesmo assassinio, e perpetradores dos crimes de veneficio, e adulterio o major João Agostinho Rozauro de Almeida, e D.ª Anna Rangel Nascente, viuva do assassinado parte offendida, e como tal autora do libello accusatorio D.ª Rita Emiliana Gomes Nascentes, viuva do coronel Antonio Nascentes Pinto, e mãi do assassinado tenente coronel Nascentes. Tomo I. Parte I. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1826, *in*-fol. de 53 pp. num.

Contem trez partes que completam o tomo I.

(B.N.)

160 — Congratulação brasileira pela ratificação do tratado da *independencia do Brasil*, e *reconhecimento* authentico da Dignidade Imperial do Sr. D. Pedro I. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol. de 4 pp.

N.° 7.152 do C.E.H.B.

(B.N.)

161 — Constituição politica do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1826, *in*-16.° de 60 pp.

N.° 9.925 do C.E.H.B.

Exp. D.ª Joanna T. de Carvalho.

162 — Conta que Sua Magestade o Imperador dá o ministro e secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, do tempo da sua administração. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° de 26 pp. num.

Do visconde de Nazareth.

Datada de 19 de Novembro de 1825.

N.° 8.082 do C.E.H.B.

(B.N.)

163 — Contradicta á Mr. Chapuis. Rio de Janeiro, na Typopraphia Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° de 24 pp.

N.° 7.155 do C.E.H.B.

(B.N.)

164 — Defesa de Miguel Ignacio dos Santos Freire e Bruce, que foi presidente das duas juntas provisorias independentes na provincia do Maranhão e presidente da mesma provincia, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol. de 60 pp.

N.os 7.242 e 7.260 do C.E.H.B.

(B.N.)

165 — Defeza dos Negociadores do emprestimo brasileiro em Londres, contra as invectivas do parecer da comissão da Camara dos Deputados sobre o relatorio do ministro da fazenda. Pelo Visconde de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant). Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° de 26 pp.

N.° 8.361 do C.E.H.B.

(B.N.)

166 — Diario da Camara dos Deputados á Assembléa Geral Legislativa do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial Nacional, 1826, *in*-fol. peq. em dois volumes.

N.° 4.065 do C.E.H.B.

(B.N.)

167 — Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol. peq.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.º 4.066 do C.E.H.B.
(B.N.)

168 — Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura: que este trafico não tem a barbaridade, horror, e deshumanidade que se lhe quer attribuir, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.º de 31 pp.

N.º 15.172 do C.E.H.B.
(B.N.)

169 — Discurso para ser lido na augusta presença de Sua Magestade o Senhor D. Pedro I... a 5 de Novembro de 1826 na abertura da Academia e Escola de Bellas Artes por Luiz Rafael Soyé, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-8.º de 15 pp.

N.º 12.846 do C.E.H.B.
(B.N.)

170 — Documentos contra a administração do Barão da Parnahyba, presidente do Piauhy. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.º 7.279 do C.E.H.B.
(B.N.)

171 — Edital da Junta do Banco do Brasil. Offerecendo um premio de 6:000$000 a quem descobrir os falsificadores de algumas notas do mesmo Banco. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.º 13.523 do C.E.H.B.
(B.N.)

172 — Exorcismos contra os incursos maçonicos, ou continuação das cartas do que vê, e não ouve, em resposta á Apologia da Religião, e do Imperio. Pelo Despertador Constitucional; dedicados aos amantes da Religião, e do Imperio

para beneficio da mocidade brasileira, pelo conego Luis Gonçalves dos Sanctos. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1826, *in*-4.° de 22 pp. num.

É a oitava charta do P. L. G. dos Sanctos.

173 — Exorcismos contra os incursos maçonicos ou continuação das cartas do que vê, e não ouve, replicando á resposta do Despertador Constitucional. Dedicados aos amantes da Religião, e do Imperio para o beneficio da mocidade brasileira. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° de 133 pp. num.

Contem a carta nona até a duodecima, que é dact. a 8 de Março de 1826.

Escriptas pelo conego Luis Gonçalves dos Sanctos. Não sei se continuou.

174 — Exposição franca sobre a maçonaria por hum ex-maçon que abjurou a Sociedade. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° de 29 pp. num. e 1 fl. de erratas.

(B.N.)

175 — Exquiza sobre a cobrança dos dizimos feita na provincia do Rio de Janeiro, do anno de 1821 em diante, pelo methodo de José Caetano Gomes, que se estendia a todo o Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol. de 3 pp. num.

Acompanha: Vantagem que com justiça devem perceber os lavradores de Minas Geraes, com a cobrança dos dizimos dos generos por sahida desta provincia, feita nos seus registros, assim como se faz no Rio de Janeiro por exportação. Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 1826. Assignado por José Caetano Gomes, deputado da Juncta do Commercio e ex-thesoureiro-mór do Thesouro Publico.

N.° 6.844 do C.E.H.B.

(B.N.)

176 — Falla que Sua Magestade o Imperador pronunciou na Camara dos Senadores no dia 6 de Maio de 1826, na abertura da Assembleia Nacional. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol de 2 pp. inum.

(B.N.)

177 — Instituições que se adoptão e que hão de adoptar na caza de educação de meninas no sobrado n.° 97 da rua dos Latoeiros, de que he directora D.ª Thereza Augusta de Campos Fonseca. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1826, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 12.368 do C.E.H.B.

(B.N.)

178 — Juizo certo ácerca da conducta do tenente coronel de caçadores da primeira linha do exercito Joaquim José da Silva S. Thiago, na recente revolta na provincia de Pernambuco no anno de 1824. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° de 23 pp. num.

179 — Lista Geral dos Srs. subscritores para o augmento da marinha de guerra da provincia do Espirito Santo; assim das acções com que subscreveram, como das quantias que tem pago; extrahida e apurada de diversas relações enviadas pelo Thesoureiro da capital da mesma provincia, o capitão João Pinto Ribeiro de Seixas. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1826, *in*-fol. de 8 pp. num.

N.° 7.382 do C.E.H.B.

(B.N.)

180 — Manifesto do ex-presidente da provincia do Rio Grande do Norte e deputado pela provincia do Ceará, Manuel do Nascimento Castro e Silva. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol. de 27 pp.

N.° 15.496 do C.E.H.B.

(B.N.)

181 — Manual do ensaiador por mr. Vauquelin, approvado no anno de 1799, pela administração das casas da moeda, etc. Traduzido do francez com notas, por João da Silveira Caldeira. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-8.° gr. VI-108 pp. e mais 4 innum. no fim e quatro estampas.

Vide Inn. Vol. 10, pág. 349.

182 — Memoria economica sobre a cultura e preparação do chá escripta por fr. Leandro do Sacramento. Impressa no Rio de Janeiro, e reimpressa no Maranhão, na Typographia Nacional, 1826, *in*-4.° de 48 pp. num.

Vi um exemplar em poder de Augusto Cezar Marques.

183 — Memoria juridica escripta, annotada, e com remissões para melhor intelligencia e uso da mesma mui convenientes com o maior respeito, e submissão offerecida a Sua Magestade o Imperador, e defensor perpetuo do Imperio do Brasil por José de Paulo Figueiroa Nabuco de Araujo Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-8.° de 28 pp. num.

(B.N.)

184 — Novena de Nossa Senhora da Graça, de que são protectores Suas Magestades Imperiaes, mandada fazer pelo seu actual thesoureiro L.P.S.N. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-8.° de 28 pp. num.

(B.N.)

185 — Novena de Santa Barbara que se reza na freguezia do Senhor Bom Jesus do Tribuno. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-8.° de 26 pp. num.

(B.N.)

186 — *Observações sobre a doença do scorbuto, appresentadas* a Sua Excellencia o Ministro da Marinha, e das Colonias, por L. Barin, cavalleiro da Ordem Real da Legião de Honra, e official de Marinha em S. Maló, anno de 1822, traduzidas do francez e impressa á custa do traductor para ser distribuidas gratis, e servir de comprovar a excellencia da medicina curativa de Le Roy. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1826, *in*-4.° de 14 pp. num.

(Bibl. da Fac. de Med. do Rio de Janeiro).

187 — Oração funebre, que nas solemnes exequias, celebradas á memoria de sua mãi D.ª Marianna Perpetua de Sousa Coutinho, por José Maria da Cunha Porto, recitou na

Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Catas-Altas, no dia 25 de Agosto de 1826, o padre Francisco Xavier Augusto de França, etc. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° de 12 pp.

N.° 15.915 do C.E.H.B.

(B.N.)

188 — Petição dos moradores do Arraial de Tejuco, dirigida a S.M.I., pedindo providencias contra as arbitrariedades e loucuras do fiscal dos diamantes Caetano Pinto Ferraz. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.423 do C.E.H.B.

189 — Projecto de lei e formulario para o reconhecimento do principe imperial. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.150 do C.E.H.B.

(B.N.)

190 — Receita e despeza, que teve a administração dos Expostos da Santa Casa de Misericordia desta Corte, desde 1.° de Julho de 1825 até 30 de Junho de 1826, sendo thesoureiro José Bernardes Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, (?), *in*-fol.

Não foram indicados o n.° de pp. e a off. pelo Doutor Valle Cabral.

N.° 14.929 do C.E.H.B.

(B.N.)

191 — Recordação dos direitos do Imperio do Brasil á provincia Cisplatina. N.os 1-3, assignados *Anti-anarquistas*. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° gr. de 23 pp.

De José da Silva Lisboa, visconde do Cayrú.

N.° 7.436 do C.E.H.B.

(B.N.)

192 — Reflexões sobre a carta de lei de S.M. Fidelissima o Senhor Rei D. João VI, de 15 de Novembro de 1825 e sobre os seus decretos de 15 e 19 do mesmo mez e anno. Por Pedro de Chapuis, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1826, *in*-4.° de 30 pp.

N.° 7.153 do C.E.H.B.

(B.N.)

193 — Regimento das Mercês e decretos relativos. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1826, *in*-4.°.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.033 do C.E.H.B.

Exp.: Inst. Hist.

194 — Relação nominal dos senhores deputados á assembléa geral legislativa do Imperio do Brasil, com indicação dos dias em que tomarão assento, as provincias a que pertencem, e suas residencias. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1826, *in*-fol. de 2 ff.

N.° 9.655 do C.E.H.B.

(B.N.)

195 — Requerimento dos negociantes nacionaes e extrangeiros da praça de Pernambuco, reclamando contra a portaria que ordenou a mudança da Alfandega do lugar em que se acha para a casa da Congregação do Oratorio. Observações sobre o dicto requerimento. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol. de 6 pp.

N.° 8.317 do C.E.H.B.

(B.N.)

196 — Resposta á enfiada do artigo Ecce iterum Crispinus: ou antes segunda refutação plena das arengas e penadilhas com que Pedro de Chapuis pertendeo sustentar algumas das suas asserções... por... Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° de 22 pp.

Assig. O Amigo de todos, e mais da verdade.

N.° 7.154 do C.E.H.B.

(B.N.)

197 — Resposta de Domingos de Souza França á papeleta que o menino vindo de S. Catharina, mandado por ser avô, Joam de Bitancourt, fez imprimir e distribuir com o Diario Fluminense. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), *in*-fol. de 9 pp.

N.° 7.414 do C.E.H.B.

(B.N.)

198 — Saudozas (Às) cinzas do Illm.° e Exm.° Senhor João de Castro Canto e Mello, visconde de Castro, grande do Imperio... etc. Elegia offerecida a sua muita amada e prezada filha, a Illm.ª e Exm.ª Senhora Marqueza de Santos. Por Ovidio Saraiva de Carvalho. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol. de 4 pp.

(B.N.)

199 — Sermão recitado perante S.M.M.M., e A.A.I.I. na missa solemne, que no dia 2 de Janeiro fez celebrar em louvor de N. S. da Gloria a respectiva Irmandade, depois de pomposa ceremonia da Presentação do Serenissimo Principe Imperial á mesma Senhora, e offerecido ao muito alto, e poderoso Senhor D. Pedro I, Imperador, etc., pelo arcediago da Sé do Pará Romualdo Antonio de Seixas, deputado eleito pela mesma provincia á Assembléa Geral Legislativa e Socio correspondente da Real Academia das Sciencias de Munich. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1826, *in*-4.° de 19 pp. num.

N.° 7.151 do C.E.H.B.

(Bib. Flum.)

200 — Sermão que na Solemne Acção de Graças pela chegada de S.M. Imperial a esta Corte depois da visita da Bahia; celebrada na Ordem 3.ª do Carmo, por Fr. Antonio de Santa Gertrudes. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1826, *in*-4.°, um folheto.

(B.N.)

201 — Verdadeiro (O) Liberal. Periodico politico litterario. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1826, *in*-fol. Spec.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 4.567 do C.E.H.B.

(B.N.)

1827

202 — Actas das sessões do Conselho do Governo da provincia de Minas Geraes. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 68 pp. num.

De Janeiro a Março de 1826.

(B.N.)

203 — Actas das sessões do Conselho do Governo da provincia de Minas Geraes. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 13 pp. num.

De Outubro a Dezembro de 1826.

(B.N.)

204 — Actas das sessões do Conselho do Governo da provincia de Minas Geraes. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 48 pp. num.

(B.N.)

205 — Canto poetico aos faustos annos de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro de Alcantara, Imperador Primeiro do Brasil, composto por Fr. Francisco de Paula de Santa Gertrudes Magna, monge benedictino. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 22 pp. num.

206 — Carta pastoral sobre o jejum da quaresma, pelo bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827.

Sem indicação de formato e pp.

Vide Inn. vol. 12, pág. 268.

207 — Collecção das peças justificativas, concernentes á defeza que o Vice-Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo... apresentou no Conselho de Guerra, e na Superior Instancia do de Justiça, onde o reconheceram sem criminalidade. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol. de 40 pp.

N.° 10.851 do C.E.H.B.

(B.N.)

208 — Condição da Companhia de seguros Retribuição. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol. de 4 pp.

N.° 13.893 do C.E.H.B.

(B.N.)

209 — Continuação da resposta, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

Refere-se a resposta ás accusações feitas na Camara dos deputados por José Lino Coutinho ao marquês de Baependy.

N.° 15.427 do C.E.H.B.

(B.N.)

210 — Correspondencia dirigida ao redactor do Diario Fluminense, datada de Tejuco, 18 de Março, dando conta das exequias celebradas em memoria da 1.ª imperatriz. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol.

Assig.: "O Tejucano".

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.170 do C.E.H.B.

(B.N.)

211 — Defeza do excellentissimo barão da Parnahyba, fidalgo cavalleiro da Caza Imperial, dignatario da ordem imperial do Cruzeiro, professo na de Christo, e presidente encarregado do commando das armas da provincia do

Piauhy, offerecida ao publico imparcial, por hum Bahiano obscuro, que reside no Piauhy ha dous annos. Rio de Janeiro, reimpresso na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol. de 29 pp. num.

Traz documentos.

O nome do auctor, José Pereira da Silva Mascarenhas, vem no fim da defeza propriamente dicta.

(B.N.)

212 — Descripção feita por Manuel Pinto de Lemos das exequias mandadas celebrar no dia 3 de Abril na matriz da villa de Campos, pela Camara da dicta villa, em suffragio da alma da 1.ª Imperatriz. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.º *7.167* do C.E.H.B.

(B.N.)

213 — Exposição ao respeitavel publico por Manoel do Nascimento Castro e Silva, ex-presidente da provincia do Rio Grande do Norte e deputado pelo Ceará. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol. de 21 pp.

N.º 15.497 do C.E.H.B.

(B.N.)

214 — Exposição ao respeitavel publico que faz José Maria Bomtempo das falsidades e contradicções contra elle publicadas no artigo correspondencia do n.º 3 do Spectador Brasileiro deste anno (1827), assignado pelo Sr. Sigaud. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol. de 2 ff.

N.º 15.455 do C.E.H.B.

(B.N.)

215 — Instrucção para a cultura do linho Canamo. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.º 13.055 do C.E.H.B.

(B.N.)

216 — Necrologia de Patricio José Corrêa da Camara, primeiro visconde de Pelotas. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 15.796 do C.E.H.B.

(B.N.)

217 — Obras poeticas de Falmeno, hum dos redactores do Jornal Scientifico, economico e litterario. Tomo II. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-8.° peq. de 180 pp. num. mais 11 inum. de *index*, e erratas e relação dos subscriptores.

Falmeno é o pseudonimo de Felisberto Ignacio Januario Cordeiro.

Vide Inn. vol. 2.° pág. 258.

Ver o tomo I.

(B.N.)

218 — Oração funebre de Sua Magestade Imperial, a Senhora D.ª Maria Lepoldina Josefa Carolina, archiduqueza d'Austria e primeira Imperatriz do Brazil, que nas solemnes exequias, celebradas em o dia 15 de Fevereiro deste anno, por o Illustrissimo Senado da Camara desta cidade, na igreja das religiosas d'Ajuda, onde está depositado o corpo de Sua Magestade Imperial, recitou fr. Francisco de Monte Alverne, pregador de Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 23 pp.

(B.N.)

219 — Oração funebre que nas exequias de Sua Magestade Imperial, a Senhora D.ª Maria Lepoldina Josefa Carolina, Archiduqueza d'Austria, e primeira Imperatriz do Brasil, celebradas na Imperial Capella, no dia 26 de Janeiro deste anno, recitou Januario da Cunha Barbosa. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 22 pp. num.

Em Março do mesmo anno fez-se reimpressão d'esta Oração, sendo a tiragem de 400 exemplares. (Livro de Encomm. da Impr. Nacional).

(B.N.)

220 — Oração funebre que nas exequias de Sua Magestade Imperial, a Senhora D.ª Maria Lepoldina Josefa Carolina, Archiduqueza d'Austria e primeira Imperatriz do Brasil, celebradas no mosteiro de S. Bento, recitou fr. Francisco de Paula de Santa Gertrudes Magna. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 20 pp.

Sua Magestade o Imperador possue o autographo.
N.° 7.164 do C.E.H.B.

(B.N.)

221 — Oração funebre que nas exequias de S.M.I. a Senhora D.ª Maria Lepoldina Josefa Carolina, primeira Imperatriz do Brasil, celebradas na villa de S. Antonio de Sá, no dia 15 de Março de 1827, recitou Joaquim Pereira dos Reis, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 19 pp.

N.° 7.169 do C.E.H.B.

222 — Oração funebre que nas solemnes exequias, que fez celebrar na igreja matriz de S. Salvador dos Campos dos Goitacazes pela muito alta, e muito poderosa Senhora D.ª Maria Leopoldina Josefa Carolina, primeira Imperatriz do Brasil, 'o Senado da mesma villa recitou o reverendo João Carlos Monteiro, no dia 3 de Março de 1827. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 20 pp.

Vide Inn., vol. 10, pág. 207.
N.° 7.168 do C.E.H.B.

(B.N.)

223 — Pauta das avaliações de todas as mercadorias que se importão no imperio do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 148 pp.

N.° 13.319 do C.E.H.B.

(B.N.)

224 — Projecto do Codigo Criminal do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 77 pp.

Assignado pelo deputado José Clemente Pereira.
N.° 10.107 do C.E.H.B.

(B.N.)

225 — Refutação de um artigo inserto no periodico Astréa n.° 96, de 10 de Fevereiro de 1827, por Manoel do Nascimento Castro e Silva. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol. de 4 pp.

N.° 15.498 do C.E.H.B.

(B.N.)

226 — Respostas ás accusações feitas na Camara dos Deputados contra o marquez de Baependy. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol.

O n.° 15.425 do C.E.H.B., refere-se a assumpto correlato nos seguintes termos: "Sustentação das accusaçoens, que na sua respectiva Camara fez o deputado José Lino Coutinho ao marquez de Baependy. Rio de Janeiro, na Typographia da Astréa, 1827, *in*-fol. de 3 ff. inn. (B.N.)".

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 15.426 do C.E.H.B.

(B.N.)

227 — Rules and reguation of the Rio de Janeiro British Subscription Library; formed by the Committee of management, upon the bases established by the General Meeting, 1.st August. 1826. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 7 pp. num.

As ind. de l., off. e an. occorrem no fim.

(B.N.)

228 — Sexennio para o Imperio do Brasil concedido no anno de 1826, que ha de começar no anno de 1829. Rio de Janeiro, Imprensa Imperial e Nacional, 1827, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.691 do C.E.H.B.

(B.N.)

229 — Todo (A) o Veneravel Clero secular e regular, e carissimos diocesanos, saude, paz, e benção. Pastoral do bispo D. Marcos Antonio de Souza, bispo do Maranhão. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1827, *in*-4.° de 20 pp.

Pastoral de saudação dada no Rio de Janeiro aos 8 de Dezembro de 1827.

N.os 8.864 e 8.865 do C.E.H.B.

(B.N.)

230 — Voto do Sr. deputado Diogo Antonio Feijó, como membro da Commissão do Eclesiastico, sobre a indicação do Sr. deputado Ferreira França, em que propoem que o clero do Brasil seja casado... Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, 1827, *in*-fol.

Datado de 10 de Outubro de 1827.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 9.657 do C.E.H.B.

(B.N.)

1828

231 — Analista (O). Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol. peq. Spec.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 3.880 do C.E.H.B.

(B.N.)

232 — Carta de confirmação, approvação, e ratificação da convenção preliminar entre o Brasil e a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata de 30 de Agosto de 1828. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol. de 8 pp.

N.° 10.296 do C.E.H.B.

Exp. Arch. Militar.

233 — Carta de lei pela qual o Imperador do Brasil, D. Pedro I, manda executar o decreto da Assembléa Geral Legislativa, o qual estabelece a fórma das eleições dos membros

das Camaras das cidades e villas do Imperio, marca as suas funções, e as dos empregados respectivos, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828-29, *in*-fol. de 10 pp.

Foi reimpresso no Maranhão, provavelmente da collecção de leis de 1828-29.

N.º 9.403 do C.E.H.B.

(B.N.)

234 — Conta da receita e despeza do anno de 1827 (ap. "Relat. da Fazenda" de 1828). Balanço do 1.º semestre de 1828 (ap. "Relat.", de 1829). Balanços da receita e despeza do Imperio nos annos de: 1830-31 a 1877-78. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828-29, *in*-fol, 49 vols.

N.º 8.027 do C.E.H.B.

(B.N.)

235 — Copia fiel da correspondencia eisarada do Diario Fluminense a favor dos padres da Serra do Caraça, em Minas Geraes, por hum amante de cousas boas. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-4.º de 27 pp.

N.º 9.396 do C.E.H.B.

(B.N.)

236 — Decreto de 10 de Junho de 1828, dando Tabella para inalteravel padrão de fornecimentos para toda a classe de navios de guerra. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1828, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.º 8.272 do C.E.H.B.

(B.N.)

237 — Discurso que no faustissimo dia 19 de Outubro de 1827, em que foi installada a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, recitou Ignacio Alvares Pinto de Almeida, fidalgo cavalleiro da Casa de S.M. o Imperador do Brasil, seu guarda-roupa, deputado da Junta do Commercio, commendador da Ordem de Christo, e cavalleiro da Or-

dem de N. S. da Conceição, e secretario da mesma Sociedade. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-4.° de 18 pp. num.

N.° 12.533 do C.E.H.B.

(B.N.)

238 — Discurso que o padre João Soares de Lima Motta recitou no dia da abertura de sua aula. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1828, *in*-4.° de 8 pp.

N.° 12.370 do C.E.H.B.

(B.N.)

239 — Documento que em sua defesa publica o Presidente da Bahia José Egidio Gordilho de Barbuda contra accusações que lhe foram feitas por Bernardo Pereira de Vasconcellos. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol. de 12 pp.

N.° 7.380 do C.E.H.B.

(B.N.)

240 — Documentos com que instruio o seu relatorio á Assembléa Geral Legislativa do Imperio do Brazil, o ministro e secret. d'Estado dos Negocios da Fazenda, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, na sessão de 1828; divididos em 3 partes: 1.ª p. conta da receita e Despeza do anno de 1827. 2.ª p. Estado da Divida Publica do Imperio. 3.ª p. Orçamento da Receita e Despeza para o anno de 1829. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.302 do C.E.H.B.

Exp. Cons. José Mauricio Fernandes Pereira de Barros.

241 — Esclarecimento ácerca do estado do Banco do Brasil. enviados ao governo imperial pela Commissão encarregada dos exames do mesmo Banco. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, (?), 1828, *in*-fol. de 6 ff.

N.° 13.524 do C.E.H.B.

(B.N.)

242 — Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1828, *in*-fol. de 19 pp.

N.° 12.534 do C.E.H.B.

(B.N.)

243 — Instrucções para se proceder ás eleições das Camaras de Senadores e Deputados da Assembléa Legislativa do Imperio do Brasil, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1828, *in*-4.° de 25 pp.

Foi reimpresso no Maranhão, provavelmente da collecção de leis de 1828-29.

N.° 9.402 do C.E.H.B.

(B.N.)

244 — Memoria sobre a expedição do Governo de Macao em 1809, e 1810 em soccorro ao Imperio da China contra os insurgentes piratas chinezes, principiada, e concluida em seis mezes pelo governador e capitão general daquella cidade Lucas José d'Alvarenga. Escripta pelo mesmo, em Dezembro de 1827. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-4. de XIV-66 pp.

Artigo addicional á memoria. Rio de Janeiro, na Typographia do Diario, 1828, *in*-4. de 36 pp. 1 fl.

N. 15.357 do C.E.H.B.

Exp. Dr. J. Teixeira de Mello.

245 — Officio de Lucio Soares Teixeira de Gouvêa a monsenhor commissario geral da Bulla, Antonio José da Cunha Gusmão e Vasconcellos, ordenando que envie sem demora á Secretaria d'Estado, afim de ser presente e obter a approvação da Assembléa a Bulla original de 19 de Septembro de 1826. — Cunctis ubique pateat — e officio em cumprimento de M.^or^ Cunha. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.693 do C.E.H.B.

(B.N.)

246 — Oração, que a pedido do reverendo vigario Francisco Xavier Pina, fez aos 26 de Outubro de 1828 na Junta Parochial de S. João de Itaborahy, o padre Manoel de Freitas Magalhães. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1828, *in*-4.° de 14 pp.

N.° 9.503 do C.E.H.B.

(B.N.)

247 — Oração recitada na aula do curso juridico no Convento de S. Francisco da Imperial cidade de S. Paulo por occasião do anniversario do nascimento de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I, pelo Dr. Balthazar da Silva Lisboa. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-4.° de 22 pp. num.

É rara. Serve para a biogr. de Pedro I e para a hist. da nossa emancipação politica.

(B.N.)

248 — Oração recitada na Imperial Capella no dia 10 de Novembro, celebrando-se a missa solemne do Espirito Santo, que precedeo á eleição dos deputados da provincia do Rio de Janeiro para a segunda legislatura. Por Januario da Cunha Barboza. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1828, *in*-4.° de 9 pp.

Vide Inn. vol. 10, pp. 118.

N.° 9.502 do C.E.H.B.

(B.N. e Coll. Lagos)

249 — Orçamento da receita e despeza do Imperio para os annos de 1828 a 1882. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1828-80, *in*-fol. 50 vols.

N.° 8.026 do C.E.H.B.

(B.N.)

250 — Pequeno discurso recitado por Joaquim Justiniano Ozorio do Amaral, por occasião de seu exame de operações no sexto anno da Academia medico-cirurgica, no dia 20 de Março de 1828. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-4.° de 7 pp. num.

251 — Plano para huma nova organisação civil da provincia de Minas Geraes, comparada com a que actualmente existe. Rio de Janeiro, reimpresso na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol. de 16 pp. num.

Por Luiz Maria da Silva Pinto, secretario do Governo da Provincia de Minas Geraes.

No fim traz uma carta do auctor dirigida ao Conselho do Governo da Provincia e datada de Ouro Preto a 10 de Março de 1826, dando razão do seu trabalho, uma carta do Barão de Caethé ao auctor em consequencia da resolução do Conselho, louvando e agradecendo o Plano e mais uma Carta corographica que o accopanhava e servia de explicação ao mesmo plano; e um *N.B.*, que termina dizendo. "Cumpria imprimir-se a Estadistica (*sic*) da Provincia redigida pelo Sr. B. G. de Vasconcellos para se distribuir com este Plano pelas Capitanias Móres da Provincia, e haverem quanto a este mesmo Plano as reclamações que parecerem justas, e os esclarecimentos que talvez faltassem para melhor desempenho deste importante trabalho, mas o referido Sr. Vasconcellos declarou que não lhe fora possivel rever a 1.ª parte, nem concluir a 2.ª, e que por tanto não se devia imprimir".

Em seguida vem esta declaração: "Concluida a impressão a 19 de Maio de 1826".

É de presumir que a edição original fosse publicada em Ouro Preto em 1826.

N.^{os} 7.424 e 7.425 do C.E.H.B. Exp. D.ª Joanna T. de Carvalho.

Em uma das caixas de doc. de Minas Geraes.

(B.N.)

252 — Projecto de lei da forma do processo civil dos juizes de primeira instancia ou primeira parte do Codigo do processo civil offerecido á Camara dos Deputados na sessão de 1828 por J.A.S.M. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-4.º de 83 pp.

As iniciaes J.A.S.M. correspondem a José Antonio da Silva Maia.

N.º 9.658 do C.E.H.B.

(B.N.)

253 — Projecto de lei para a extincção do Tribunal da Bulla e exposição a respeito feita por mons.or Antonio José da Cunha Gusmão e Vasconcellos, Commissario Geral da Bulla. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol. de 6 pp.

N.° 8.692 do C.E.H.B.

(B.N.)

254 — Projecto d'Estatutos para organisação da sociedade Philopolytechnica. Emprehendida em a villa de S. João d'El-Rei. Offerecido a mesa administrativa da Bibliotheca Publica desta villa pelo seu director Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-4.° de 40 pp.

N.° 12.568 do C.E.H.B.

(B.N.)

255 — Reflexão sobre o estado do Rio de Janeiro procedido do apuro de finanças do Thezouro Publico para o Banco do Brazil: meios de remediar com facilidade este critico estado. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-4.° de 48 pp., 1 fl. e 1 mappa.

N.° 13.401 do C.E.H.B.

(B.N.)

256 — Regimento interno das obrigações dos mordomos, e empregados do Hospital da Santa e Imperial Casa da Misericordia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 14.912 do C.E.H.B.

(B.N.)

257 — Relatorios da Repartição dos Negocios do Imperio, apresentados pelos respectivos ministros nas sessões de 1828-80. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1828-80, *in*-4.° gr. e *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.030 do C.E.H.B.

(B.N.)

258 — Relatorios da Repartição dos Negocios da Justiça apresentados pelos respectivos ministros nas sessões de 1828 e 1831-80. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), *in*-8.°, *in*-4.° peq., *in*-4.° gr. e *in*-fol.
Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.° 8.083 do C.E.H.B.
(B.N.)

259 — S.M.I. o Sr. D. Pedro he soberano pelo seu mesmo titulo de Imperador Constitucional do Brasil. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1823, *in*-fol.
Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
Assignado: O verdadeiro amigo do seu paiz.
N.° 7.177 do C.E.H.B.
(B.N.)

260 — Sustentação jurídica do tratamento de Soberano que compete a S.M.I. em virtude de sua acclamação de Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Rio de Janeiro, na Imprensa Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol. 3 partes, 1 vol.
Assignado: "O amigo da tranquillidade social".
N.° 7.024 do C.E.H.B.
(B.N.)

261 — Voz do Resentimento contra o Recolhido da Gazeta Parahibana. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1828, *in*-fol.
Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.° 7.178 do C.E.H.B.
(B.N.)

1829

262 — Balanço geral da caixa do Senado da Camara do Rio de Janeiro a cargo do thezoureiro Francisco José Bernardes, desde 5 de Maio de 1827 até 20 de Setembro de 1828. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1829, *in*-fol.
Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.
N.° 8.638 do C.E.H.B.
(B.N.)

263 — Balthazar da Silva Lisboa, falla que fez como lente da 2.ª Cadeira do 2.º anno do Curso Juridico da Cidade de São Paulo, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1829, *in*-4.º de 21 pp. num.

In bilhetes avulsos que pertencem a Bib. Nac.

264 — Bulletins (11) sobre o desastre de S.S.M.M.I.I. e Fidelissima. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1829, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

Desastre occorrido a 7 de Dezembro de 1829.

N.º 7.189 do C.E.H.B.

(B.N.)

265 — Documentos com que instruio o seu Relatorio á Assembléa Geral Legislativa do Imperio do Brasil o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, Miguel Calmon du Pin e Almeida na sessão de 1829. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1829, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

Dividido em quatro partes: 1.ª — Balanço da receita e despeza do primeiro semestre de 1828; 2.ª — Divida Activa e Passiva até o fim de 1828; 3.ª — Orçamento da Receita e Despeza para o anno financeiro de 1.º de Julho de 1830 a 30 de Junho de 1831; 4.ª — Tabella Geral das Rendas e Contribuições das Provincias.

N.º 8.303 do C.E.H.B.

(B.N.)

266 — Exposição da classe de pintura historica da Imp. Academia das Bellas-Artes nos annos de 1829 a 1830. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1829-30, *in*-8.º peq., 28 vols.

Juntamente com a "Noticias do palacio da Acad. Imp. das B. Artes do Rio de Janeiro" (annos de 1836 a 1864) e o Catalogo geral das obras expostas no Palacio da Academia, etc. (annos de 1865 a 1879).

N.º 12.853 do C.E.H.B.

(B.N.)

267 — Extracto das sessões ordinarias da Camara Municipal da villa de S. Francisco Xavier de Ithagoahy, no anno de 1829. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1829, *in*-4.º de 21-5 pp.

N.º 8.664 do C.E.H.B.

(B.N.)

268 — Primeiro bulletim. Sobre o desastre de Suas Magestades Imperiaes e Fidelissima. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1829, *in*-fol. de 1 fl.

O desastre deu-se a 7 de Dezembro de 1829. Indo o Imperador, a Imperatriz, S. M. Fidelissima e o principe de Leuchtenberg em carruagem ao descer da rua do Lavradio, aconteceu que se quebrasse a lança da carruagem e esta voltou-se encontrando uma roda, e dando em resultado a queda de S. M. e Alteza.

O Imperador foi quem mais soffreu, fracturou a 7.ª costella verd. no seu terço posterior e a 6.ª no seu terço anterior, teve uma ligeira contusão sobre a fronte e alguma distenção no quarto direito.

269 — Projecto de lei da forma do processo civil dos juízes de primeira instancia ou primeira parte do codigo do processo civil offerecido á Camara dos Deputados na sessão de 1828, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1829, *in*-4.º de 83 pp.

Saiu com as iniciaes J.A.S.M., que correspondem a Antonio da Silva Maia.

Vide Inn., vol. 12 pág. 237, onde se acha deslocado no artigo correspondente a P. José Antonio de Sarre.

270 — Relatorios da Repartição dos Negocios Extrangeiros apresentados pelos respectivos ministros nas sessões de: 1828 e 1831 a 1880. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1829-80, *in*-4.º peq., *in*-4.º gr. e *in*-fol.

O de 1828 occorre na "Coll. de Leis" de Plancher, III, e o de 1847 é exposto pelo Sr. F. Ramos Paz.

N.º 8.142 do C.E.H.B.

(B.N.)

271 — Relatorios dos negocios da Marinha nas sessões de: 1828 (ap. Plancher, Coll. de Leis, III; e Rio, Typ. Nac., 1876, *in*-fol.) 1829. (Ibi, 1877, *in*-fol. com ann.), 1830. (Ibi, 1876, *in*-fol., com ann.), e 1831-1880. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1829-80, *in*-4.° peq., *in*-4.° gr. e *in*-fol.

N.° 8.247 do C.E.H.B.

(B.N.)

272 — Tributo ao merecimento. Resposta a uma anedocta inserta em um dos numeros da Astréa. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1829, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.187 do C.E.H.B.

(B.N.)

273 — Tributo de gratidão, amor, e respeito que a Suas Magestades o Imperador e a Imperatriz do Brasil O.D.C. Pedro José da Costa Barros. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1829, *in*-4.° de 7 ff. inum.

Consta de duas odes epithalamicas e cinco sonetos.

(B.N.)

274 — Voz Fluminense. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1829-31, *in*-4.° com lac.

N.° 4.576 do C.E.H.B.

(B.N.)

1830

275 — Codigo do processo criminal do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1830, *in*-4.° de 81 pp.

N.° 10.119 do C.E.H.B.

(B.N.)

276 — Estatutos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1830, *in*-4.° de 17 pp.

N.° 12.490 do C.E.H.B.

(B.N.)

277 — Impressos da Camara dos Deputados. Relatorios e Synopses dos projectos de lei e resoluções de que a mesma Camara tomou conhecimento nos annos de 1830, 1833/40, 1844/48, 1850/51, 1854/59, 1861/66, 1868/75 e 1877. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1830/77, *in*-fol., 38 vols.

N.° 9.648 do C.E.H.B.

(B.N.)

278 — Oração de acção de graças, recitada na Igreja Parochial de N. Senhora da Candellaria, do Rio de Janeiro, no dia 7 de Setembro de 1830, por Joaquim Pereira dos Reis, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1830, *in*-4.° e 16 pp.

N.° 7.009 do C.E.H.B.

(B.N.)

279 — Oração que na solemne acção de graças por o feliz restabelecimento da saude de S.M. o Imperador celebrada na Capella dos 3.os de N. S. do Monte do Carmo, em o dia 10 de Janeiro de 1830. Por alguns dos particulares de S.M.I., e por os criados dos fóros de porteiros da camara a cavallo do numero, reposteiros, varredores, e moços da prata. Recitou Fr. Francisco de Monte Alevrne. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1830, *in*-4.° de 21 pp. num.

In "Bilhetes avulsos que pertencem a Bib. Nac.", Coll. Carv.

280 — Oração que na solemne acção de graças, que rendeo ao Altissimo a Veneravel Ordem 3.a de Nossa Senhora da Conceição, e Boa Morte, pelo restabelecimento de S. Magestade Imperial, o Senhor D. Pedro I, celebrada no dia 24 de Janeiro de 1830, recitou o Padre Manoel de Freitas Magalhães, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1830, *in*-4.° de 23 pp.

N.° 7.195 do C.E.H.B.

(B.N.)

281 — Regimento interno da Camara dos Deputados. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1830, *in*-4.° de 46--VII pp.

N.° 9.649 do C.E.H.B.

(B.N.)

282 — Relatorio apresentado a S.M. o Imperador pela commissão nomeada para organisar o projecto de hum novo systema monetario. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1830, *in*-4.° de 14 pp. 3 ff.

N.° 13.404 do C.E.H.B.

(B.N.)

283 — Relatorios dos negocios da Guerra nas sessões de: 1830//32, e 1834 a 1880. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1830/1880, *in*-4.° peq., *in*-4.° gr. *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 8.156 do C.E.H.B.

(B.N.)

284 — Relatorios e proposta da Repartição dos Negocios da Fazenda apresentados pelos respectivos ministros nas sessões de: 1830 e 1832 a 1880. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional (?), 1830/1880, *in*-4.° peq., *in*-4.° gr. e *in*-fol.

N.° 8.304 do C.E.H.B.

(B.N.)

285 — Synopses do estado dos trabalhos e dos objectos pendentes de deliberação do Senado no fim das sessões nos annos de 1830, 1834/41, 1844/48, 1856/59, 1861/62, 1864, 1866/79, e 1881. Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional, 1830/1881, *in*-fol., 37 vols.

N.° 9.569 do C.E.H.B.

(B.N.)

1831

286 — Actas das sessões dos dias 7 e 8 de Abril de 1831, em que se elegeu a Regencia Provisoria, e foi approvada a proclamação dirigida á nação. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional. 1831, *in*-4.° de 10 pp.

N.° 7.462 do C.E.H.B.

(B.N.)

287 — Collecção das leis e decretos do Imperio do Brasil, 1831/ /1837. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1831/ /1837, *in*-fol. 5 vols.

N.° 9.987 do C.E.H.B.

(B.N.)

288 — Defeza de José Clemente Pereira, offerecida aos representantes da nação em 10 de Julho de 1831. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1831, *in*-fol. de 29 pp.

N.° 15.778 do C.E.H.B.

(B.N.)

289 — Defeza do marquez de Baependy apresentada aos representantes da nação. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1831, *in*-fol. de 6 pp.

N.° 15.429 do C.E.H.B.

(B.N.)

290 — Explicações breves e singellas sobre o que he federação. Opusculo dividido em sete capitulos, e offerecido aos brasileiros em geral por hum Seu Amigo. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1831, *in*-4.° peq. de 41 pp.

N.° 7.499 do C.E.H.B.

(B.N.)

291 — Grande (Ao) e heroico dia Sete de Abril de 1831. Hymno offerecido aos brasileiro por hum seu patricio nato. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), *in*-fol. de 1 fl.

É atribuido a Ovidio Saraiva de Carvalho.

N.° 7.473 do C.E.H.B.

(B.N.)

292 — Grito (O) da Patria contra os anarquistas. (N.[os] 1/48). Rio de Janeiro, na Typographia Nacional e na Typographia de Ogier, 1831/1832, *in*-4.° com lac.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 4.196 do C.E.H.B.

(B.N.)

293 — Manifesto da Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional, dirigido ás outras suas irmãs das provincias, e dando conta dos acontecimentos publicos ocorridos nos primeiros dias de Abril. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1831 (?), *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.515 do C.E.H.B.

(B.N.)

294 — Parecer da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro sobre a enfermidade que grassa actualmente na villa de Magé, e seo termo. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional ,1831, *in*-4.° de 54 pp. num. 2 ff. de indice e erratas.

É assignado por Joaquim Candido Soares de Meirelles, Presidente da Sociedade e Dr. Luiz Vicente de Simoni, secretario.

(B.N.)

295 — Proclamação da Camara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro dirigida aos cidadãos fluminenses, louvando-os pelo seu procedimento nos dias 6, 7 de Abril e seguintes. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1831, *in-fol.*

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 7.475 do C.E.H.B.

(B.N.)

296 — Representação do povo e tropa da cidade do Rio de Janeiro, dirigida à Camara dos Deputados, protestando que, à custa do seu sangue, sustentarão o governo e a assembléa geral, e pedindo serem incorporados aos bravos cida-

dãos militares, fieis ao governo, e promptos a defender o systema jurado. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), 1831, *in*-fol.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.º 7.484 do C.E.H.B.

(B.N.)

297 — Vigario (O) velho, ou a velhice rabujenta. Practicas que, se diz terem sido feitas na estação conventual da freguezia de Maricá por... Offerecidas aos curiosos por hum sachristão daquella igreja. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1831, *in*-4.º de 47 pp. num.

Contém 7 practicas.

Estas curiosas e pilhericas practicas são attribuidas talvez com fundamento ao conego Januario da Cunha Barbosa.

A Bib. Nac. possue um exemplar com annotações marginaes escriptas pela mão do conego Luiz Gonçalves dos Sanctos, vulgarmente conhecido pela antonomasia de *Padre Perereca*.

A primeira nota diz assim na *introducção*, onde lê-se: Por isso o Edictor destas practicas, sem mesmo acreditar que ellas sejão do Reverendo Vigario Vicente Ferreira de Noronha como algumas pessoas acreditão, etc.

O R. Vigario Noronha não fez estas Practicas; porque era hum Sacerdote muito instruido, muito prudente. e caritativo, como tambem amado e respeitado dos seus parochianos. Estas Practicas são da invenção de certo sujeito, o qual haverá dez annos, que me communicou o Original. e eu as copiei, e dando a copia a hum Amigo. este a lançou no fogo, e me pedio, q̃ rogasse ao Author que de modo algum as fizesse imprimir, por serem indecentes, contrarias aos bons custumes, e injuriosas á Religião. Com effeito não se imprimirão então, e hoje sahem á luz para divertimento dos libertinos, á custa de hum respeitavel vigario fallecido em 17 de Agosto de 1807, e que por muitos annos antes de ser Parocho foi o Mestre das Cónferencias Moraes na Igreja de S. Pedro.

A nota final diz assim:

"Os moradores da Villa, e Freguezia de Maricá devem mandar hum bom mimo de ovos de tainhas ao Author e Edictor (que he o mesmo sugeito) pelos bons elogios, que delles fez, e do seo saudozo, e respeitavel Vigario. Eis aqui o para que serve tanta liberdade da Imprensa.

O R. Vigario Vicente Ferreira Noronha deo principio á nova Matriz, que dizem ser huma das melhores Igrejas das Freguezias da Provincia do Rio de Janeiro. Os Povos, principalmente os pobres, ainda hoje chorão por elle, e abençoão a sua memoria".

SUPLEMENTO AOS ANAIS DA IMPRENSA NACIONAL

1808-1823

1808

1 — Codigo Brasiliense ou Collecção das leis, alvarás, decretos, cartas regias, etc., promulgadas no Brasil, desde a chegada do Principe Regente a estes estados, 1808/1827. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1808/1827, *in*-fol., 4 vols.

Collecção facticia.

N.° 9.982 do C.E.H.B.

(B.N.)

1811

2 — Memoria sobre o encephalo-cele, acompanhada da observação de hum hidro-encephalo-cele curado no Hospital Real Militar da Corte do Rio de Janeiro, e recolhida por Domingos Ribeiro Guimaraens Peixoto, natural do Recife de Pernambuco, estudante em anatomia, e cirurgia clinica no sobredito Hospital. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1811, *in*-4.° de 42 pp. num.

É rarissima. Vi um exemplar por occasião de classificar as obras da Exp. Med. Braz. pertencente ao Sr. Job Servio Ferreira, que o recebeu de presente da filha do auctor em 1882.

1812

3 — Reflexões militares sobre as campanhas dos francezes em Portugal. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1812. *in*-8.° de 132 pp.

Escripta por João de Sousa Pacheco Leitão.

Vide Inn., vol. 10, pág. 360.

1815

4 — Instrucções para o exercicio dos regimentos de infanteria por ordem do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Guilherme Car Beresford, marechal e commandante em chefe dos exercitos com approvação de Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1815, *in*-4.° de 168-VII pp. num., com 6 est. grav. Nova edição.

Vem indicada nos Annaes, mas não a tinha visto até então.

(B.N.) 69, 3, 36

1816

5 — Alvará de 21 de Fevereiro de 1816 alterando o regulamento das Thesourarias geraes do exercito. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, *in*-fol. de 11 pp.

N.° 10.000 do C.E.H.B.

(B.N.)

6 — Decreto de 2 de Junho de 1816, referendado pelo Marquez de Aguiar e Conde da Barca, ordenando providencias para a formação de um systema que regule as relações commerciaes entre os differentes Dominios da Coroa. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1816, *in*-fol.

Não foi indicado o n.° de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

N.° 13.197 do C.E.H.B.

(B.N.)

7 — Poesias ao Illm.° e Exm.° Sr. José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, governador e capitão general para as ilhas de Cabo Verde, dadas á luz por Luiz Prates de Almeida e Albuquerque. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1816, *in*-4.° de 13 pp.

Vide Inn., vol. 10, pág. 285.

1817

8 — Collecção de principios geraes para o estabelecimento, conservação e augmento de um imperio, ou elogio á nação portugueza. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1818, *in*-4.° de 66 pp.

Escripta por J.° Anastazio de Sousa Pereira da Silva Botelho.

Vide Inn., vol. 10, pág. 148.

9 — Instrucções geraes, relativas a varias partes do serviço diario para o exercito de Sua Magestade, ordenado pelo conde de Lippe. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1817, *in*-8.° de 51 pp.

Vide Inn., vol. 10, pág. 90, n.° 5.

1818

10 — Breve exame de pregadores pelo que pertence á arte de rhetorica, extrahido da obra "O pregador instruido". Rio de Janeiro, na Typographia Real, 1818, *in*-4.° de 22 pp.

Escripta pelo P. Ignacio Felizardo Fortes.

Vide Inn., vol. 10, pág. 50.

1820

11 — Taboada das festas mudaveis desde o anno de 1820, até o de 2008, com as letras dominicaes no fim até o de 2019. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1820, *in*-8.° de 8 ff. inn.

Vi um exemplar em poder do Sr. João Pinto, da Livraria Guimarães, da Rua do G. Camara, 22.

1821

12 — Carta dirigida aos accionistas do Banco do Brasil, em consequencia de certas "Reflexões sobre o mesmo". Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1821, *in*-4.° de 10 pp.

Por João Ferreira da Costa Sampaio.

Vide Inn., t. 10, p. 251, n.° 5.938.

1822

13 — Bando da Junta Provisoria de Pernambuco cujos membros assignados eram: Gervasio Pires Ferreira, Bento José da Costa, Joaquim José de Miranda, Manoel Ignacio de Carvalho, Felipe Nery Ferreira, Antonio José Victoriano Borges da Fonseca e Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, secretario, annunciando a creação de dois corpos de linha, composto um de homens pardos e outro de homens pretos, tendo cada corpo hum chefe com a patente de Sargento Mór. Os officiaes deverão passar por exames para os postos. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1822 (?). Datado no Palacio da Junta, em Recife, a 26 de agosto de 1822.

Não foi indicado o formato nem o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

14 — Congratulações offerecidas á heroica Guarda Civica da Capital do Rio de Janeiro, por Domingos Alves Branco Moniz Barreto. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1822, *in*-fol. de 1 f.

O nome do auctor occorre no fim.

(B.N.)

15 — Oração de acção de graça que recitou na Real Capella no dia 26 de Fevereiro, etc. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1822, 1 f.

Não foi indicado o n.º de pp. pelo Dr. Valle Cabral.

Pronunciada pelo conego Januario da Cunha Barboza.

Vide S. Carlos.

16 — Resposta á Ordem do dia dada na Praia Grande em 14 de Janeiro de 1822. Offerecida aos soldados da Divisão Auxiliadora de Portugal. Escripta em frase singela para que possa delles ser bem entendida. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1822, *in*-fol. de 4 pp. num.

Traz por assignatura "Patriota Constitucional, ainda antes de a ter jurado", mas é de Domingos Alves Branco Moniz Barreto.

17 — Voto que Domingos Alves Branco Moniz Barreto, como eleitor da parochia do Sacramento da corte do Rio de Janeiro há-de apresentar no dia 25 do corrente na junta eleitoral para a installação do Governo desta provincia. Offerecido com antecipação ao critério dos seus amados concidadãos. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1822, *in*-fol. de 4 pp. num., a duas columnas.

Datado do Rio de Janeiro, a 31 de Dezembro de 1821.

(B.N.)

18 — Voto que offerece Domingos Alves Branco Moniz Barreto, como eleitor da parochia do Santissimo Sacramento da capital do Reino do Brasil sobre a execução do providentissimo decreto de 16 de Fevereiro, que manda installar huma junta de procuradores geraes das suas provincias; refutando o eleitor as objecções do judicioso redactor da "Malagueta", sobre a execução do referido decreto. Offerecido ao criterio dos bons cidadãos. Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, 1822, *in*-fol. de 3 pp. inn., a duas columnas.

Datado do Rio de Janeiro, a 3 de Março de 1822.

(B.N.)

SEM DATA

19 — Ode ao feliz restabelecimento de S.M. o Imperador (D. Pedro I). Rio de Janeiro, na Typographia Nacional (?), s.d., *in*-4.° de 2 ff. não numeradas.

Com as iniciaes no fim: P.J.C.B., correspondentes ao P. Januario da Cunha Barboza.

(B.N.)

LISTA DOS MANUSCRITOS DE ANTÔNIO VIEIRA EXISTENTES NA BIBLIOTECA NACIONAL

VARIAS CARTAS DO P.[e] ANTONIO VIEIRA

Contém:

1 — Fl. 1 — Carta escrita ao Principe Dom Theadozio, pello P.[e] Ant.[o] Vieyra estando em Roma no anno de 1650 em tempo, que as couzas de Portugal estavão em sũmo aperto.

Com. — Meu Principe, e meu sñor da minha Alma (*), Dos avizos que vão a S. Mag.[e] entendera V.A. com que coração escrevo esta,

Roma, 23 de maio de 1650.

C. Seabra, t. I, p. 11.

2 — Ff. 4 — *Em branco.*

3 — Ff. 5 — Carta do p.[e] Antonio Vieyra sobre a cauza do S.[to] Off.[o] escripta ao S.[mo] p.[e] Innocencio undecimo.

Com. — S.[mo] p.[e] m.[to] perturbado está a corte, e Rn.[o] neste ultimo Breve, que manda a Inquizição exhibir, quatro ou sinco processos.

Não traz data.

4 — Ff. 10 — *Em branco.*

5 — Ff. 11 — Carta que de Roma escreveo ao Sñor Conde da Ericeira hum p.[e] da Comp.[a], ou p.[a] melhor dizer hũ loubo com pelle de ovelha.

Com. — Antes de me ser dada a carta preveni à obediencia de V. S.[a] vizitando o Inquizidor.

Não traz data.

Em seguida ao titulo diz-se:

"Entendesse com muyta probabilidade de ser do p.[e] Antonio Vieyra".

(*) Pelos. C. Seabra.

6 — Ff. 13 — Resposta do Sñor Conde da Ericeira à carta atraz.

Com. — Muito estimo que V. P.e se antissipasse em buscar os ministros.

Tambem não traz data.

7 — Ff. 16 — *Em branco.*

8 — Ff. 17 — Carta do p.e Ant.o Vieyra escripta ao Conde da Ericeyra sobre os livros de Portugal restaurado.

Com. — Tão desobrigados estão os doentes de escrever, como os mortos de fallar; —

Não traz data.

Vide o Catalogo de Rivara, t. 2.o. Diz que não encontrou impressa.

9 — Ff. 19 — Outra carta do p.e Antonio Vieyra ao mesmo Conde.

Com. — Como Religiozo, e tambem sem respeyto, antes quero padecer com cilencio, —

Não traz data.

Vide o catalogo impresso dos nossos mss., sob n.o 67.

10 — Ff. 30 — *Em branco.*

CARTAS DO P.e ANTONIO VIEYRA PARA O MARQUÊS DE GOUVEA

11 — Ff. 31 — P.ra

Com. — Ex.mo Sñor. — No caminho sube juntam.te da chegada, e do achaque de V. Excia —

Coimbra de 1653. O dia e mez acham-se em branco.

12 — Ff. 31 v. — Segunda. Ao mesmo Marq.s.

Com. — Ex.mo Sñor. — Com rezão dis V. Ex.cia que andão encadeados, —

Sem data.

13 — Ff. 33 v. — Ao mesmo Marquez. Terceira.

Com. — Ex.mo Sñor. — Tão bem se experimentou a esterilid.e dos correyos desta semana.

Coimbra, 19 de dezembro de 1663.

C.S., t. II, p. 13.

14 — Ff. 35 — Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea. Quarta.
Com. — Ex.^{mo} Sñor — Não poderei dizer a V. Ex.^{cia}, que tenho boas festas pois me faltão novas de V. Ex.^{cia}.
Coimbra, 26 de dezembro de 1663.

15 — Ff. 36 — Quinta. Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Sñor. — Já estamos em anno novo; que assim como he o de 1664, —
Coimbra, 2 de janeiro de 1664.

16 — Ff. 38 — Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea. Sexta.
Com. — Ex.^{mo} Sñor — Posto, que faltão tão poucos dias p.^{a} o anno de desterro, —
Coimbra, 16 de janeiro de 1664.

17 — Ff. 40 — Ao mesmo Marques de Gouvea. Setima.
Com. — Ex.^{mo} Sñor — O Memorial incluzo r. agora por hu Propio (*sic*) do p.^{e} Reytor do Porto.
Coimbra, 25 de janeiro de 1664.
C.S., t. 3.^{o}, 15.

18 — Ff. 41 — Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea. Oitava.
Com. — Ja sei chegou a V. Ex.^{cia} a triste nova q̃ eu supunha se tinha incuberto a V. Ex.^{cia}.
Coimbra, 6 de fevereiro de 1664.
C.S., t. 3.^{o}, 16.

19 — Ff. 42 — Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea. Nona.
Com. — Ex.^{mo} Sñor. — Em tempo, q̃ tantas cauzas traz de sentim.^{to}, —
Coimbra, 20 de fevereiro de 1664.
C.S., t. 3.^{o}, 17.

20 — Ff. 43 v. — Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea. Decima.
Com. — Ex.^{mo} Sñor. — Algum dia havia de haver tão bẽ q̃. (*) pudesse fazer emveja a V. Ex.^{cia}, —
Coimbra, 17 de março de 1664.
C.S., t. 3.^{o}, 18.

(*) Accresce: en/ C. Seabra.

21 — Ff. 45 v. — Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea. Undecima.
Com. — Ex.[mo] Sñor. — Bem cuidei eu, q̃ nem estas duas regras de mão alhea, —
Coimbra, 18 de junho de 1664.
C.S., t. 3.º, 21.

22 — Ff. 46 — Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea. Duodecima.
Com. — Ex.[mo] Sñor. — Vou seguindo a V. Ex.[cia] posto q̃ não (*) as suas (**) jornadas, —
Coimbra, 28 de septembro de 1664.
C.S., t. 3.º, 22.

23 — Ff. 47 — ao mesmo Marq.[s] de Gouvea. Decima Tercia:
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Fico com cuid.º e a queixa (***) de João Nunes da Cunha. —
Villa Franca, 8 de dezembro de 1664.

24 — Ff. 48 v. — Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea. Decima quarta.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Faltão me novas de V. Ex.[cia] neste coreio (*sic*) —
Coimbra, 16 de fevereiro de 1665.
C.S., t. 3.º, 26.

25 — Ff. 49 v. — Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea. Decima quinta.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Ja me não *admira* (****), q̃ ande tão pouco corrente a correspondencia dos correios —
Coimbra, 23 de fevereiro de 1665.
C.S., t. 3.º.

26 — Ff. 51 — Ao mesmo Marques de Gouvea. Decima Sexta.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Ja o Correyo anda concertado; —
Coimbra, 9 de maio de 1665.
C.S. com a data de março: T, 3.º, 28, que parece ser a exacta, pela ordem chronologica.

(*) Accresce *sei*: C. S.
(**) Não vem suas: C. S. Fica *não sei as jornadas*.
(***) Acresce *passada*: C. S.
(****) *Admiro*: C. S.

27 — Ff. 52 v. — Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea. Decima Setima.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — R.[e] a Carta de V. Ex.[cia] com o papel, q̃ a acompanhava;—

Coimbra, 16 de março de 1665.

C.S., t. 3.º, 30.

28 — Ff. 54 — Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea. Decima Outava.

Com. — Disme V. Ex.[cia] q̃ cada dia se vai emmendando o Tempo; —

Coimbra, 23 de março de 1665.

C.S., t. 3.º, 32.

29 — Ff. 56 — Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea. Decima nona.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Espero, que o P.[e] Reitor de S.[to] Antão haja dado not.[a] a V. Ex.[cia].

Coimbra, 13 de abril de 1665.

C.S., t. 3.º, 33.

30 — Ff. 57 v. e 57 bis. — Ao mesmo Marques de Gouvea. 20.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Bejo a mão muitas vezes a V. Ex.[ca] pello credito, que V. Ex.[ca] tem da minha fee; —

Coimbra, 4 de maio de 1665.

31 — Ff. 58 v. — Ao mesmo Marques de Gouvea. 21.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Muitos dias há, que falto com carta a V. Ex.[ca], e não hé por haver mudado de condição com a mudança do sitio; —

Villa Franca, 30 (*) de maio de 1665.

Até aqui trazem as cartas numeração; as que se seguem são escriptas por outra lettra.

32 — Ff. 60 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Faltou-me neste Corr.º cartas de V. Ex.; —

Roma, 31 de janeiro de 1671.

C.S., t. 1.º, 194.

(*) C. S., t. 3.º, 35, com a data de 31 de maio.

33 — Ff. 61 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Dizem que parte amanhã o Correyo, —
Roma, 21 de fevereiro de 1671.
C.S., t. 1.^{o}, 197.

34 — Ff. 63 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Pelo Corr.^{o} ordinario, e pello proprio, que despachou o Snõr. Embaixador.
Roma, o ultimo de fevereiro de 1671.
C.S., t. 1.^{o}, 198.

35 — Ff. 64 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Se de Lisboa para Coimbra houvera tão segr.^{o} portador, como o desta carta, —
Villa Franca, 31 de julho de 1665.
C.S., t. 3.^{o}, 37.

36 — Ff. 65 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. Pode V. Ex.^{a} dizerme que já no dia de antes celebrava V. Ex. os annos de S. Mag.^{de}.
Villa Franca, o ultimo (de agosto) de 1665.
C.S., t. 3.^{o}, 38.

37 — Ff. 67 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Pouco me durou o contentam.^{to} da somana passada com o novo cuidado da doença do Snõr. D. Diogo, —
Villa Franca, 7 de septembro de 1665.
C.S., t. 3.^{o}, 40.

38 — Ff. 68 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Não sey que diga, nem que escreva a V. Ex. nesta ocazião, —
Coimbra, 14 de septembro de 1665.
C.S., t. 3.^{o}, 41.

39 — Ff. 69 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Não posso fazer estas regras, se não de mão alhea, —
Coimbra, 21 de septembro de 1665.
C.S., t. 3.^{o}, 42.

40 — Ff. 70 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Arriscado estive a não escrever a V. Ex. naquelle corr.°, —
Coimbra, 28 de septembro de 1665.
C.S., t. 3.°, 43.

41 — Ff. 70 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Este corr.°, que truce dessa Corte novas do novo descobrimento de minas —
Roma, 14 de fevereiro de 1670.
C.S., t. 1.°, 195, com data de 1671.

42 — Ff. 72 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Com mais gosto dera a V. Ex.a as boas Paschoas, —
Roma, 28 de março de 1670.
C.S., t., 1.°, 190.

43 — Ff. 73 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Todos os corr.os me trazem melhoradas novas de V. Ex., —
Roma, 6 de junho de 1670.
C.S., t. 1.°, 191.

44 — Ff. 74 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — A de que V. Ex. me fez m.ce, recebi em 10 de 9b.ro com a rellação, —
Roma, 19 de dezembro de 1670.
C.S., t. 1.°, 192.

45 — Ff. 76 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Mandame V.E. que me encommende (*) com a correspondencia, —
Roma, 24 de março de 1671.
C.S., t. 1.°, 199, com data de 14 de março.

46 — Ff. 77 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Dou infenitas graças a N. S.r pelo susto de que nos livrou este corr.°. —
Roma, 11 de abril de 1671.
C.S., t. 1.°, 201.

(*) Lê-se emende: C. S.

47 — Ff. 78 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Duplicadamente me chegarão as novas prim.[ro] da conhecida melhora, —
Roma, 12 de maio de 1671.
C.S., t. 1.°, 203.

48 — Fr. 79 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Em (*) o proprio dei conta a V. Ex. do pouco, q̃ elle veyo buscar e leva, —
Roma, 23 de maio de 1671.
C.S., t. 1.°, 204.

49 — Ff. 80 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Se algum dia teve lugar o — Si vales bene est, ego quidem valeo —
Roma, 20 de junho de 1671.
C.S., t. 1.°, 205.

50 — Ff. 81 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Nunca me derão cuidado os negocios de V.E. nesta Corte, —
Roma, 10 de julho (**) de 1671.
C.S., t. 1.°, 207.

51 — Ff. 82 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Escrevo a V.E. do Purgatorio, taes são as calmas, —
Roma, 18 de julho de 1671.
C.S., t. 1.°, 206.

52 — Ff. 83 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Escrevo estas poucas regras furtadas —
Roma, 12 de septembro de 1671.
C.S., t. 1.°, 208.

53 — Ff. 83 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Já se vay conhecendo em Roma a entrada pella tardança dos Corr.[os] de Madrid; —
Roma, 26 de septembro de 1671.
C.S., t. 1.°, 209.

(*) Lê-se com: C. S.
(**) Com a data de 1 de agôsto.

54 — Ff. 86 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Toda esta somana supuz não poderia escrever a V.E. neste Corr.[o] —
Roma, 20 (*) de octubro de 1671.
C.S., t. 1.[o], 211.

55 — Ff. 86 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Estas são as ultimas regras, que escrevo neste corr.[o], —
Roma, 7 de novembro de 1671.
C.S., t. 1.[o], 212.

56 — Ff. 88 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Estimo eu m.[to] que o Inverno de Madrid —
... (Roma), 21 de novembro de 1671.
C.S., t. 1.[o], 213.

57 — Ff. 89 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Começarei esta por onde acabão todas, —
Roma, 3 de 1672.
Não traz o mez; mas é de janeiro.
C.S., t. 1.[o], 216.

58 — Ff. 90 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Os mesmos dias já mayores, que me trazem mais depressa as novas de V.E., —
Roma, 15 de janeiro (**) de 1672.
C.S., t. 1.[o], 219.

59 — Ff. 91 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Exm.[o] Snõr. — Melhoradas novas me trouxe este corr.[o] —
Roma, 30 de janeiro de 1672.
C.S., t. 1.[o], 217.

(*) Com a data de 10 de octubro.
(**) Com a data de 13 de fevereiro.

60 — Ff. 92 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Não dou a V.E. da promoção do Snõr. Bispo de Coimbra o parabem, —

Roma, 27 de fevereiro de 1672.

C.S., t. 1.°, 220.

A palavra parabem, vem no impresso em seguida a V. Ex.^{a}.

61 — Ff. 93 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Vay entrando a Primavera com m.^{to} melhor rosto —

Roma, 12 de março de 1672.

C.S., t. 1.°, 221.

62 — Ff. 94 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Se os Medicos de Madrid não são mais seguros —

Roma, 26 de março de 1672.

C.S., t. 1.°, 222.

63 — Ff. 95 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Comessando pela ultima clauzula de V. Ex. —

Roma, 3 de abril de 1672.

C.S., t. 1.°, 224, com a data de 23 de abril.

64 — Ff. 96 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.^{mo} Snõr. — As novas da saude de V.E. são as q̃ me distinguem.

Roma, 9 de abril de 1672.

C.S., t. 1.°, 223.

65 — Ff. 97 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Não me dá V.E. tão boas novas como eu esperava —

Roma, 21 de maio de 1672.

C.S., t. 1.°, 226.

66 — Ff. 98 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^mo Snõr. — Esta de V.E. de 4 de Mayo me chegou as mãos m.^to tarde, —
Roma, 4 de junho (*) de 1672.
C.S., t. 1.º, 230.

67 — Ff. 101 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^mo Snõr. — Dezejo que a entrada do verão seja mais favoravel aos achaques de V.E. —
Roma, 18 de junho de 1672.
C.S., t. 1.º, 227.

68 — Ff. 101 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^mo Snõr. — No corr.º passado não escrevi impedido de huma grande febre, —
Roma, 30 de julho de 1672.
C.S., t. 1.º, p. 232.

69 — Ff. 102 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^mo Snõr. — Como V.E. me dá boas novas de sua saude —
Roma, 13 de agosto de 1672.
C.S., t. 1.º, 233.

70 — Ff. 103 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^mo Snõr. — Merece o meu affecto a V.E. o cuidado, —
Roma, 10 de septembro de 1672.
C.S., t. 1.º, 234.

71 — Ff. 105 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^mo Snõr. — Não me diz V. Ex. quanto tenha ajudado o verão os medicamentos; —
Roma, 24 de septembro de 1672.
C.S., t. 1.º, 236.

72 — Ff. 105 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^mo Snõr. — Do dezengano, digo do dezenfado desta ultima carta de V. Ex. —
Roma, 3 de octubro de 1672.
C.S., t. 1.º, 237.

(*) Com a data de 4 de julho.

73 — Ff. 107 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Dou a V.E. as graças pellas rellaçoens ultramarinas —
Roma, 8 de octubro de 1672.
C.S., t. 1.°, 238.

74 — Ff. 108 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Grande susto me cauzou esta carta de V.E. —
Roma, 22 octubro de 1672.
C.S., t. 1.°, 240.

75 — Ff. 110 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Com toda a alma sinto as queixas que nesta ult.[a] leyo da pouca melhoria de V.E. —
... (Roma ?), 5 de novembro de 1672.
C.S., t. 1.°, 242.

76 — Ff. 111 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Não quero que V.E. me mande encobrir a notticia de seus achaques, —
Roma, 19 de novembro de 1672.
C.S., t. 1.°, 243.

77 — Ff. 112 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Muitos dias ha que não não recebi carta de V.E. —
Roma, 17 de dezembro de 1672.
C.S., t. 1.°, 244.

78 — Ff. 113 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Tardou este corr.° sinco dias mais do que costuma, —
Roma, o ultimo de dezembro de 1672.
C.S., t. 1.°, 245.

79 — Ff. 114 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — A carta, que recebi nesta Posta, parece resposta da que escrevi na passada, —
Roma, 14 de janeiro de 1673.
C.S., t. 1.°, 246.

80 — Ff. 115 v. — Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Não hé novo em V.E. honrarme em tudo. —
Roma, 28 de janeiro de 1673.
C.S., t. 1.º, 247.

81 — Ff. 116 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Hontem chegou o corr.º e hoje parte. —
Roma, 11 de fevereiro de 1673.
C.S., t. 1.º, 249.

82 — Ff. 117 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Dou a V.E. o parabem da nomina do Snõr. Duque Inquizidor Geral —
Roma, 25 de fevereiro de 1673.
C.S., t. 1.º, 250.

83 — Ff. 118 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Já os correyos com a sua menor tardança nos trazem melhores novas das neves, —
Roma, 11 de maio (*) de 1673.
C.S., t. 1.º, 251.

84 — Ff. 120 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Com grande difficuldade posso fazer estas breves regras, —
Roma, 21 (**) de março de 1673.
C.S., t. 1.º, 252.

85 — Ff. 120 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Bem creyo da falta de carta minha no corr.º pas.º —
Roma, 22 (***) de abril de 1673.
C.S., t. 1.º, 253.

(*) Com a data de 11 de março.

(**) Com a data de 15 de março.

(***) Com a data de 27 de abril.

86 — Ff. 122 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Com grande cuid.°, e alivio espero este corr.° —
Roma, 7 de maio de 1673.
C.S., t. 1.°, 255, com a data de 7 de maio, q̃ parece ser errada, mesmo pela ordem chronologica do impresso.

87 — Ff. 123 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Faltei com carta a semana passada por estar fora de Roma, —
Roma, 20 de maio de 1673.
C.S., t. 1.°, 256.

88 — Ff. 124 v. — Ao mesmo Marq.s de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Grande falta fará ao bem publico a do Snõr. Duq̃ Inquizidor Geral. —
Roma, 3 de junho de 1673.

89 — Ff. 125 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Não quizera que a saude de V.E. fosse neutra, —
Roma, 17 de junho de 1673.
C.S., t. 1.°, 257.

90 — Ff. 126 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Muitos dias há me não alegrão tanto as cartas de que V.E. me faz m.ce, —
Roma, 1.° de julho de 1673.
C.S., t. 1.°, 259.

91 — Ff. 128 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Dobrada penna hé padecer os achaques, e os remedios; —
Roma, 2 de julho de 1673.

92 — Ff. 129 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Não sou tão desvanecido que cuide mereça a minha saude o cuidado de V.S.; —
Roma, 11 de julho de 1673.
C.S., t. 1.°, 260.

93 — Ff. 130 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Hontem chegarão aqui dous p.^{es} Arrabidos —
Roma, 29 de julho de 1673.
C.S., t. 1.°, 262, com a data de 30 de julho.

94 — Ff. 131 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Ha muitos dias me falta o costumado favor de novas de V.E. —
Roma, 7 de abril de 1674.
C.S., t. 1.°, 263.

95 — Ff. 132 v. — ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Huma carta que li deste corr.^{e} diz que fervem nessa corte —
Roma, 21 de abril de 1674.
C.S., t. 1.°, 264.

96 — Ff. 134 — Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Por certo que não saberey significar a V.E. os effeitos que cauzou na minha alma. —
Roma, 3 de junho de 1674.
C.S., t. 1.°, 266.

97 — Ff. 136 — Ao mesmo Marquez de Gouvea escripta da Cidade da Bahia.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Apartando-se Antonio Vieyra dos pés do Snõr. Marquez Mordomo mór, —
Bahia, 23 de maio de 1682.

98 — Ff. 138 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Muito antes destas regras chegarem às mãos de V.E., —
Bahia, 23 de julho de 1682.

99 — Ff. 140 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — As razõens tão reppetidas do sentimento, —
Bahia, 21 de junho de 1683.

100 — Ff. 141 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Como outras, das que escrevo a V. E. nesta occazião, —
Bahia, 24 de junho de 1683.

101 — Ff. 143 v. — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^mo^ Snõr. — Manoel de Barros da Franca, hum dos principais Fidalgos —
Bahia, 4 de julho de 1683.

102 — Ff. 144 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^mo^ Snõr. — Acho-me com muitas cartas de V.E., e com mil obrigaçoens em cada huma dellas, —
Bahia, 5 de agosto de 1684.

CARTAS DO P.^e^ ANTONIO VIEYRA DA COMPANHIA DE JEZUS PARA D. RODRIGO DE MENEZES, IRMÃO 2.º E GENRO DO PRIMEIR.º MARQ.^s^ DE MARIALVA, DOS CONS.^os^ DE EST.º, E GUERRA, E DO DESP.º, ESTRIB.^ro^ MOR, E GENTIL HOMEM DA CAMERA DO PRINC.^e^ D. P.º, DEPOIS REY D. PEDRO 2.º DE PORTUGAL.

103 — Ff. 150 — 1.ª carta. Em que lhe dá o parabem da melhora de S.A., e dá conta da sua e falla na inconstancia do anno.
Com. — Snõr. — Algum privilegio se ha de tomar á conta da saude de S.A. —
Coimbra, 17 de dezembro de 1663.

104 — Ff. 151 v. — 2.ª carta p.ª o mesmo. Em que se queixa da sua pouca saude, agradece patrocinar-lhe os seus particulares; falla na felicidade de El Rey, e na que promette ao Rn.º.
Com. — Snõr. — Já no corr.º passado dey conta de mim a V.S. —
Coimbra, vespera de natal (23 *de dezembro*) de 1663.

105 — Ff. 153 — 3.ª carta ao mesmo. Em que falla no motivo de o mandarem retirar do Porto, agradece patrocinar-lhe os seus particulares em que falla e pede favoreça hum seu recommendado, e promete hir continuando na sua obra.
Com. — Snõr., se os tempos não correrão tão contrarios então merecera o meu dez.º, —
Coimbra, 14 de janeiro de 1664.

106 — Ff. 156 — 4.ª carta para o mesmo que se conffessa muy obrigado ao seu favor falla no cazam.^to de El Rey D. Aff.º, e na sua felicidade, e tirada de certas prophecias, e diz hir na sua obra continuando.

Com. — Snõr. Vão estas regras, pois V.S. lhe consente —

Coimbra, 28 de janr.º de 1664.

107 — Ff. 157 v. — 5.ª carta para o mesmo em que diz haver tido novas da entrada, que o Snõr. Marquez de Marialva havia feito em Alentejo, e do que havia disposto. Falla nas Prophecias do Beato Amadeu, e das de S. Fr. Gil, e dá conta de certa questão àcerca de El-Rey D. Sebastião; aplaude a felicidade de El-Rey Dom Affonso, e pede o seu patrocinio para hum seu recomd.º.

Com. — Snõr. Com grande cuidado esperava neste corr.º por certas novas, —

Coimbra, 3 de março de 1664.

108 — Ff. 159 v. — 6.ª carta para o mesmo em que lhe agradece o despacho de hum seu recommendado. Falla em o quererem mandar para a India, e pede certo Livro da Livraria de El-Rey, e falla na nossa Campanha.

Com. — Snõr. Com huma firma de V.S., que o P. R.^or de Santo Antão me remeteo —

Coimbra, 14 de abril de 1664.

109 — Ff. 160 v. — 7.ª carta p.ª o mesmo, em que pede se lhe dê notticias do q̃ houver do Alentejo, e insinua quanto convem escreverem-se, falla no Sermão de Santa Engracia, e em outros particulares.

Com. — Snõr. Muito se deteve esta Carta de V.S. que recebi em 25 (?) —

Coimbra, 28 de abril de 1664.

110 — Ff. 163 — 8.ª carta para o mesmo, em que diz haver grandes doenças em Coimbra, e fala na nossa Campanha.

Com. — Snõr., ainda as Naus da India na altura de Cabo Verde —

Coimbra, 5 de maio de 1664.

111 — Ff. 164 v. — 9.ª carta para o mesmo em que diz hir continuando na sua obra, e agradece as novas de Alentejo e falla nas prevençoens de Castella.

Com. — Snõr. O cuidado com que espero novas da saude de V.S., —

Villa Franca, 19 de maio de 1664.

112 — Ff. 167 — 10.ª carta, avulça.

Acha-se em branco, deixando duas folhas para provavelmente ser lançada.

113 — Ff. 169 — 11.ª carta ao mesmo em que falla nas dispoziçõens do nosso exercito, agradece a lembrança do Snõr Marquez, discorre pellas felicidades de Portugal, procura humas prophecias que fez aos Pontifices e Abb.e Joachim, e dá conta de hum cometta.

Com. — Snõr, muito rico chegou este ultimo corr.º de Mayo —

Villa Franca, 2 de julho (*sic*) de 1664.

114 — Ff. 171 — 12.ª carta para o mesmo, em que falla na conveniencia de não sahir o nosso exercito á campanha, e na companhia, que El-Rey de França fez p.la India, e em certo pronostico de Portugal.

Com. — Snõr. as cartas, de que V. S.ª me faz m.ce esta somana fizerão no meu animo —

Villa Franca, 3 de junho de 1664.

115 — Ff. 174 — 13.ª Carta p.ª o mesmo. Em que diz fica doente, agradece a lembrança do Snõr Marquez e certifica as oraçoens q̃ fazem os Religiozos daquelle Collegio, pello bom successo de nossas armas.

Com. — Snõr. muito me mortefica Deos, e na p.te e tempo mais sensivel —

Coimbra, 23 de junho de 1664.

116 — Ff. 176 v. — 14.ª Carta p.ª o mesmo, em que lhe da conta da sua melhoria, e de continuar em certa obra, e o parabem das boas notticias de nossa Companhia.

Com. — Snõr. à penna que recebo com o cuidado, q̃ dá a V.S. a minha saude, —

Villa Franca, 28 de junho de 1664.

117 — Ff. 177 v. — 15.ª Carta p.ª o mesmo em que festeja a nottica da victoria, que alcançou o S.r Marquez.

Com. — Snõr. nunqua tanto dezejei escrever, e m.to largam.te, a V.S. —

Coimbra, 7 de julho de 1664.

118 — Ff. 178 v. — 16.ª Carta p.ª o mesmo em que agradece o cuidado de suas novas e lhe dá o parabem de outro succ.º de Alentejo.

Com. — Snõr. não sey com que hei/de pagar a V. S.ª o cuid.º —

Villa Franca, 21 de julho de 1664.

119 — Ff. 180 — 17.ª Carta para o mesmo em que falla no retiro de Villa Franca, e apadrinha huma pert.am.

Com. — Snõr. não sey como hajão faltado tanto as minhas cartas a V.S. —

Coimbra, 3 de agosto de 1664.

120 — Ff. 181 v. — 18.ª Carta para o mesmo em que falla na continuação da sua obra, e pede noticias da guerra do Turco.

Com. — Snõr. Achome neste corr.º sem carta de V. S.ª —

Villa Franca, 11 de agosto de 1664.

121 — Ff. 182 v. — 19.ª Carta p.ª o mesmo, em que certefica a sua melhora.

Com. — Snõr. parte o Corr.º, e por me haverem tomado inpensadam.te todo o dia, —

Coimbra, 12 de agosto de 1664.

122 — Ff. 183 v. — 20.ª Carta para o mesmo, em que falla sobre a campanha do Alentejo; discorre sobre a elleição, que S.A. fez da pessoa do sobred.º D. Rodrigo, e falla sobre outros particulares.

Com. — Snõr. todas as cartas de V.S. são para mim de igual contentamento, —

Coimbra, 25 de agosto de 1664.

123 — Ff. 186 — 21.ª Carta para o mesmo em que falla na ruina de Castella, na restituição do Marquez de Gouvea e em certo papel que manda.

Com. — Snõr. ainda que faltem os navios de fora, sempre V.S. me dá as novas, —

Coimbra, 1.º de septembro de 1664.

124 — Ff. 188 — 22.ª Carta p.ª o mesmo, em que faz certo juizo sobre hum papel, que fez Dom Francisco Manoel sobre a nossa Companhia.

Com. — Snõr. a saude de V. S.ª, e a melhora do Snr. Marquez, que D.ˢ g.ᵉ, —

Coimbra, 8 de septembro de 1664.

125 — Ff. 190 — 23.ª Carta para o mesmo; em que estranha o faltarem as suas Cartas, falla sobre o Alentejo, e dá novas da guerra do Turco.

Com. — Snõr. Não sey que desvio podessem ter as minhas cartas nos Corr.ᵒˢ passados, —

Coimbra, 29 de septembro de 1664.

126 — Ff. 191 — 24.ª Carta para o mesmo, em que dá o parabem do nascimento do Snõr. D. Jozeph de Menezes, Conde de Vianna, e promette mandar huns sermoens, que lhe havia pedido.

Com. — Snõr. dou a V.S. o parabem, e bejo a mão a meu novo amo, —

Coimbra, 22 de septembro de 1664.

127 — Ff. 192 v. — 25.ª Carta para o mesmo: em que falla da victoria, q̃. alcançou o Snõr. Marquez de Marialva, e na que alcançou o Emperador contra o Turco, e lhe remette hum sermão.

Com. — Snõr. de grande contentamento foy para todo este Collegio a carta de V.S. —

Coimbra, 6 de octubro de 1664.

128 — Ff. 193 v. — 26.ª Carta para o mesmo em que falla na victoria de Aronches, agradece huma carta do Senhor Marques, promete remeter hum sermão, e certo papel, e pede patrocinio para a Missão do Maranhão.

Com. — Snõr. quem poderá comigo esta somana com duas cartas de V.S.

Coimbra, 20 de octubro de 1664.

129 — Ff. 195 v. — 27.ª Carta para o mesmo, em que diz vay continuando na sua obra, e o muito, que estimou certo papel, e falla em certas prophecias, &.ª.

Com. — Snõr. com esta ultima carta de V.S. acabey de crer —

Coimbra, 10 de novembro de 1664.

130 — Ff. 197 — 28.ª Carta p.ª o mesmo em que lhe dá o parabem dos bons successos de Alentejo, e falla sobre certas esperanças.

Com. — Snõr. não posso negar a V.S. que sou homẽ do tempo, —

Villa Franca, 17 de novembro de 1664.

131 — Ff. 198 — 29.ª Carta para o mesmo, em que dá notticia da sua queixa e do grande rigor do tempo, com q̃. continua por aquellas partes.

Com. — Snõr. da letra julgará V. S.ª que já esta não levará tão más novas —

Coimbra, 3 de octubro (exacto) de 1664.

132 — Ff. 199 — 30.ª Carta para o mesmo, em que o consolla na falta de um filho, e lhe agradece a reppetição de cartas suas, falla em certo discurso, que se tem feito sobre as estrellas.

Com. — Snõr. trez recebi juntas de V.S. o bastava huma só para grande alivio meu; —

Villa Franca, 8 de dezembro de 1664.

133 — Ff. 201 — 31.ª Carta para o mesmo, em que falla sobre o cometa, e sobre a expedição da nossa Campanha.

Com. — Snõr. Volta hoje o sol para nós, e com rostro tão benigno. —

Coimbra, 22 de dezembro de 1664.

134 — Ff. 203 — 32.ª Carta para o mesmo, em que dá notticia das oppoziçoens de huma cadeyra e falla sobre hum cometta.

Com. — Snõr. — dez.º a V.S. e ao Snõr. Marquez que D.ˢ g.ᵉ tão alegres festas, —

Coimbra, 29 de dezembro de 1664.

135 — Ff. 205 — 33.ª Carta para o mesmo, em que falla na indispozição de S.A., sobre os juizos do cometta, e gratifica a intercessão, com que se lhe procura a sua mudança para a Corte.

Com. — Snõr. Já no Corr.º passado signifiquey a V.S. o sintimento da ocazião, —

Coimbra, 19 de janeiro de 1665.

136 — Ff. 207 v. — 34.ª Carta para o mesmo, em que falla sobre a melhoria de S.A. e sobre o seu desterro.

Com. — Snõr. andão tão retardadas os corr.ᵒˢ, que não hé muito faltas — se carta minha, —

Coimbra, 26 de janeiro de 1665.

137 — Ff. 208 v. — 35.ª Carta para o mesmo, em que dá novas da morte de Phelipe, e falla sobre a notticia da opressão que fazião os Portuguezes no Pará.

Com. — Snõr. muito mal me vay com a aug.ª de V.S. —

Coimbra, 3 de fevereiro de 1665.

138 — Ff. 209 v. — 36.ª Carta para o mesmo, em que falla, se queixa de lhe faltarem cartas, e diz haver recebido o L.º do Ab.ᵉ Joachim.

Com. — Snõr. muitos dias havia me faltavam novas de V.S., —

Coimbra, 15 de fevereiro de 1665.

139 — Ff. 211 — 37.ª Carta para o mesmo, em que falla sobre os seus particulares, e acerca de algumas notticias do cometta.

Com. — Snõr. Com todo o coração sinto que V. S.ª passe com achaques, —

Combra, 29 de fevereiro de 1665.

140 — Ff. 213 — 38.ª Carta para o mesmo, em que lhe insinua a pena dos seus achaques, falla sobre as victorias de Portugal.

Com. — Snõr. sinto que os achaques de V. S.ª se hajão dillatado tanto tempo, —

Coimbra, 2 de março dc 1665.

141 — Ff. 214 — 39.ª Carta para o mesmo, em que dá notticia de hum dezafio em Coimbra, e falla sobre a nossa campanha.

Com. — Snõr. muito estimo sempre as novas da saude de V. S.ª —

Coimbra, 9 de março de 1665.

142 — Ff. 215 — 40.ª Carta para o mesmo, m que falla sobre a Missão do Maranhão, e sobre hum sermão que lhe pedio.

Com. — Snõr. estou de corr.º para o Maranhão; —

Coimbra, 16 de março de 1665.

143 — Ff. 216 v. — 41.ª Carta para o mesmo em que falla sobre hum papel de Castella e acerca da sua obra.

Com. — Snõr. não posso deixar de me admirar com V.S. —

Coimbra, 23 de março de 1665.

144 — Ff. 218 — 42.ª Carta para o mesmo, que dá notticia da obra, em que se occupa, falla em negocio seu, promete mandar os sermoens, tratta no cazamento do Principe D. Theodozio, e no de El-Rey D. Aff.º se disfazer.

Com. — Snõr. Si nas saudades de V. S.ª creyo, e se as de V.S. —

Coimbra, o ultimo de março de 1665.

145 — Ff. 220 — 43.ª Carta para o mesmo, em que dá conta da sua doença, e falla no que se conta da nossa Campanha.

Com. — Snõr. por via do P.ᵉ João Pimenta procurey se desse conta a V.S. —

Coimbra, 13 de abril de 1660.

146 — Ff. 221 v. — 44.ª Carta para o mesmo, em que continua a noticia de sua doença e falla no cometta.

Com. — Snõr. muito estimo, que V.S. haja pasado com bem —

Coimbra, 20 de abril de 1665.

147 — Ff. 222 v. — 45.ª Carta para o mesmo, em que continua a notticia da sua doença, falla no sermão da Semana S.ta e em alguns prodigios nottaveis.

Com. — Snõr. Ainda não posso dar a V.S. tão boas novas, com creyo V.S. dezeja —

Coimbra, 4 de maio de 1665.

As cartas 46.ª, 47.ª, e 48.ª não existem nesta collecção, pois o copista em vez de deitar 46.ª lançou 49.ª. Houve portanto engano no segundo algarismo. Assim depois da 45.ª se segue a 49.ª.

148 — Ff. 224 — 49.ª Carta para o mesmo, sobre os successos do Alentejo.

Com. — Meu Snõr. sobre o mal que padeço me não afflige menos o cuidado de V.S., —

Villa Franca, 8 de junho de 1665.

149 — Ff. 225 — 50.ª Carta p.ª o mesmo, em que falla sobre a nossa Campanha.

Com. — Snõr. Começando pello fim da de V.S. (e com m.to mayor razão), —

Villa Franca, 15 de junho de 1665.

150 — Ff. 226 v. — 51.ª Carta p.ª o mesmo sobre a mesma materia.

Com. — Snõr. Se o contentamento fizera milagres. —

Villa Franca, sabbado.

como se vê, não traz data.

151 — Ff. 227 — 52.ª Carta p.ª o mesmo, em que falla sobre os bons successos do Alentejo, e àcerca da armada de Castella.

Com. — Snõr. Já no corr.º passado dey a V.S. o parabem, e ajudey a festejar —

Villa Franca, 29 de junho de 1665.

152 — Ff. 228 v. — 53.ª Carta para o mesmo, em que reppete o o parabem da victoria do Sr. Marquez e discorre sobre o mesmo.

Com. — Snõr. a 3.ª vez hé esta, que fallo a V. S.^{ria} na m.^{ce}, —

Villa Franca, 6 de julho de 1665.

153 — Ff. 230 v. — 54.ª Carta p.ª o mesmo, em que falla sobre a mesma victoria, e pede novas de Cast.ª, e se queixa de lhe não differirem.

Com. — Snõr. Crescem cada dia tantas circunstancias de grandeza e victoria do Snõr. Marquez —

Villa Franca, 12 de julho de 1665.

154 — Ff. 232 — 55.ª Carta p.ª o mesmo, em que lhe segura o grd.^{e} *contentam.^{to} com que foy ouvida a nott.ª da victoria,* que alcançou o Sr. Marquez de Marialva.

Com. — Snõr. Comessando pello fim da de V. S.^{ria} dou a V.S. o parabem da chegada —

Villa Franca, 20 de julho de 1665.

155 — Ff. 234 — 56.ª Carta p.ª o mesmo; em que lhe dá o parabem de se haver recolhido a caza do Snõr. Marquez, e pede o patrocinio p.ª certo recomend.º.

Com. — Snõr. Já dey a V.S. o parabem, e m.^{tas} vezes tenho dado as graças. —

Villa Franca, 27 de julho de 1665.

156 — Ff. 235 v. — 57.ª Carta p.ª o mesmo, em que tratta de quanto convem divulgar as nossas victorias, faz avizo de apparecer em Aveyro parte da Almada, de Castella; e de outras cousas tocantes à nossa campanha.

Com. — Snõr. em grd.^{e} restit.^{am} me está temp.^{al} e Spir.^{al}m.^{te} aquella vont. —

Villa Franca, 3 de agosto de 1665.

157 — Ff. 237 v. — 58.ª Carta p.ª o mesmo, em que diz haver recebido a rellação da nossa victoria, e estranha q̃. Portugal não divulgue no mundo as suas acções com os mais Reynos.

Com. — Snõr. Com a carta de V.S. recebi a coppia de Madrid, —

Villa Franca, 10 de agosto de 1665.

158 — Ff. 240 — 59.ª Carta p.ª o mesmo, em que falla na rellação da nossa victoria com haver notticia de voltar sg.da vez o Marquez de Carracena.
Com. — Snõr. Sabe D.s que as Cartas de V.S. são para mim —
Villa Franca, 17 de agosto de 1665.

159 — Ff. 242 — 60.ª Carta para o mesmo em que falla no grande animo do S.r Marquez na depozição do Carracena, e sobre certa prophecia do Bandarra.
Com. — Snõr. quando V.S. me faz m.ce dizer, que dezejára fallar comigo. —
Villa Franca, 24 de agosto de 1665.

160 — Ff. 244 — 61.ª Carta do P.e Antonio Vieyra p.ª o mesmo, em que estranha a omizão com que Portugal divulga as suas acções, fala nos arbitrios da nossa Campanha, na *introducção de Dom João de Austria, no sermão dos an.s*, e em huma nova estrella.
Com. — Snõr. Como que leyo nesta carta de V.S. de 21. —
Villa Franca, o ultimo de agosto de 1665.

161 — Ff. 247 v. — 62.ª Carta para o mesmo em que duvida a campanha que dizem faz o inimigo, sem embg.º de se avizar que o Carracena entra pl.ª Beyra com corpo de exercito, a que por aquellas p.tes se principia a esterilidade m.to grande e dá conta de Castella, com que se attende à peste de Inglaterra.
Com. — Snõr. mais novas do que as que V. S.ria me dá, —
Villa Franca, 7 de septembro de 1665.

162 — Ff. 249 v. — 63.ª Carta p.ª o mesmo, em que pede com brevid.e que sobre certo negocio seus lhe assista com a sua prottecção.
Com. — Snõr. Sempre a saude de V. S.ª, e do Snõr. Marquez que Deos g.de —
Coimbra, 14 de septembro de 1733. Ha evidente erro no anno: deve ser 1665.

163 — Ff. 253 — 64.ª — Avulsa. — Não vem.

164 — Ff. 253 v. — 65.ª Carta para o mesmo, em que recommenda o mesmo negocio, e dá notticia de hum prognostico que se ha feito a Portugal no mez de setembro.

Com. — Snõr. a occazião, de que avizey a V. S.ria no corr.º passado, —

Coimbra, 21 de septembro de 1665.

165 — Ff. 255 — 66.ª Carta para o mesmo em que lhe agradece o favor, que lhe faz em o patrocinar nos seus particulares, e pede o queira continuar, queixando-se das injust.as que lhe fazem, e promete mandar os sermões.

Com. — Snõr. achome neste corr.º com duas cartas de V. S.ria —

Coimbra, 28 de octubro de 1665.

166 — Ff. 257 — 67.ª Carta para o mesmo, em que se queixa de lhe condemnarem o papel, q̃ fez p.ª provar a resurreyção de El-Rey D. João o 4.º e pede escreva S.A. ao Embaixador, e lhe ordene o favoreça no requerim.to, que traz, em que pertende descarregarse desta culpa, e pede lhe continuem a consignação, que lhe havião dado.

Com. — Snõr. já dey conta a V. S.ª da minha chegada a Roma, —

Roma, 7 de novembro de 1669.

167 — Ff. 260 — 68.ª Carta para o mesmo, em que dá conta da sua jornada p.ª Roma, e se queixa das cartas, que S.A. escreveo nesta occ.am ao Protector, e Embaixador.

Com. — Snõr. depois de haver tomada Alicante e arribado com hum grande temporal a Marcella, —
Roma, 23 de novembro de 1669.

168 — Ff. 261 v. — 69.ª Carta para o mesmo, em que agradece a sua correspondencia, e a memoria de S.A., e o lembra huma carta que havia pedido para o Embaixador, e que os não desfavoreção os Ministros de Portugal, e dá varias novas.

Com. — Snõr. achome rico com trez cartas de V.S. —

Roma, 15 de março de 1670.

169 — Ff. 264 — 70.ª Carta para o mesmo do R.º de Menezes q̃. trata do neg.º do mesmo A., e se queicha do odio da Pr.ª da grãa Bertanha, e falla nas guerras do Turco com o Imperio.

Com. — S. muitos dias ha q. me faltão novas de V.S. e não por eu a não ter procurado —

Roma, 10 de maio de 1670.

170 — Ff. 266 — 71.ª Carta para o mesmo Dom R.º de Menezes.

Com. — Senhor a mesma falta de cartas de V.S. em todos estes tempos —

Roma, 2 de agosto de 1670.

171 — Ff. 268 — 72.ª Carta para o mesmo em q̃. se fala na má vontade q̃. lhe tem a Raynha de Inglaterra, e agradece o favor q̃. lhe fas S.A. e na duvida da confirmassão dos Bp.ºs e disposições do Turco.

Com. — Snr̃. a carta q̃ V.S. me fes m.ᵗᵉ escrever e q̃ de Agosto —

Roma, 8 de octubro de 1670.

172 — Ff. 270 — 73.ª Carta do mesmo p.ª D. Rodr.º de Menezes q̃ trata da guerra dos turcos, da eleissão do Pontifice, negocio particular do mesmo Auctor.

Com. Sr̃. não escrevi a V. S. todo o mes pasado, porq. estive em cama, —

Roma, 13 de fevereiro de 1671.

173 — Ff. 272 — 74.ª Carta para o mesmo q̃. trata dos Bispados e do tratam.ᵗᵒ do principe de Toscana, e da conservação da India, dos provençois do Turco Polonia, e Ungria, e outros juizos.

Com. — Sr̃. muitos dias ha q̃. me faltão novas de V.S. posto q̃. eu as procure.

Roma, 23 de fevereiro de 1671.

174 — Ff. 275 — 75.ª Carta para o mesmo em que agradece a honra q̃. S. A. lhe fas, e se lembra do q̃. recebeo de El-Rey D. João o 4.º e do principe D. Theodozio em q̃.

dis q̃. o seu geral manda q̃. imprima os seus sermões em varias lingoas.

Com. — Senhor p.ª eu conhecer q̃. a falta de cartas de V.S. não nasce —

Roma, 11 de maio de 1671.

175 — Ff. 277 — 76.ª Carta do P.e Antonio Vr.ª p.ª o mesmo em que agradece a memoria de S.A. e lhe aconselha dillate o seu nome, e trate do negocio da India, e agradece a S. A. mandar estampar os seus sermõens, e discorre sobre o cazo de Odivellas.

Com. — Snõr. não há nescessario que me tardem tanto as cartas de V.S. —

Roma, 18 de julho de 1671.

176 — Ff. 279 — 77.ª Carta do dito p.ª o mesmo.

Com. — Snõr. no correyo passado escrevi a V. S.ª e não supunha fazello; —

Roma, o 1.º de agosto de 1671.

177 — Ff. 280 v. — 78.ª Carta do P.e Ant.º Vr.ª p.ª o mesmo, em que agradece a honrra q̃. S.A. lhe fas e segura o dezejo que tem do augmento de sua fama, e discorre sobre o cazo de odivellas.

Com. — Snõr. — V. S.ª não estranhe a clauzula, por que hé a com que na nossa Religião —

(Roma) ... 24 de octubro de 1671.

178 — Ff. 286 v. — 79.ª Carta do dito p.ª o mesmo em que lhe falla da honrra que lhe segurão da parte de S.A., da conta da morte do Cardeal Celei, e da notiçia da chegada do P.e Pedro Zuzarte, e seu companheiro a Roma, e do que elles dão do Estado da India e se queixa do lugar que Affonso Furtado tirou a seu Irmão, e da má fortuna de seu cunhado.

Com. — Snõr. no correyo passado obedeçi a V. S.ª, neste respondo ao restante da carta, —

Roma, 21 de novembro de 1671.

179 — Ff. 292 — 80.ª Carta do do (*sic*) P.º Antonio Vieyra para o mesmo, em que trata da audiencia, que o Papa deo ao Embaixador de França, e dis que a hum Principe Turco q̃ entrou em Lis.ª e não era se não hum Frade Grego.

Com. — Senhor V. S., seja mui bem chegado de Inglaterra —

Roma, 9 de abril de 1672.

180 — Ff. 294 — 81.ª Carta para o mesmo, em que se queixa de não ter cartas suas, e atribue haver fallado no cazo de Odivellas, e pede huma carta de recommendação de S.A. para o Pontifice sobre o neg.º dos Martyres do Brazil.

Com. — Snõr. muitos tempos há que vivo desconfiado, —

Roma, 13 de agosto de 1672.

181 — Ff. 296 v. — 82.ª Carta p.ª o mesmo.

Com. — Snõr. Prometti escrever a V. S.ria neste correyo sobre meus particulares, —

Roma, 10 de septembro de 1672.

182 — Ff. 301 — 83.ª Carta para o mesmo, em que diz lhe mande hum sermão pregado em Lingoa Italiana, e se queixa de que o Principe senão sirva delle e de que na Inq.am lhe reprovasem as suas propoziçoens.

Com. — Snõr. duas vezes tomey a penna p.ª falar a V.S. nos meus particulares, —

Roma, 22 de outubro de 1672.

183 — Ff. 304 — 84.ª Carta para o mesmo em que agradece huma carta de S.A. para o Pontifice, e falla na desunião de alguns Est.os.

Com. Snõr. a carta, de que V.S. me fez m.ce em dous de outubro, recebi nesta posta, —

Roma, 17 de novembro de 1672.

184 — Ff. 306 — 85.ª Carta para o mesmo, em que tratta sobre varios negocios do An.º, e falla no odio, que nos tem os Castelhanos, e nos incita a que tratemos do com.co, tenhamos armados, persuade, a que admittamos aos christãos

novos, e duvida do nosso ajuste da liga com Inglaterra e França.

Com. — Snõr. Com excessivo contentam.[to] recebi esta ultima carta, de que V.S. me fez m.[ce].

Roma, o ultimo de dezembro de 1672.

185 — Ff. 313 — Carta do P.[e] Antonio Vieira p.[a] Dom Rodrigo de Menezes.

Com. — As cartas de V. S.[a] são todas quando chegão o unico alivio. —

Coimbra, 26 de maio de 1664.

186 — Ff. 315 v. — Ao mesmo Dom Rodrigo de Menezes.

Com. — Senhor; não podia V. S.[a] ter mais certas noticias do estado da minha saude, —

Coimbra, 6 de maio de 1665.

187 — Ff. 317 — Carta do P.[e] Antonio Vieyra ao mesmo Dom Rodrigo de Menezes.

Com. — Senhor as milhores receitas, p.[a] mim são sempre as cartas de V. S.[a]. —

Coimbra, 13 de maio de 1665.

188 — Ff. 319 — Carta do P.[e] Antonio Vieyra p.[a] Dom Rodrigo de Menezes.

Com. — S.[or] — Tomara eu muitas palavras com q̃. poder declarar a V. S.[a] —

Coimbra, 20 de maio de 1665.

189 — Ff. 321 — Carta do P.[e] Antonio Vieyra p.[a] Dom Rodrigo de Menezes.

Com. — S.[or]. Tambem eu quero começar pelo Ceo; —

Coimbra, 15 de septembro de 1665.

I — 2, 1, 8

CARTAS DO P.[e] ANTONIO VIEYRA P.[a] O MARQUEZ DE GOUVEA

Contém as seguintes:

190 — 1) Sem titulo.

Com. — Se de Lisboa para Coimbra, houvera tão seguro portador como o desta Carta, —

É datada de Villa Franca, a 31 de julho de 1665.

C.S., t. 3.[o], pp. 37.

191 — 2) Ao mesmo Marques de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Pode V. Ex.[ca] dizerme, que já no dia de antes celebrava V. Ex.[ca] os annos de Sua Magestade, com se comesar a alevantar: —

Villa Franca, o ultimo de agosto de 1665.

C.S., t. 3.°, 38.

193 — 3) Ao mesmo Marques de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Pouco me durou o contentamento da semana passada com o novo cuidado da doença do Snõr. Dom Diogo, —

Villa Franca, 7 de septembro de 1665.

C.S., t. 3.°, 4.°.

194 — 4) Ao mesmo Marques de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Não sei que diga, nem que heide escrever a V. Ex.[ca] nesta occasião; —

Coimbra, 14 de septembro de 1665.

Nesta carta dá Vieira o pezame da morte de Dom Diogo irmão do Marquez de Gouvea.

C.S., t. 3.°, pp. 41.

195 — 5) Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Não posso fazer estas regras, senão (*) de mão alhea tal he o estado em que minha convalescença se tem posto, —

Coimbra, 21 de septembro de 1665.

C.S., t. 3.°, 42.

196 — 6) Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Arriscado estive a não escrever a V. Ex.[a] naquelle Correyo, —

Coibra, 28 de septembro de 1665.

C.S., t. 3.°, pp. 43.

197 — 7) Ao mesmo Marques de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Este Correyo, que trouçe dessa Corte novas do novo descobrimento de minas, —

Roma, 14 de fevereiro de 1670.

Publi. na Coll. Seabra com a data errada de 1671, T.I., pp. 195.

(*) Lê-se *por* — C. S.

198 — 8) Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Com mais gosto dera a V. Ex.[a] as boas Paschoas, —

Roma, 28 de março de 1670.
P. Coll. Seabra, T. I., pp. 190.

199 — 9) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Todos os Correyos me trazem milhoradas novas de V. Ex.[a], com que tenho quanto dezejo.
Roma, 6 de junho de 1670.
C.S., T.I., 191.

200 — 10) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — A de que V. Ex.[ca] me fes merce, recebi em 10 de novembro, —
Roma, 19 de dezembro de 1670.
Carece uma nota acerca da data e variantes.
Publ. Coll. Seabra. T.I., pp. 192 e tb.[m] na pp. 215.

201 — 11) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Faltou-se neste Correyo Carta de V. Ex.[ca], —
Roma, 31 de janeiro de 1671.
Publ. Coll. Seabra, pags. 194, T.I.

202 — 12) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Dizem, que parte amanhan o (*) Correyo; —
Roma, 21 de fevereiro de 1671.
Publ. Coll. Seabra, T.I., pp. 197.

203 — 13) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Pello Correyo ordinario, e pello proprio q̃ despachou o Snõr. Embaixador pouco despois; —
Roma, ultimo de fevereiro de 1671.
C.S., T.I., 198.

(*) Na Coll. Seabra — lê-se — *um* — em vez do — o.

204 — 14) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Mandame V. Ex.[ca], que me encomende (*) na Correspondencia; —
Roma, 24 de março de 1671.

205 — 15) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Dou infinitas Graças a N. Snõr. pello susto de que nos livrou este Correyo, —
Roma, 11 de abril de 1671.
P. Coll. Seabra, T.I., pags. 201.

206 — 16) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Estas cartas de q̃. V. Ex.[a] me fes (**) m.[te] tem trocado os effeitos —
Roma, 25 de abril de 1671.
Publ. Coll. Seabra, T.I., pags. 202.

207 — 17) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Duplicadamente me chegarão as novas primeiro da conheçida melhora (***).
Roma, 12 de maio de 1671.
Publ. Coll. S.T.I., pags. 203.

208 — 18) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Em (****) o proprio dei conta a V. Ex.[a] do pouco que elle veyo buscar, e leva; —
Roma, 23 de maio de 1671.
Publ. Coll. S.T.I., pags. 204.

209 — 19) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Se algum dia teve lugar o *sivales bene est ego equidem valaleo* (*****), he na esterelidade deste Correyo.
Roma, 20 de junho de 1671.
Publ. Coll. S.T.I., pag. 205.

(*) Publ. Coll. Seabra, pp. 199, T. I., com a data de 14 de março. Lê-se *emenda* na Coll. Seabra.

(**) Coll. Seabra lê-se — *faz*.

(***) Lê-se *melhoria*. Coll. Seabra.

(****) Lê-se — *Com*.

(*****) Lê-se — *valeo* — Coll. Seabra.

210 — 20) Ao mesmo Marques de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Nunca me derão cuidado os negoçios de V. Ex.[a] nesta (*) morte; —

Roma, 1.º de julho de 1671.

Como esta carta é peq.[a] publique-se ella confrontando com a mesma q̃ vem na Coll. Seabra, pois as variantes são muitas e notaveis.

Publ. Coll. Seabra, t. I, p. 207, com data de 1.º de agosto.

211 — 21) Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Escrevo a V. Ex.[ca] do Purgatorio: —

Roma, 18 de julho de 1671.

C.S., T.I., 206.

212 — 22) Ao mesmo Marques de Gouvea.

Com. — Ex.[m] Snõr. — Escrevo estas poucas regras furtadas aos direitos por que ficamos com (**) meya parte da Caza fazendo os exerciçios spirituaes: —

Roma, 12 de septembro de 1671.

Publ. Coll. Seabra, T.I. pp. 208.

213 — 23) Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Já se vay conheçendo em Roma a entrada do Inverno pella tardança dos Correyos de Madrid, —

Roma, 26 de septembro de 1671.

Coll. Seabra, T.I., pp. 209.

214 — 24) Ao mesmo Marquez de Gouvea.

Com. — Ex.[mo] Snõr. — Toda esta semana supus não poderia (***) escrever a V. Ex.[a] neste Correyo; —

Roma, 20 de octubro de 1671.

Coll. Seabra, t. I, pp. 211, com data de 10.

(*) Lê-se — *nessa* — Coll. Seabra.

(**) Acresce o art. *a*. Coll. Seabra.

(***) Lê-se *podia*. Coll. Seabra.

215 — 25) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Estas são as ultimas (*) regras, que escrevo neste Correyo por não faltar á minha (**) obrigação; —
Roma, 7 de novembro de 1671.
Coll. S.T.I., pp. 212, com um P.S. do auctor q̃ não vem no mss.

216 — 26) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Estimo eu muito que o Inverno de Madrid não descubra tão má cara como o de Roma, —
Roma, 21 de novembro de 1671.
Coll. S.T.I., pp. 213.

217 — 27) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Comessarei esta por onde acabão todas, dezejando a V. Ex.a os bons ann.s. —
Roma, 3 de janeiro de 1672.
Coll. S., t. I, pp. 216.

218 — 28) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Os mesmos dias ja mayores, que me trazem mais depressa as novas de V. Ex.a, —
Roma, 15 de janeiro (***) de 1672.

219 — 29) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Melhoradas novas me trouçe este Correyo com que fiquei livre do grande cuidado —
Roma, 30 de janeiro de 1672.
Coll. S., t. I, pp. 217.

220 — 30) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Não dou a V. Ex.a da promoção do Snõr. Bispo de Coimbra, o parabem; —
Roma, 27 de fevereiro de 1672.
Coll. Seabra, t. I, pp. 220.

(*) Lê-se *unicas*. Coll. Seabra.
(**) Lê-se *unica*. Coll. Seabra.
(***) Coll. Seabra, t. I. pp. 219, com a data de 13 de fevereiro.

221 — 31) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Vay entrando a Primavera com muito melhor rosto para os Cortezãos, que para (*) Lavradores; —
Roma, 12 de março de 1672.
Coll. Seabra, t. I, pp. 221.

222 — 32) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Se os Medicos de Madrid não hão mais seguros q̃ os da nossa terra, —
Roma, 26 de março de 1672.
C.S., t. I, pp. 222.

223 — 33) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Comessando pella ultima clauzulla (**) de V. Ex.^{a} —
Roma, 3 de abril de 1672.
C.S., t. I, pp. 224, com data de 23 de abril.

224 — 34) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — As novas da saude de V. Ex.^{ca} são as que me distinguem, —
Roma, 9 de abril de 1672.
C.S., t. I, pp. 223.

225 — 35) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Não me dá V. Ex.^{a} tão boas novas como eu esperava, na fée dos Medicos, —
Roma, 21 de maio de 1672.
Coll. S., t. I, pp. 226.

226 — 36) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Esta de V. Ex.^{a} de 4 de Mayo, me chegou as mãos m.^{to} tarde, —
Roma, 4 de junho de 1672.
C.S., t. I, pp. 230, com data de 4 de julho.

(*) Accresce — os — Coll. Seabra.
(**) Accresce — *da* — Coll. Seabra.

227) — 37) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Dezejo que a entrada do verão seja mais favoravel. —
Roma, 18 de junho de 1672.
C.S., t. I, pp. 228.

228 — 38) Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — No correyo passado não escrevi impedido de huã grande febre; —
Roma, 30 de julho de 1672.
Coll. S., t. I, pp. 232.

229 — 39) Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Como V. Ex.^{a} me dá boas novas de sua saude, ou melhoria, —
Roma, 13 de agosto de 1672.
C.S., t. I, pp. 233.

230 — 40) Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Mereçe o meu affecto a V. Ex.^{ca} o cuidado que V. Ex.^{a}, por sua grandeza. —
Roma, 10 de septembro de 1672.
C.S., t. I, pp. 234.

231 — 41) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. Ex.^{mo} Snõr. — Não me diz V. Ex.^{a} quanto tenha ajudado o verão os medicamentos; —
Roma, 24 de septembro de 1672.
C.S., t. I, 236, com um peq. P.S. q̃ não vem no mss.

232 — 42) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Do dezenfado desta ultima carta de V. Ex.^{ca} vejo, —
Roma, 3 de octubro de 1672.
C.S., t. I, pp. 237.

233 — 43) Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Dou a V. Ex.^{ca} as graças pellas rellações ultramarinas, —
Roma, 8 de octubro de 1672.
C.S., t. I, 238.

234 — 44) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Grande susto me cauzou esta Carta de V. Ex.[ca] com as primeiras regras, —
Roma, 22 de octubro de 1672.
C.S., t. I, 240.

235 — 45) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Com toda a alma sinto as queixas que nesta ultima leyo, da pouca melhoria de V. Ex.[ca] —
Roma, 5 de novembro de 1672.
C.S., t. I, 242.

236 — 46) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Não quero que V. Ex.[a] me mande encobrir a noticia de seus achaquez; —
Roma, 17 de novembro de 1672.
C.S., t. I, 243.

237 — 47) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Muitos dias há, que não recebi carta de V. Ex.[ca]. —
Roma, 17 de dezembro de 1672.
C.S., t. I, 244.

238 — 48) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Tardou este Correyo sinco dias mais do que costuma; —
Roma, ultimo de dezembro de 1672.
C.S., t. I, 245.

239 — 49) Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — A carta que recebi nesta Posta, pareçe resposta da que escrevi na passada. —
Roma, 14 de janeiro de 1673.
C.S., t. I, 246.

240 — 50) Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Não hé novo em V. Ex.[ca] honrrarme em tudo; —
Roma, 28 de janeiro de 1673.
C.S., t. I, 247.

241 — 51) Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Hontem chegou o Correyo, e hoje parte. —
Roma, 11 de fevereiro de 1673.
C.S., t. I, 249.

242 — 52) Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Dou a V. Ex.[ca] o parabem da nomina do Snõr. Duque Inquizidor Geral, —
Roma, 25 de fevereiro de 1673.
C.S., t. I, 250.

243 — 53) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Já os Correyos com a sua menor tardança nos trazem melhores novas das neves, —
Roma, 11 de maio de 1673.
C.S., t. I, 251, com data de 11 de março.

244 — 54) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Snõr. — Com grande difficuldade posso fazer estas breves regras, —
Roma, 21 de março de 1673.
C.S., t. I, 252, com data de 15 de março.

245 — 55) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Bem creyo da falta de Carta minha no Correyo passado, —
Roma, 22 de abril de 1673.
C.S., t. I, 253, com data de 7 de abril.

246 — 56) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Com grande cuidado e alivio (*) espero este Correyo. —
Roma, 7 de maio de 1673.
C.S., I, 255, com data de 7 de março.

247 — 57) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Faltei com carta a semana passada, por estar fora de Roma. —
Roma, 20 de maio de 1673.
C.S., t. I, 256.

(*) Lê-se *alvoroço* — Coll. Seabra.

248 — 58) Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Grande falta fará ao bem publico a da vida do Snõr. Duque Inquizidor Geral, —
Roma, 3 de junho de 1673.
C.S., t. 2.°, 102.

249 — 59 — Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Não quizera que a saude de V. Ex.[a] fosse neutra; —
Roma, 17 de junho de 1673.
C.S., t. I, 257.

250 — 60) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Muitos dias há me não alegrã (*) tanto as cartas de que V. Ex.[a] me faz merçe, —
Roma, 1.° de julho de 1673.
C.S., t. I, 257.

251 — 61) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Dobrada pena he padecer os achaques, e os remedios, —
Roma, 2 de julho de 1673.
C.S., t. I, 229, com data de 28 de junho de 1672.

252 — 62) Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Não sou tão desvaneçido, que cuide mereça (**) a minha saude o cuidado de V. Ex.[a]; —
Roma, 11 de julho de 1673.
C.S., t. I, 260.

253 — 63) Ao mesmo Marq.[s] de Gouvea.
Com. — Ex.[mo] Snõr. — Hontem chegarão aqui dous PP. Arrabidos dando de cordonaços as mutacoens de Roma; —
Roma, 29 de julho de 1673.
C.S., t. I, 262, com data de 30 de julho.

(*) Lê-se *alegraram*.
(**) Lê-se *merece* — C. S.

254 — 64) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Há muitos dias me falta o custumado favor de novas de V. Ex.ª; —
Roma, 21 de abril de 1674.
C.S., t. I, 263.

255 — 65) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Huma carta que li deste correyo diz, que fervem nessa corte os conselhos de estado, —
Roma, 21 de abril de 1674.
C.S., t. I, 264.

256 — 66) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Por certo que não saberei significar a V. Ex.ª —
Roma, 3 de junho de 1674.
C.S., t. I, 266.

257 — 67) Ao mesmo Marq.s de Gouvea escripta da Cidade da Bahia.
Com. — Ex.mo Snõr. — Apartandosse Antonio Vieyra dos péz do S.r Marquez Mordomo mor, —

258 — 68) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Muito antes destas regras chegarem ás mãos de V. Ex.ª considero em Lisboa as duas Cortes de Portugal e Saboya; —
Bahia, 23 de julho de 1682.
C.S., t. 2.º, 111.
Vide o Cat. dos mass. da Bibl. Nac.

259 — 69) Ao mesmo Marques de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — As razoẽns tão repetidas de sentimento q̃ com as calamidades geraes —
Bahia, 21 de junho de 1683.
C.S., t. 2.º, 115.

260 — 70) Ao mesmo Marq.s de Gouvea.
Com. — Ex.mo Snõr. — Com outras das que escrevo nesta occazião a V. Ex.ª. —
Bahia, 24 de junho de 1683.
C.S., t. 3.º, pp. 92.
Possuimos outra copia em 4.º.

261 — 71) Ao mesmo Marq.^{s} de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Manoel de Barros da Franca, hum dos principaes Fidalgos desta cidade, —
Bahia, 4 de julho de 1683.
C.S., t. 2.^{o}, 119.
Poss. outra copia *in* 4.^{o}.

262 — 72) Ao mesmo Marquez de Gouvea.
Com. — Ex.^{mo} Snõr. — Achome com m.^{tas} cartas de V. Ex.^{a}, e com mil obrigaçoens em cada hũa dellas, —
Bahia, 5 de agosto de 1674 (aliás 1684).
São copias por lettra do XVIII seculo. Boa lettra.
Cod. LXXXIII de ff. 146 a 203. 58 ff. *in*-fol.
6-28
C.S., t. 2.^{o}, 129, com data de 5 de agosto de 1684.
Possue outra copia *in*-4.^{o}.
[I — 1, 1, 30 — 33].

263 — 2 vol. *in*-fol. *Papel* que fes o P.^{e} Ant.^{o} Vieyra sobre Hum Breve, em o qual Sua Santidade mandava á Inquizição deste Reyno exibir alguns Procesos que nela se achavão, a cujo Breve não quizerão obedecer os Inquezidores.
Com. — Muito perturbada esta a Corte, e o Reyno com este ultimo Breve, que manda á Inquizisão, exibir coatro, ou, sinco procesos, dos que ha naquelle Tribunal se formarão dezobedecerão os Inquizidores, —
Ac. — e com o sol da nosa Doutrina me aclareis, e fazei asentar o toldado desta minha imaginação, etc., etc., etc. —
[Outra copia: I — 15, 3, 4, n.^{o} 9].
[I — 13, 3, 6 e I — 13, 3, 7].

264 — 1 vol. *in*-fol. *Carta* do R.^{mo} P.^{e} Ant.^{o} Vieira ao Ex.^{mo} Conde de Castello Melhor.
Com. — 1. Não pode, Senhor, negar-se a natural simpatia dos astros, a quem muitos chamão parentesco do coração, —

Ac. — tudo para gloria de Portugal, admiração do mundo, idea dos vindouros, credito de seu Rey, honra de sua Patria, e maior lustre de seu Sangue. — Fim. —

Contém 358 n.[os].

Copia. Boa lettra dos fins do XVIII seculo.

Cod. . . . 79 pp. num. *in*-fol.

[I — 13, 3, 29].

OBRAS DO P.[e] ANTONIO VIEYRA. EM PRIMEYRO LUGAR SE MOSTRÃO AS RAZOENS QUE DÃ A FAVOR DOS X.X.N.N. EM SEGUNDO LUGAR SE LHE PEDE O PARECER SOBRE O FAZER-SE JUNTO Á CASTELLA GUERRA DEFFENSIVA, OU OFFENSIVA. ULTIMAM.[te] SE DÃ HUMA BREVE NOTICIA DA SEPULTURA DO BANDARRA.

Contém o seguinte.

265 — A) Razoens apontadas a El-Rey D. João o 4.° a favor dos X.X.N.N. para se haver de lhe perdoar a confiscação dos seus bens, sendo sentenciados no S.[to] Officio.

Com. — A importancia e necessidade de se augmentar em Portugal e Comercio e navegação, estã tão conhecida, —

Ac. — Não dispensa na ley, pois ficão sujeitos a ella todos os que não forem mercadores.

— Antonio Vieyra. —

266 — B) Parecer que o P.[e] Antonio Vieyra deu por mandado do Secretario de Estado, sobre convir ao Reyno de Portugal fazer á Castella guerra offensiva, ou deffensiva.

Com. — Obedeço a V.[a] Sr.[ia], e ponho em papel o que já em palavras respondi a V.[a] Sr.[ia] á cerca da guerra que convém fazer a Castella, —

É datado de Lisboa, a 10 de janeiro de 1644.

267 — C) Noticia da Sepultura do Bandarra.

Com. — Faleceo Gonsalo Annes Bandarra na Villa do Francozo na Era de 1550; —

Copia. Lettra do XVIII seculo.

Consta de 9 ff. não num, *in*-4.°.

Cod. sob n.° . . .

(Felner).

[I — 15, 2, 50 n.[os] 3, 4, 5].

268 — Defeza do L.º intitulado 5.º Imperio, que he juntamente a 2.ª Apologia do L.º Clavis Prophetarum de Regno Christi, que o P.ᵉ Ant.º Vieyra offereceo aos Senhores Inquizidores estando prezo, e reposta das propoziçoens censuradas.

Com. — Ill.ᵐᵒˢ Snoȓs. — Sendo honte chamado á meza me foi dito, q̃ estando juntos nella os Snoȓs. Inquizidores p.ª sentenciarem a minha cauza; —

Copia. Lettra do seculo XVIII.

Consta 70 ff. não n. *in*-4.º:

Cod. sob n.º ...

(Felner).

[I — 15, 2, 50 n.º 6].

269 — *Da Real Bibl. Deffeza* do Livro intitulado Quinto Imperio: que he juntamente a segunda Apologia do Livro Clavis Prophetarum de Regno Xpii, que o Padre Antonio Vieira da Comp.ª de Jezus ofereceo aos S.ʳᵉˢ Inquizidores estando prezo, e repostas das proposiçoens censuradas na ultima parte deste resumo, onde tambem está recupilada a mayor parte da vida do m.ᵗᵒ R.º P.ᵉ Antonio Vieira.

Com. — Ill.ᵐᵒˢ Senhores. — Sendo hõtem chamado á Mesa, me foi ditto que estavam juntos nella os S.ʳᵉˢ Inquizidores, e Deputados para centenciarem a minha cauza, —

Ac. — p.ª em algum modo seguir as pizadas do mesmo Christo, a participar dos oprobios da sua Crũz. —

Copia. Letra do XVIII seculo.

Cod. sob n.º 1. 35 ff. *in*-num. *in*-fol.

[Outra cópia: I — 15, 2, 50 n.º 6].

[I — 13, 3, 5 n.º 1].

270 — *Real Bibl.* Resposta q̃. deo Serto Menistro a El-Rey de Castella Philippe 4.º sobre as cozas de Portugal.

Com. — Si concejo pide la afliccion, años ay S.ʳ q̃. V. Mag. devia pedir concejo; —

Ac. — Esto dixo Dios, y a boces un hombre dize lo q̃. q̃. Dios dizo.

El g.[de] a V. Mag. etc.[a] —
Copia. Lettra do XVIII seculo.
Não se declara que é de Vieira.
Cod. sob n.º 3. 3 ff. inn. *in*-fol.
Ha uma traducção em portuguez. Vai descripta (C.C.M.).

271 — *Carta* do Padre Antonio Vieyra ao Ex.[mo] Conde de Castello Melhor.

Com. — 1. Não pode Sn.[or] negarse a natural simpatia dos Astros, a que muntos (*sic*) chamão parentezco do coração —

Ac. — tudo p.[a] a gloria de Portugal, e maior lustre do seu sangue.

Não traz data. 62 ff. não n. *in*-4.º.

É divida (*sic*) em 268 n.[os] *in*-55.

Ha outra copia sob o titulo de *Discursos politicos* no vol. *Manuscriptos*, pp. 2912 e no final d'esta se notam variantes ou mesmo accrescimos q̃ não vem na prezente. (Felner).

[I — 15, 2, 50 n.º 1].

272 — Resposta, que o P.[e] Antonio Vieyra, estando nos Carceres do Sancto Officio, offereceo aos Snr̃es Inquizidores, sobre as Censuras da (*sic*) suas propoziçoens; e em deffeza do Livro intitulado 5.º Imperio do mundo, e 2.ª Apologia do L.º Clavis Prophetarum de regno Christi. Na ultima p.[te] deste rezumo está recopilada a mayor parte da Vida do P.[e] Antonio Vieira.

Com. — Sendo hontem chamado á Meza, me foi ditto, q̃ estavão juntos nellas os S.[res] Inquiz.[res] para sentencearem a minha cauza, —

Copia. Lettra do XVIII seculo.

Cod. . . . de ff. 1 a 76. 76 ff. *in*-4.º.

[I — 15, 3, 6 n.º 1].

273 — *Carta* Appollogetica escripta por el P.[e] Antonio Vieira de la Compañia de Jezus al Rm.º P.[e] Jacome Iqua afigo, Prov.[al] de la Provinzia de Andaluzia, de la misma Compañia. Anño de 1686.

Com. — M. R. Prov.^al — Igualmente admirado de las noticias, q̃ V. R.ª da al P.ᵉ Rector del Collegio de Coimbra en Carta de 30 de Deziembre de 1685, —

É datada da Bahia, a 30 de abril de 1685.

Copia. Lettra do XVIII seculo.

Em hispanhol.

Cod. . . . de ff. 77 a 126. 52 ff. accrescendo mais um por não ter num, e vir designada sob 95 a. *in*-4.º.

[I — 15, 3, 6 n.º 2].

OBRAS QUE DIZEM RESPEITO AO P.ᵉ VIEIRA

274 — *Instrução* que deu El-Rey Dom João o quarto ao Padre Antonio Vieyra para seguir nos negocios a que foy a Roma.

Com. — Antonio Vieyra. Demais dos negocios, que vos mandei declarar na instrução particular com que passais á corte de Roma, reservey para esta secreta os principaes particulares, que mais particularmente vos escolhi, fiando da muyta experiencia, que tenho de vosso juizo, amor, e lealdade, —

É datada de Lisboa, a 11 de dezembro de 1649.

Copia. Lettra do XVIII seculo.

Cod. $\frac{\text{LXXXV}}{\text{6-30}}$ de ff. 159 a 169 v. 11 ff. *in*-fol.

275 — *Esperansas* de Portugal, Quinto Imperio do Mundo, Primeyra, e Segunda vida de El-Rey D. João IIII. Escriptas por Gonsalianes Bandarra. Commentadas, e explicadas pelo p.ᵉ Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, Pregador de Sua Magd.ᵈᵉ, e pello mesmo P.ᵉ remetidas do Estado do Maranhão a esta Corte de Lisboa em huma carta particular e privativa que escreveo ao Reverendo Padre André Fernandes da mesma Companhia confessor da Rainha May a Sn.ʳᵃ D.ª Luiza, e por ella elleyto e nomeado Bispo do Japão. Anno 1659.

Com. — Ao Sn.ᵒʳ Bispo do Japão. — Contàme V.ª Sn.ⁱᵃ prodigios do Mundo e esperansas de felicidades a Portugal; —

É datada de Camutá do Rio das Amazonas, a 29 de abril de 1659.

Copia. Lettra do XVIII seculo.

Consta de 42 ff. não num., *in*-4.º.

Cod. sob n.º ...

[I — 15, 2, 50 n.º 2].

ESPERANÇAS DE PORTUGAL. ACÊRCA D'ESTE MANUSCRIPTO INEDITO DE VIEIRA, POSSUE A BIBL. NAC. O SEGUINTE:

276 — *Ante* Vieyra nas esperanças do Quinto Imperio Portugues fundadas na primeira, e segunda Vida de El-Rey D. João o Quarto que Ds. tem acõmodadas pello p.e Antonio Vieira a Gonçalo Anes Bandeyra (*sic*) respondidas por hum Anonimo Curiozo no anno de 1661.

Com. — Do grande, e prespicaz entendimento, do sutil, e levantado engenho do P.e Antonio Vieyra, —

É datado de Lisboa, a 24 de fevereiro de 1661.

Copia. Lettra do XVIII seculo.

Cod. LXXX de ff. 1 a 44. 44 ff. *in*-fol.

6-25

[I — 1, 3, 13].

277 — *Carta* do P.e Antonio Vieira da Companhia de Jesus a hum Par.te.

Com. — Se a razão que temos de parentesco, e o muito afecto com que amo a Vm. e a todas as suas couzas.

É datada a 6 de abril de 1643, sem todavia trazer o logar onde foi escripta.

No indice que precede o codice onde se acha esta carta lê-se esta indicação:

"Carta q̃. o P.e Antonio Vieira da Companhia de Jesus mandou a hum seu Parente en q̃ o aconcelha para viver com o termo q̃ durão os contentam.tos desta vida, e mostrando q̃ en 10. couzas não deve de ser facil tudo com aquella explicaçam e modo de dizer de q̃ sempre uzou".

Copia. Lettra do XVIII seculo.

Cod. LXXXVII a ff. 66 e 67. 2 ff. *in*-fol.

6-32

278 — *Carta* de Dona Feliciana Relligioza de Olivellas, en resposta da pergunta que lhe fizerão sobre se era sua hũa Apologia que se fes contra hum Sermão do Padre Antonio Vieira da Comp.ª de Jezus.

Com. — *Injuriozo obsequio faz a meu juizo que prezume que hé obra sua hum insolente desbarate, que das trevas da Ignorancia sahio a lus contra hum Sermão do P.ᵉ Antonio Vieira.*

Não traz data.

Copia. Lettra do XVIII seculo.

Cod. LXXXVII de ff. 75 a 78. 4 ff. *in*-fol.

6-32

IV

MANUSCRIPTOS (CONSTA ESTA PRIMEIRA PARTE DE PAPEIS), QUE HÁ SEM SEREM IMPRESSOS DO M.ᵗᵒ RD.ᵒ P.ᵉ ANTONIO VIEIRA DA COMPANHIA DE JESUS. EM QUE CONTEM COUZAS MUITO NOTAVEIS, E DIGNAS DE MUITA PONDERAÇÃO. O QUE TUDO FACILMENTE MOSTRA O INDEX DESTE LIVRO Q. SE COPIARÃO EM O ANNO DE 1752, POR D. LOURENÇO BD.ᵒ DA CUNHA C. R.

Contém:

279 — Pg. 1 — Sentença, que se proferio no Tribunal do S. Off.ᵒ da Universidade de Coimbra contra o P.ᵉ Antonio Vieyra da Companhia de Jesus em 23 de Dezembro de 1667.

[Outras cópias: I — 1, 3, 14 n.º 27; I — 15, 3, 3 n.º 8].

280 — Pp. 56 — *Em branco.*

281 — Pp. 57 — Petição que o P.ᵉ Antonio Vieyra da Companhia de Jesus fes ao Conselho Geral da Inquizição de Lisboa, sendo nottificado dos Senhores Inquizidores de Coimbra para não sahir da d.ª Cidade sem apparecer em sua prezença, por haver sido denunciado ao d.º Tribunal pello papel, q̃ do Maranham escreveo ao Bispo do Japam Andre Fernandes, e por outras mais propoziçoens, de que se lhe fez cargo.

Com. — Diz o P.^e Antonio Vieyra Religioso da Companhia de Jesus, q̃ no anno de mil, e seis centos e secenta, e tres estando m.^{to} enfermo, lhe mandarão notifficar os Senhores Inquizidores, que não sahisse de Coimbra sem apparecer em sua prezença.

[Outras cópias: I — 13, 2, 6 n.º 13; I — 12, 2, 2 n.º 4; I — 15, 3, 3 n.º 6; I — 3, 2, 33 n.º 10; I — 12, 2, 2, n.º 4].

282 — Pp. 87 — Breve de Clemente Decimo. Ao amado Filho Antonio Vieyra Plesbitero da Companhia de Jesus Portuguez, Clemente Papa X.

Com. — Ao amado Filho saude, e benção Apostolica. O zello da Fee Catholica, e sciencia das letras sagradas, a bondade da vossa vida, e costumes, e outros louvaveis merecimentos de vossas virtudes, e bom proceder,

Dado em Roma, mas não traz data.

[Outras cópias: I — 15, 2, 50 n.º 8; I — 12, 4, 31 n.º 6].

283 — Ff. 95 e 96. — *Em branco.*

284 — Ff. 97. — Defeza do livro intitulado Quinto Imperio que he juntamente a Segunda Apologia do livro Clavis Profetarum de Regno Christi, que o Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus offereceo aos Senhores Inquizidores, estando prezo, em resposta das Propoziçoēns censuradas.

Com. — Illustrissimos Senhores. — Sendo honte chamado á meza me foy dito, q̃ esta vão juntas nella os Senhores Inquizidores, e Deputados para sentenciarem a minha causa,

[Outras cópias: I — 2, 3, 45 n.º 2; I — 13, 3, 5 n.º 1; I — 15, 3, 5; I — 3, 2, 33 n.º 9; I — 15, 2, 51; I — 15, 3, 3 n.º 7].

285 — Pp. 184. — *Em branco.*

286 — Pp. 185 — Parecer, que deu o P.^e Antonio Vieyra da Companhia de Jesus sobre o modo de proceder no Regio Tribunal do S. Officio.

Com. — Perguntais-me, o que entendo sobre este papel, q̃ me mandastes: —

[*Outra cópia: 15, 3, 3 n.° 3*].

287 — Pp. 222. — *Em branco.*

288 — Pp. 223. — Parecer pollitico, que se deu ao Senhor Rey D. João Quarto sobre o augmento do Reyno concluindo, em que se consintão nelle aos christãos Novos pello muito venerado Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus. Anno de 1644.

Com. — *Snõr.* — *Ainda que a particular Providência,* com q̃ Deos tem assestido a Restauração e conservação de Portugal, —

[Outras cópia: I — 12, 2, 6 n.° 9; I — 6, 2, 45 n.° 1; I — 15, 3, 3 n.° 2].

289 — Ff. 251. — Parecer que o P.e Antonio Vieyra deo sobre a depozição de El-Rey D. Affonço o sexto destes Reynos de Portugal.

Com. — S. A. nos mandar propor, q̃ por haver S. Mag.de, q̃. D.s guarde, dimittido e renunciado na sua pessoa o Governo destes Reynos, —

[Outra cópia: I — 13, 2, 6 n.° 11].

290 — Pp. 261. — Pratica que fez o P.e Antonio Vieyra da Companhia de Jesus ao Pappa Alexandre 7.° no tempo, q̃ passou o Breve contra a gente de nação.

Com. — Beatissimo Padre venho diante de Vossa Santidade muy confiado; porq̃ venho pedir justiça á hum principe tão reconhecido no mundo por inteiro; —

[Outras cópia: I — 13, 2, 6 n.° 12; I — 15, 3, 5].

291 — Pp. 265. — Resposta de Sua Santidade á ditta Pratica.

Com. — Tendes muita razão, em tudo q̃ dizeis, e *não me podeis dizer tanto,* —

292 — Pp. 266. — *Em branco.*

293 — Pp. 267. — Papel do P.e Antonio Vieyra em deffença da Gente da Nação, e a favor do recurso, que intentava ter com Sua Santidade sobre a pertenção da nova mu-

dança dos estillos do Santo Officio a qual se aprezentou ao Serenissimo Principe D. Pedro Regente então destes Reynos de Portugal.

Com. — Ja que V.A. ouve á quem tão licenciozamente falla pella aceitação, com que he ouvido: —

[Outras cópias: I — 15, 3, 3 n.° 1; I — 2, 3, 45 n.° 11; I — 13, 2, 6 n.° 14].

294 — Ff. 291. — Discursos Pollitìcos. Em carta, q̃ mandou o P.e Antonio Vieyra da Companhia de Jesus ao Ex.mo Conde de Castello melhor Luis de Vasconcellos e Souza, em tempo, q̃ era grande vallido da Mag.de.

Com. — Não se pode, Senhor, negar a natural inclinação dos astros, á q̃ muitos chamão parentesco do coração, —

Ac. — tudo para gloria de Portugal, admiração do mundo, idea dos vindouros, credito do seu Rey, honra de sua Patria, e finalm.te o mayor lustre de seu sangue. —

O P. Antonio Vieira. —

Logo em seguida ao titulo que fica acima reproduzido ocorre a seguinte nota:

"Alguns dizem não ser do P. Vieyra este papel, mas comtudo aqui se poem".

Cod. . . . — Um vol. de 416 pp. num. e mais duas ff. de rosto e index.

[Outras cópias: I — 13, 2, 6 n.° 16; I — 15, 3, 4 n.° 10].

[I — 15, 3, 5].

295 — Obras inéditas. Fl. I. n.° 1.

Breve do Sanctissimo Padre Clemente, Papa X.° da izempção das Inquizições de Portugal ao Padre Antonio Vieira fielmente traduzido, da Lingoa Latina na Portugueza. Communicado pelo P.e Frey Manoel Guilherme da ordem dos Prégadores, a Dom Thomaz Bekman, C. R. da Divina Providencia, e tirado de hum Livro seu manuscripto.

Dado em Roma em Sancta Maria Maior, no dia 17 de abril de 1675.

Cópia. Lettra moderna.
Consta de 7 ff. innum. *in*-fol.
Cod. DCXCIV sob n.º 1. 7 ff.

26-30

[Outras cópias: I — 31, 25, 16; I — 15, 3, 4 n.º 2: I — 2, 3, 45 n.º 3; I — 15, 3, 4 n.º 2].

296 — Obras inéditas. T. I. n.º 2.

Memorial que o P.e Antonio Vieyra offereceo aos Senhores Inquizidores estando recluzo na Inquizição de Coimbra quando lhe foi dito que estava para sentenciar-se a sua cauza. Em que se inclui a defeza, do Livro intitullado Quinto Imperio e juntamente, a Segunda Apologia do Livro Clavis Prophetarum de Regno Christi hum dos principaes Papeis p.r q̃. foi argd.a e Resposta ás Propoziçoens censuradas. Dividido em oito ponderaçoens, na *ultima das quaes recopilou o mesmo Author parte da sua* Vida.

Com. — Ill.mos Snr.es — Sendo hontem chamado à *Meza, me foi dito, que estavão juntos os Senhores Inqui*zidores, e Deputados para sentenciarem a minha cauza; —

Ac. — para em algum modo seguir as pizadas do *mesmo* Christo, e partecipar dos oprobios da sua Cruz. —

As oito Ponderações são:

1.ª acêrca do assumpto do Livro.
2.ª acêrca dos Papeis.
3.ª acêrca das Propozições.
4.ª acêrca das Supposições.
5.ª acêrca das Consequencias.
6.ª acêrca das Respostas.
7.ª acêrca das Denunciações.
8.ª acêrca do Réo.

Cópia. Lettra moderna.
Cod. DCXCIV sob n.º 2. 105 ff. inn. *in*-fol.

26-30

297 — Obras inéditas. T. I.º n.º 3.

Noticias reconditas do modo de proceder o Sancto officio de Portugal com os seus Prezos. Informação que ao Papa Clemente X. deu o P.e Antonio Vieira. A qual

o mesmo Pontifice lhe mandou fazer estando o dito Vieira em Roma, na occazião da Cauza dos Christãos Novos com a Inquizição, pertendendo a mudança de seus estilos de processar por cujo motivo, esteve a dita Inquizição fechada por tempos.

Com. — Manda-me Pessôa, a quem devo obedecer lhe refira a forma da prizão do Santo Officio de Portugal e o tratamento dos Prezos naquelles Carceres. —

Ac. — Manifestando os defeitos de seus proximos; e não só dos que sabem estão prezos, se não todos. — Antonio Vieira. Fim. —

Consta de 52 ff. ou numeros.

Cópia. Lettra moderna.

Cod. $\frac{\text{DCXCIV}}{\text{26-30}}$ sob n.º 3. 77 ff. inn. *in*-fol.

É papel importantissimo para a historia da inquizição em Portugal.

298 — Obras inéditas, T. 1, n.º 4.

Petição, e reprezentação primeira, que antes da sua recluzão fez ao Tribunal da Inquizição de Coimbra o Padre Antonio Vieira, sobre os motivos de q̃. nella era accuzado, e por isso mandado substar restrictam.[te] naquella d.[a] Cidade, aonde se achava por esse tempo.

Com. — Diz o P.[e] Antonio Vieira, Religiozo da Companhia de Jezus: que em Mayo do anno de 1663, estando muito enfermo, lhe mandarão noteficar os Senhores Inquizidores, que não sahisse desta Cidade de Coimbra, sem apparecer em sua prezença. —

Ac. — Que hé o que elle mais sente; e V. S.[a] deve não permittir, se não remediar, como espéra: no que — R.Y.E. M.[ce].

Cópia. Lettra moderna.

Cod. $\frac{\text{DCXCIV}}{\text{26-30}}$ sob n.º 4. 38 ff. innum. *in*-fol.

[Outras cópias: I — 13, 2, 6 n.º 13; I — 12, 2, 2 2 n.º 4; I — 15, 3, 3 n.º 6; I — 3, 2, 33 n.º 10].

299 — Obras *inéditas*. T. I., n.º 5.

Dezengano Catholico Sobre o Negocio da Gente da Nação Hebrea, em pertender de Sua Santidade, que fazendo avocar a si alguns Processos findos; e depois de examinada a forma delles, se mudassem para melhor os estilos da menos acertada jurisprudencia das Inquiziçoens de Portugal. Escripto pelo Padre Antonio Vieira.

Com. — Hé certo, que os christãos Novos descendentes do sangue hebreo, não pedem, nem pertendem perdão geral; porque o perdão geral, he remedio para culpados; e elles querem remedio para innocentes.

Ac. — Remedio de tanta infamia p.ª extirp.ão do Judaismo, just.mo da Innoç.ª, e emfim p.ª gloria de D.º e exalt.ão da nossa Fé Catholica.

— Ant.º Vieira. —

Cópia. Lettra moderna.

Cod. DCXCIV sob n.º 5, 6 ff. innum. *in*-fol.

26-30

[Outras cópias: I — 3, 2, 33 n.º 5; I — 12, 4, 31 n.º 4; I — 2, 3, 45 n.º 9; I — 2, 17 n.º 8].

[I — 3, 3, 7].

300 — Obra inédita. T. 2.º, n.º 1.

Instrucção Politica ao Sereniss.º Principe Dom Pedro N. S. Pelo Padre Antonio Vieira.

Com. — Considerando hum vassallo de V.A. como em todos os Reinos, q̃. quando o Governo se muda outra nova Era comessa; —

Ac. — e a do Santo Princepe que foi digno Irmão de V.A. offerecẽ ao Seu Real animo a mais generoza doutrina, para quando lhe succeder na Corôa os imitar no exemplo. — Fim. —

Cópia. Lettra moderna.

Cod. DCXCIV sob n.º 1. 77 ff. *in*-num. *in*-fol.

26-31

301 — Obras inéditas. T. 2.º, n.º 2.

Resposta de hum Ministro Hespanhol a El-Rey Dom Felippe 4.º de Castella: consultando-o Este sobre fazer, ou não fazer as Pazes com o Senhor Rey D. João o 4.º,

de immortal memoria; depois que foi desbaratado, não obstante o maior numero das suas Tropas pelos Portuguezes, em repetidos encontros, afim de segunda vez recuperar a posse de Portugal.

Com. — Senhor. — Se Conselho pede aflicção, annos há Senhor, que V. Magestade devia pedir conselho, porque com elle fora tam facil o remedio, como agora áspero o desengano. —

Ac. — ficando estas arbitrarias ao conceito dos nossos inimigos, valendo-se desta inadvertida porfia para desafogo da sua mesma vontade. — Disse. —

É escripta pelo P.e Antonio Vieira, apezar de vir sob o nome supposto de *Hum Ministro Hespanhol.*

Cópia. Lettra moderna.

Cod. $\frac{\text{DCXCIV}}{\text{26-31}}$ sob n.º 2. 11 ff. innum. *in*-fol.

302 — Obras inéditas. V. 2.º, n.º 3.

Sermão prégado no Collegio da Cidade da Bahia de Todos os Santos á Saudoza Memoria do Sñr. Rey D. Sebastião em dia dos Santos Reys, na Festa q̃ todos os annos se fas pelo dito motivo; cahindo este anno o Dia de Reys, em Domingo em q̃ se celebrava a Festa do Sacramento no dito Collegio; Anno de 1787 (*sic*).

Com. — Ubi est que natur est Rex? Mah. 22.

— No concurso de tantas obrigaçoens quantas hoje se unirão em hum só Dia, não sei como acertarey com o dezempenho: —

Com. o Discurso 1.º — Comecemos pelo Rey nascido. Que intenção teve Christo em se esconder aos Magos, quando chegados a Jerusalem? A pergunta he do Evangelho; —

Com. o *Discurso* 2.º — Temos descuberto a intençam de Christo nascido: descubramos agora a intençam de Christo Sacramentado. —

Com. o *Discurso* 3.º — Athe agora, Vos falei como a Christoens. Agora vos falarei como a Portuguezes. —

Ac. — A Saudade; move a Suspiros; e Suspiros contem o nosso Thema —

Ubi est qui natur est Rex? —

Cópia. Lettra moderna.

Cod. DCXCIV sob n.º 3. 34 ff. innum. *in*-fol.

26-31

Evidentem.te Houve erro de copia quanto á data de 1787.

Há outra cópia mss. por lettra do XVIII seculo, sem titulo, e no fim da qual diz provavelm.te o copista, ou o q̃ o copista achara a outra copia.

No fim occorre esta nota:

"Este Serman dizem alguns q̃. he do Douticimo P.e Antonio Vieira; (e eu, ainda que ignorante, tambem) porem duvida-se, por se nam achar impreso: salvo se o pregou em Coimbra em alguma festa particular".

Consta de 9 ff. inn. *in*-fol.

Cod. . . . sob o n.º 2. 9 ff.

Possuimos outra cópia, com o respectivo titulo, dizendo recitado em 1787 (?)!

Será realmente de Vieira esta sermão?

[Outras cópias: I — 8, 4, 38 n.º 5; I — 3, 3, 5 n.º 2; II — 31, 10, 31].

303 — Obra inédita. Vol. 2.º, n.º 4.

O *Egrégio* Encoberto, Descoberto Papel; ou Discurso Organizado sobre a esperança, e certeza da vinda do Senhor Rey Dom Sebastião. Pelo P.e Antonio Vieira.

Com. — *Proemio.* — Hé o assumpto deste Discurso, huma prova, e huma defensa: provar a vinda de hum Vivo, reputado por morto — quem homines reputabunt tamquam mortuum e acaba — e com oito generos de fundamentos, provaremos e defenderemos ésta questão.

Primr.º, com razões, e conjecturas.

Segd.º, com Profecias, e Vatecinios.

Tercr.º, com revelaçõens.

Quarto, com prodigios.

Quinto, com prognosticos dos insignes Astrólogos.

Sexto, com a Fé dos Historiadores.

Septimo, com o juizo dos Politicos.

Oitavo, com as tradiçoens dos Mahumethanos. —

Com. o 1.º *Fundamento* — Vejamos, como prometteo o Discurso, primeiramente as razoens destas duas especies: —

Ac. o 2.º — Estes são os fundam.tos, e as razões que me movem a crer nestas todas Profecias ácerca do Sereniss.º Sebastião q̃ por serem de tantos Sanctos, e Justos merecem toda a veneração, e credito.

— O P.e Ant.º Vieira. —

Faltam todos os mais *Fundamentos* accusados no *proemio*, ignorando todavia si o auctor chegára a escreve-los todos.

Cópia. Lettra moderna.

Cod. DCXCIV sob n.º 4. 18 ff. innum. *in*-fol.

26-31

304 — Obras inéditas. V. 2.º, n.º 5.

Annua ou Annaes da Provincia do Brazil dos dous Annos de 1624, e de 1625. E successos respectivos ás Cazas que por esse tempo conservavão naquelle Estado os extinctos Jesuitas: e por dizer respeito á mesma Narração se tracta da Violenta entrada, que os Holandezes fizerão naquellas p.tes e principalmente na Cid.e da Bahia com a curioza expozição da sua situação, progressos, e miudas circunstancias dessa falta, e attrevida Invazão. Escrita por comissão, e obed.cia dos seus Superiores pelo Padre Antonio Vieira da mesma Companhia.

Com. — Paz Christi. — Ainda que a Guerra, algũas vezes não impede a pena com que se exprime os successos della: —

É datada da Bahia a 30 de septembro de 1626 e foi escripta por commissão do padre vice-provincial.

Cópia. Lettra moderna.

Cod. DCXCIV sob n.º 5. 116 ff. innum. *in*-fol.

26-31

[Outras cópias: II — 31, 3, 8; I — 8, 4, 38 n.º 4; I — 12, 2, 21].

305 — Obra inédita. V. 2 n.º 6.

Carta de Vieira para o Cardeal de Lancastre.

Com. — Ex.^mo^ Senhor. — Com melhor saude que o anno passado mas como menos vida porque elle passou beijando de joelhos a Sagrada Purpura dou a Vossa Emminencia as Graças. —

É datada de Haya a 14 de julho de 1693.

Cópia. Lettra moderna.

Cod. $\frac{\text{DCXCIV}}{\text{26-31}}$ sob n.º 6. 2 ff. *in*-fol.

[Outra cópia: I — 2, 3, 45 n.º 8].

306 — Obra inédita. V. 2.º n.º 7.

Carta 1.ª escripta de Roma a Lisboa em 14 d'Outubro de 1671 a Dom Rodrigo de Menezes. Em que Vieira discorre sobre as Determinaçoens do Decreto do Principe Regente de Portugal nesse tempo a respeito do q̃. se deve obrar, com os christãos novos do Reino; e aponta p.ª este fim os mais Saudaveis Meyos. E isto na occazião em que forão perseguidos por cauza do Sacrilego roubo, que se fez do Sacrario de Odivellas.

Com. — Soli. Meu Senhor. Não extranhe V. S.ª a clauzula; porque hé a com que na nossa Religião se escreve aos Prelados, —

Apezar de se declarar no titulo a data de 14 de outubro de 1671, no final vem 24 de outubro.

Cópia. Lettra moderna. Consta de 19 *pp.*

Há outra cópia na Coll. *in*-4.º.

[Outra cópia: 12, 2, 2 n.º 6].

307 — V.º 2 n.º 7 — *Carta* 2.ª escripta de Roma a Le.ª em 21 de Novr.º de 1671. ao dito D. Rodrigo de Menezes. Em q̃ Vieira discorre sobre a falta d'applicação aos interesses do Reino; e sobre a intentada Materia contra os Christãos novos; e ultmam.^te^, a respeito da Graduação de seu Irmão Bernardo Vieira, que devia ter como Secretario d'Estado do Brazil.

Com. — Meu Sñr. No correio passado escrevi a V. S.ª, e neste respondo ao restante da carta, —

Cópia. Lettra moderna. Consta de 11 pp. *in*-fol.

308 — V. 2.º n.º 7. *Carta* 3.ª Escripta de Roma a Le.ª em o ultimo de Dezr.º de 1672 ao d.º D. Rodrigo de Menezes. Em q̃ Vieira discorre sobre a decadencia de Portugal, a mudança dos Estilos da Inquizição delle, p.ª o seu melhoram.^to, em q̃ deve o Princepe recorrer a S. Santidade, e toca outras materias politicas do Estado, &.ª.

Com. — Meu Sñor. Com excessivo contentam.^to recebi esta ultima carta de V. S.ª, escripta em 11 de Novr.º.

Cópia. Lettra moderna. Consta de 17 pp. innum. *in*-fol.

Estas 3 chartas estão no Cod. $\frac{\text{DCXCIV}}{\text{26-31}}$ sob n.º 7.

24 ff. innum. *in*-fol.

309 — Obras inéditas. V. 2.º n.º 8.

Parecer ou Proposta sobre o augmento, e conservação do Reyno de Portugal. Encaminhada, e Derigida ao S.^r Rey D. João 4.º depois da sua Glorioza Acclamação em 1644, expondo, e mostrando ser o meyo para o d.º augmento, admitirem-se no Reyno os Homens de Nação, ou Christoens novos, p.ª outilizarem com a negoceacção dos seus cabedaes. Escripto pelo Padre Antonio Vieyra.

Com. — Ainda que a primeyra Providencia com q̃. D.^s tem assistido a restaurassam, e conservaçam de Portugal; —

Ac. — que he o principio de q̃. todas as nossas felecidades, e esperanças dependem. — O P.^e Antonio Vieyra. —

Em seguida occorre:

"Conta-se, que pela occazião de fazer o Autor P.^e Antonio Vieyra, este Papel em favor de tal Gente de Naçam: se-lhe pôs e fiscou na porta do seu cobiculo, a seguinte Letra ou Redondilha.

"Este que tu aqui ves
que neste apozento habita,
ainda he da Ley escripta,
Procurador de Moyzes.

"Tambem se dis, que o Tal P.e Vieyra a glozara discretam.te".

Cópia. Lettra moderna.

Cod. DCXCIV/26-31 sob n.° 8. 44 ff. innum. *in*-fol.

[Outras cópias: I — 13, 2, 6 n.° 9; I — 15, 3, 3 n.° 2].

310 — Obras inéditas. V. 2.° n.° 9.

Esperanças de Portugal. Quinto Imperio do Mundo. Primeira, e Segunda Vida d'El-Rey Dom João 4.°. Escripta por Gonçalo Annes Bandarra nas suas Trovas e commentadas pelo P.e Antonio Vieyra &.a em hũa carta que escreveo ao Bispo eleito do Japão. O P.e André Fernandes, da mesma Religião em 27 de Abril de 1659.

Com. — Senhor Bispo do Japão. — Contame V. S.a prodigios do Mundo, e esperanças de felicidades a Portugal. Diz-me V. S.a, que todos referem tudo á vinda de *El-Rey Dom* Sebastião. —

É datada de Camutá do Rio das Amazonas a 27 de abril de 1659.

Cópia. Lettra moderna.

Cod. DCXCIV/26-31 sob n.° 9. 78 ff. innum. *in*-fol.

[Outras cópias: I — 15, 2, 50 n.° 2; I — 15, 2, 51; I — 15, 3, 3 n.° 5].

311 — Obras inéditas. V. 2.° n.° 10.

Papel em que se vota que o Serenissimo Principe Dom Pedro (depois Rey 2.° do mesmo nome) fique somente Principe Regente destes Reynos, e Senhorios de Portg.al, encontrando a Proposta, *que querendo o contrario, queria* mais do q̃ o d.° Inf.te queria, e a depozição da Coroa, e Governo do Senhor Rey Dom Affonso 6.°.

Com. — Sua Alteza nos manda; que por haver Sua Magestade, q̃. Deos guarde, demittido, e renunciado na sua Peçoa o Governo destes Reynos; —

Ac. — Temo q̃ manchemos p.ª o Mundo, em hũa hora, a Gloria adquirida em tantos annos. —

Cópia. Lettra moderna.

Cod. $\frac{\text{DCXCIV}}{\text{26-31}}$ sob n.º 10. 14 ff. inum. *in*-fol.

[Outra cópia: I — 8, 4, 38 n.º 7].

312 — Obra inédita. V. 2.º n.º 11.

Proposta dirigida ao Senhor Rey D. João 4.º a favor da Gente da Nação Hebrea, mostrando-se com Espozição de Meyos; refutação de Incovenientes; justeficados fundam.[tos], narrativa de utilidade, a mayor Oppulencia, e augmento para o Reyno de Portugal. Com outras mais solidas razoens para se haver de extinguir no ditto Reino o Nome de Christão-novo. Feito pelo P.ᵉ Antonio Vieira, em 1646.

Com. — Senhor. — Huma das mais assignaladas Mercês, que a Mizericordia Divina se Servio fazer a este Reino no Felice Reinado do Senhor Rey Dom João 3.º. —

Ac. — A muito Real, e Catholica Pessôa de Vossa Magestade Guardo o mesmo Senhor, por muitos, e felices annos, como há myster a Igreja, e os Vassalos de Vossa Magestade dezejão. — O p.ᵉ Antonio Vieyra. —

Cópia. Lettra moderna.

Cod. $\frac{\text{DCXCIV}}{\text{26-31}}$ sob n.º 11. 47 ff. innum. *in*-fol.

[Outra cópia: I — 3, 2, 33 n.º 2].

313 — Obra inédita. V. 2 n.º 12.

Discurso Politico ou Razoens apontadas ao Senhor Rey Dom João 4.º, para se izentarem aos Homens de Negocio de Nação, os seus cabedaes do Fisco, quando acazo algum viesse a cahir na penna delle. Afim de que com esta segurança, chamando-se ao Reyno os muitos, e Ricos Negociantes dispersos delle; se podesse, com o giro do seu Comercio, e Navegação, augmentar os interesses de Portugal, para acudir à sua necessidade. Pelo Padre Antonio Vieira em 1649.

Com. — Senhor. — A importancia, e necessidade de se augmentar em Portugal o comercio, e a Navegação, está tão conhecida, —

Ac. — pois ficão sogeitos a ella todos os que não forem Mercadores. —

Cópia. Lettra moderna.

Cod. DCXCIV sob n.º 12. 11 ff. inum. *in*-fol.

26-31

[Outra cópia: I — 8, 4, 38 n.º 6].

[I — 3, 3, 8].

PAPEIS (SEGUNDO TOM. DE VARIOS) DO P.e ANTONIO VIEYA RELIGIOSO DA COMP.a DE JEZUS.

Contém:

314 — Ff. 1. — Carta Appollogetica escripta por el P.e Antonio Vieyra de la Compañia de Jesus; al P.e Jacome Iguazafigo Provincial de la Provincia de Andaluzia de la misma Compañia, en 30 de Abril de 1686.

Com. — Muy Reverendo P.e Provincial.

— Igualmente admirado de las notticias que V.R. dá al P.e R.or del Collegio de Coimbra en carta de 30 de Diziembre de 1685. —

É datada da Bahia a 30 de abril de 1686.

Em hispanhol.

[Outras cópias: I — 15, 3, 4 n.º 4; I — 15, 3, 6 n.º 2].

315 — Ff. 59. — *Em branco.*

316 — Ff. 60. — Outra escripta de Roma para o Cardeal Alencastro.

Com. — Exm.º Snõr. — Estas são as unicas regras, que escrevo neste Corr.º: —

Datada de Roma a 7 de novembro de 1671.

317 — Ff. 62. — Outra escripta de Cabo Verde ao Padre Confessor de S. A. hindo aribado àquella Ilha.

Com. — Pax Xpi: Padre e Snõr. meu: Excepta a Carta de S. A. esta hé a unica, que escrevo a Portugal, —

Não traz data.

318 — Ff. 70. — Outra Carta para o Conde da Castanheyra.
Com. — Snõr. — As repetidas memorias, com que V. S.ª hé servido por sua benignidade, e grandeza de se não esquecer deste seu humilde creado —
Datada da Bahia, a 20 de Junho de 1865.

319 — Ff. 72. — Cartas do Padre Antonio Vieyra escriptas a diversas pessoas, e copiadas do seu original fielmente.
São as duas que se seguem.

320 — Ff. 73. — Para a Serenissima Senr.ª Dona Catherina Rainha de Grã Bretanha.
Com. — Nesta Frotta não tive Carta do P.e Confessor de V. Mag.de, nem o P.e Balthazar Duarte auzente desta Corte —
Datada da Bahia, a 24 de Junho de 1697.

321 — Ff. 75. — Para o Provincial dos Carmelitas descalços.
Com. — Rm.º P.e M.e Fr. Thomé da Conceição.
Neste mesmo dia que hé o de N. S.ra do Carmo, preguei no Maranhão —
Datada da Bahia, a 16 de julho de 1690.

322 — Ff. 76. — Engano Judaico contra o Dezemgano Catholico de hum Author Reo Enganozo, e Enganado. Resposta de Mend.º Foyos Pereira, ao Dezengano Catholico.
Com. — Querer com a breve sombra de hũa Capa preta cobrir a grandeza da terra —
Como se vê pelo seu titulo não é obra do Padre Vieira e sim de Mendo Foyos Pereira em resposta ao escripto que ocorre a ff. 98.
[Outra cópia: I — 2, 3, 45 n.º 10].

323 — Ff. 83. — *Em branco.*

324 — Ff. 84. — Papel que se leo ao Senhor Rey Dom Affonço na prizão de Antonio de Contes Vinte milha, o qual por Ordem da Serenissima S.ra Raynha Dona Luiza de Gusmão fez o Doutissimo P.e Antonio Vieira da Comp.ª de Jezus, Pregador de Sua Mg.de.
Com. — Snõr. — A obediencia, que a Rainha Nossa S.ra deve aos preceitos de El rey. —

325 — Ff. 89. — *Em branco.*

326 — Ff. 90. — Memorial que P.e Antonio Vieira fez ao Serenisimo Snõr. Rey Dom Pedro Segundo sendo Princepe Regente sobre o requerim.o de seu sobrinho Gonçalo Ravasco, em que pedia o Officio que vagara por morte de seu Pae Bernardo Vieira Ravasco na Cid.e da Bahia. E nelle vão rezumidos os serviços que á Croa fez o mesmo Padre Antonio Vieira.

Com. — Snõr. — Foy V. Alteza servido mandar, q̃ Gonçalo Ravasco acostasse ao seu requerim.o certidão das m.ces que se fizerão a seu Pae Bernardo Vieira Ravasco: —

Vide o Cat. dos mss. da Bibl. Rio. t. 2.o.

327 — Ff. 98. — Dezengano Catholico sobre o negocio da Gente de nação Hebrea feito pello P.e Antonio Vieira da Comp.a de Jezus estando em Roma. E Resposta a elle feita por Mendo Foios Pereira, que ao depois foy Secretario de Estado do S.r Rey Dom Pedro Segundo de saudoza memoria.

Com. — Hé certo que os Christãos descendentes do sangue Hebreo, não pertendem perdão geral, —

A Resposta ao *Dezengano Catholico* de Vieira por Mendo Fois Pereira se acha a ff. 76 sob o titulo *Engano Judaico contra o Dezengano Catholico &.*

[Outras cópias: I — 3,3, 7; I — 2, 3, 45 n.o 8; I — 12, 2, 2 n.o 2].

328 — Ff. 103. — *Em branco.*

329 — Discurso expozitivo do P.e Antonio Vr.a da Companhia de Jezus, sobre á forma com que são tratados os Reos no Tribunal do Sancto Officio, e o que nelle passão durante as suas recluzõins.

Com. — 1. — Mandame, á q.m devo obedeçer lhe refira a forma da prizão do S.to Officio de Portugal, e o tratam.to dos Prezos, naquelles carçeres, —

Ac. — e depois de tudo visto, e examinado estaremos p.[lo] q̃ se julgar. —

Cod. XXXVII De 104 a 220. Um vol. *in*-4.º
4-42
de 220 ff. num. e mais duas de rosto e index.

[I — 2, 1, 7].

OBRAS DO V. P.[e] ANTONIO V.[a] DA COMPANHIA DE JESUS. TOMUS XVI. Contém:

330 — Da ff. 1 a 38: — Esperanças de Portugal. Quinto Imp.º do Mundo. Primeira, e Segunda Vida de el Rey Dom João o 4.º Escritas por Gonçalianes Bandarra e comentadas pelo Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesu, remetidas pelo dito ao Bispo do Japão o Padre Andre Fernandez.

Com. — Ao Senhor Bispo do Japão. — Contame V. S.ª prodigios do mundo, esperanças de felicidades a Portugal.

É datada de Camutá do Rio das Amazonas a 29 de abril de 1659.

331 — De Ff. 39 a 88. — Defeza do L.º intitulado 5.º Imp.º q̃ he juntam.[te] a Seg.[da] Apologia do L.º Clavis Prophetarum de regno Christi, q̃ o P.[e] Ant.º Vieira offereceo aos Snr̃es Inquizidores estando prezo. E resposta das propoziçoens censuradas. Na ultima parte deste resumo está recupilada a maior p.[te] da vida do Padre Antonio Vieira.

Com. — Illm.[os] Snr̃s. — Sendo hontem chamado a meza me foi d.º q̃ estavão juntos nella os Snr̃s Inquizidores p.ª sentenciarem a minha cauza, —

[Outras cópias: I — 13, 3, 5 n.º 1; I — 15, 3, 5; I — 2, 3, 45 n.º 2; I — 3, 2, 33 n.º 9; I — 15, 2, 50 n.º 6].

332 — De ff. 89 a 116. — Petição do P.e Ant.o Vieira ao Tribunal do Santo Officio de Coimbra.

Com. — Diz o P.e Ant.o Vieira Religiozo da Comp.a de Jesus q̃ em Mayo do anno de 1663 estando m.to enfermo, —

Não traz data.

333 — De ff. 117 a 118. — Carta sobre a contenda da gente de Nação Hebrea.

Com. — Perguntais-me o q̃ entendo sobre este papel q̃ mandastes, —

Não traz data.

(Outras cópias: I — 15, 3, 3 n.o 3; I — 13, 2, 6 n.o 10).

334 — De ff. 118 a 137. — Resposta a esta Carta do P.e Antonio Vieir.a.

Com. — Amigo não posso negar a rezão que mostraes ter nesta resolução, —

Não traz nome de auctor, nem data.

[Outras cópias: I — 15, 3, 3 n.o 4; I — 13, 2, 6 n.o 10].

335 — De ff. 138 a 172. — Sentença que os Inquizidores, e Deputados da Santa Inquizição da Cidade de Coimbra deram contra o P.e An.to Vieira da Comp.a de Jesu. por haver composto o papel, que intitulou Esperanças de Portugal 5.o Imp.o do mundo, e das mais propoziçoens de q̃ se lhe fes cargo. Publicada no auto da feé que se celebrou na Sala da d.a Inquizição em 6.a feira 23 de Dezembro de 1667.

No final se-lê o seguinte que diz respeito ao Padre Vieira: "Publicada como dito he a sentença no auto da feé, se celebrou na Sala da Inquizição de Coimbra no dia sesta feira 23 de Dezembro de 1667, gastandose em a ler duas horas, e hum quarto, no sabado seguinte se publicou p.la menhaã no seu Colegio, aonde ficou p.a dahi hir p.a a Caza da rezedencia do Pedrozo, q̃ lhe foi asignada por lugar da sua recluzão, a q.al antes de partir lhe foi comutada p.lo Conselho geral para a Caza da Cotovia

de Le.ª, e estando nella foi perdoado, e despensado pelo mesmo Conselho, tudo no mes de Junho de 1668; e depois no de Agosto de 1669, se partio da Corte de Le.ª p.ª Roma con (*sic*) licença de Sua Alteza".

Logo em seguida se-lê:

"No espaço do tempo q̃ se gastou en ler a tal Sentença na salla do Santo Officio, esteve este insigne varão en pè com os olhos fictos sem pestanejar, tosir, ou cossar, e immovel, o que cauzou admiração em todos".

É um volume *in*-4.º, contendo 172 ff. num., e mais duas de frontispicio e Indez deste L.º Proveiu da colleção Felner, n.º 70.

[Outra cópia: I — 15, 3, 3].

[I — 15, 2, 51].

SUPLEMENTO À LISTA DOS MANUSCRITOS

1 — "Vieira Gloriosus. Omnia, qua in ista informatione vel sunt publica, vel notoria, vel ex ipsis actis juridice constant paratus que est probare, qui offert. Causa origo et occasio". S.l., 1643.

Códice. Cópia. 62 p. 20 x 15 cm.

I — 15, 3, 4 n.º 3

2 — "Parecer sobre convir a Portugal faser somente guerra deffensiva e não offensiva a Castella exposto a hum grande do Reyno q̃. tinha circunstancias por ser ouvido, e se lhe comonicou a Materia. Escripta em Lisboa a 10 de janeiro de 1644'. Lisboa, 10/1/1644.

Códice. Cópia. f. 147/149. 28,5 x 19 cm.

(*In* Obras Ineditas do P.e Antonio Vieira, Jesuita).

I — 8, 4, 38, n.º 10

3 — "Varias Cartas do M.R.P. M. Antonio Vieira da Companhia de Ihs. Callificador de S. Off. Missionario Apostol. da Prov. do Brazil Pregador das Magestades dos Senhores Reys, D. João IV e D. Pedro II". Coimbra e Bahia, 30/9/1647 — 24/6/1697.

Códice. Cópia. 199 p. 21 x 14 cm.

São 124 cartas do Padre Antonio Vieira enviadas a varios personagens de Portugal.

I -- 1, 1, 29

4 — "Parecer que deo o P.e Ant.to Vr.a a El Rey D. João 4.º sobre as couzas do Brasil no anno de 1647". S.l., (1647).

Códice. Cópia. f. 65/73. 39 x 19 cm.

I — 3, 2, 33 n.º 3.

5 — "Discurso do P.e Vr.a em q̃. persuade a entrega de Pernambuco a os Olandezes respondendo ao papel que a Meza da Conciencia fes por mandado do S.r Rey D. João o 4.º sobre se devia entregar ou não Pernambuco e o como

se havia de defender ao Reino de Olanda e de Castella. S.l., (1648).
Códice. Cópia. 70 p. 29,5 x 20 cm.
É o chamado "papel forte".
Outras cópias: II — 31, 10, 31 n.° 7; I — 2, 3, 45 n.° 5; I — 6, 2, 39 n.° 7.
Cat. Exp. Hist. do Brasil. N.° 10.725.

I — 6, 2, 45 f. 74

6 — "Discurso Politico, que fez o P.e Antonio Vieira da Companhia de Jesus sobre os vaticinios e profecias, que ajuntou pertencentes à vinda do Rey D. Sebastiam encuberto e *prometido a Portugal. Foi feito no ano de 1649"*. S.l., (1649).
Códice. Cópia. 40 p. 20 x 15 cm.

I — 12, 2, 2

7 — "Advertencias para alguns cazos, que podem succeder Acerca Do cativeiro dos Indioz do Maranhão Pelo Padre Antonio Vieyra, Em 1655". Pará, 29/9/1655.
Códice. Cópia. Letra do século XVII? 4 p. 29,5 x x 20,5 cm.
(*In* Vieira, Antonio. Obras não impressas... n.° 6).
Algumas destas obras foram posteriormente publicadas.

II — 31, 10, 31 n.° 6

8 — "Discurso que para dissuadir e mover a dura Inclinação, a q̃ tanto se aplicava o Senhor Rey D. Aff.° 6.° na sua Menor.de por Mãdado da Rainha Viuva, sua may fez e compos o P.e Ant.° Vieira no anno de 1673". S.l., (1673).
Códice. Cópia. f. 134/138. 28, 5 x 19 cm.
(*In* Obras Ineditas do P.e Antonio Vieira, Jesuita).

I — 8, 4, 38 n.° 8

9 — "Breve da Izenção das Inquizições de Portugal que alcansou em Roma a seu favor o Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus. Anno de 1675". S.l., (1675).
Códice. Cópia. com letra do seculo XVII? f. 439/ /449. 21 x 15 cm.
(*In* Obras do P.e Antonio Vieira, n.° 8).

I — 15, 2, 50 n.° 8

10 — "Carta escripta de Roma ao Conde da Ericeira, Fernando de Menezes, sobre a gente de Nação Hebrea, na mudança q̃. pretendido dos seus estilos em janeiro de 1675". Roma, 12/1/1675.
Códice. Cópia. f. 17/19. 28,5 x 19 cm.
Não traz assinatura, mas é de Antonio Vieira.
(*In* Obras Ineditas do P.e Antonio Vieira, Jesuita).
I — 8, 4, 38 n.º 2

11 — "Parecer dado a El Rey D. João 4.º e por sua ordem feito sobre a Restauração de Pernambuco. Respondendo e impugnando a resposta do Procurador da Fad.a Pedro Fernandes Mont.º a respeito da materia das Capitulaçõens de Holanda". S.l., (1684).
Códice. Cópia. f. 150. 28,5 x 19 cm.
(*In* Obras Ineditas do P.e Antonio Vieira, Jesuita).
I — 8, 4, 38 n.º 11

12 — Cartas do Padre Antonio Vieira para o Conde de Castello Melhor e as respostas do Conde. Bahia, 15/7/1686 18/2/1693.
Códice. Cópia. 13 p. 27 x 18,5 cm.
(*In* Vieira, Antonio. Correspondencia ativa e passiva, n.º 1/6).
Cat. Exp. Hist. do Brasil. N.º 9.161.
I — 2, 1, 26 n.º 1 — 6

13 — Carta do Padre Antonio Vieira ao Conde de Castelo Melhor, referindo-se a sua atuação nos negocios politicos de Portugal. Bahia, 15/7/1689.
Códice. Cópia com letra do século XVII? 31 x 19 cm.
Não traz assinatura.
(*In* Academia dos Esquecidos, n.º 6).
I — 6, 2, 46 n.º 6

14 — "Copia de huma carta que o P.e Antonio Vieira escreveu ao Conde de Ericeira". Bahia, 19/7/1689.
Códice. Cópia. 5 p. 27 x 18,5 cm.
Cat. Exp. Hist. Brasil. N.º 10.613 (?)
(*In* Vieira, Antonio. Correspondencia ativa e passiva, n.º 8).
I — 3, 1, 26 n.º 8

15 — Carta do Padre Antonio Vieira ao Conde de Ericeira, fazendo comentários sôbre a obra intitulada "Historia de Portugal Restaurado", da autoria de Luiz de Menezes, irmão do Conde. Bahia, 19/7/1689.
Códice. Cópia com letra do seculo XVII? 31 x 19 cm.
Não traz assinatura.
(*In* Academia dos Esquecidos, n.º 7).
I — 6, 2, 46 n.º 7

16 — Carta do Padre Antonio Vieira dirigida provavelmente ao Conde de Castelo Melhor, tratando entre outros assuntos o "da Illustriss.ª: Caza de V. Ex.ª pella união dos Srs. Condes de Villa Verde". Bahia, 15/7/1690.
Original. 2 p. 30,5 x 21 cm.
Com o seguinte autografo: De V. Ex.ª criado Antonio Vieyra.
Cat. dos Cimélios. N.º 38.
No Cofre

17 — "Carta do P.ᵉ Ant.º Vieyra ao S. D. Verissimo de Alencastro". Bahia, 15/7/1690.
Códice. Cópia com letra do século XVII? 31 x x 19 cm.
(*In* Academia dos Esquecidos, n.º 5).
I — 6, 2, 46 n.º 5

18 — "Voto do Padre Antonio Vieira sobre as duvidas dos moradores de S. Paulo, a cerca da administração dos Indios". Bahia, 12/7/1694.
Códice. Cópia. 18 p. 32 x 21 cm.
I — 8, 2, 21

19 — Carta de Vieira para o Conde de Castanheira. Bahia, 31/7/1694.
Códice. Cópia. 3 p. 27 x 18,5 cm.
(*In* Vieira, Antonio. Correspondencia ativa e passiva, n.º 7).
I — 3, 1, 26 n.º 7

20 — "Censura ao Sermão adiante do Des.ʳ Joseph da Cunha Brochado Conselheiro da Fazenda". Lisboa, 4/3/1730.
Códice. Cópia. 1 f. 29 x 21 cm.
I — 2, 3, 45 n.º 18

21 — Vieira, Antonio. S.I.
"Bulla, que rezulta do papel referido. Innocentius Papa XI. Ad futuram rei memoriam". S.l., S.d.
Códice. Cópia. 1 p. 20 x 15 cm.
(*In* Vieira Exaltado. Tomo *II*, n.º *8*).
I — 15, 3, 4 n.º 8

22 — Carta do Padre Antonio Vieira ao Conde da Ericeira sobre a entrega de Pernambuco aos holandeses. S.l. s.d.
Códice. Cópia. 6 p. (163/165 v.) 29 x 21 cm.
É apenas parte do fim da carta acima.
I — 2, 3, 45

23 — "... Carta do P.e Ant.º Vieira escreveo ao Conde da Ericeira sobre à aprovação dos seus l.os Portugal Restaurado e Castrioto". S.l., s.d.
Códice. Cópia do século XVII? p. 169/170. 30 x 21 cm.
(*In* Papeis varios. N.º 36).
I — 6, 2, 45 n.º 36

24 — "Carta escrita pelo P.e Antonio Vieyra ao Conde de Castello Melhor quando no auge do seu governo". S.l., s.d.
Códice. Cópia. Com letra do século XVII? f. 1 — 52. 39 x 19 cm.
No mesmo ocorre: "O autor da carta em frente não hé o P.e Antonio Vieira, mas sim Antonio de Souza de Macedo, como se diz na Catastrophe de Portugal, 1861, p. 91".
I — 3, 2, 33 n.º 1

25 — "Carta q̃. escreveo o P.e Antonio Vieyra nesta na occasião q̃. sendo mand.º a Roma a explorar o *casamento* da Princesa de Castella com o Principe Dom Teodozio achou difficuldade no assunto..." S.l., s.d.
Códice. Cópia com letra do século XVII? 31 x 19 cm.
(*In* Academia dos Esquecidos, n.º 3).
I — 6, 2, 46 n.º 3

26 — "Certidão das mercês que o não se fizeram a Bernardo Vieira Ravasco apresentada pelo Padre Antonio Vieira". S.l., s.d.

Códice. Cópia com letra do século XVIII. 8 p. 21 x 15 cm.

(*In* Obras do Padre Antonio Vieira, n.° 13).

I — 15, 2, 50 n.° 13

27 — "... Da missão do Padre Antonio Vieira ao Maranhão e do que nella passou". S. l., s. d.

Códice. Cópia. f. 136/141. 32 x 22 cm.

"É fragmento de chronica jesuitica".

Da Coleção Carvalho.

Catalogo da Biblioteca Eborense, por Rivara, p. 40.

Cat. Exp. Hist. do Brasil, n.° 9.226.

I — 6, 2, 23

28 — "De Regno Christi Domini In terris consummato. Authore incomparabili. Viro P.e Antonio Vieira. S.i. Authoris et Operis intentum". S.l., s.d.

Códice. Cópia. 91 p. 20 x 15 cm.

(*In* Vieira Exaltado. Tomo II, n.° 4).

Há outra cópia com título diferente: I — 8, 2, 61.

I — 15, 3, 4 n.° 4

29 — "Despedida que Fes o Padre Ant. Vieira, Aos seos discipulos, Ensinando Gramatica Em Lisboa Por espaço de sinco annos". Lisboa, s.d.

Códice. Cópia. 12 p. 24 x 19 cm.

I — 25, 14, 21

30 — "Discurso Politico. Parecer a El Rey Dom Pedro Seg.do sobre algumas conveniencias particulares do Reino...' S.l., s.d.

Códice. Cópia. 27 p. (248/262) 29 x 31 cm.

Em nota a margem direita: "Do P.e Ant.° Vieira".

I — 1, 2, 6 n.° 28

31 — "Discurso politico do P.[e] Antonio Vieyra a cerca do exterminio dos christãos novos. Ao Principe Dom Pedro II. S.l., s.d.
Códice. Cópia. f. 485/533. 21 x 15 cm.
(*In* Obras do P.[e] Antonio Vieira, n.° 10).
I — 15, 2, 50 n.° 10

32 — "Epitafio do q̃. fuy e definição do q̃. seu". S.l., s.d.
Códice. Cópia com letra do século XVII? 31 x 19 cm.
(*In* Academia dos Esquecidos, n.° 4).
I — 6, 2, 46 n.° 4

33 — "Introdução ao Clave Prophetarum do M.R.P. Antonio Vieyra. Libro primeiro. Prologo a toda a historia do futuro em q̃. se prova os fundamentos delle". S.l., s.d.
Códice. Cópia. 18 p. 21 x 15,5 cm.
(*In* Vieira, Antonio. Papeis varios, n.° 22).
Outra cópia. I — 6, 2, 45 n.° 73.
I — 13, 2, 6 n.° 22

34 — "Papel politico feito na ocasião em que se convocarão Cortes para se tomar hum Tributo que servisse para desempenho do Reyno. Em nome dos Rusticos habitadores da Serra da Estrela". S.l., s.d.
Códice. Cópia. f. 194/204. 28,5 x 19 cm.
(*In* Obras Ineditas do P.[e] Antonio Vieira, Jesuita).
I — 8, 4, 38 n.° 13

35 — "Papel proclamatorio ao Summo Pontifice Innocencio XI em favor da gente de Nação conseguindo Breve P.[a] se avocarem a Roma certos processos do S.[to] Off.° q̃. se duvidarão remeter; p.[lo] P.[e] Ant.° Vieyra notorio favorecedor da d.[ta] cauza". S.l., s.d.
Códice. Cópia com letra do século XVII?. f. 88/91. 39 x 19 cm.
Outra cópia: I — 12, 2, 2 n.° 1.
I — 3, 2, 33 n.° 6

36 — "Papel que fez o Padre Antonio Vieira da Comp.[a] de Jesus por ordem do Summo Pontifice". S.l., s.d.
Códice. Cópia. f. 26/88. 32,5 x 22,5 cm.
I — 12, 4, 31 n.° 2

37 — "Papel que fez por ordem do Summo Pontifice". S.l.,s.d.
Códice. Cópia. 99 p. 20 x 15 cm.
(*In* Vieira Exaltado. Tomo II, n.° 7).
I — 15, 3, 4 n.° 7

38 — "Parecer do Padre Antonio Vieira a El Rey D. Affonço 6.° para que dê o Governo ao Infante Dom Pedro e Defira aos Povos do Reyno com piedade e Justiça e Que tema alguã sublevação". S.l., s.d.
Códice. Cópia. 16 p. (75/83). 29 x 21 cm.
(*In* Vieira, Antonio. Papeis varios, n.° 8).
I — 1, 2, 62 n.° 8

39 — "Parecer que de França mandou a El Rey Dom João 4.° o Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus". S.l., s.d.
Códice. Cópia. Letra do século XVII? 5 p. 29.5 x x 20, 5 cm.
(*In* Vieira, Antonio. Obras não impressas . . . n.° 4).
Algumas destas obras foram publicadas posteriormente.
II — 31, 10, 31 n.° 4

40 — "Parecer q̃. depois de sua Conferencia, que houve a Juncta das Missões, sobre os Indios dos Certoens do Maranhão, deu a favor da liberd.ᵉ delles . . .". S.l., s.d.
Códice. Cópia. 151/157. 28,5 x 19 cm.
(*In* Obras Ineditas do P.ᵉ Antonio Vieira, Jesuita).
I — 8, 4, 38 n.° 11-A

41 — "Parecer que fes o Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, por ordem do Serenissimo Snr. Rey Dom João 4.° de Portugal sobre os negocios do Brazil". S.l., s.d.
Códice. Cópia com letra do século XVII? 18 p. 29,5 x 20,5 cm.
(*In* Vieira, Antonio. Obras não impressas . . . n.° 5).
Algumas destas obras foram publicadas posteriormente.
II — 31, 10, 31 n.° 4

42 — "O Perfeito Privado ou o Papel Politico q̃. a tit.º de Carta escreveu o R.mo P.e Antonio Vieira da Companhia de Jesus. Ao Conde de Castello Melhor Privado d'-El-Rei D. Affonço o 6.º". S.l., s.d.

Códice. Cópia. 78 p. 22 x 17 cm.

Cat. Castelo Melhor, n.º 70 — 1.º.

I — 15, 3, 2

43 — "Pratica que fes o P.e Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, sendo Novisso; A Purissima e Immaculada Conceyção. Da Virgem Maria Nossa Senhora". S.l., s.d.

Códice. Cópia. Letra do século XVII? 7 p. 29,5 x x 20,5 cm.

(*In* Vieira, Antonio. Obras não impressas ... n.º 2).

Algumas destas obras foram publicadas posteriormente.

II — 31, 10, 31 n.º 2

44 — "Professias de Pandora extrahidas do seu comento ou Analise". S.l., s.d.

Códice. Cópia. f. 139/147. 28,5 x 19 cm.

(*In* Obras Ineditas do P.e Antonio Vieira, Jesuita).

I — 3, 4, 38 n.º 9

45 — "Razõens que o Padre Antonio Vieyra offerece a El Rey Dom João 4.º para com ellas se satisfazer as queixas do summo Pontifice". S.l., s.d.

Códice. Cópia. Letra do século XVII? 7 p. 29,5 x 20,5 cm.

(*In* Vieira, Antonio. Obras não impressas ... n.º 3).

Algumas destas obras foram publicadas posteriormente.

II — 31, 10, 31 n.º 3

46 — "Resposta do P.e Antonio Vieira da Companhia de Jesus, sobre a pregunta da questão Theologica em q̃ o P.e Fr. Martinho Pereira da Ordem de Cristo ...". S.l., s.d.

Códice. Cópia. f. 1/16. 28, 5 x 19 cm.

(*In* Obras Ineditas do P.e Antonio Vieira, Jesuita).

I — 8, 4, 38 n.º 1

47 — "Sentença do P.^{e} Antonio Vieira dada pello S.^{to} Officio da Inquizição de Coimbra". S.l., s.d.
Códice. Cópia. f. 1/25. 32,5 x 22,5 cm.

I — 12, 4, 31 n.° 1

48 — "Sermão do Padre Antonio Vieira Pregado no seu Collegio da Bahia como Evangelho dos Reys no dia em q̃. se celebrava o Ssm.° Sacramento e a memoria de El-Rey Dom Sebastião". S.l., s.d.
Códice. Cópia. Letra do século XVII? 36 p. 29,5 x x 20,5 cm.
(*In* Vieira, Antonio. Obras não impressas . . . n.° 1).
Algumas destas obras foram publicadas posteriormente.
Outras cópias: I — 8, 4, 38 n.° 5; I — 8, 3, 3.

II — 31, 10, 31 n.° 1

49 — "Sermão no Anniversario do Senhor Rey D. João Quarto pelo P.^{e} A.V.J.". S.l., s.d.
Códice. Cópia. f. 238/275. 28,5 x 19 cm.
(*In* Obras Ineditas do P.^{e} Antonio Vieira, Jesuita).

I — 8, 4, 38 n.° 14

50 — "S^{mo} P. P. Clemente X. Defeitos do Juizo, Processo e S.^{na} na causa etc. Desfeitos da parte dos Juizes". S.l., s.d.
Códice. Cópia. 52 p. 20 x 15 cm.
(*In* Vieira Exaltado. Tomo II, n.° 1).

I — 15, 3, 4 n.° 1

CORRESPONDÊNCIA PASSIVA E DOCUMENTOS SÔBRE:

51 — Sá, Luiz de, *padre*
"Cópia de huma carta, que o P. M. Fr. Luiz de Sá Religiozo de S. Bernardo, e homem dos mais insignes da Universidade de Coimbra escreveo ao P.^{e} Antonio Vieyra da Companhia no anno de 1664, e a resposta, que della teve; por onde se ve bem a differença dos dous engenhos". S. l., (1664).
Códice. Cópia. f. 148/150. 39 x 19 cm.

I — 3, 2, 3 n.° 11

52 — "Decreto d'El Rei D. João IV em que mandou ver as capitulações com a Holanda no Conselho da Fazenda ordenando que dois ministros deste Tribunal fossem conferir este negócio á Quinta de Alcantara com o Padre Antonio Vieira". Alcantara, 20/10/1648.

Códice. Cópia. 1 p. 32 x 19,5 cm.

Resposta ao Decreto antecedente de Pedro Fernandes Monteiro, Procurador da Fazenda Real. S.l., 1648.

Cat. Exp. Hist. do Brasil. N.º 10.723.

Outras cópias: I — 6, 2, 39 n.º 1, 3, 4; I — 6, 2, 45 f. 57.

I — 6, 2, 38 n.º 1

53 — Ericeira, Fernando de Menezes, *conde da*

Carta do Conde da Ericeira, Fernando de Menezes ao Padre Antonio Vieira, em resposta a sua carta datada de 12 de janeiro de 1675 e tratando de assuntos politicos. S.l., (12/1/1675).

Códice. Cópia. f. 19/21. 28,5 x 19 cm.

(*In* Obras Ineditas do P.e Antonio Vieira, Jesuita).

I — 8, 4, 38 n.º 3

54 — "Obras do P.e Antonio Vieyra". S.l., 1688.

Códice. Cópia. f. 22/29. 31 x 19 cm.

É uma critica sobre o mesmo.

(*In* Academia dos Esquecidos, n.º 2).

I — 6, 2, 46 n.º 2

55 — "Carta a Tescoto Pavertuzi Batavino. Escrita por Dom Fulano de Tal, descendiente de Adan, vizino del mundo Hespanhol ciudadano: offerecida al candido, o negro leitor, p.a q̃ se la embie, si le conoce; o lea con attencion so que en ella se dize, si le quisere conocer". S.l., s.d.

Códice. Cópia. 52 p. 20 x 20,5 cm.

I — 15, 3, 4 n.º 5

56 — "Discurso sobre o pacto e ajuste com que a Gente da Nação celebrou o Snr. Rey D. João 4.º em perdoar-lhe a condenação que pertence ao Fisco Real despois de julgados pelo S.to Off.o deste Reyno". S.l., s.d.

Códice. Cópia. 41 p. (130/150). 29 x 21 cm.

I — 2, 3, 45 n.º 7

57 — Freire, Francisco José

"Palavras e frases colligidas do Padre Antonio Vieira por Francisco José Freire". S.l., s.d.

Códice. Original. 286 p. 22,5 x 16 cm.

I — 12, 2, 15

58 — Sá, Luiz de, *monge*

"Carta do Dr. Fr. Luiz de Sá Monge cisteriense de sua G.^{ta} da Alegria em Coimbra ao P.^{e} Ant.^{o} Vieyra estando com o PP da Escolla na de V.^{a} Franca, onde o foi visitar em ocasião que o Mondego tinha levado o braço dir.^{to} a hua cruz da m.^{a} G.^{ta} a cujo assumpto m.^{dou} 3 Poezias, em 3 lingoas, e por mimo hum congro ao P. Vra". S.l., s.d.

Códice. Cópia. 11 p. (165 v^{e}-170 v.). 29 x 21 cm.

Junto resposta do P.^{e} Vieira a esta carta, datada de Vila Franca, 15/8/1664.

I — 2, 3, 45 n.° 13

59 — Sorrapate, Jeronimo Correa

"Carta que Jeronymo Correa Sorraparte escreveu ao P.^{e} Antonio Vieyra estando este degradado". S.l., s.d.

Códice. Cópia. 6 p. (161 v. — 165 v.). 29 x 21 cm.

I — 2, 3, 45 n.° 12

60 — Souza, Manuel Caytano de, *padre*

"Oração Fuebre nas exequias das m.^{tas} vezes que Grande P. Rm.^{o} Antonio Vieyra recitado pelo Rm.^{o} Dom Manuel Caytano de Souza, clerigo da Divina Providencia, celebradas na igreja de S. Roque desta Corte...". S.l., s.d.

Códice. Cópia. 21 p. (192-207). 29 x 21 cm.

I — 2, 3, 45 n.° 19

QUESTÕES DE HISTÓRIA

CAPÍTULO I

JOÃO RAMALHO E O BACHAREL DE CANANÉIA

Simão de Vasconcelos na *Chronica da Companhia de Jesus,* I, n.º 77, diz: "Havia em São Vicente um João Ramalho, homem por graves crimes infame e atualmente excomungado. Mandou--lhe o padre Leonardo pedir com cortesia fôsse servido sair-se da igreja; porque pudesse êle celebrar sacrifício, pois não podia em sua presença: fê-lo assim e celebrou o padre. Porém dois filhos seus mamelucos, dados por afrontados, determinaram castigar no servo do Senhor a injúria que tinham por feita ao pai; e levados de sua natural barbaria materna, esperaram-no à porta da igreja, onde chegando um dêles fez golpe sôbre o padre com a espada nua, porém em vão, porque lançando-se o servo de Deus de joelhos para apará-lo, ficou-lhe o braço suspenso".

Franco na vida do padre Leonardo Nunes (*Imag. da virt. do Coll. de Coimbra,* tomo II, pág. 198) conta o mesmo fato por outras palavras, dizendo sucedido igualmente em S. Vicente. A João Ramalho porém chama "homem de costumes escandalosos" e não "homem por graves crimes infame", como escreve Vasconcelos.

Ambos não dão a data do fato, mas sabe-se que Leonardo Nunes esteve na capitania de São Vicente de 1550 a meado de 1554.

Pedro Corrêa, irmão da Companhia, referindo-se ao Padre Leonardo Nunes, que o recebeu em São Vicente, narra o fato em carta de 1551: "E uma destas (índias doutrinadas) se achou umas dez léguas daqui, onde quiseram tratar mal o nosso padre e o ameaçaram com um pau, e o ameaçador foi um homem que há quarenta anos que está nesta terra e tem já bisnetos e sempre viveu em pecado mortal e anda excomungado, e o Padre não quis dizer missa com êle e daqui veio, depois da missa acabada, a querê-lo maltratar, porque êle é possante; mas a índia ali pregou muito rijo e com mui grande fé, oferecendo-se a padecer de com-

panhia com o padre se cumprisse. Eu não achei ali mas contaram-m'o dois irmãos muito boas línguas, que iam com o padre: um dêles, se chama Manuel de Chaves e o outro Fernando, moço de 15 a 18 anos (Cart. avul. pág. 30)".

Como se vê, o fato é o mesmo que contam Vasconcelos e Franco, e ainda que Pedro Corrêa não dê o nome do ameaçador "homem que estava na terra há quarenta anos, já com bisnetos, em pecado mortal, excumungado, possante", não pode ser outro senão o própric João Ramalho. Os dois cronistas dizem que os ameaçadores foram dois filhos de João Ramalho; mas o testemunho do irmão Brasileiro é insuspeito, quando principalmente declara que cuvira o caso de dois irmãos línguas que acompanhavam o padre.

Vê-se mais que o fato não se deu na vila de São Vicente, como se pode deduzir de Vasconcelos e Franco, mas a "umas dez léguas" da referida vila.

Os dois cronistas não são escritores do tempo; o primeiro publicou seu livro em 1663 e o segundo em 1719.

Diogo Jácome, em carta de São Vicente de 1551, remetendo-se a cartas de outros irmãos, reproduz em certos trechos o seguinte caso: "E são que há aí tal que sôbre ir daqui a dez léguas sôbre uma pessoa que haverá vinte ou trinta anos que está em pecado mortal sôbre com todos os mimos com que primeiro o trouxe e vendo sua obstinação sôbre estar excomungado pelo Vigário da terra, quis o nosso padre ir lá a dizer missa porque se passa um ano e dois que não vêem a Deus nem n'o vem a ver, podendo vir; e estando lá dizendo missa entrou êste homem de maneira que lhe mandou o padre dizer que se saísse que não podia celebrar com êle e saindo saíram também dois filhos seus da terra com êle de maneira que se determinaram para, como acabasse a missa, de lhe darem na cabeça, o qual acabando a missa se saiu e veio para êle, o qual lhe rogou que não tivesse conta com êle, que era melhor cristão que êle e que fazia muito boas obras, mas não dizia se estava apartado do pecado para lhe aproveitarem e assim tiveram mão nele e depois vieram os filhos com suas armas que são uns homens como selvagens contra o nosso mesmo padre e êle assentado de joelho diante dêles, aparelhado a receber o que viesse, de maneira que não faltou aqui senão Nosso Senhor alargar sua mão para o demônio obrar suas más obras. Como quer que Nosso Senhor o tem guardado para mais aumentação de sua igreja como cada dia vai aumentando não n'o permitiu ali acabar, mas quanto às novas que nos cá deram (estando êle lá), acrescenta Diogo Jácome, foram que lhe deram de pancadas em secreto

e que se saísse fora de sua casa senão que lhe dariam com um pau na cabeça. (Cart. Avuls. pág. 39)".

O fato é o mesmíssimo que conta Pero Corrêa, passado igualmente "dez léguas" de São Vicente, acrescendo que além do ameaçador, entram os "dois filhos seus da terra", acusados por Vasconcelos e Franco.

O ameaçador era cristão, logo europeu e de certo português, estava "em pecado mortal" "há vinte ou trinta anos, excomungado pelo vigário da terra"; e é caso fora de dúvida que o homem não pode ser outro senão João Ramalho.

Fica-se mais sabendo por quem foi lançada a excomunhão, provàvelmente o vigário da vila de São Vicente.

Pero Corrêa e Diogo Jácome dizem que a ameaça se deu a "umas dez léguas" de São Vicente.

O primeiro dêstes irmãos em carta de 1554 ([1]) diz: "Êste lugar de índios convertidos em que estamos se chama Piratininga e está dez léguas pela terra a dentro".

Segundo Nóbrega ([2]), em 1554, Piratininga dista dez léguas do mar.

Anchieta ([3]), em um escrito de 1548, diz que a distância entre Piratininga e o "mar de São Vicente", é de dez léguas; e mais adiante do mesmo escrito (pág. 19) aumenta a distância para 14 ou 15 léguas, "três por mar e as mais por terra". Em outro escrito de 1585 ([4]), dá "dez ou doze léguas pelo sertão e terra a dentro".

Segundo Baltazar Fernandes ([5]), em 1568, Piratininga, onde assistia ,"está algumas 18 ou 20 léguas pelo sertão a dentro".

Como se vê, entre os próprios jesuítas do tempo, todos práticos na capitania, há divergência na distância entre Piratininga e São Vicente. Mas não são só pelas distâncias acusadas que se podem saber ao certo o lugar da ameaça ao padre Leonardo; se em Piratininga, se na povoação de João Ramalho, que lhe ficava próximo, outros serão os argumentos que devem determinar o local com precisão. Além disso as distâncias podiam ser contadas por mais de um caminho, que nem sempre são da mesma extensão, principalmente em serra acima, como ficavam Piratininga e Santo André.

---

(1) Cartas avulsas de Jesuítas, pág. 62.
(2) Cart. do Brasil, pág. 106.
(3) Inform., pág. 6.
(4) Inform., pág. 45.
(5) Cart. avuls., pág., 312.

Piratininga distava de Santo André, segundo Nóbrega ([1]), "pouco mais ou menos duas léguas"; Anchieta dá a distância de nove milhas (três léguas) em carta de 1554 ([2]), e em um escrito ([3]) de 1584 diz: "Esta vila antigamente era da invocação de Santo André três léguas mais para o mar, na borda e entrada do campo e no ano de 1560 por mandado do governador Mem de Sá se mudava a Piratininga".

Nóbrega ([4]) fala no dízimo da "mandioca" de Santo André, e Anchieta ([5]) diz que a "farinha de pau" que servia para o sustento dos meninos da casa de São Vicente, buscava-se a trinta milhas distante dela, sem contudo declarar o nome do lugar, que deve ser o mesmo Santo André. Ambos os padres escreviam de Piratininga, o primeiro em 1556 e o segundo em 1554.

Por conseguinte pode-se tomar que, segundo Anchieta, São Vicente distava de Santo André trinta milhas ou dez léguas. Ora, esta mesma distância é a que dão Pero Corrêa e Nóbrega e uma vez o próprio Anchieta, entre São Vicente e Piratininga.

Pero Lopes de Sousa, no Diário da viagem de Martim Afonso de Sousa ([6]), em 1532, diz que a vila de Piratininga dista da de São Vicente "nove léguas dentro pelo sertão".

Schmidel ([7]), que em 1553 percorreu o caminho do povoado de João Ramalho, a cidadezinha (Staklein) de São Vicente, diz que a distância é de vinte milhas (20 Meil wegs).

Por documento publicado por frei Gaspar da Madre de Deus (*Mem. da cap. de São Vicente*, 1797, pág. 107), sabe-se que João Ramalho em 1542 morava no campo sendo convidado para se retirar para a vila de São Vicente não acedeu ao pedido (pág. 108).

O Padre Leonardo Nunes em 1550 tendo ido pela primeira vez da referida vila ao campo, por lhe constar que ali moravam cristãos, isto é, brancos, escreve em carta de 24 de agôsto (Cart. avuls. pág. 9): "Aqui (vila de São Vicente) me disseram que no campo, 14 ou 15 léguas daqui, entre os índios estava alguma gente cristã derramada e passava-se o ano sem ouvirem missa e sem se confessarem e andavam em uma vida de selvagens. Vendo isto, determinei de ir lá, tanto por dar remédio a êstes cristãos, como por me ver com êstes gentios... Levei comigo duas lín-

(1) Cart. do Bras., pág. 196.
(2) Ann. da Bibl. Nac., I, págs. 65 e 71.
(3) Inform., pág. 19.
(4) Cart. do Bras., pág. 114.
(5) Ann. da Bibl. Nac., I, pág. 63.
(6) Ed. de 1839, pág. 58.
(7) Cap. LIII.

guas, as melhores da terra, aos quais, depois se determinaram de servir a Deus em tudo o que eu lhes mandasse, e eu o aceitei assim pela necessidade como por êles serem mui aptos para isso e de grande respeito, principalmente um dêles, chamado Antônio (aliás Pedro) Corrêa. E indo... trabalhei muito com os cristãos que achei derramados naquelle lugar entre os índios que se tornassem às vilas entre os cristãos, no qual os achei mui duros. Mas, enfim, acabei com êles que se ajuntassem todos em um lugar e fizessem ermida e buscassem algum padre que lhes dissesse missa e os confessasse.

Puseram-no logo por obra e tomaram logo campo para a igreja. Gastei dois ou três dias com êles e confessei alguns e dei-lhes o Santíssimo Sacramento".

Êste lugar de brancos e índios no campo, distante 14 ou 15 léguas de São Vicente, não pode ser outro senão a "povoação de João Ramalho" [1], convertida em vila em abril de 1553 sob o nome de Santo André.

Piratininga não podia ser: 1.º) porque, segundo Anchieta, no dia da conversão de São Paulo, 25 de janeiro de 1554, "se disse a primeira vez missa naquela terra numa pobre cazinha" [2].

2.º) Porque o lugar no campo onde Leonardo Nunes costumava dizer missa e pregar, tinha igreja, como declaram Pero Corrêa, Vasconcelos e Franco, e vê-se da carta do próprio Padre Leonardo, que ao ir ali pela primeira vez, e isso antes de agôsto de 1550, os moradores determinaram logo "por obra" erguerem uma igreja, que até então não a possuíam...

Quando Leonardo Nunes referindo-se aos cristãos que encontrou no campo diz que trabalhou muito para que êles "se tornassem as vilas", "os achou mui duros" deixa ver que a gente não seria outra senão a de João Ramalho.

Não foi desta primeira jornada de Leonardo Nunes à povoação do campo que se deu o caso de João Ramalho, porque uma das línguas que levou o padre consigo, ainda não recebidas na Companhia, era Pero Corrêa. Como se viu na carta dêste irmão, êle não esteve presente à ameaça, mas os irmãos Manuel de Chaves e Fabiano, que lhe deram notícia.

A data não se sabe; mas deve estar entre agôsto de 1550 e 1551, ano em que foram escritas as cartas de Pero Corrêa e Diogo Jácome.

---

(1) Como se lhe chama Nóbrega em 1554. V. *Cartas do Brasil*, pág. 107.

(2) Anchieta, *Inform.*, pág. 19.

Leonardo Nunes continuando a descrição da sua jornada ao campo, diz mais: "Depois disto fomos dar com os índios às suas aldeias, que estavam quatro ou cinco léguas dali, e indo achamos uns índios que andavam com grande pressa fazendo o caminho por onde havíamos de passar, e ficaram muito tristes porque o não tinham acabado. Chegando à aldeia, veio o principal dela... Também achei ali alguns homem brancos e acabei com êles que se tornassem aos cristãos, e dali me tornei outra vez a São Vicente".

Para se supor que esta aldeia, retirada quatro ou cinco léguas do lugar onde estavam os brancos derramados entre os índios, seja a povoação de João Ramalho, não parece muito provável. Era habitada de índios, sem igreja e os poucos brancos que aí achou o padre, a conselho seu se determinaram deixá-la.

Esta aldeia deve ser antes e antiga vila de Piratininga fundada em 1532 por Martim Affonso de Sousa.

Anchieta, em carta de Piratininga de 1554, diz: Para sustentação da vida dêstes meninos (de São Vicente) trazia-se da região mediterrânea, na distância de trinta milhas (dez léguas), farinha de pau, o que lhes custava grande trabalho e dificuldade, por causa da árdua aspereza do caminho; pareceu mais conveniente ao padre *in Domino* que nos passassemos para esta habitação dos índios e isto por muitas causas... máxime, finalmente, porque se patenteava por esta parte entrada a inúmeras nações sujeitas ao juízo da razão. Assim, alguns dos irmãos mandados para esta aldeia (que se chama Piratininga) chegamos a 25 de janeiro do ano de Senhor de 1554, e celebramos em paupérrima e estreitíssima cazinha a primeira missa no dia da conversão do apóstolo São Paulo, e por isso a êle dedicamos a nossa casa".

Por êste trecho se vê que a aldeia, onde está hoje assentada a cidade de São Paulo, não tinha igreja e se deduz claramente que estava habitada de índios e despovoada de brancos.

Na mesma carta, como adiante ver-se-á, fala Anchieta em uma povoação de Portuguêses, que era a de João Ramalho, dizendo ficava distante desta aldeia de Piratininga, nove milhas (três léguas).

Em 1542 era vedado ir-se ao campo sem licença [1], o que mostra que já Piratininga estava despovoada ou dizimada. João Ramalho neste ano morava no campo e por conseguinte na sua povoação, depois aclamada em vila em abril de 1553.

---

(1) Há dois documentos transcritos por frei Gaspar na sua obra, sôbre êsse fato: o de 1542 (pág. 107, ed. de 1797) e o de 1544 (págs. 70-71 da mesma ed.).

A 13 de junho do mesmo ano de 1553, o alemão Schmidel atravessando a capitania de São Vicente, vindo do Paraguai, como adiante veremos, passou pela povoação de João Ramalho, sem contudo falar em Santo André, João Ramalho estava então em São Vicente cuidando de certos negócios, porventura os da recentíssima vila.

Que a atual cidade de São Paulo é o próprio lugar onde Martim Afonso de Sousa entre janeiro e maio de 1532 fundou a vila de Piratininga [1], onde em 1554 estabeleceram os jesuítas a casa de São Paulo, nome que depois se passou a capitania e cidade; e para onde em 1560 foi transferida a vila de Santo André, não resta hoje a menor dúvida.

Além do testemunho de Anchieta, temos mais o do Padre Manuel da Nóbrega, em duas cartas. Na primeira, de 1554 [2], diz: "Está principiada uma casa na povoação de São Vicente, onde se recolheram alguns órfãos da terra e filhos do gentio; e do mar dez léguas, pouco mais ou menos 2 de uma povoação de João Ramalho, (outra) que se chama Piratininga, onde Martim Affonso de Sousa primeiro povoou, ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer à sua igreja... e vai-se fazendo uma formosa povoação".

E na segunda, de 1556 [3], ainda confirma claramente, quando se referindo a Piratininga escreve: "Já tem casas e igrejas e cêrca em muito bom sítio, pôsto o melhor da terra, de tôda abastança, que na terra pode haver em meio de muita povoação de índios, e perto da vila de Santo André que é de cristãos, e de todos os cristãos desejam ir ali (Piratininga) viver, se lhes dessem licença: ali foi a primeira povoação de cristão, que nesta terra houve em tempo de Martim Afonso de Sousa, e vieram a viver ao mar, por razão dos navios, de que agora todos se arrependem e, todavia, a alguns deixaram lá ir viver".

Como se vê, depois de Martim Afonso povoar Piratininga, seus moradores "vieram viver ao mar por razão dos navios", e em 1560 estavam todos arrependidos, "e todavia, a alguns deixaram lá ir viver".

Acresce mais que quando Pero Corrêa em 1554 [4] diz que Piratininga era onde estava, antes da entrada dos jesuítas no mesmo ano, o "lugar de índios convertidos", parece ser prova que

(1) *Diário de Pero Lopes de Sousa*, ed. de 1867, págs. 66 e 67.
(2) *Cartas do Brasil*, págs. 106 e 107.
(3) *Cartas do Brasil*, págs. 115.
(4) *Cart. avuls. de Jesuítas*, pág. 62.

nele então não moravam mais brancos, alguns ainda aí encontrados em 1550 por Leonardo Nunes.

Vasconcelos no número antecedente ao transcrito aqui em primeiro lugar relata outro caso para êle diverso do sucedido com João Ramalho. Diz assim: "Não foi só a perseguição sobredita, a que padeceu o Padre Leonardo: quis o Inferno desafrontar-se dêle mais às claras: tomou por meio um homem, não tão velho na idade, como envelhecido em vícios da carne. Tinha o padre trabalhado com êste, muito tempo havia, porque largasse a má ocasião de portas a dentro, em que vivia, com muitos filhos, e não menos escândalo dos que haviam melhorado a vida: deu-lhe uma e muitas batarias, primeiro em secreto e depois ao claro; porque onde tomava fôrças o escândalo era fôrça que não enfraquecessem os pregadores evangélicos. Quando um dia, levado de furor diabólico, cego de amor da lascívia, esperou o padre no meio de uma rua êste perdido homem e tirou um pau, que levava, para espancá-lo: sem dúvida o fizera; porque o servo de Deus, estava tão fora de fugir, que antes pôsto de joelhos, esperava o golpe, como da parte da justiça divina por suas faltas: porém um filho, que se achou presente, envergonhado desta ação, reparou a pancada e lhe tirou o pau das mãos, frustrando assim a intenção do pai, mas não o merecimento do padre. Não tirou o inimigo fruto desta emprêsa; porque o homem caindo na conta do mal que fizera, corrido de si, e edificado do servo de Deus, converteu a paixão em amor, fez-se amigo e favoreceu sôbre maneira a Companhia naquelas partes: e o que mais importa, caiu em seu perigo, lançou de casa a ocasião, e depois de bons dias, com cento e tantos anos de idade passou à melhor vida, com bons sinais de sua salvação. Um dêles foi que emprestando-se-lhe cópia de cera de umas confrarias para seu entêrro e ofício, com condição que depois se pagasse por pêso o dispêndio; durou o ato tempo considerável; e com estar sempre acesa, quando depois veio ao pêso, não houve que pagar, porque pesava mais então. Faz menção desta maravilha como milagrosa o Padre José Anchieta, atribuindo-se o sinal da salvação do homem". (Chr., l. I, n.° 76).

Como se vê em Vasconcelos, que se reporta a escrito de Anchieta, a ameaça foi feita ao Padre Leonardo Nunes; logo entre 1550 e 1554.

O ameaçador era mais velho "em vícios da carne" que na idade; homem perdido, não era casado, mas vivia com mulher de "portas a dentro", com muitos filhos; a pau, no meio da rua, quis espancar o padre, que de joelhos esperou os golpes, mas um filho

o desarma; converteu-se, foi amigo da Companhia, "lançou de casa a ocasião", e "depois de bons dias", morreu com 100 e tantos anos de idade.

Franco (t. II, pág. 197) igualmente pouco antes de contar o caso de João Ramalho, escreve: "Não se esquecia com isso o padre (Leonardo Nunes) dos moradores portuguêses, antes em uma povoação dêles, que estava no campo junto dos índios, lhes dizia missa e pregava e procurava tirar de mau estado alguns envelhecidos em suas malícias; pelos quais fazia a Deus muita oração, em especial apertando com um, êle o quis espancar. Então o padre se pôs de joelhos esperando as pancadas. Acudiu um seu filho, que lhe tirou o pau das mãos. Não deixou esta humildade a paciência do padre de fazer alguma mossa naquele emperdernido coração, porque dali por diante começou a fazer esmolas aos nossos e tratá-los bem. Passados alguns anos, deixou o seu pecado, viveu muitos anos bem, confessava-se a miúde com os padres e veio a falecer de 100 e tantos anos com muito sinais de sua salvação. A cera, que por duas horas ardera em seus funerais, quando se pesou para se pagar a diminuição, se achou ter o mesmo pêso".

Ora, como se vê, o fato é idêntico ao que conta Vasconcelos, mas nenhum dos dois cronistas acusam o nome do antigo morador Português, que a princípio inimigo dos padres, acabou afinal converso com 100 e tantos anos de idade.

Franco ainda acrescenta, o que não dá Vasconcelos: "Também Deus deu mui bom fim à índia que fôra o tropeço dêste homem, a qual ainda que dêle tinha muitos filhos, logo aos primeiros avisos do padre se apartou do pecado, sem mais tornar a êle, *pôsto que governava tôda a família, que era grande.* Fazia contínuas esmolas aos nossos, freqüentemente se confessava. Chegando sua hora, muitos dias antes mandou fazer uma casa junto a nossa de Piratininga, para ali ser ajudada em seu espírito dos nossos padres, como foi, até que cheia de boas obras acabou seus dias".

Em Franco vê-se que o tal homem, cujo nome ora se investiga, morava em uma povoação de portuguêses, no campo, junto aos índios, povoação onde o Padre Leonardo lhe dizia missa e pregava: não devia ser outra senão São André; porque só em janeiro de 1554 se estabeleceram os jesuítas em Piratininga, onde disseram a primeira missa a 25 de janeiro. Apertado pelo padre quis espancá-lo e um filho seu livra-o das pancadas, esperadas de joelhos; converteu-se, ficou amigos dos padres, e depois de viver

"muitos anos bem", morreu com 100 e tantos anos de idade; de uma índia com quem vivia metido, tinha muitos filhos e o Padre Leonardo o separou da ilícita união.

Esta última parte é que não podia ter sido conseguida pelo Padre Leonardo Nunes, que morreu no mar a 30 de junho de 1554; o biógrafo mesmo declara que só "passados alguns anos deixou o seu pecado".

Franco quando conta o caso da cera diz que ela ardera por duas horas e depois se achou o mesmo pêso. Vasconcelos assevera que a cera queimara por muito tempo e que indo ao pêso encontrou-se aumento nela.

Quem primeiro procurou descobrir o nome do convertido que veio a morrer com 100 e tantos anos de idade, foi frei Gaspar da Madre de Deus (*Mem da cap. de São Vicente*, ed. de 1797, pág. 52), que só dispunha da obra de Vasconcelos. O escritor beneditino referindo-se a José Adorno [1], diz: "O mencionado José Adorno morreu com mais de 100 anos e é o venerável ancião, de quem conta Vasconcelos, sem o nomear, que acabara com sinais de predestinado; e outrossim que pedindo-se emprestada a certa confraria a cera necessária para o seu funeral com obrigação de se pagar, a que se gastasse, pondo-a na balança depois de concluído o entêrro e exéquias, acharam com o mesmo pêso que antes tinha, não obstante haver estado acesa muito tempo".

Agora veja-se o que o próprio frei Gaspar escreveu no mesmo período sôbre José Adorno: "Casou com Catarina Monteiro, filha de Cristóvão Monteiro [2] e êste é o genro do dito Cristóvão Monteiro, de quem fala o capitão-mor de Santo Amaro Antônio Rodrigues de Almeida, quando diz na sesmaria concedida ao sogro:

"E eu saber ser uma pessoa nobre e de muita possibilidade e casado em a terra e ter filho e filha já casada outrossim com pessoa muito nobre e de muita fazenda".

"Êle e sua mulher fundaram e dotaram na vila de Santos a capela de Nossa Senhora da Graça, que depois doaram aos religiosos do Carmo aos 24 de abril de 1580 com a pensão de quatro missas rezadas nas festas do Nascimento, Purificação, Anunciação e Assunção da Senhora, e uma cantada com suas vésperas

---

(1) José Adorno ainda vivia em 1586. (Fr. Gaspar, págs. ns. 180-183).

(2) Cristóvão Monteiro foi nomeado por provisão de D. Duarte da Costa, de Salvador de 7 de junho de 1555. Foi nomeado feitor e almoxarife nas capitanias de São Vicente e Santo Amaro. Era cavaleiro da Casa Real e morador na Capitania de São Vicente na vila de Santos. (Doc. da Secr. de Faz. na Bahia).

no dia do orago da igreja. Também fundaram a capela de Santo Amaro na ilha de Guaíbe e José Adorno no seu testamento impôs a seus herdeiros e a quantos possuíssem as suas terras, que eram muitas, a obrigação perpétua de conservarem a capela do Santo, alimparem o caminho, que vai para ela e mandarem dizer uma missa no dia do mesmo Santo. Dêste casal e de Francisco Adorno há muitos descendentes".

Ainda frei Gaspar, logo antes do trecho acima, escreve: "o padre Vasconcelos diz que (Paulo Dias Adorno) era fidalgo e a seus irmãos Francisco e José distingue com o caráter de nobres genoveses". E muito adiante (pág. 170) chama José Adorno "fidalgo genovês, muito rico e poderoso".

Vasconcelos (*Chron.*, LIII, n.º 5) referindo-se a Nóbrega e Anchieta quando iam as pazes dos Tamoios no Rio em 1563, escreve: "E daqui os levou em pessoa e em barca própria Francisco Adorno, (1) nobre genovês, homem rico da terra e grande amigo da Companhia".

Taques (Nobl. Paul., na "Rev. Inst. Hist.", XXXIV pág. 1.ª, pág. 72), diz: "Houve mais no têrmo da vila de Santos e engenho de São João, do qual foi fundador José Adorno, natural de Genova".

Ainda Taques (*loc. cit.*, pág. 95): "Rafael Adorno, irmão de José Adorno, nobres genoveses e dos primeiros povoadores na vila de Santos, o qual José Adorno foi senhor do engenho de açúcar com vocação de São João, que em 1567 tinha por seus lavradores partidistas a [Antão Nunes, Jácome Lopes, Francisco Anes, e Cristóvão Diniz (Prov. da faz real, livr. 1.º de reg. tít. 1.567, pág. e pág.), e também foi o que fundou na vila de Santos a capela de Nossa Senhora da Graça, que por escritura fez d'ela doação aos reverendos carmelitas da dita vila, com as terras e escravos do patrimônio da dita capela"] (2).

Além dêstes havia em 1553 outro na capitania de São Vicente de nome Antônio Adorno, que sendo alcaide-mor da fortaleza de "Britogua" (Britiquioca para Anchieta, Cart. avuls.), foi nomeado por T. de Sousa almoxarife da vila do mesmo nome e dos armazéns e artilharia dela, por provisão de 18 de janeiro de 1553, (passada em São Vicente (?) fl. 53). Frei Gaspar também fala neste Antônio Adorno (pág. 53).

---

(1) Nesse trecho de Vasconcelos relativo a estas pazes, deve-se ler *José Adorno* em vez de *Francisco*, como se comprovará adiante.

(2) [O trecho entre colchetes não consta do original].

José Adorno assistiu a fundação da cidade de São Sebastião por Estácio de Sá em 1565 e Vasconcelos tratando da má água que acharam no local escolhido para a cidade, depois chamada Vila Velha, diz: "O que considerando um José Adorno, genovês nobre morador de São Vicente, e um Pedro Martins Namorado, tomaram a sua conta fazer com sua gente um poço ou cacimba, donde bebessem água doce".

Anchieta, testemunha de vista da fundação da cidade, em carta da Bahia de [9 de julho de] 1565 (1), diz, sem contudo falar em Adorno ou Namorado: "Até que se achou água boa em um poço que logo se fez".

Nos Anais do Rio de Janeiro, msc. da Bibl. Nac., cap. 8.°, lê-se: "*Só para a comodidade de todos faltava a água*, cujo inconveniente remediou José Adorno e Pedro Martins Namorado fazendo com sua gente um poço ou cacimba".

Temos mais o testemunho insuspeito de José Anchieta, em carta de São Vicente de 8 de janeiro de 1565, sôbre fatos dos dois anos precedentes. Entre outras passagens que dizem respeito a José Adorno, que veio de São Vicente fazer pazes com a gente do Rio, a que se refere Vasconcelos no trecho acima, diz:

"(*Um principal*) *encontrou com o navio que ia tratar as* pazes no Rio de Janeiro, de que era capitão José Adorno, tio do nosso irmão Francisco Adorno, e sabendo que não era português entrou em o navio abraçando-o e mostrando muito contentamento das pazes... O principal, ouvindo dizer que não era francês, parece que se alegrou para poder executar sua ira e disse: Assim? Português é êste?

Eu, porque o capitão não entendia a língua brasílica, avisei-o do que praticavam e êle disse ao francês que lhe dissesse a verdade, que êle não era português, mas genovês e grande amigo e e irmão dos franceses, com o qual se aplacou um pouco aquela besta brava e começaram a tratar com nós outros sôbre as pazes".

Já se vê que o homem perdido, que morreu convertido com 100 e tantos anos de idade, como dizem Vasconcelos e Franco, não pode de modo algum ser José Adorno, fidalgo, circunspecto, poderoso, casado, fundador de igrejas, grande amigo dos jesuítas e como refere Anchieta não entendia tupi, circunstância muito importante ao caso.

Frei Gaspar da Madre de Deus na sua afirmativa não tem razão. José Adorno não ia agora ameaçar com um pau em plena rua ao padre Leonardo Nunes.

---

(1) [*In* Cartas, etc. Ed. da Acad. Bras. de Letras, pág. 249, ed. de 1933].

A darmos crédito a Vasconcelos e Franco, o tal homem não pode pois ser outro senão João Ramalho, decidido, correto, encarnado, visível, a menos que não apareçam argumentos irrefragáveis que provem o contrário.

Os dois cronistas de certo não inventaram aquêles fatos e provàvelmente os encontraram em relações da Companhia do XVI século, quase sempre omissas de nomes e datas, precisas quando narram certas passagens. Os jesuítas só tinham em vista aquivarem os fatos admiráveis das conversões; contavam o milagre mas não diziam o nome do Santo.

Da ofensa grave ninguém nunca se esquece... E é de supor que anunciando os padres a morte de João Ramalho, sem contudo declararem seu nome, não se esquecessem da ameaça feita ao padre Leonardo Nunes em Piratininga ou Santo André, ameaça ainda não remota, sucedida *talvez uns 30 anos antes*, como adiante veremos. Avivaram então o caso da ameaça e o ligaram ao da morte, cuja data ninguém dá. Provàvelmente daí Vasconcelos e Franco, que beberam nas mesmas fontes, não achando o nome do morto não lhe ocorreram a idéia de João Ramalho, dando ambos logo em seguida fato idêntico de ameaça feita por êste ao mesmo padre Leonardo Nunes, acrescentando mais Franco que o caso se passou em uma povoação de portuguêses, no campo, junto aos índios, logo em Piratininga ou Santo André.

Vasconcelos acusa que a maravilha operada no homem perdido é contada por Anchieta, que viveu no Brasil de 1553 a 1597. Franco não dá aonde encontrou o fato; mas é escritor exato, investigador escrupuloso, consultou muitos documentos inéditos e merece muita fé.

Vasconcelos (Chr., LI, n.° 126) relatando a chegada de Nóbrega a São Vicente em 1553, diz: "Aquêle famoso João Ramalho, homem rico na terra, mas infame nos vícios, amancebado público por quase quarenta anos e de ordinário por essa causa excomungado (*cujos filhos dissemos acima intentaram pôr as* mãos no servo de Deus Leonardo Nunes), lembrado agora de seus antigos ódios e tendo ainda vivo em seu peito o agravo que cuidou lhe fizera o Padre, quando o mandou avisar se saísse da igreja, porque presente êle não podia exercer o sacrifício do altar, por estar censurado: entre as alegrias e parabens com que o povo recebia por hóspede o Padre Nóbrega, andava êle com a caterva de seus filhos muitos em número, e todos de má casta, mamelucos ilegítimos e desalmados com arcos, flechas e *gritarias*, fazendo gente e desinquietando a vila contra os padres, espalhando de

alguns dêles crimes péssimos e indígnos de seculares, quanto mais de pessoas religiosas".

Contando os sucessos de 1554 (l. I, n.° 163): "Aquêles mamelucos Ramalhos, de árvore ruim e piores frutos, tornam agora a ressuscitar seus rancores; foram maiores os males que excitaram que a própria peste. Moravam êstes em um lugar três léguas distantes de Piratininga por nome Santo André (1): daqui tramavam seus embustes e despediam a peçonha, que conceberam contra os padres, amotinando tôda a criatura, que conjurasse contra êles, como contra os mores inimigos, etc.".

Anchieta, nas cartas quadrimestrais de maio e setembro de 1554, escritas em latim de Piratininga, no mesmo ano, dá inforções curiosas sôbre João Ramalho, sem contudo declarar seu nome, que logo se se deixa ver através do velado que oferece. Começa assim o venerável jesuíta: "Certos cristãos, nascidos de pai português e mãe brasílica, que estão distantes de nós nove *milhas (3 léguas), em uma povoação de portuguêses* (2), não cessam juntamente com seu pai, de empregar contínuos esforços para derrubarem a obra que, ajudando-nos a graça de Deus, trabalhamos por edificar, persuadindo aos próprios catecúmenos com assíduos e nefandos conselhos, para que se apartem de nós e só a êles, que também usam de arco e flechas, como êles, creiam, e não dêem o menor crédito a nós, que para aqui fomos mandados por causa da nossa perversidade".

Contando ainda outros fatos dos tais cristãos acrescenta: "Tendo outro, irmão dêste, usado de certas práticas gentílicas, sendo advertido duas vêzes que se acautelasse com a Santa Inquisição, disse: *Acabarei com a Inquisição a flechas!*" Então exclama: "E são cristãos, nascidos de pais cristãos! Quem na verdade é espinho, não pode produzir uvas"!

E em seguida, referindo-se ao pai dos barulhentos cristãos, conclui: "Êste atravessou por quase cinqüenta anos esta região, tendo por manceba uma mulher brasílica, da qual teve muitos filhos, em cuja salvação os irmãos da nossa Companhia puseram o maior cuidado e trabalho, rogando-lhes com tôda a mansidão e convidando-os com o espírito de brandura a que se deixassem da má vida, de tal modo que o Padre Manuel de Paiva, conhecendo

---

(1) Como se vê, Vasconcelos diz aqui, abertamente, que João Ramalho e sua gente moravam em Santo André, "três léguas" de Piratininga.

(2) Vê-se claramente que é Santo André, pois Anchieta escreve de Piratininga.

o parentesco de sangue que havia entre êles [1], cuidou em firmemente ligá-los, julgando por essa razão poder fazer alguma coisa por êle".

"Nenhum fruto porém tirando disso, mas antes observando que continuavam os maiores escândalos por causa do indecoroso e dissoluto modo de viver não só do pai como dos filhos, que estavam amancebados com duas irmãs e parentas, começaram a exercer algum rigor e violência contra êles, expelindo-os sobretudo da comunhão da igreja, os quais devendo com isso mudar de vida, de tal modo se depravaram que nos perseguiram com o maior ódio, esforçando-se em fazer-nos mal por todos os meios e modos, mas especialmente trabalhando por tornar nula a doutrina com que instruímos e doutrinamos os índios e movendo contra nós o ódio dêles. E assim, se não se extinguir de todo êste tão pernicioso contágio, não só não progredirá a conversão dos infiéis, como enfraquecerá e de dia em dia necessàriamente desfalecerá" [2].

Afora outro trecho que vem mais adiante, acima fica tudo quanto por ora se conhece dos jesuítas sôbre João Ramalho. Mas Cândido Mendes escreve (pág. 358): "Os jesuítas por um lado não tratam a João Ramalho se não pelo "degradado", o homem infame por seus crimes, amancebado público por quase quarenta anos, de galé que ali se achava cumprindo pena".

Entretanto os jesuítas, como se viu, nem outros testemunhos coevos, nunca dizem que Ramalho seja "degredado" nem "galé" a *cumprir pena.*

Se assim fôsse, eram circunstâncias que de certo não escapariam a Anchieta na carta de Piratininga de 1554.

Cândido Mendes quis tirar ilações pelos simples dizeres de Vasconcelos... "homem por vários crimes infame" e "infame nos vícios".

Cândido Mendes em favor dos seus argumentos, escreve (pág. 240): "Se João Ramalho fôsse um criminoso vulgar, curvado pela idade e naturais padecimentos, não resistiria à influência de sacerdotes cheio de fé, de zêlo e de ciência como eram e

(1) É novidade o que nos dá Anchieta dêste parentesco do Padre Manuel de Paiva com João Ramalho. Manuel de Paiva, era natural de Agueda, bispado de Coimbra, filho de Pedro Anes e Messias Fernandes. Já era padre quando em julho de 1548 entrou na Companhia de Jesus (Anchieta, Informações e Fragmentos. Rio de Janeiro, 1886, págs. 69-72). Seus coms. Padre Afonso Pires, Padre Salvador Rodrigues e Padre Francisco Pires. Chegou à Bahia antes de 28 de março de 1550 (Cart. avuls., pág. (?)) na armada dirigida por Simão da Gama Andrade. Foi para São Vicente em 24 de dezembro de 1553. Faleceu no Espírito Santo a 23 de dezembro de 1584. Pero da Costa em carta de 27 de julho de 1565 diz: "Não sabe a língua do gentio, por ser já de muita idade e não a pôde aprender". (Cart. avuls., pág. 298).

(2) Anais da Bib. Nac., I, págs. 70-72.

são os jesuítas. No último quartel da vida se renderia à voz da religião que recebera no berço, como com tantos outros sucedera".

Ora foi exatamente o que sucedeu, segundo se infere da carta de Baltasar Fernandes, mais tarde confirmada por alguma relação jesuítica lida por Vasconcelos e Franco, João Ramalho, que não era porém degradado ou criminoso declarado, porque ninguém o diz, procurado pelos padres em transe extremo, afinal rendeu-se.

Em outro lugar (pág. 358) Cândido Mendes, referindo-se ao tratamento que os jesuítas dão a Ramalho, diz: "Se outra fôra a razão da presença de João Ramalho na capitania de São Vicente séria assim tratado?"

Mas pelo que se sabe, Ramalho só era malquisto dos jesuítas, seus provocadores. No caso de Santo André, se por um lado a ofensa era grave para Leonardo Nunes, por outro lado não deixava de ser menos grave a João Ramalho. Êle era o pai, o chefe da povoação e foi expelido da igreja pelo padre, que se excusava dizer missa ali em sua presença. Daí a reação que se devia esperar de um homem que há tantos anos vivia na governança da terra.

Ramalho julgou-se ofendido e não havia de ver com bons olhos aquêle escândalo atirado à vista de sua gente. O ódio de Ramalho era em parte justificável, mas não tão grande como nos é pintado, por que se êle quisesse com a fôrça de que dispunha, do que dá testemunho Schmidel ([1]).

---

(1) Cândido Mendes traduziu o trecho do francês da coleção Ternaux-Compans. Esta tradução francesa não satisfaz.

"Chegamos enfim à uma aldeia habitada por cristãos, cujo chefe chamava-se João Reinmeille. Felizmente para nós êle estava ausente, porquanto esta aldeia pareceu-me uma valhacouto de ladrões.

Reinmeille tinha ido para onde estavam outros cristãos que habitavam em outra aldeia chamada Vicenda, para terminar um tratado com êles.

Os índios dêste país assim como perto de 800 crisãos que vivem nestas aldeias, são vassalos do rei de Portugal, mas são governados por João Reinmeille.

Êle pretende que havendo feito guerra por espaço de quarenta anos nas Índias e conquistado êsse país, era mui justo que fôsse êle quem governasse.

João Reinmeille fazia a guerra aos portugueses que não queriam reconhecer seus direitos. Êle é tão poderoso e tão considerado que pode pôr em campo até cinco mil índios, ao passo que não se reuniriam dois mil sob os estandartes do Rei.

Na aldeia não encontramos senão um seu filho: fomos mui bem recebidos, ainda que êle nos inspirasse mais desconfianças que os próprios índios, e deixando êste lugar rendemos graças ao céu por têrmos podido sair sãos e salvos".

Já Ângelis na reimpressão que fêz da viagem, segundo a de Gabriel Cardenas, e reproduzido por Barcia, que Schmidel escreveu Sechurras por Charruas, Carandies por Querandis, Aigais por Agaces, Salvascho por Saluzar, Luchsan por Lujan, Richkel por Riquelmo, Dabero por Tabaré, Gratio Amicgo por Garcia Vanegas, etc. Já se vê que escrevendo igualmente Reinmeille por Ramalho faz parte das incorreções próprias de

[a obra de conversão dos jesuítas em Santo André não seria possível (1).

Tomé de Sousa quando na capitania em 1553 erigiu sua povoação em vila de Santo André (2), da qual foi capitão, alcaide-mor do campo e vereador da Câmara. Varnhagen confirma êstes cargos em documentos que examinou em São Paulo (3).

Sua filha Joana Ramalho casou-se com Jorge Ferreira, pessoa nobre, que exerceu os mais importantes cargos da capitania (4). Êste fato parece ser prova que Ramalho não era criminoso nem degradado.

Schmidel passando por sua povoação em 1553 diz que esta lhe parecera uma "cova de ladrões", — mas se teve medo de sua gente não sofreu coisa alguma, nem se queixa da mais leve violência, antes declara que fôra bem recebido.

A vila de Santo André, mudada por Mem de Sá em 1560, vê-se em Azevedo Marques que foi com o consentimento de Ramalho; as provas são que em 1562 a Câmara e povo de São Paulo de Piratininga o nomeava para dirigir uma excursão contra os índios do Paraíba e em 1564 foi eleito vereador da mesma Câmara. Contra êstes fatos não há argumentos que possam prevalecer.

Martim Afonso concedeu sesmaria a João Ramalho (5) e em 1532 o escrivão das terras o levou como testemunha em um auto de posse juntamente com Antônio Rodrigues.

E das próprias relações dos jesuítas não consta que Ramalho estivesse em desarmonia com os portuguêses que foram povoar a donatária de Martim Afonso.

---

estrangeiros que escreve segundo o nosso pronunciar e nisto está o grande merecimento de Schmidel.

[Em as várias edições da obra de Schmidel notam-se grafias diferentes para os nomes de "João Ramalho" e "São Vicente"]: *Vecenda* e *Juan Reinvielle* ed. de Barcia Hist. Primitivos de las Indias Occidentales, Madrid, 1749, t. III, cap. LII, *San Vicente* e *Juan Reinville*, ed. de Ângelis — Colleccion de Obras e documentos de las prov. del Rio de la Plata, tomo III, publicado em 1836 em Buenos Aires; *Vicenda* e *Jean Reinvielle*, ed. latina de Noribergae, Hulsius, 1599, 4.º, pág. 95. É tradução da 5.ª p. da col. de Hulsius, diz Brunet; *Vicenda* e *Jean Reinville*, ed. alemã, 3.ª edição de Franckfurt am Mayn, bey Erasmo trempffern, 1612, in 4.º, pág. 97; Vicenda e Johann Reinmelle, ed. alemã, De Bry, pág. VII, 1597, *in*-fol., fl. 28 v.; *Vicenda* e *Johannes Reinmelle*, ed. holandesa na De Voyagien... na Oest. en West Indien, de J. L. Gottfried, Leyde, 1706, fol., 2 vols.

(1) O trecho grifado foi acrescentado por não constar do manuscrito, obedecendo à linha do raciocínio do autor no texto.

(2) Fr. Gaspar, *Mem.*, pág. 109 e *Cont. das Mem.* na Rev. Inst., XXIV, pág. 575.

(3) Rev. do Inst., tomo II, pág. 527.

(4) Fr. Gaspar, *Mem.*, pág. 172.

(5) Fr. Gaspar, *Mem.*, pág. 170, Taques e Varnhagen.

CAPÍTULO II

OS TRÊS RAMALHOS

Capistrano de Abreu (Desc. do Brasil, 1883, pág. 35) diz que "é quase certo que João Ramalho morreu nas proximidades de 1558", baseando-se em argumentos de Cândido Mendes, e ao mesmo tempo está de acôrdo com Azevedo Marques ([1]) que o mostra ainda vivo em 1564. Depois conclui que há dois João Ramalhos, fundando-se em Pedro Taques ([2]) e ainda insinua a idéia de terceiro segundo documentos acusados por Azevedo Marques, a saber:

1.º) João Ramalho, "o bacharel de Cananéia, deixado em 1502 pela primeira expedição exploradora, pai dos mamelucos, inimigo dos jesuítas".

2.º) João Ramalho, "sogro de Jorge Ferreira; é um cavaleiro português, que veio para o Brasil muito mais tarde, com Martim Afonso ou logo depois".

3.º) João Ramalho, "provàvelmente filho do primeiro". "É êste que suponho ter sido eleito a 24 de maio de 1562 para capitão de guerra contra os índios da Paraíba". (Azevedo Marques, II, 215).

"O primeiro, acrescenta Capistrano de Abreu, que a 15 de fevereiro de 1564 alegava a sua idade para não aceitar o cargo de vereador (Azevedo Marques, II, 27), não parece o mais próprio para o comando da expedição guerreira".

Segundo Azevedo Marques, no livro de vereanças da Câmara de São Paulo de 1562 a 1566, na sessão de 15 de fevereiro de 1564, lê-se: "que João Ramalho declarara: Não poder aceitar o cargo de vereador para que fôra eleito, por ser homem velho que passava de 70 anos" ([3]).

---

(1) Apont. hist., geogr. da prov. de São Paulo, 1879, tomo II, pág. 27.

(2) *Nobiliarchia Paulistana*, na Rev. do Inst. Hist.

(3) Não sei se Azevedo Marques reproduz exatamente o que achou no livro da Câmara; na transcrição que faz, entre aspas, sublinha as palavras — *por ser homem velho que passava de 70 anos.*

Ponho esta dúvida porque o mesmo autor altera, igualmente grifando, o seguinte importante dizer de frei Gaspar relativo ao testamento de Ramalho feito em 1580, — *alguns*

Se pois João Ramalho, o velho, o 1.º de Capistrano de Abreu, em 1564 já passava de 70 anos de idade e tendo chegado ao Brasil em 1502, "data, diz Capistrano de Abreu, que Cândido Mendes já demonstrou ser verdadeira" [1], deveria nesta época ser ainda menino, dado mesmo que aquêles 70 anos já passados cheguem a 75; logo, não podia ter sido o "degradado", deixado nas praias pela primeira expedição exploradora.

O próprio Cândido Mendes entretanto dá uns 30 anos presumíveis a Ramalho quando chegou.

Capistrano de Abreu faz, como se vê, distinção entre o 1.º e o 3.º, aduzindo que o Ramalho que em 1564 recusara o cargo de vereador por avançada idade não pode ser o mesmo que dois anos antes recebia o comando da expedição contra os índios do sertão.

O argumento apresentado não parece procedente.

Se as datas fôssem invertidas ainda a conjectura poderia ter aceitação; mas hão há motivo para um guerreiro de 1562 deixar de alegar em 1564 que não exerce o cargo melindroso por sua avançada idade.

A escolha de João Ramalho para o comando da expedição é muito justificável; procurava-se homem prático, conhecedor daquelas ínvias paragens, atirado às lutas, enfim pessoa de importância capital para o caso. Os generais saem sempre de velhos experimentados.

Dada a hipótese que o João Ramalho da expedição, filho do 1.º, seja o mesmo da Câmara, não deveria estar com mais de 70 anos de idade em 1564. Brasileiro não podia ser, e neste caso teria então vindo com seu pai.

Quanto ao 2.º João Ramalho, Capistrano de Abreu nada mais acrescenta ao que fica reproduzido.

---

noventa anos de assistência nesta terra —, por êste — *mais de oitenta anos de assistência nesta terra.* Ainda na pág. 112 do tomo II, Azevedo Marques reproduzindo um trecho do Diário de Pero Lopes, sublinhou o seguinte — e *outra* (vila) *nove léguas dentro pelo sertão, que se chama Piratininga* —, cortando depois da palavra sertão *a borda de um rio.* Fez pois o sertão ficar chamado de Piratininga, quando é o rio; entretanto neste trecho de 1532, em que já vem nomeado o rio de Piratininga podia servir de argumento para sua discussão sôbre se existiu ou não um rio com êste nome. E apesar de ter encontrado em *documentos do XVI século um rio assim designado, diz* que crê que há engano em frei Gaspar afirmar "que o Tamanduatei é o rio Piratininga dos antigos" conclui que "até jamais houve rio com o nome de Piratininga". Tenho medo quando A. Marques grifa trechos para os tornar salientes.

(1) Não demonstrou tal, e essa é ainda questão de difícil solução. Ainda não está provado o ano de chegada de João Ramalho. Cândido Mendes provàvelmente quer se referir à do bacharel de Cananéia.

Agora o que se conhece de Taques sôbre João Ramalho:

1.° trecho. "O qual Antônio Rodrigues genro de Piquiroby veio com Ramalho a São Paulo 30 anos quase antes de chegar em 1531 Martim Afonso de Sousa a São Vicente" (1).

2.° trecho. "Vieram mais em 1531 Jorge Ferreira, cavaleiro fidalgo, casado com Joana Ramalho, filha de João Ramalho, que tinha o fôro de cavaleiro, e foi depois o fundador da vila de Santo André da Borda do Campo, de cuja povoação (antes de aclamada em vila no dia 8 de abril de 1553) foi guarda-mor e alcaide-mor do Campo dito Ramalho" (2).

3.° trecho. "Vieram também com êste fidalgo (Martim Afonso) para São Vicente, João Ramalho, que tinha o fôro de cavaleiro fundador da povoação de Santo André da Borda do Campo, que depois se aclamou vila em 8 de abril de 1553, sendo o dito Ramalho alcaide-mor e guarda-mor desta povoação), e sua irmã Joana Ramalho, mulher de Jorge Ferreira, cavaleiro fidalgo, que foi capitão-mor governador da capitania de São Vicente pelos anos de 1556" (3).

Cândido Mendes reproduzindo êstes dois últimos trechos, observa: "Ora nestes dois trechos já vimos Joana Ramalho figurando ao mesmo tempo como "filha" e "irmã" do João Ramalho, vindo êle na companhia de Martim Afonso em 1531, na qualidade de cavaleiro".

4.° trecho. "Francisco Ramalho e sua irmã Maria de Macedo mulher de Lázaro de Tôrres, foram netos de João Ramalho, progenitor de muitas famílias de São Paulo que foi o fundador da povoação de Santo André da Borda do Campo, que se aclamou em vila em 8 de abril de 1553, sendo então o dito Ramalho guarda-mor do campo e tinha o fôro de cavaleiro (Arquivo da Câmara de São Paulo, livro 1.° de registros de Santo André).

"Êste João Ramalho veio de Portugal (era natural de Barcelos, comarca de Viseu) na companhia de Martim Afonso de Sousa no fim do ano de 1530..."

"E o dito Ramalho foi pai de Joana Ramalho, mulher de Jorge Ferreira, que tinha o fôro de cavaleiro fidalgo, e sendo povoador e morador de São Vicente foi desta capitania capitão-mor, governador e ouvidor pelos anos de 1556 por mercê do donatário Martim Afonso de Sousa.

---

(1) *Rev. do Inst.*, XXXIV, parte 1.ª, pág. 8.

(2) *Rev. do Inst.*, XXIV, parte 1.ª, pág. 69.

(3) *Rev. do Inst.*, XXXIII, parte 2.ª pág. 81.

"Para ser a povoação de Santo André aclamada em vila, fez João Ramalho a sua custa construir uma cêrca, e dentro dela formou quatro baluartes, em que se cavalgaram peças de artilharia para varejarem contra os repetidos assaltos com que o gentio tamoio da ribeira do rio Paraíba costumava invadir aos moradores de Santo André, até que cessaram as hostilidades e penetraram os Padres Jesuítas em janeiro de 1554 os campos de Piratininga e celebrou-se a primeira missa no dia 25 de janeiro de 1555" (aliás 1554) ([1]).

Por êste trecho se vê que os moradores de Santo André também sofriam ataques dos índios do Paraíba.

Cândido Mendes transcrevendo-o, exceto o último período, escreve:

"Eis aqui temos João Ramalho ataviado com o fôro de cavaleiro e companheiro de Martim Afonso de Sousa na sua frota, tendo por pátria Barcelos na comarca de Viseu!"

Êstes quatro trechos de Taques são da *Nobiliarchia Paulistana;* o que se segue é da sua *História da capitania de São Vicente.*

5.° trecho. "Fundadas as vilas de São Vicente e do pôrto de Santos, João Ramalho, homem nobre de espírito guerreiro e valor intrépido, que já muitos anos antes de vir Martim Afonso de Sousa a fundar a vila de São Vicente em 1531, tinha vindo ao Brasil, e ficando nas praias de Santos e tendo sido achado pelos piratininganos, e trouxeram ao seu rei Tibiriçá, que por providência de Deus se agradou dêle e lhe deu sua filha ([2]), que depois se chamou no batismo Isabel, e quando Martim Afonso de Sousa chegou a São Vicente lhe foi falar dito João Ramalho, e já com filhos casados, o que tudo assim consta de uma sesmaria que o dito Martim Afonso de Sousa concedeu ao dito João Ramalho em 1531 na ilha de Guaibe. Êste Ramalho depois, com o concurso de alguns europeus da vila de São Vicente, fundou uma

---

(1) *Rev. do Inst.*, XXXIV, parte 2.ª, págs. 301-302.

(2) Por êste trecho vê-se que o índio Tibiriçá, agradando de João Ramalho deu-lhe filha sua, que depois chamou-se Isabel. Taques cita documento que viu passado em 1531 por M. Af. em favor de João Ramalho. Entretanto Cândido Mendes diz: ["Portanto é o mesmo Pedro Taques quem a si mesmo responde. João Ramalho já não veio com Martim Afonso na frota de 1530, mas não era degradado. Era provàvelmente um náufrago ou passageiro esquecido na praia de Santos, e descoberto, não pelos tupis ou tupiniquins do litoral mas pelos piratininganos, isto é, guaianazes, indígenas do campo, residentes em serra acima, por especial disposição da Divina Providência! Ora, tudo isto, infelizmente, é lançado no propósito de confirmar a fábula, sem base, do casamento de João Ramalho com a filha de Tibiriçá, denominada Isabel no batismo, e Bartira em Guaianaz, conforme a descoberta de outro cronista pátrio, Machado de Oliveira, no seu *Quadro Histórico*"].

nova povoação de serra acima na saída do mato chamado Borda do Campo, com vocação de Santo André".

"Nesta colônia suportaram os seus fundadores repetidos encontros da fúria dos bárbaros índios tamoios, que habitavam às margens do rio Paraíba, e foram os desta nação os mais valorosos que teve o sertão da serra de Paranapiacaba e os da costa do mar até Cabo Frio. Por êstes insultos fortificaram os portuguêses a sua povoação de Santo André com uma trincheira, dentro da qual construíram quatro baluartes em que cavalgaram artilharia, cuja obra tôda foi à custa do dito João Ramalho, que desta povoação foi alcaide-mor e guarda-mor do campo. Em 8 de abril de 1553 foi aclamada em vila em nome do donatário Martim Afonso de Sousa, e provisão do seu capitão-mor governador e ouvidor Antônio de Oliveira que se achou presente neste ato com Braz Cubas, provedor da Fazenda Real. Tudo o referido se vê melhor no lugar em baixo citado" ([1]).

Capistrano de Abreu querendo demonstrar a distinção dos dois primeiros Ramalhos escreve: "Ainda ninguém tornou bem claro que nos primeiros tempos de São Paulo houve pelo menos dois João Ramalho.

"Taques Pais Leme, que no (1.°) trecho acima citado dá notícia do primeiro e torna bem clara a distinção, em outros lugares perde-a de vista.

"Cândido Mendes o homem que melhor estudou o assunto, também não faz a distinção, e por isso é um pouco injusto com Taques.

"Além dêstes dois, cuja existência não pode ser posta em dúvida, julgo que há terceiro".

Entretanto, exceto no 1.° trecho, cuja distinção não faz Taques a não ser como companheiro de Antônio Rodrigues, nos mais da *Nobiliarchia* aparece sempre João Ramalho com o fôro de cavaleiro e como o fundador da vila de Santo André. Mas no 5.° trecho, da *História de São Vicente*, Taques deixa bem claro que o João Ramalho do 1.° trecho é o mesmo de todos os mais. Aí se vê que Ramalho era fundador de Santo André, chegado "muitos anos atrás" de Martim Afonso, "em 1531", "já com filhos casados", nessa época. Taques cita documento que viu, a sesmaria concedida a Ramalho pelo donatário no mesmo ano de "1531".

---

(1) "Arquivo da Câmara de São Paulo, caderno 1.° da vila de Santo André, tít. 1.553, de pág. 1 até 11". (Rev. do Inst., IX, pág. 149).

A divergência que se nota em Taques é questão da data, mas não de pessoa.

No 1.º trecho diz Taques que Ramalho chegou quase 30 anos antes de Martim Afonso; no 2.º é silente quanto à chegada; no 3.º que veio com Martim Afonso; no 4.º confirma que veio com Martim Afonso; e finalmente no 5.º o dá chegado "muitos anos antes" de Martim Afonso.

O João Ramalho de Pedro Taques, tanto na *Nobiliarchia* como na *História* é sempre o mesmo homem e isto é que não sofre contestação.

Taques no trecho 3.º dá Joana Ramalho, mulher de Jorge Ferreira, como irmã de João Ramalho: mas nos trechos 2.º e 5.º diz que ela era filha de Ramalho, mulher do mesmo Jorge Ferreira.

Sogro ou cunhado, dúvida que prendeu a atenção de Cândido Mendes, é coisa pouco sensível, e está logo entrando pelos olhos que houve êrro de cópia ou de impressão ou mesmo do próprio autor, inadvertidamente. Deve prevalecer a qualidade de sogro.

A insistência de Taques nos trechos 2.º, 3.º e 4.º, quanto a Ramalho ter o fôro de cavaleiro, citando no 2.º documento do arquivo da Câmara de São Paulo, parece ser prova que de fato êle o era.

Mas Cândido Mendes não se casava com isto, provàvelmente porque estava convícto que Ramalho era um degradado coisa que não se encontra em documento algum. Mesmo que o fôsse, podia ter o fôro de cavaleiro antes do degredo e ainda depois pelos seus serviços em prol da terra que o acolhera, serviços que Cândido Mendes é o primeiro a exalçá-los [1].

Em Gabriel Soares vê-se que com Vasco Fernandes Coutinho, 1.º donatário do Espírito Santo vieram em 1534 (?) como degradados dois fidalgos D. Jorge de Meneses e D. Simão de Castelo Branco [2].

Taques escrevia no penúltimo quartel do século passado e não se preocupava com a questão de João Ramalho. Como vimos às vêzes que fala nele na sua *Nobiliarchia* é de passagem, sem dar-lhe outra importância da que se conhece em seus trechos; não aludindo as suas discórdias com os jesuítas, nem inventaria as "muitas famílias" de que êle fôra o progenitor, como diz no 4.º trecho.

---

(1) *Rev. do Inst.*

(2) V. Nóbrega, *Carta do Brasil*, pág. 152, nota 85.

Por isso, a contradição em que cai o douto investigador da história paulistana, não é caso para Capistrano de Abreu assegurar com firmeza que havia dos Ramalhos distintos.

O próprio Pedro Taques faz revelação muito interessante. Contando os desvarios de Manuel Vieira Colaça diz: "Tinha neste tempo as rédeas do governo ordinário da vila de São Vicente, e ficou com tal paixão d'alma, que caiu em demência, tendo lúcidos intervalos. Brotou a sua dôr na ruína que experimentou o grande cartório do arquivo da Câmara daquela vila, porque deu ao fogo todos os livros e papéis antigos, que como monumentos para a posteridade ali se conservavam como vila capital, e a vila que teve o Brasil, fundada pelo senhor donatário Martim Afonso de Sousa. Entre aquêles (hoje bem necessários) [1] excelentes móveis, reduzidos a cinzas, só lamentamos o livro grande chamado de *Tombo*, porque nele se achava escrito com pureza da verdade, o dia, mês e ano da fundação daquela vila, a chegada do seu primeiro fundador dito donatário Martim Afonso de Sousa, com as fôrças que trouxera do Reino para a conquista dos bárbaros índios habitantes dos sertões do Sul, o número dos navios, em que com êle tinham passado os primeiros e nobres povoadores, fazendo-se menção dos merecimentos e qualidades de cada um dêles e dos sujeitos que vinham casados, e sem famílias, atraídos do Reino de Portugal pelo convite do donatário Sousa, que tinha conseguido esta transmigração com o real agrado do senhor rei D. João III, de cujos criados, com o fôro de cavaleiros fidalgos, vieram muitos sujeitos, que propagaram famílias nobres em São Vicente, derramados por São Paulo, etc. [2].

Já se vê que Taques não tinha relação completa e exata dos "primeiros e nobres povoadores" vindos com Martim Afonso, documento seguro que lamenta ter sido devorado pelas chamas.

Os três Ramalhos pois do meu amigo Capistrano de Abreu não podem ser aceitos. Há um só e verdadeiro.

---

(1) Êste parêntese é de Taques.

(2) *Rev. do Inst.*, tomo XXXV, parte 1.ª, pág. 341.

CAPÍTULO III

MORTE DE JOÃO RAMALHO

Cândido Mendes diz (1): "Por nossas conjecturas, João Ramalho já não era dêste mundo de 1560. Precisamente poderíamos talvez assegurar 1558".

Mais adiante (pág. 359) acrescenta ainda: "Não podemos precisar a data do falecimento de João Ramalho. Mas, e é nossa conjectura se não foi em 1558, por certo não ultrapassou de 1560, quando muito; e com tôda a probabilidade na vila de Santo André. Nesta época o velho degradado devera contar de 86 a 88 anos, calculando em 30 a sua idade presumível, quando em janeiro de 1502 aportou em Cananéia. E não era deficiente êsse tempo de existência em razão da vida trabalhosa que curtiu".

Agora em nota observa o erudito escritor: "Se aquêles 40 anos de estada no Brasil, de que já tratamos, tem exatidão rigorosa, João Ramalho desembarcou na ilha de Guaíba ou em Cananéia, em 1509 ou 1510, 1511 ou 1513. Nestes casos outra foi a frota que o transportara, e não a primeira; o que não é admissível e contrapõe-se aos testemunhos de Diogo Garcia (2) e Pero Lopes de Sousa (3). Mas se 40 anos, como diz Schmidel, referem-se sòmente ao tempo de guerra e não da estada no país, as épocas se conformam com os testemunhos precedentes".

Mas o "degradado" a que se referem Diogo Garcia e Pero Lopes não é João Ramalho. É outra questão que adiante será ventilada.

---

(1) *Rev. do Inst.*, XL, 1877, parte 2.ª, pág. 239.

(2) [Diogo Garcia entrou no pôsto de São Vicente a 15 de janeiro de 1527 e no mesmo mês deixou São Vicente e dirigiu-se ao Rio da Prata, aonde encontrou inesperadamente naus de Caboto. (Pedro Lozano *in* André Lamas, Coleccion de Memorias y Documentos para la historia y la jeografia de los pueblos del Rio de la Plata, 1849, págs. 12, 31 e 33, tomo 2.º)].
Esta nota se encontra na página manuscrita 27-A do capítulo VI.

(3) [Por ora só se conhece os testemunhos da *Carta* de Diogo Garcia e o *Diário* de Pero Lopes de Sousa]. Esta nota se encontra na página manuscrita 27-A do capítulo VI.

Os 40 anos de Schmidel, pelo original alemão [1] são de assistência na terra e não de guerra.

Em seguida continua Cândido Mendes (pág. 359): "E daremos a razão do que afirmamos, pois, supomos, nos justificará perante os homens sérios e ilustrados cultores da nossa história.

"Na coleção manuscrita de cartas de vários membros da Companhia de Jesus, que possui a Biblioteca Nacional da Côrte, encontra-se uma do irmão Antônio de Sá, escrita em espanhol, provàvelmente dirigida de São Paulo, e não de São Vicente, aos irmãos da mesma Companhia da Bahia, em data de 13 de junho de 1559, onde lê-se o seguinte trecho que copiaremos na própria língua:

"Un índio [que se llama Belchior está puesto em ayunar todos los dias que manda la Iglesia, y sin yo le hablar nadie, pregunto-me que lè hyziese saber los dias de ayuno y qual no se comia carne, diziendome que antes *que muriese Juan Ramallo* que el se lo decia y ayunava todos los dias que la Iglesia manda, y parece que el Señor se lo dixo, por que aquel mesmo dia que al me dixo esto, me dixo el padre que le dixiesse que avia de ayunar: yo enseño ahora allá la doctrina christiana, y las oraciones en nuestro romance (Tupy), como sempre hizimos despues que nos mandaron decir que era necessario concertar-se algunos vocabulos que estaban en la doctrina, etc."].

"Se na colônia vicentina não havia, na época, outro João Ramalho (prossegue Cândido Mendes), e tão conhecido que excusava explicar quem era para a Bahia, senão o de que temos tratado, é visto que falecera em fins de 1558 ou princípios de 1559 confrontando a data da carta (13 de junho de 1559), com as notas de Varnhagen do caderno de vereanças da Câmara da vila de Santo André, em cuja corporação servira João Ramalho, como vereador.

"Portanto êste documento inédito e insuspeito, por partir não de um jesuíta professo e escritor, mas de um simples irmão e espanhol que se dirigia a outros de sua classe sem propósito além do que consta de sua missiva, resolve perfeitamente a questão. Estabelece, e firma a certeza do fato do passamento de João Ramalho, antes da mudança da vila de Santo André para a de São Paulo em 1560":

Em tudo isto Cândido Mendes labora num engano muito grave. Ora, a carta em questão é escrita do Espírito Santo e não de São Paulo, e dirigida aos irmãos de Portugal e não aos da

(1) Cândido Mendes seguiu a tradução francesa de Ternaux-Compans, feit asôbre a latina.

Bahia; e fato a que alude o trecho acima reproduzido, foi ali passado.

No manuscrito da carta, de fato está "Juan Ramalho", mas houve êrro da cópia e deve-se lêr "Manuel Ramalho".

Antes, nesta mesma carta [1], Antônio de Sá fala no "pôrto de Manuel Ramalho" e logo adiante vê-se que se referindo ao mesmo pôrto está escrito "de Juan Ramalho", êrro evidente do copista.

Além disso, não era nada provável que João Ramalho, o perverso, o inimigo dos padres e de Deus, o excomungado, como o consideram os jesuítas, o maldito, "o degradado", "o galé", "o homem de crimes monstruosos", como o chama Cândido Mendes (pág. 358), não era de jejuns em 1558 ou 1559 e muito menos de aconselhar a um índio que fizesse cruz em bôca em tais e tais dias que manda a igreja. Cândido Mendes expondo que o trecho da carta do jesuíta resolvia "perfeitamente a questão" não atendeu ao menos a esta circunstância.

Manuel Ramalho era morador na capitania do Espírito Santo e por carta de Tomé de Sousa passada na Vila da Vitória a 11 de dezembro de 1552 foi provido escrivão da Provedoria, Feitoria e Almoxarifado e Alfândega da dita capitania, por ter ido para o Reino sem licença o respectivo proprietário Antônio de Magalhães [2].

Dos Mandados de pagamentos [3] do Govêrno Geral do Brasil de 1549 a 1553, sob o n.° 1.262, vê-se que a 8 de março de 1553 passou o provedor-mor [4] um para que Francisco de Oliveira, feitor e almoxarife do Espírito Santo, "desse a Manuel Ramalho, morador na dita capitania todo o resgate que houvesse

(1) Cartas avulsas, págs. 114-121.

(2) Liv. 1.° Reg. da antiga F. Real do Brasil, pertencente à Tesouraria Geral do Brasil, fls. 52. Êste documento e outros aqui acusados serão em breve publicados na íntegra, formando um só corpo. Êste e outros livros os trouxe da B.ª por ordem do Ministro da Fazenda e à proporção que se forem publicando irão sendo restituídos ao seu antigo lugar. [Atualmente estão os documentos publicados nos *Documentos Históricos* e os códices devolvidos. A provisão nomeando Antônio de Magalhães dos Ofícios da Provedoria, Feitor e Almoxarifado da Capitania de São Vicente é de 19 de janeiro de 1550 e de 14 de setembro de 1552 a do Ofício de Escrivão da Provedoria, Feitoria e Almoxarifado da Alfândega da Capitania do Espírito Santo. Cf. Documentos Históri-ricos, 35, págs. 94-95 e 97-98. O traslado da carta porque o Governador Tomé de Sousa proveu de Escrivão da Provedoria, Feitoria e Almoxarifado da Capitania do Espírito Santo a Manuel Ramalho, morador da dita Capitania é de 11 de dezembro de 1552 Cf. *Documentos Históricos,* vol. cit., págs. 162-63].

(3) Saíram igualmente da Tesouraria da Bahia e serão em breve publicados em volume à parte. Já estão publicados nos vols. XI e XII dos *Documentos Históricos* cf. vol. XII, págs. 305-306.

(4) Antônio Cardoso de Barros, que então estava no Espírito Santo a correr a costa.

mister", para ir ao sertão a descobrir por mandado de Tomé de Sousa (1).

Nóbrega na carta a Tomé de Sousa escrita da Bahia a 5 de julho de 1559, dá notícia da morte de Manuel Ramalho, o mesmo que se refere o irmão Antônio de Sá, quando falando das guerras do Espírito Santo diz (2): "E nestes trabalhos pereceu Bernardo Pimenta (3) e Manuel Ramalho (4), que eram os que mais zelavam contra o gentio".

Já se vê que o argumento que Cândido Mendes supôs tirar da carta de Antônio de Sá, como o documento de mais pêso que encontrou em favor das suas conjecturas, para dar como certa a morte de João Ramalho antes de 13 de junho de 1559, está fora de combate.

---

(1) Por êste mandado fica-se sabendo que Manuel Ramalho devia ter ido na bandeira de Pôrto Seguro com o Padre Navarro. V. *Semana* e *carta* de Navarro e as notas que tenho.

(2) NÓBREGA, *Cartas do Brasil*, pág. 153.

(3) Chamava-se Bernardo Sanches de la Pimenta, [conforme] o alvará de Tomé de Sousa datado da vila de Vitória a 19 de dezembro de 1552, nomeando provedor da fazenda do Espírito Santo Bernardo Sanches de la Pimenta, que então servia de Capitão na mesma capitania, por ter o proprietário Francisco de Vacas se ausentado da terra e o deixar devoluto. (Nota no capítulo IV do original, pág. 22).

(4) É muito possível que Manuel Ramalho seja parente, talvez irmão, de João Ramalho. Era português, empreendedor e vivia no mesmo tempo. Esta conjectura é sòmente pelo seu apelido. Um ponto da cap. tem o seu nome.

CAPÍTULO IV

TESTAMENTO DE JOÃO RAMALHO

Azevedo Marques (Apontamentos, tomo II, pág. 145), pôsto que não acuse documento, dá João Ramalho ainda "em rivalidade" com os jesuítas em 1560, por ocasião da transferência da vila de Santo André para Piratininga. Cândido Mendes opina que esta mudança só podia ser feita depois de morto Ramalho ou na sua ausência (Rev. Inst., tomo 40 — II, pág. 350).

Mas já o vimos vivo e presente em Piratininga em 1562 e 1564.

Quatro anos depois desta última data parece que temos novas de Ramalho, quase centenário, na carta de Baltazar Fernandes escrita de São Vicente a 22 de abril de 1568. Diz o jesuíta:

"Um homem branco que há 60 anos que está nesta terra entre êste gentio, que agora é quase de 100 anos, estando entre os índios e vivendo não sei de que maneira e não querendo nada de nossas ajudas nem ministério, deu-lhe Deus de rosto com um acidente, além de muitos corrimentos e pontadas que tinha. Veio então um filho seu que pousava daqui uma légua a dizer-nos que seu pai morrera; e suspeitando nós que não seria ainda morto, foram dois padres cedo a correr por águas que estavam pelo campo por onde haviam de passar, por ser grande a cheia. Chegados a casa do miserável velho, que não queria nada de Deus, veio a visitar com os nossos, porque o que estava dantes já morrendo em mau estado, acudiu-lhe Deus com a confissão, que êle fêz boa, pondo-se em bom estado e comungando; mas não morreu daquêle acidente, senão anda para isso aparelhado e pôsto na verdade, esperando por sua hora que cedo lhe virá". (Carta avulsa, pág. 325).

O velho meio convertido era branco, logo europeu; estava na terra há 60 anos, logo desde 1508; já ia orçando por quase 100 anos de idade, logo devia ter chegado com uns 40 anos.

Dois jesuítas a correrem por ínvios caminhos em socorro de um homem que o filho declarara já ter morrido, individualiza per-

feitamente que esta pessoa era de há muito conhecida como obstinada e que os padres queriam sua salvação mesmo depois de morto.

Vivendo entre os índios, sem nada querer dos padres nem de Deus, êste "miserável velho" como já sugeriu o Visconde de Pôrto Seguro (Hist. 2.ª ed., pág. [605]), não pode ser outro senão João Ramalho, agora confessado, contrito, comungado, aparelhado. É pois muito provável que daí por diante date sua harmonia com Deus e com os jesuítas.

Vasconcelos e Franco dizem que um ameaçador de Leonardo Nunes, mais tarde convertido, morreu com cento e tantos anos de idade, sem contudo declararem a data de óbito. Como já vimos, êste homem não podia ser outro senão João Ramalho.

Ora, como se sabe, frei Gaspar da Madre de Deus ([1]) diz que tinha cópia do testamento de Ramalho feito a 3 de maio de 1580, testamento que Cândido Mendes julga terminantemente forjado pelo próprio frade beneditino, a quem chama de romancista e introdutor de fábulas na história de São Paulo.

O trecho de frei Gaspar é êste: "Eu tenho cópia do testamento original de João Ramalho, escrita nas notas da vila de São Paulo pelo tabelião Lourenço Vaz, aos 3 de maio de 1580. À fatura do dito testamento, além do referido tabelião, assistiram o juiz ordinário Pedro Dias e quatro testemunhas, as quais todos ouviram as disposições do testador. Êle duas vezes repetiu que tinha alguns noventa anos de assistência nesta terra, sem que alguns dos circunstantes lhe advertisse que se enganava, o que certamente fariam se o velho por caduco errasse a conta".

Cândido Mendes (pág. 357) e Capistrano de Abreu fazem questão porque o beneditino "não viu o original do testamento", "nem o publica", "nem diz como houve a cópia", "nem sua data", se ela "era ou não autêntica" ou "simples trabalho de curioso", nem o "nome do tabelião em cujo cartório se achava o original". É verdade que o testamento não foi até agora visto por mais ninguém ([2]), mas nada disso serve de argumento para se duvidar da sua autenticidade, ou existência.

Frei Gaspar assegura que tinha cópia do testamento e dá-lhe a data, que Cândido Mendes insinua (pág. 284) *ser simbólica*,

(1) *Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil*, etc. *in* Rev. Inst. tomo II, pág. 426, ano de 1840.

(2) Pôrto Seguro (Hist., 2.ª ed., tomo I, pág. [606] notas) escreve: "Infelizmente foram inúteis tôdas as nossas averiguações em São Paulo, em 1840 para encontrar o texto ou notas originais dêsse testamento". Ver também Machado de Oliveira (Rev. Inst., tomo 19, 1856, págs. 146-147).

porque "envolve duas épocas notáveis, o descobrimento do Brasil (3 de maio e ano 1580) em que se diz aportaram na Bahia os religiosos beneditinos".

O próprio escritor beneditino bate essas duas datas.

1.ª época — Nas suas *Memórias*, (pág. 4) referindo-se frei Gaspar ao descobrimento do Brasil, diz que Cabral "avistou terra desconhecida aos 24 (aliás 22) de abril de 1500, a qual a princípio lhe pareceu ilha; mas navegando ao longo da sua costa muitos dias e vendo que continuava, reputou-a terra firme e mandou aos pilotos que a buscassem. Aos 3 de maio surgiu com doze naus em certa paragem, a que deu o nome de Pôrto Seguro".

Ora, como se vê o beneditino não diz que o descobrimento do Brasil foi a 3 de maio. Esta data é verdade se encontrou em vários livros antigos, mas havia certa razão; era questão de calendário, porque uns contavam pelo Juliano e outros pelo Gregoriano...

2.ª época — A outra data, a da chegada dos beneditinos à Bahia sabe-se [1] que foi em 1580, mas o próprio frei Gaspar tratando especialmente da sua Ordem Beneditina, no mesmo escrito em que fala do testamento, não assinala-lhe com precisão aquêle ano de 1580. O beneditino escreve (Rev. Inst., tomo II, pág. 434):

["Em segundo lugar vieram os monges beneditinos. Se eu dera atenção às relações manuscritas existentes no mosteiro do Rio de Janeiro, havia de dizer que os monges de São Bento se estabeleceram no Brasil antes de 1580, porque a minha ordem primeiro fundou os seus mosteiros da Bahia e Olinda do que edificasse o do Rio de Janeiro, ao qual supõem as memórias citadas nascido em 1580; julgo porém errada esta época, e verdadeira a de 1581, suposto que existirão vários missionários beneditinos em diferentes tempos mais antigos em algumas partes brasílicas; e na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se acharam em 1565, como consta de uma escritura de meia légua de terra no Iguaçu, doada aos padres de São Bento por marquesa Ferreira aos 7 de dezembro do dito ano; contudo êles não permaneceram neste Estado até o ano de 1681"].

Mas vivendo João Ramalho em 1568, pelo modo com que se exprime o jesuíta Baltazar Fernandes, porque não se deve crer na autenticidade do testamento e na sua data de 1580? Ramalho

(1) Sôbre a chegada dos primeiros padres bentos ao Brasil, veja Anchieta, *Infor.*, pág. 13.

podia ter morrido nesse mesmo ano ou no imediato. A diferença é de doze anos.

Não penso que frei Gaspar inventasse aquela data — 3 de maio de 1580 — para satisfazer apenas mera fantasia da história da sua capitania.

O copista podia ter lido noventa (90) em vez de setenta (70) palavras que deviam estar escritas por extenso e não em cifra. Êste idealizado engano foi previsto pelo Visconde de Pôrto Seguro (Hist. Ger., 2.ª ed., pág. [606]) que não duvida do testamento e acha que ali pode haver êrro de 1580, que poderá ser 1570 e em vez de 90 anos sejam "sessenta".

Quanto à data não discordo do testemunho de frei Gaspar, pois o êrro de cópia não seria logo nos dois lugares.

Azevedo Marques que está de acôrdo ainda ser vivo Ramalho em 1580 pela autoridade de frei Gaspar, também não duvida do testamento, mas transcrevendo o 1.º período do trecho do beneditino alterou-lhe o sentido, como já disse na pág. 18, nota 4, o que não devia fazê-lo.

Provàvelmente o engano da cópia, se porventura êrro há e não engano do testador ou no original, fêz frei Gaspar tirar ilação que Ramalho chegara à América antes de Colombo. Mas quase noventa anos não quer dizer precisamente que seja êste número. Capistrano de Abreu, que discutiu o testamento, concluindo que há "tôdas as probabilidades" de não ser verdadeiro, diz, entretanto, e estou de perfeito acôrdo que "alguns noventa anos, quer dizer menos de noventa — eram simples aproximação, e que nem chegavam a oitenta".

O documento original devia ser paleográfico e por conseguinte de difícil leitura. Varnhagen que consultou papéis dêste gênero em São Paulo escreve:

"Alguns dos documentos antigos dêstes arquivos estão decifrados com a escritura moderna em entrelinha, o que só se deve atribuir a Pedro Taques ou ao mesmo frei Gaspar: quem quer que foi alguma vez errou na decifração e poderá errar aos que não leram pelo original". (Rev. Inst., tomo II, pág. 528).

Não digo que as *Memórias* de frei Gaspar seja um livro exato em todos seus fatos e datas, como em geral os primeiros escritores da história do Brasil; mas não se deve duvidar de que afirma o padre de visu, enquanto não aparecerem provas eloqüentes.

A carta de Pero Vaz de Caminha (1500) só foi divulgada em 1817; o Diário de Pero Lopes (1532) foi publicado em 1839;

a obra de Gabriel Soares (1587) esteve *inédita* até 1851; a História de frei Vicente do Salvador (1627) só começou a ser conhecida em 1887. Os escritos dos jesuítas ainda não estão todos vulgarizados.

Frei Gaspar não aceita tudo, discute acontecimentos e datas semeando em muitos lugares dúvidas para outros resolverem.

Faltavam-lhe certos elementos que só muito mais tarde foram aparecendo.

O beneditino não tem o espírito religioso de Vasconcelos, Franco e Jaboatão. Referindo-se à *lenda e pégadas de São Tomé*, sai fora do comum, deixando de parte todos os escritores que o precederam no assunto.

Se a carta de Antônio de Sá não fôsse vista por mais ninguém depois de Cândido Mendes, não prevaleceria e ficaria de pé que João Ramalho era morto antes de 13 de junho de 1557? E agora não se está vendo que a carta se refere a Manuel Ramalho [e é escrita] do Espírito Santo?

O que induziu a isso não foi senão simples êrro de cópia, êrro que destruia o testamento de Ramalho em 1580?

Como pois duvidar-se do testemunho de frei Gaspar quando assegura que *tinha cópia do testamento* de João Ramalho?

Não admira que João Ramalho deixasse testamento, coisa *muito comum naqueles tempos, sobretudo sendo homem rico, poderoso* e de larga descendência.

O próprio índio Martim Afonso, o Tibiriçá, o fez pouco antes de morrer em 1562, como diz Anchieta em carta de São Vicente de 16 de abril de 1563.

Na história do povoamento da Bahia temos um português muito laborioso que vindo em 1549 com Tomé de Sousa, teve uma residência no Brasil de nada menos de 60 anos. Fez seu testamento a 18 de maio de 1609 nas casas e hospedaria do Hospital da Santa Misericórdia da cidade e morreu a 22 do mesmo mês e ano [1]. É Garcia d'Ávila de quem precede a famosa Casa da Tôrre, quase a extinguir-se. Sua descendência foi imensa.

Tenho cópia dêste testamento, extraída do livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, aonde deparei e foi graciosamente copiado pelo meu amigo Dr. Afonso Inácio de Oliveira Rocha.

---

(1) "Garcia d'Ávila + a 23 de maio de 1609 e sepultou-se na Sé", diz Jaboatão. E dando os nomes testamenteiros acrescenta que "Consta assim do assento do seu *entêrro na Sé*" (*Catálogo genealógico*, pág. 861). Esta interessante obra inédita de Jaboatão está sendo publicada pelo Inst. Hist. [Rev. Inst. Hist. Geog. Bras., tomo 52, parte 1.ª, 497 págs.].

Logo no comêço do testamento lê-se: "Estando eu Garcia d'Ávila morador na minha tôrre de Tatupara, mal disposto, mas em todo o meu ciso e entendimento perfeito, que o Senhor Deus me deu e temendo a hora da morte para que todos fomos criados...".

De fato devia ter sido enterrado na Sé, porque no testamento prevê Garcia d'Ávila mais adiante: "Mando que sendo Nosso Senhor servido de me levar da vida presente meu corpo seja enterrado na minha sepultura, que tenho na Sé desta cidade ao pé do altar dos fiéis de Deus e acompanhará meu corpo o cabido e a Irmandade de Santa Misericórdia de que sou irmão, etc.".

Garcia d'Ávila era atirado às demandas, às questões, às lutas.

Garcia d'Ávila ([1]) quando chegou era já homem feito, porque nesse mesmo ano foi nomeado por Tomé de Sousa, feitor e almoxarife da cidade e da Alfândega da Bahia por provisão ([2]) de junho de 1549.

Cristóvão Vieira Ravasco, que veio para o Brasil já homem feito, pois se diz trouxera consigo seu filho o Padre Antônio Vieira ([3]), tinha em... de 1666 (?) nada menos de 97 anos de idade ([4]) e segundo Jaboatão ([5]) faleceu a [1 de junho de 1667], quase centenário. Estava na Bahia a 13 de fevereiro de 1617, dia em que passou uma certidão como escrivão dos agravos e apelações cíveis da Relação do Brasil e da finta do serviço que a gente fez a El Rei de um milhão e 700 mil cruzados. Mas chegou alguns anos antes, porque se dizendo que Antônio Vieira,

---

(1) Garcia d'Avila conseguiu reunir grandes cabedais, homem ativíssimo, de gênio belicoso, que foi transmitindo a seus descendentes, conseguiu reunir grandes cabedais pelo seu trabalho ináudito, adquiriu muitas terras, teve muitas emprêsas comerciais, fundou fazendas de gado, olarias e concorreu muito para a cultura e povoamento da Bahia. A História da Casa da Tôrre, que nem sequer ainda foi esboçada, seria um livro curiosíssimo, mas com visos de romance que de verdade. Os documentos, a maior parte dêles perdidos, vão aparecendo de modo que talvez algum dia se possa reconstituir a história da casa mais famosa do Brasil por sua antiguidade, riqueza e fausto.

(2) Aparecerá no volume de documentos da Bahia do XVI século cf. Documentos Históricos, vol. XXXV, págs. 34-35.

(3) "Ainda estou por descobrir o ano exato que veio Cristóvão Ravasco. A certidão conhecida de batisado do Padre Vieira pode não ser autêntica". [João Lúcio de Azevedo (História de Antônio Vieira, pág. 13, 2.ª edição) diz ter Ravasco vindo ao Brasil em 1609, regressando com licença a Portugal em 1612, e retornando à Bahia em 1614 juntamente com a mulher e o filho único, (Antônio Vieira) então com seis anos de idade].

(4) Jaboatão. Nota aditiva do Catálogo Genealógico, *in* Rev. Inst., tomo 52, parte 1.ª, pág. 495.

(5) Catálogo Genealógico, *in* Rev. Inst., tomo 52, parte 1.ª, pág. 261.

viera aos 8 [1] anos de idade, em 16.... devia estar na terra Cristóvão Vieira Ravasco [2], se como é possível, não viesse junto.

Já se vê pois que a idade suposta de João Ramalho não é exagerada, quando êle em 1564 alegava (segundo Azevedo Marques) que não podia exercer o cargo de vereador "por ser homem velho que passava dos 70 anos".

Em conclusão:

Deve-se crer que João Ramalho deixou o testamento a que alude frei Gaspar de Madre de Deus enquanto não aparecerem documentos autênticos que provem que sua morte foi antes de 3 de maio de 1580.

---

(1) Vide nota da pág. anterior. (3).

(2) Vieram juntos, conforme se vê em João Lúcio de Azevedo, em 1614. Vide nota 3, da pág. anterior.

CAPÍTULO V

ANOS DE IDADE E ANOS DE BRASIL

O ano de chegada de João Ramalho à capitania de São Vicente é questão muito intrincada e ainda não resolvida por ninguém.

Os anos de vida brasileira e os de idade que lhe são atribuídos, não são dados precisos que possam merecer plena fé, ainda partindo do mais autorizado testemunho.

Nos antigos escritores de cartas e relações de ocasião, vê-se sempre que empregam dez anos mais, dez anos menos para indicarem uma data ou idade aproximada.

Por isso, tudo quanto por ora se conhece sôbre o ano da vinda e a idade de João Ramalho não passa do mais ou menos.

Os testemunhos são:

O tabelião Pero Capico, no auto de posse da sesmaria de Pero de Gois, datado de São Vicente a [15] de outubro de 1532, declara que Ramalho e Antônio Rodrigues estavam na terra "de 15 e 20 anos" (1), enfim como o testemunho não é bem claro, ambos entre 1512 e 1517.

Pero Correia, em 1551, diz que Ramalho estava há 40 anos na terra; logo desde 1511.

Diogo Jácome, em 1551, informa que Ramalho estava há "20 ou 30 anos" em "pecado mortal", que se deve tomar como na terra; logo chegara entre 1521 e 1531.

Schmidel em 1553 dá-lhe 40 anos de assistência na terra; logo temos a chegada em 1513.

Anchieta em 1554 acusa-lhe quase 50 anos de terra brasileira; logo a vinda data de 1504.

---

(1) Ora, pelo modo de dizer — 15 e 20 anos — parece que se deve entender que o 1.º Ramalho, tinha uns 15 anos de terra e o 2.º, Rodrigues, uns 20, a menos que não haja êrro de cópia ou impressão, trocando-se o *a* por *e*, o que daria *de 15 a 20 anos* de terra a ambos.

Azevedo Marques grifa os dizeres, o que não gostei muito. Dado o caso de ser *exatamente como está em Azevedo Marques*, conclui-se que o tabelião quis dizer que Ramalho e Rodrigues não chegaram juntos, o que entretanto parece mais provável.

Baltazar Fernandes, em 1568, alude que Ramalho tinha de terra 60 anos; logo viera em 1508.

Êstes são os contemporâneos.

Agora temos mais dois escritores dos XVII e XVIII séculos, um que bebeu em fontes jesuíticas, outro em informações colhidas na própria capitania.

Vasconcelos nos sucessos de 1553 dá a entender que Ramalho estava na terra há 40 anos; logo deveria ter chegado em 1513.

E Taques, que oferece em si próprio divergência, porque não cuidou do assunto, diz que Ramalho chegara quase 30 anos antes de Martim Afonso "em 1531"; logo viera mais ou menos em 1501. Recapitulando êstes testemunhos temos João Ramalho chegado em 1501 (Taques), 1504 (Anchieta), 1508 (Baltazar Fernandes), 1511 (Pero Corrêa), 1512-17 (Pero Capico), 1513 (Schmidel e Vasconcelos), 1512-31 (Diogo Jácome).

Pelo testemunho de Baltazar Fernandes, de 1568, tomando rigorosamente os 60 anos de assistência na terra e no máximo os quase 100 anos de idade, João Ramalho em 1580 deveria contar 72 anos de Brasil e 112 anos de idade. Dêstes 112 anos ainda sofrem alguma dedução, porque os anos de terra acusados pelo padre não são dados que se possam precisar tin-tin por tin-tin.

Como se vê, Baltazar Fernandes, em 1568, regula-lhe quase 100 anos. Admitindo-se rigorosamente então essa idade, morrendo em 1580 mais ou menos, teria 112 anos no máximo, idade que não sendo despropositada, está de acôrdo com a do tal homem que morreu com 100 e tantos anos de idade, como indicam Vasconcelos e Franco. Êste homem como já disse, não é outro senão João Ramalho.

Segundo Anchieta, João Ramalho em 1554 tinha uns 50 anos de terra brasileira e reunidos aos seus 30 anos que devia ter quando aqui chegou, como presume Cândido Mendes [(Rev. Inst., tomo 40-II, pág. 359)] contaria então nada menos de 76 anos de idade.

Em 1564, quando Ramalho fôra eleito Vereador de São Paulo, declarando que não aceitou o cargo porque era homem velho que passava de 70 anos, teria por conseguinte 86 de idade.

Em 1568, data da carta de Baltasar Fernandes, deveria contar 90 anos de idade.

Em 1580, data do testamento, 112 anos de existência.

Agora quanto aos anos de assistência.

Segundo Anchieta, João Ramalho em 1554 tinha uns 50 anos de vida brasileira, logo em 1568, deveria contar 64 e em 1580, 76 anos.

Segundo Pero Correia, que já devia estar na capitania desde 1532, dá-lhe, em 1551, 40 anos de terra; logo chegou em 1511.

Em 1551 tinha 40 anos de terra, em 1568, 57 anos, em 1580 69 anos de assistência.

[Baltazar Fernandes dá-lhe, em 1568, 60 anos de terra brasileira, logo em 1580 deveria contar 72 anos de assistência no Brasil].

Taques, que porém não serve de autoridade neste ponto, porque o tratou descuidadamente, diz que Ramalho estava na terra quase 30 anos antes de Martim Afonso "em 1531"; logo devia ter chegado em 1501 e cotna rentão, com uns 30 com que veio, nada menos de 60 anos de idade. Em 1564 deveria ter 93, em 1568, 97, e em 1580, 109 anos de idade.

Deduz-se pois que em 1580, os "alguns noventa anos" que declara Ramalho ir orçando de Brasil, pode-se considerar:

Segundo Pero Corrêa — [69 anos de assistência].

Segundo Anchieta — [76 anos].

Segundo Baltazar Fernandes — [72 anos].

E segundo Taques, que dá a época extrema em que podia ter vindo Ramalho, [109 anos de vida no Brasil].

Cândido Mendes, (pág. 230) diz que frei Gaspar cria a individualidade de Antônio Rodrigues para companheiro de João Ramalho, e a ambos faz protetor de Martim Afonso.

Azevedo Marques (1) diz que Antônio Rodrigues era companheiro de João Ramalho, residia em Tumiaru, "terreno fronteiro à ilha de São Vicente". "Em sua residência de Tumiaru, e já idoso, foi lembrado e exerceu o lugar de almotacé de São Vicente, tomando posse a 4 de agôsto de 1543".

Azevedo Marques (2) cita e publica (3) "o auto de posse da sesmaria concedida por Martim Afonso a Pedro de Gois, posse dada em 1534 (aliás 1532) (4) pelo tabelião, em que diz: "e levei

---

(1) Apontamentos, vol. I, pág. 32.

(2) Obra citada, vol. II, pág. 27.

(3) Idem, pág. 170.

(4) O instrumento de posse é datado de São Vicente a 15 de outubro de 1532. A carta de sesmaria é datada de Piratininga a 20 de outubro de 1532, feita pelo escrivão Pero Capico.

comigo a João Ramalho e Antonio Rodrigues, línguas destas terras já de quinze e vinte anos estantes nestas terras, etc."

E quase no fim: "Testemunhas que a tudo foram presentes o sobredito João Ramalho, Antônio Rodrigues e Pedro Gonçalves, que veio por homem de armas nesta armada, que veio por capitão-mor o dito Sr. Governador, as quais assinaram no livro do tombo, etc.".

Já se vê que Antônio Rodrigues não é um mito.

CAPÍTULO VI

DUARTE PERES, O BACHAREL DE CANANÉIA

"1527. E de aqui fuemos à tomar [refresco] en S. Vicente que esta en 24 grados, e alli vive un Bachiller e unos Yernos suyos muchos tiempo ha que bien 30 años, é allí estuvimos hasta 15 de Enero del año seguiente de 27 é aqui tomamos mucho refresco de carne e pescado e de las vituallas de la tierra para provision de nuestra nave, é agua é leña é todo lo que ovimos menester, é compre de un yerno deste Bachiller un vargantin que mucho servicio hos hizo, e mas el proprio se acordo con nosotros de ir por lengua al rio y este Bachiller con sus Yernos, y hicieron comigo una carta de fletamiento paraque las truxese en España con la nao grande *ochocientos* esclavos, é yo la hice con acuerdo de todos mis officiales é contadores é tesoreros que allegando en el rio mandassemos la nao porque la nao no podia entrar en el rio, porque muchas vezes les dixe al Conde D. Fernando e a los yactores que hicieron el armada, que aquella nao podia entrar en el rio que era mui grande, e ellos no quisieron sino hacermela llebar cargada con esclavos e si lo hice que así la mandé cargada de esclavos, porque ellos no hicieron ni me dieron la armada que S. M. mando que me diesen, e lo que con ellos yo tenia capitulado, concertado e assentado e firmado de S. M., mas antes hicieron lo contrario que me dieron la nao grande e no conforme à lo que S. M. mandava, e no me la dieron en tiempo que les fue mandado por S. M. que me la diesen entrando Setiembro, e ellos me la dieron mediado Enero que no me podia yo aprovechar della porque aqui V. M. lo vera por esta navegacion y esta una gente alli con el Bachiller que comen carne umana y es mui buena gente amigos mucho de los Christianos que se llaman Topies [1].

Mas adiante ainda se refere ao bacharel quando diz: "e tornamos a nuestro navio à donde se quedava haciendo el otro vergantin, é luego acordamos todos mis officiales de la mandar fuera

---

(1) Carta de Diego Garcia, publicada na Rev. Inst., tomo XV, págs. 9-10.

del rio la nao que estava en grande peligro de las Gurupadas que en aquel tiempo ay en aquel rio, e mas que fuese a cargar los esclavos del dicho Bachiller que tenia fletados para en España, é daria nuebas como Sevastian Gavoto estava en el rio, é luego la nao hizo vela é fuese fuera del rio à S. Vicente à esperar mi respuesta en aquel puerto de S. Vicente, é luego mandé à los otros navios que luego se fuesen à donde estavan los navios de Sevastian Gavoto, etc." (1).

"Sábado 12 dias do mês de agôsto (1531), com o vento nordeste, fazíamos o caminho do essudoeste; e ao meio dia vimos terra e reconhecemos ser a ilha de *Cananéia*: e fomos surgir entre ela e a terra. Desta ilha ao norte duas léguas se faz um rio mui grande na terra firme (2). Por êste rio arriva mandou o capitam I. hum bargantim; e a Pedro Anes Piloto, que era língua da terra, que fôsse haver fala dos índios.

"Quinta feira 17 dias do mês de agôsto veio Pedro Anes Piloto no bargantim, e com êle Francisco de Chaves e o bacharel, e 5 ou 6 castelhanos. Êste bacharel havia 30 anos que estava degradado nesta terra, e o Francisco de Chaves era mui grande língua desta terra. Pela informação que dela deu ao capitam I. mandou a Pero Lobo com 80 homens, que fôssem descobrir pela terra dentro; porque o dito Francisco de Chaves se obrigava que em dez meses tornara ao dito pôrto, com 400 escravos carregados de prata e ouro. Partiram desta ilha, ao 1.° dia de setembro de 1531, os 40 besteiros e os 40 espingardeiros. Aqui nesta ilha estivemos 44 dias" (3).

São os dois únicos testemunhos coevos que nos dão notícia da existência de um bacharel nas costas de São Vicente logo depois do descobrimento do Brasil.

Segundo Diego Garcia, a tomarmos a data em que o encontrou, ali vivia desde os anos de 1497; mas se diz que sua carta foi escrita em 1529, 1530 ou 1531, e que de uma destas datas se devem descontar os "bien 30 años". Assim, pela última data estava pelo ano de 1501.

E segundo Pedro Lopes estava igualmente na terra desde cêrca de 1501.

O certo é que os mesmos quase 30 anos de assistência na terra aparecem nos dois documentos e há certo acôrdo de tempo;

---

(1) Carta de Diego Garcia, já citada, págs. 11-12.

(2) "É o rio de Iguape" diz Varnhagen *in Diário de Pero Lopes*, ed. de 1839, pág. 92.

(3) *Diário de Pero Lopes*, págs. 28-29.

logo o bacharel visto em São Vicente é o mesmo encontrado quatro anos depois em Cananéia.

Herrera ([1]), que devia conhecer a carta de Diogo Garcia, escreve:

"*Año de 1527. El piloto Diego Garcia, Portugués, com 1.ª* armada que llevava, se hallo en los baxos que llaman de Abre el ojo (Abrolhos), que están en 17 grados en la costa del Brasil, en fin del año pasado: y saliendo de alli fué à la baya de San Vicente, que está en *24* grados, adonde llegó à *15* de *Enero:* y un Bachiller Portugués le dió mucho refresco de carne, pescado, y vitualla de la tierra, por su dinero: y un yerno suyo se concertó con Diego Garcia de ir por lengua al Rio de la Plata".

E mais adiante: "Volvióse Diego Garcia à sus naos, y determino de embriar la mayor fuera del rio (da Prata), diziendo que estavan en gran peligro de las Gurupadas, que en aquel tiempo avia: tomandolo por ocasion para aprovecharse del flete que avía de pagar el Bachiller Portugués por el porte de *ochocientos* esclavos, que avía concertado de traerle à Portugal, etc.".

O historiador espanhol diz que o bacharel era português, o que não diz Diego Garcia, e como se vê não fala porém no tempo que tinha de assistência na terra.

Ayres de Casal, na *Corographia Brasilica*, ed. de 1817, tomo I, pág. 50, referindo-se à viagem de Diego Garcia, pelo testemunho de Herrera, quis descobrir o nome do bacharel e achando que fôsse ou João Ramalho ou Antônio Rodrigues, que Martim Afonso ali encontrou cinco anos depois.

Casal, que não tinha senão as obras de Herrera e de frei Gaspar, *foi pois o primeiro que propôs* a questão, procurando resolvê-la.

Varnhagen, publicando pela 1.ª vez a carta de Diego Garcia e o Diário de Pero Lopes viu confirmado o testemunho de Herrera e começou a estudar quem era este bacharel português, degradado, com quase 30 anos de terra brasileira em 1531.

Em nota ao *Diario*, publicado em 1839, pág. 92, [nota 31] escreve o historiador: "Por tanto [estava lá desde 1501; e foi ali deixado por Gonçalo Coelho; — possibilidade que vai em harmonia com a narrativa de Américo (como dissemos na nota 22, [24] pág. 90), que diz haver-se a armada refeito de provisões nestas alturas. Quem seria o tal bacharel (que seguramente foi o mesmo, que por aquela altura (*R. dos Inocentes*) encontrara cinco

(1) Hist. gen. de las Indias Occid., dec. IV, liv. I, cap. 1. págs. 1-2.

anos antes o português Diogo Garcia, segundo a narração de Herrera), e qual era o seu nome, não sabemos; mas deve ter sido ou João Ramalho, ou Antônio Rodrigues, ou em último caso, o Duarte Peres, de Charlevoix (Frei Gaspar, pág. 86)"] e em outra nota, (24 pág. 90): ["O bacharel de que fala Pero Lopes, pág. 29, e diz que estava degradado havia 30 anos, isto é, desde 1502, serve de confirmação e narração de Américo. Seria o pôrto da Cananéia aquêle fora do trópico de Capricórnio, onde fizeram aguada e provisão de lenha para seis meses, deixaram ali o bacharel, e assentaram logo ao sul o padrão, de que dá notícia Soares P. 1.ª Cap. 65; e êste será porventura o mesmo mencionado por frei Gaspar, e do qual Cazal (Tomo 1.° pág. 227) nos informou... *"sôbre umas pedras está um padrão de mármore europeu, com quatro palmos de comprimento, dois de largo, e um de grossura, e as armas reais de Portugal sem castelos, etc."*. Fôra bom verificar se é de 1502 ou 1503... No mapa citado de 1508 lê-se neste lugar: *R. de Camanor* talvez por Cananéia"].

O trecho de Charlevoix acusado por frei Gaspar é êste: ["Sendo arruinada a Tôrre de Caboto (1) pelos índios timbués, Rui Moschera lhe havia feito alguma reparações; mas desesperado de se não poder ali conservar com a sua tropa em uma *pequena embarcação,* que ali conservava, e desceu o rio até o mar, e seguiu a costa do norte; e descobrindo pela latitude de 32 graus um pôsto cômodo, entrou, e nele fundou uma pequena fortaleza, e achou os naturais do país bem dispostos a fazerem aliança com êle, e semeou logo um terreno, que lhe pareceu fértil. Poucos dias depois um cavalheiro português chamado Duarte Perez, que havia sido degradado naquela vizinhança, se lhe veio unir com a sua família".

"Duarte Peres não esteve muito tempo em socego, porque recebeu uma ordem do Capitão general do Brasil, em que o mandava voltar ao seu degredo, e dizer a Rui Moschera, que, se queria ficar onde estava, devia prestar juramento de fidelidade a El-Rei de Portugal, a quem pertencia todo aquêle país. Peres obedeceu; mas Moschera respondeu de bôca, que a divisão da América não estava ainda regulada entre os Reis de Portugal, e de Espanha, e que enquanto o não era estava resoluto a se conservar no pôsto que ocupava (2). Faltavam-lhe armas, e muni-

(1) "Esta tôrre se chamava do Espírito Santo, e estava na entrada do rio, a que os espanhóis dão o nome de Terceiro, 30 léguas distante de Buenos Aires". (Nota de frei Gaspar).

(2) Mosquera esteve quase dois anos em Igua, ainda quando estava em São Vicente, Martim Afonso de Sousa.

ções; mas um navio francês, tendo vindo a ancorar nesta mediação de tempo na *ilha de Cananéia de fronte do seu forte*, creu poder aproveitar a ocasião para se meter em estado de defesa, se fôsse atacado. Embarca-se com todos os espanhóis, e duzentos índios em dois batéis, chega de noite ao navio francês, que rendeu, e desarmando a equipagem, a conduz à sua fortaleza".

"Poucos dias depois foi advertido que um corpo considerável de portuguêses vinha por mar a atacá-lo. Dispôs uma bateria de quatro peças de artilheria, que havia tirado de sua prêsa; fez novos entrincheiramentos no seu forte, e meteu uma parte de sua gente em emboscada em um bosque, que cobria o lado do mar. Os portuguêses eram oitenta, seguidos por um exército de índios, e iam tão confiados no bom sucesso, como iria um grande juiz a prender um bando de ladrões: esta confiança se aumentou vendo que se lhes não disputava o desembarque: passaram o bosque sem obstáculo; mas apenas descobriam o forte, se acharam expostos aos tiros de sua artilharia, e carregados pela retaguarda pelos da emboscada, que os haviam deixado passar. O medo se apoderou dos índios, e se comunicou com os portuguêses: todos se dispersaram, e à reserva dos que haviam fugido, todos os que escaparam do canhão, foram passados à espada".

"Moschera não satisfeito desta vitória, embarcou-se com uma parte dos seus valentes, e um grande número de índios nas embarcações, em que tinham vindo os portuguêses, e navegava a fazer um desembarque no pôrto de São Vicente: êle saqueou a vila e os armazéns d'El-Rei com tanta facilidade, que os portuguêses, descontentes do Governador, se uniram a êle".

"Compreendeu o dito Moschera muito bem, que os seus bons sucessos, longe de firmarem o seu estabelecimento, não serviriam mais que de virem atacar fôrças que êle não pudesses resistir, pelo que transportou a sua pequena colônia para a ilha de Santa Catarina, *aonde imaginava, que o não viriam inquietar;* mas não esteve ali muito tempo; porque em 1537 chegou a Buenos Aires com tôda a sua colônia, que tinha em Santa Catarina, e muitas famílias de índios, que se lhe haviam unido" ([1]).

A tradução é a própria devida ao beneditino. O trecho original publicado na edição francesa da "Histoire du Paraguay", Paris, 1751, 1 tomo, págs. 50-53 é o seguinte:

["Tandis que les choses se passoient ainsi chez les Timbuez, les Espagnols, qui étoint restés avec Moschera, avoient fait quel-

(1) Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brasil, Lisboa, 1797, págs. 86-88.

ques réparations à la Tour de Cabot; mais ils dèsespérerent bientôt de pouvoir s'y soutenir contre des Indiens, que leur perfidie rendoit irréconciliabres avec leur Nations. Moschera ne crut donc point avoir d'autre parti á prendre, que de s'embarquer avec sa Trouppe sur um petit Bâtiment que étoit rasté à l'ancre. II descendit de Fléuve jusqu'à la Mer; il fantea enfuite la Côte, & aiant apperçu, vers les trente-deux degrés de latitude, un Port commode, il y entra, & y bâtit une petite Forteresse. Il trouva les Naturels du Pais assez bien disposés à faire alliance avec lui, & il y ensemença un terrein, que lui parut fertile. Peu de jours après un Gentilhomme Portugais, nommé Edouard Perez, que avoit été exilé dans le voisinage, vint le joindre avec sa Famile, & il le reçu très bien".

"Perez n'y fut pas long-temps paisible; il reçut du Capitaine général du Brésil un ordre de retourner au lieu de son exil, & par la même vois, il fut déclaré á Moschera, que s'il vouloit rester ou il étoit, il falloit qu'il commençât par prêter ferment de fidélité au Roi de Portugal, à que tout se Pais appartenoit. Perez obéit; mais Moschera répondi de bouche, que le partage des Indes n'etoit poin encore réglé entre les Rois leurs Maîtres, & que jusqu'à ce qu'il le fût, il étoit bien résolu de se maintenir dans le poste qu'il occupoit. Il manquoit cependant d'armes & munitions; mais un Navire François était venu fur ces entre faites muiller un ancre à l'Ile de la Cananée, vis-à-vis de son Fort, il crut pouvoir profiter de l'occasion pour se mettre en état de se défendre, s'il étoit attaqué. Il s'embarqua avec tous ses Espagnols & deux cens Indiens, dans deux Bateaux, aborda pendant la nuit le Navire François, s'en rendit Maître désarma l'Equipage, & le conduisit à son Fort".

"Peu de jour après, il fut averti qu'un Corps considérable de Portuguais venoit par Mer pour l'enlever, & sur le champ il dressa une baterie de quatre Piéces de canon, qu'il avoit tirées de sa prise; il fit de nouveaux retranchemens à son Fort, & plaça une partie de ses gens en embuscade dans un Bois, que le couvroit du coté de la Mer. Les Portugais étoient au nombre de quatre-vingt, & avoient à leur fuite une Armée de Brasiliens. Comme ils croieient n'avoir à faire qu'a une poignée d'Espagnols nouvellement debarqués & manquant de tout, ils alloient à cette Expedition avec la même confiance, qu'un grand Prevôt, chargé d'arrêter une bande de Voleurs; & elle augmenta, lorsqu'arrivés au Port, ils ne virent personne, que se mît en devoir de leur disputer la descente; ils passerent même le Bois sans obstacle; amis à-peine avoient-ils

découvert le Fort, qu'ils se virent en même temps exposés au canon de la Place, & pris en queue par ceux qui le savoient laissés passer dans le Bois, sans se découvrir. La fraieur s'empara d'abord des Indiens, & se communiqua bientôt aux Portugais. Tous se débanderent; & á la réserve de ceux qui avoient d'abord pris la fuite, tous ceux, que le canon avoit épargnés, furent passés au fil de l'epée".

"Moschera ne borna point la sa victoire: il s'embarqua, avec une partie de ses Braves & un grand nombre d'Indiens, fur les Bâtimens qui avoient apporté ses Ennemis & alla faire une descente á S. Vicente. Il pilla la Ville & les Magasins du Roi, avec d'autant plus de facilité, que des Portugais mêmes, mécontent du Gouvernenment, se joignirent à lui. Il comprit néanmoins bientôt que ses succés mêmes, bien loin d'affermir son Etablissement, ne feroient qu'attirer sur lui des forces, aux-quelles il ne feroit en état de résister; & il transporta sa petite Colonie dans l'ile de Ste. Catharine, oú il ne demeura pas long-temps"].

Muitos anos depois, Varnhagen na Hist., 1.ª ed., tomo I, pág. 20, referindo-se à frota que veio ao Brasil em 1501 da qual era pilôto e cosmógrafo Américo Vespúcio, escreve:

"Na Cananéia, palavra talvez lembrada pela abundância da terra em que as caravelas se proveram de bastimentos, foi deixado para cumprir degredo um *bacharel*, cujo nome não nos transmite a história, mas que ainda ali vivia trinta anos depois, e se pode considerar haver sido o terceiro colono português que habitou nesta vasta região".

E em nota, na pág. 425, acrescenta: "Quanto ao nome do degradado cumpre-nos dizer que um bacharel Gonçalo da Costa levou Cabot consigo de Cananéia; e como isso não obsta a que êle regressasse, pode ser que fôsse o mesmo encontrado por Pero Lopes. Em São Vicente havia pouco depois outro bacharel que chamavam mestre Cosme. Porém a crermos Charlevoix o nome do dito bacharel degradado deveria ser Duarte Peres, companheiro de Mosquera, segundo o escritor jesuíta".

Mas na 2.ª edição da História Geral, pág. 83, o Visconde de Pôrto Seguro substitui o trecho do corpo da sua obra por êste: "Do pôrto de São Vicente passou a esquadrilha ao da Cananéia, no qual deixou degradado um bacharel português, que aí vivia trinta anos depois. Propendemos a crer que seria êste o próprio bacharel Gonçalo da Costa, que ali veio a ser encontrado por Cabot".

E em nota acrescenta: "Não havemos podido legitimar o nome de Duarte Peres, que dá um escritor do século passado (Charlevoix) a certo bacharel degradado nessas paragens, de que faz menção, sem alegar títulos convincentes".

Depois em nota final, pág. 605, escreve: "Em nossa opinião existiram, de princípio, na antiga capitania de São Vicente, dois diferentes colonos portuguêses, ambos com descendência".

"Um era bacharel e fôra deixado degradado, mui provàvelmente pela frota de 1501; visto que Pero Lopes, que em 1531 diz ao encontrá-lo perto de Cananéia, que ali estava havia trinta anos".

"Êste bacharel percorria, com os seus Índios, tôda a costa vizinha para o norte e para o sul; pois tudo nos induz a crer que seria o mesmo encontrado quatro anos antes por Diego Garcia, embora já então avalie nos mesmos trinta anos (que ha bien 30 años) o dito tempo de residência, quando contratou com êle o acompanhá-lo ao Rio da Prata, e o fornecer-lhe 800 índios escravos para mandar a Espanha".

"O outro era o bem conhecido João Ramalho, que habitava e dominava nos elevados campos vizinhos à atual cidade de São Paulo.

"Nem se diga que êste mesmo João Ramalho seria o próprio designado como bacharel, por que seria êste nome uma sua alcunha (1). O último dêstes dois escritores diz positivamente: "Ali vive un bachiller"; o que não pode dar lugar à dita interpretação, talvez admissível no texto de Pero Lopes. Demais: sabemos que Cabot também veio a encontrar, por essas mesmas alturas, um pouco mais ao sul, a um bacharel, cujo nome nos é revelado ser Gonçalo da Costa, conforme publicamos na pág. 83 do 1.° vol. da nova edição da *Hist. Geral*".

---

(1) Se João Ramalho fôsse conhecido pelo nome de bacharel, título ou alcunha, era mais provável que os jesuítas e outros documentos não se esqueceriam de empregá-lo, citando-o juntamente com o nome.

Alcunha não era porque Diego Garcia, como já lembrou Pôrto Seguro, diz claramente: "alli vive un Bachiller". Pôrto Seguro pelo exame que fez nas vereanças da Câmara da Vila de Santo André de 1555 a 1558, conclui: "Não sabia escrever, e por seu sinal usava de um risco com volta de ferradura aberta para o lado esquerdo, em que dizia o seu nome de batismo, seguindo-se o apelido". *In* Rev. Inst., tomo II, 1840, pág. 527.

Na segunda edição da *Hist. Ger.*, pág. [605] ainda acentua mais particularmente que nas vereanças da Câmara de Santo André de 1555 a 58 "se encontra o seu nome assinado de *cruz*, ou antes com uma simples risca em forma de ferradura (sendo as palavras do seu nome em letra do escrivão), prova de como não sabia escrever e que por conseguinte não seria bacharel".

Cândido Mendes, porém, chega à conclusão que João Ramalho era "de feito um homem de letras, embora não as houvesse mais cultivado em seu longo degredo (1502-1532) e na convivência com selvagens". *In* Rev. Inst., tomo 40, pág. 244.

Varnhagen, não declara a fonte em que achou que João Ramalho não é o bacharel de Cananéia, mas Herrera fala de Gonçalo da Costa, não diz que êle fôsse o bacharel.

Eis o texto do historiador espanhol, referindo-se aos sucessos de 1531:

"Fué informada la Reyna, que el Rey de Portugal avia escrito à Sevilla, à um Portugués llamado Gonçalo de Acosta, que avia estado muchos años en la província del Brasil, entre los Indios, y se vino com Sebastian Gaboto à Castilla ofreciendole seguro, y mercedes, porque fuesse à Lisboa; y que aviendole perguntado muchas cosas del Rio de Solis, que dicen de la Plata, le rogaron que fuesse en una armada que se despachava para partes, haciendole crecidos partidos: y que por no dexarle bolver à Sevilla, para llevar su mujer é hijos, para dexarles en Portugal, si ausentó sin que nadie lo entendiesse: y que en aquella armada iran quatro cientos hombres, sin outros muchos que voluntariamente se embarcaron, para poblar, que segun se dezia, avia de ser en el Rio de la Plata; aunque tambien se tratava, que llevavan sin de echar los Francéses que se avian entrado en la costa del Brasil, y edificar algunas fortalezas en los puertos, para lo qual llevavan mucha artelleria: y que desde el puerto de San Vicente, que era de su distrito, pensavam entrar por tierra al Rio de la Plata: y que dos galeones de los que iran en esta armada, avian de bolver al Rio de Marañon, que dezian que caia en su demarcacion: y que iran en la armada una nave Capitana, dos galeones, y dos caravélas, muy bien artillada; y que irá en ella *Enrique Montes*, que avia muchos años que estava en aquellas partes" (1).

Quanto ao mestre Cosme era de fato bacharel, como se vê na carta de confirmação de sesmaria (1542) dada a Pedro Corrêa, depois jesuíta, carta publicada por Azevedo Marques, tomo II, pág. 99. Ali se chama duas vêzes — uma, mestre Cosme, bacharel e outra, o dito bacharel mestre Cosme.

Mas o próprio Varnhagen diz que "pouco depois" de Pero Lopes ter encontrado o bacharel de Cananéia, "outro bacharel que chamavam mestre Cosme" havia em São Vicente. Logo se pode entender que mestre Cosme viera com Martim Afonso, e que não pode ser o bacharel degredado, encontrado por Garcia em 1527 e por Pero Lopes em 1531. Pela carta de confirmação a Pero Corrêa vê-se que mestre Cosme teve terras de sesmarias dadas por Martim Afonso, e não parece provável que um degradado, logo ao chegar o donatário, tivesse sesmaria.

---

(1) Herrera, Dec. 4.ª, 1. X, cap. VI.

Gonçalo da Costa parece que não veio com Martim Afonso, se a êle se refere, como é muito provável, o seguinte final do trecho de *extensa carta* de *João Fernandes Lagarto* ([1]), de *Sevilha*, escrita a El Rei pelo ano de 1540, contando a sua vida e aventuras:

"E aqui soube dum capitão que se chama João Cabeça de Vaca que foi cometido de Cristóvão de Faro ([2]) burgalês que fôsse a *descobrir ao rio* dos Bacalhaus o que disse d'El Rei de França e que tinha licença do Conselho das Índias e êle me disse que não quisera por ser coisa duvidosa e partiu daqui haverá oito dias ([3]) para o Rio da Prata, e leva segundo me êle disse trezentos homens e duzentos cavalos e éguas e lá estão quinhentos homens e vai por governador e diz que é já sabido a serra onde há o ouro e prata que são *quatro centas léguas* do pôrto do rio da Prata e tem o Conselho grande certeza disso pelos que lá estão e por um homem velho que de lá veio e *torna por tesoureiro e*... (falta na cópia) se velho e doente não quis senão ir e lhe davam nesta cidade de Sevilha dois mil cruzados pelo ofício e não quis senão ir pela certeza que tem do muito ouro e prata que lá há e assim um Rio como o outro ambos tocam à Vossa Alteza me parece".

Os Comentários, cap. XII, no trecho referente a Gonçalo da Costa, alude a um Francisco ([4]), "criado de Gonzalo de Acosta" e no mesmo período ao índio Francisco ([5]) "que fué criado entre cristianos".

---

(1) Lagarto dando razão de seu apelido escreve: "A mim me chamam João Fernandez Lagarto não porque alcunha me pertença mas porque me tomou um lagarto dos grandes de guiné e me houvera de comer e livrou-me o Senhor Deus por sua misericórdia e o povo chamou-me lagarto e não me queixo do m'o chamarem mas como andei por terras estrangeiras porque não o quis por o nome que conhecessem me chamei João Pacheco que é alcunha de minha linhagem e geração".

(2) Êste Cristóvão de Faro parece ser o mesmo a que se refere o Embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos em carta a El-Rei datada de Medina do Campo a 24 de outubro de 1531, quando escreve tratando de negócios do Rio da Prata: "Cristóvão de Faro é um dos que entedem neste negócio, a saber, na armada que se a de fazer com certos partidos que ainda não posso saber". Mss. da Bibl. Nac.

(3) Por aqui se vê que a carta foi escrita oito dias depois da partida do adiantado Álvaro Nuñez Cabeça de Vaca, que partiu de Sevilha em 1540. (Comm., cap. I). A Bibl. Nac. do Rio de Janeiro possui cópia moderna em um vol. de doc. do XVI ao XVIII passou a Coruña e daí a Santiago e depois a Salamanca, onde esteve oito meses e ao escrever tinha daí passado à Sevilha, onde estava há dois meses.

(4) Não se pode deduzir que o Gonçalo da Costa estivesse entre os presentes, vê-se ao menos que o fato do índio ter sido seu antigo criado e pode ser que o seu nome tenha sido lembrado por êle ou que Gonçalo da Costa já era conhecido pela gente do adiantado Cabeça de Vaca.

(5) "... al cual dió rescates por que el se ofreció à ir com ellos hasta el lugar de Francisco, criado de Gonzalo de Acosta".

No capítulo LXXIV, vem acusado um "Diego de Acosta, lengua portugués" como um dos que prenderam Cabeça de Vaca em Assunção quando voltava de uma expedição ao interior do país.

As qualidades de língua e português parece indicar que em vez de Diego seja Gonçalo, que se revoltou com o adiantado por que talvez não havia entrado mais pelo sertão para descobrir ouro e prata, conforme a minha suposição.

Gusmão (Argent., lib. II, cap. V) refere que um Acosta, português, foi nomeado pilôto de caravela que ia para a Espanha, depois da prisão de Cabeça de Vaca, que sem se esperar fôra também nela em 1544.

A idéia de pilôto quer dizer que já era prático na navegação.

Gusmão não parece ter visto os *Comm.* de Cabeça de Vaca; (já impresso em 1555) — seu pai testemunha de todos os acontecimentos seria por ventura o informante do que narra.

Temos pois indícios que Gonçalo da Costa deve ser o velho ambicioso, de Sevilha, vindo com Cabeça de Vaca [1], como diz Lagarto.

Rui Dias de Gusmão na sua *Argentina* escrita em 1612 e publicada pela primeira vez em 1836 por Pedro de Angelis, nos mostra claramente a identidade do Bacharel encontrado por Diogo Garcia em 1527 e Martim Afonso de Sousa em 1531, com Duarte Perez igualmente encontrado em Cananéia, pelos anos de 1532-34 (bacharel português, degredado, com família...) e resolve a questão.

Angelis estuda as obras naquele tempo que podia ter consultado Gusmão e chega à conclusão que êle não conheceu Schmidel, porque então só existia as duas edições no original alemão, e as duas traduções latinas, línguas que não devia saber Gusmão; não devia conhecer a obra de Herrera, porque apesar de começada a publicar em 1601 só terminou a obra em 1616.

O que podia conhecer Gusmão, segundo Angelis, era a *Argentina,* poema de Centenera publicado em 1602, [os *Commentarios de*] Garcilaso de la Vega, publicados em 1609. E [*os Comtarios* de Pedro Fernandes sôbre] Cabeça de Vaca, publicados em 1555.

---

(1) De fato, Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, saiu de Sevilha em 1540 para o Rio da Prata, como adiantado e governador (Comm. cap. I) com cavalos (cap. I) e éguas (cap. VI). Cabeça de Vaca, segundo Herrera, (Dec. VII, lib. II, cap. VIII), esteve em Sevilha, onde comprou duas naus e uma caravela e partiu de Cadiz a 2 de novembro de 1540.

Gusmão não conhecia a navegação de Diego Garcia nem o Diário de Pero Lopes, tanto que não fala na sua obra, prova que não conhecia Herrera.

Gusmão diz explicando a razão da sua obra que: ["no quedando de ellos (descubrimientos, poblacion y conquista de las Províncias del Rio de la Plata) mas memoria que una fama comun y confusa de su lamentable tradicion, sin que hasta ahora haya habido quien por sus escritos nos dejase alguna noticia de las cosas sucedidas en 82 años, que hace comenzó esta conquista..." e, mais adiante: "que luego me dispuse à inquirir los sucessos de mas momento que me fué posible, tomando relacion de algunos antiguos conquistadores, y personas de crédito, con otras que fué testigo, hallandome en ellas, en continuacion de lo que mis padres y abuelos hicieron en acrescentamiento de la Real Corona..." e terminando: "En todo he procurado satisfacer esta deuda con la narracion mas fidedígna que me fué posible: por lo cual suplico humildemente a todos los que la leyéren, reciban mi buena intencion, y suplan con discrecion las muchas faltas que en ella se ofrecieren"].

Eis o capítulo da "Argentina" que nos descobre quem era o bacharel de Cananéia:

["Vuelto que fué el capitan Mosquera y sus cuarenta soldados que con él salieron en el bergantin à buscar comida por aquel rio, entraron en la fortaleza con el llanto y sentimiento que se puede imaginar, viéndolo todo asolado, y los cuerpos de sus hermanos y compañeros hechos pedazos; derramando muchas lágrimas les dieron sepultura lo mejor que pudieron: y no sabiendo la determinacion que pudieran tomar entraron en consejo sobre ello y resolvieron de irse al Brasil, costa á costa, en el mismo bergantin, pues no podian hacer otra cosa, aunque quisiesen ir á Castilla; porque el navío estava rajado de las obras muertas para poder navegar con él por aquel rio, á remo y vela: y puesto en efecto su determinacion, se hicieron a la vela bajando por las islas de las dos Hermanas, y entrando por el rio de las Palmas atravessaron el golfo del Paraná, tomando la isla de Martin Garcia, y deallí à San Gavriel, yendo à desembocar por junto à la de los Lobos, saliendo al mar ancho, y costeando al Nordeste llegaron a la isla de Santa Catalina, y pasando de San Francisco ála barra del Paranaguá, llegaron ála Cananea, y corriendo la costa tomaron un brazo y bahia de mar que alli hace, llamado Igua, veinte y cuatro leguas de San Vicente, donde surgieron y tomaron tierra, por ser agradable vista sus salidas: allí determinaron hacer asiento,

para lo cual trabaron amistad con los naturales de aquella costa, y con los portugueses circunvecinos, con quienes tenian correspondencia. Hechas, pues, sus casas y sementeras, vivieron dos años en buena conformidad, hasta que un hidalgo portugués, llamado el *bachiller Duarte Perez,* se les vino á meter con toda su casa, hijos y criados, despechado y quejoso de los de su propia nacion; el cual habia sido desterrado por el rey D. Manuel á aquella costa, en la que habia padecido innumerables trabajos por lo que hablaba con alguna libertad, mas de la que debia; de lo cual resultó que el capitan de aquella costa le envió á notificar que fuese á cumprir su destierro á la parte y lugar donde por su rey fué mandado, y por el conseguinte los castellanos que allí estaban, fueron requeridos que si querian permanecer en aquella tierra, diesen luego obediencia á sua rey y Señor, cuyo era aquel distrito y jurisdiccion; y en su nombre al gobernador Martin Alfonso de Sosa: donde no, dentro de treinta dias dejasen aquela tierra, saliendose de ella, só pena de muerte y perdimiento de sus bienes. Los castellanos respondieron que no conocian ser aquella tierra de la corona de Portugal, sino como dela de Castilla, y con tal estaban allí poblados en nombre del emperador D. Carlos, cuyos vasallos eran. De estas demandas y respuestas vino á resultar muy grande disconformidad entre los unos y los otros; y en este tiempo sucedió el llegar á aquella costa un navio de franceses corsarios, los cuales llegados á Cananea entraron en aquel puerto, y siendo los castellanos avisados se determinaron de acometer al navio, y cogiendo dos marineros que habian saltado á tierra á tomar provision de los indios, una noche muy obscura cercaron el navio con muchas canoas y balsas enque iban mas de 200 flecheros, y llevando consigo los dos franceses les dijeron que dijesen que venian con el refresco y comida que habian salido á buscar y que no habian de que recelarse porque estaba todo muy quieto; con lo cual los asseguraron y fueron echados sus cabos en el navio, mientras acababan de llegar las canoas para echar arriba suas escalas, y saltando dentro los castellanos é indios repentinamente, pelearon con los franceses, y los rindieron, y tomaron el navio con muchas armas y municiones y otras cosas que traian, con cuyo suceso quedaron los españoles muy bien pertrechados para cualquier acaecimiento: y passando adelante la discordia que los portugueses con ellos tenian, determinaron de echarlos de aquella tierra y puerto, castigándolos con el rigor que su atrevimiento pedia. De esta determinacion tuvieron los castellanos aviso; y así trataron entre sí el modo que habian de para defenderse de los contrarios; y resueltos en los que habian de hacer, supieron como

dos capitanes portugueses venian de hecho con 80 soldados á dar sobre ellos, sin muchos indios que consigo traian con determinacion, como digo, de echarlos de aquel puesto, y quitarles sus haciendas, castigandoles en las personas; para cuyo resguardo los castellanos procuraron reparar y fortificar el puesto con sus trincheras de la parte del mar, por donde tambien les habian de acometer, donde plantaron cuatro piezas de artilleria, y haciendo una emboscada entre el puerto y el lugar, con 20 soldados y algunos indios de su servicio, como hasta 150 flecheros, paraque viniendo á las manos con los de la trinchera de improviso diesen sobre los contrarios. E neste tiempo llegaron los portugueses por mar y tierra, y puesto en buena orden marcharon para el lugar con sus banderas desplegadas, y passando por cerca de la emboscada llegaron á reconocer la trinchera, de la cual se les disparo la artilleria, y abriéndoles su escuadron á un lado y otro, cerca de una montaña, salieron de ellos los de la emboscada, y dándoles una roseada de arcabucería y flecheria, los portugueses se desordenaron, y aunque disparando algunos arcabuceros se retiraron con toda prisa: los del lugar dieron tras de ellos, y al pasar un paso estrecho que alli hacia un arroyo, hicieron gran matanza, prendiendo algunos, y entre ellos al capitan Pedro de Goas, que fué herido de un arcabuzaso; y continuando los castellanos la victoria, por no perder la ocasion, llegaron á la villa de San Vicente, donde entrados en las atarazanas del rey, saquearon Y robaron cuanto habia en el puerto. Hecho este desconcierto volvieron á su asiento con algunos de los mismos portugueses, que al disimulo les favorecieron; dondo metidos todos en dos navíos, desampararon la tierra y se fueron á la isla de Santa Catalina, que es ochenta leguas mas para el Rio de la Plata, por ser conocidamente demarcacion y territorio de la corona de Castilla, y alli hicieron asiento por algunos dias, hasta que el capitan Gonzalo de Mendoza encontró con ellos, como en adelante se dirá. Pasó este suceso el año de 1534, el cual entiendo que fué el primero que hubo entre cristianos en estas partes de las Indias Occidentales" [1)].

Dou na íntegra o capítulo da obra de Gusmão, por corresponder aos mesmos fatos que narra Charlevoix no trecho acima reproduzido, e no qual se prende outra questão, a do ataque dos portuguêses a gente de Mosquera em Igua e a do assalto de São

---

(1) R. P. Guzman, *Argentina*, lib. I, cap. VIII, págs. 29-31 *in* colecion de Obras y Documentos relativos a la História Antiga Moderna de las Províncias del Rio de la Plata, ilustrados con Notas y Disertaciones por Pedro De Angelis, Buenos Aires, 1836, 1 vol.

Vicente pela gente de Mosquera e por conseguinte pela do bacharel Duarte Peres.

Nesta questão porém não entro; apenas ficar-se-á sabendo que Charlevoix não foi o inventor dos sucessos que relata.

O padre Pedro Lozano na sua *Historia de la conquista del Paraguay*, escrita em [1745] e publicada em 1873-74 por André Lamas ([1]), contando os mesmos sucessos do capítulo precedente da Argentina, obra que conhecia e a cita a cada passo, escreve relativamente à gente de Mosquera, a quem chama porém Mendo Rodriguez de Mosquera (tomo II, pág. 44):

"... determinaron irse de costa á costa hasta el Brasil; pusiéronlo por obra, y passando de la Cananea surgieron en un puerto á distancia de 24 léguas de la villa de San Vicente, donde se poblaron, sinó con comodidad, á lo menos con el consuelo de verse libres de tantos peligros".

"Alli fundaron un pueblozuelo, y trabaron amistad con los naturales, manteniéndose pacificamente en espacio de dos años, hasta que se les agregó cierto *hidalgo portugues llamado Duarte Perez*, que con su familia y criados se vino fugitivo de San Vicente. Este havia aportado á aquella costa á cumplir el destierro, á que por ciertos delitos, ó falsos ó verdaderos, le habia condenado el rey de Portugal, de quien vivia muy quejoso, y hablaba de su justicia con mas libertad de que se permite á un vassallo, aunque estuviesse justamente ofendido...".

"Seguieron la victoria los castellanos, y passaron hasta la villa de San Vicente, cuyo puerto saquearon sin perdonar á las atarazanas del rey... De allí... se pasaron á poblar en la isla de Santa Catalina que era, sin controversia, de la demarcacion de Castilla".

"Alli perseveraron desde los fines del año de 1534, hasta que arribando à dicha isla el capitan Gonzalo de Mendoza, los llevó al Rio de la Plata á incorporarse con la gente del adelantado don Pedro de Mendoza, que emprendió esta conquista. Escribe nuestro Techo que este combate fue el primeiro que hubo entre Cristianos en las Indias Occidentales; pero engañole el haber seguido descuidadamente el autor de la Argentina, que hizo primero este reparos..." ([2]).

Lozano em seguida acusa o 1.° combate, citando Herrera, autor que não conhecia Gusmão.

---

(1) Cf. colecion de Memorias y Documentos para la História y la jeografia de los pueblos del Rio de la Plata, 1849.

(2) História de la conquista del Paraguay, tomo II, págs. 54-59.

Lozano teve por fonte a *Argentina* de Gusmão. Não se pode garantir se de fato houve o tal combate. Mas a vitória não poderia ser difícil. Martim Afonso fundou duas vilas no mesmo ano de chegada ao pôrto de São Vicente e sua gente estava distribuída em ambas, parecendo que a gente branca (dos 400 que tinha, só 80 perecem na expedição de Francisco Chaves) que encontrou na terra estava residindo na villa do sertão, Piratininga, algumas léguas distantes da de São Vicente, que não havia de pronto receber o socorro da gente internada.

Frei Gaspar entre muitas considerações que faz sôbre a 'fabulosa vitória de que Martim Afonso de Sousa conseguiu o espanhol Rui Mosquera, segundo quer persuadir o jesuíta francês Charlevoix" ([1]) escreve (pág. 88). "Quem há de crer, [que Martim Afonso, heróe tão conhecido no Mundo por suas victorias, tendo no porto de S. Vicente às suas ordem huma Armada guarnecida de Soldados veteranos, e Capitães escolhidos, se rendeu facilmente com vergonhosa cobardia a quatro Espanhoes errantes, e alguns Indios, conduzidos por hum Chefe, que acabava de entregar o Forte do Espírito Sancto, e vinha fugindo dos Barbaros situados nas visinhanças do Rio Terceiro, que não tinhão *disciplina militar*, nem armas de ferro, e fogo, como os Portuguezes?"].

Ora a vitória foi em 1534, segundo Gusmão, e já Martim Afonso desde ano anterior havia deixado São Vicente e a 12 de março de 1534 partia do Reino para a Índia ([2]).

Por conseguinte não havia armada no pôrto, como mesmo no tempo do próprio M. Afonso, já ela estava estramalhada. A única fonte que conheço sôbre êste ataque de Mosquera aos portugueses a São Vicente é Gusmão, e nela beberam Techo, Charlevoix, Losano, Guevara, Fúnes e provàvelmente outros.

O jesuíta que bebeu os fatos na *Argentina* de Gusmão omitiu como se vê a qualidade de bacharel a Duarte Peres; entretanto quando se refere à navegação de Diego Garcia, pelo título de Herrera fala no bacharel que o acolhera em São Vicente:

"Diego Garcia, quien habiendo arribado al puerto de San Vicente en el Brasil á 15 de Enero de 1527 halló grata acogida en

---

(1) Charlevoix tem sido muito atacado desde frei Gaspar, que lhe tinha grande ogeriza e o bate sem piedade. Entretanto a fonte do escritor jesuíta do XVIII século é a Argentina de Gusmão.

Pôrto Seguro, que não se fia em Charlevoix, encontrou entretanto provas evidentes, como confessa, de luta entre a gente de Iguape. (Hist. Ger., vol. I, 2.ª ed., pág. 165).

(2) Visconde de Santarém — Noticia dos manuscriptos pertencentes ao direito publico externo diplomatico de Portugal... que existem na Biblioteca Real de Paris..., 1827, pág. 78.

um *bachiller portugués,* su compatriota, que le dió suficiente provision de bastimentos, y lo que fué no menos estimable, un yerno suyo, práctico en la lengua del Brasil, se ofreció à acompañarle para servir de interprete y faraute en el Rio de la Plata ([1]).

Diego Garcia no mesmo mês deixou São Vicente e dirigiu-se ao rio da Prata, aonde encontrou inesperadamente naus de Gaboto. [Na pág. 33, Losano volta a falar no bacharel português no trecho seguinte]: "En primer lugar, [determinó deshacerse de la nao capitana, diciendo corria mucho peligro en aquel rio, y todo era pretesto para aprovecharse del flete que concertó con el *bachiller portugués,* por el porte de ochocientos esclavos que habia de conducir desde San Vicente à Portugal. . ."].

Guevara, na sua Historia del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman, escrita no século passado e publicada em 1836 por Angelis, resume os mesmos fatos sôbre o resto da gente de Caboto ([2]), corrida do Rio da Prata, e não fala nem em Mosquera nem em Duarte Peres ([3]):

---

(1) *In* Andres Lamas — Coleccion de Memorias y Documentos para la Historia y la Jeografia de los Pueblos del Rio de la Plata, Montevidéo, 1948, tomo II, cap. II, pág. 31.

(2) Caboto chegou a Santa Catarina em 1525 e ouviu logo falar nas riquezas da terra informado por Henrique Montes e Melchior Ramirez, ambos ficados na terra depois do destroço da armada de Solis em 1515.

Henrique Montes veio com Solis, na 2.ª armada, em 1515. (Carta de Ramirez, *in* Rev. Inst., tomo XV, págs. 19-23).

Gusmão não fala na jornada de Solis de 1515. Varnhagen diz que êle veio nesse *ano com sua armada; mas* Herrera que não era conhecido de Gusmão fala em duas viagens de Solis: de 1512 e 1515 (Dec. I, lib. IX, cap. XIII, pág. 322 e Dec. II, lib. I, cap. VII, pág. 13).

(3) Guevara [fala também na armada de Diogo Garcia, dizendo]: "La armada (de Diego Garcia) salió del Cabo de Finisterra á 15 de Agosto de 1526, pero las aventuras de la navigacion la demoraron tanto, que Sebastian Gaboto previno á Garcia embocando primero por el gran rio de Solis. ("*In* Coll. de Angelis", tomo II, pág. 80).

[Ainda se refere à expedição de] Aleixo Garcia, [quando escreve "Alejo Garcia de nacimiento portugues, penetró por la via del Brasil al territorio de los Guaranis, acompañado con número crecido de Tupies, pretendiendo adelantar por aquella via las conquistas lusitanas hasta el Perú. En su compañia tomó dos mil Guaranies, guerreros escogidos, y certeros en la direccion de las flechas. Llegaron á los confines peruanos, verosimilmente en las immediacciones de los Chichas, á los cuales el capitan portugues venció con el aucilio de los Tupies y Guaranies, y los desplomó de tejidos curiosos, vajilla, vasos y coronas de plata, em que sobre la materia era estimable la labor de invencion peruana. Parte del desplomo fué botin de los Guaranis, y parte de Alejo Garcia y sus compañeros: pero aun esta parte pasó á los Guaranis, que los mataron alevosamente, despues que volvieron sobre sus pasos"].

[Lozano, na sua obra já citada, refere-se a êsse facto nos seguintes têrmos]:

"Poco antes que Gaboto arribase al Paraguay, se salieron de la capitania de San Vicente, en el Brasil, cuatro portugueses, no sé si con espranza de mejorar fortuna ó movidos solo del deseo de ver y descubrir nuevas tierras, qu es inclinacion natural de los hombres. El uno de ellos, Alejo Garcia, era muy presto en la lengua de los Tupies, que en buen número se le ofrecieron por compañeros de aquella empresa, etc.". (Tomo II, págs. 26-27).

Ruy Diaz de Gusman, en *La Argentina,* sôbre êste mesmo assunto escreve o seguinte: "y es el caso que el año de 1526 salieron de San Vicente cuatro portugueses por órden

"Los demas españoles ("Reliquias de la armada de Gaboto")... desampararon el fuerte (de Sanctis Spiritus) y embarcados siguieron el curso de su fortuna, ya desgraciada, y de costa en costa, à vista siempre de tierra llegaron á las cercanias de San Vicente, colonia lusitana en el Brasil. Alli levantaron unas chozuelas, y aliados con los portugueses se mantuvieron poco mas de año en buena correspondencia. Los portugueses fueron los primeros en romperle, declarando guerra á los castellanos, los cuales previnieron una celada y los vencieron, quedando dueños del campo, y señores de la poblacion. No obstante, por evitar disensiones, se recostaron á la isla de Santa Catalina, donde restablecieron la colonia" (pág. 87).

Cândido Mendes ([1]), estudando com o mais vivo interêsse a questão diz que não passam de quatro os característicos para se determinar a identidade do bacharel de Garcia e Pero Lopes com algum indivíduo que vivesse nas costas da capitania de São Vicente, a saber:

1.°) Ser português,

2.°) Residir no Brasil desde 1502,

3.°) Ser degradado,

4.°) Ter genros europeus, "na época da passagem de Diogo Garcia por São Vicente em 1527 e da arribada de Martim Afonso de Sousa em Cananéia, em 1531".

Em seguida acrescenta: "O indivíduo que na época do estabelecimento da nova colônia reunir êsses característicos deverá ser o *bacharel*".

Êste, porém devia ser o 5.° característico.

Cândido Mendes depois de discutir largamente o assunto, chega a conclusão que o bacharel de Cananéia era João Ramalho.

Porque:

1.°) Era português,

2.°) Residia no Brasil desde 1502,

---

de Martin Alfonso de Sosa, señor de aquella capitania, á que entrasen por aquella tierra adentro y descubriesen lo que habia, llevando en su compañia algunos indios amigos, de aquella costa. El uno de estos cuatro portugueses se llamava Alejo Garcia, estimado en aquella costa por hombre prático asi en la lengua de los Carios, que son los Guaranies, como de los Tupies y Tamoyosé el cual camiñando por sus jornadas por el Serton, etc.". (*La Argentina, in* Coll. de Angelis, 1.ª ed., 1835, lib. I, cap. V, pág. 15, vol. I).

(1) *Quem era o Bacharel de Cananéia?* Memória lida em 1876 e publicada em 1878 na Rev. Inst. [Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéia? Rev. Inst. Hist. e Geog. Bras., vol. XL, 2.°, pág. 163].

3.º) Era degradado, segundo quis deduzir apenas de Simão de Vasconcelos,

4.º) "Na época da vinda de Diego Garcia (1527) e de M. Afonso de Sousa (1531) podia João Ramalho já ter filhas casadas, *á modo dos selvagens, com europeus, isto é, castelhanos,* portuguêses e italianos". "Rev. Inst., t. 40-II, vol. 55, 1877, pág. 181).

Entretanto quanto ao 2.º, 3.º e 4.º característicos que apresenta o erudito escritor, nada tem que possa ser aplicado a João Ramalho.

O 1.º, porque não se sabe ainda em que ano chegou Ramalho.

O 2.º, porque êle não era degradado.

O 3.º, porque não consta que Ramalho antes da chegada de M. Afonso de Sousa tivesse filhas casadas ou metidas com europeus.

Quanto a êste é problemático; "podia João Ramalho já ter filhas casadas... com europeus...". Não assegura o escritor que João Ramalho naquelas duas épocas tivesse genros europeus. A carta de Pero Corrêa (?) diz que quando chegou Martim Afonso *já tinha "filhos casados"; entre os filhos pode* corresponder também filhas, não há certeza.

Dos quatro característicos que reclama Cândido Mendes para se descobrir o nome do bacharel que fôra encontrado por Diogo Garcia e Martim Afonso, tudo está a favor de Duarte Perez. Porque:

1.º) Era português,

2.º) Residia pelos anos de 1502, segundo Diogo Garcia e pelos de 1502, na capitania de São Vicente, segundo Pero Lopes,

3.º) Era degradado declarado,

4.º) Tinha genros europeus, castelhanos, quando o viram Garcia e Pero Lopes.

Agora o meu:

5.º) Era bacharel.

Pela *Argentina* de Gusmão, vê-se a identidade de Duarte Perez com o bacharel de Garcia e Pero Lopes. Não há dúvida.

Garcia encontrou-o no pôrto de São Vicente, Pero Lopes quatro anos depois achou-o em Cananéia. Quando o resto da gente de Caboto foi se estabelecer em (Iguape?), que fica perto de Cananéia, Duarte Perez meteu-se com a sua família entre a colônia do capitão espanhol, segundo a *Argentina*.

Em conclusão: o *bacharel de Cananéia* é Duarte Perez.

Agora, quando chegou ao certo êste fidalgo e em que armada, a causa do seu destêrro e tôdas as mais particularidades da sua vida são outras tantas questões que ficarão para sempre esclarecidas com o tempo, e algumas interessam mais á biografia que á história. A questão principal, que pendia de solução, fica, porém, resolvida.

João Ramalho pois não pode ser o bacharel de Cananéia.

A idéia de ser êste o Duarte Perez, de Charlevoix, apresentada por Varnhagen e mais tarde desprezada, não sei porque, é que agora deve prevalecer.

CAPÍTULO VII

PERO CAPICO

O Visconde de Pôrto Seguro, na *Hist. Ger.*, 2.ª ed., pág. 95, escreve: "Hoje possuímos dados que nos comprovam como durante o seu reinado (de D. Manuel), algumas providências tomou para fazer colonizar o Brasil. Sabemos que em 1516 ordenou, por um alvará, ao feitor e oficiais da Casa da Índia que dessem "machados e enchadas e tôda a mais ferramenta as pessoas que fôssem a povoar o Brasil"; e que, por outro alvará, ordenou ao mesmo feitor e oficiais que "procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo, e também todo o cobre e ferro e mais coisas necessárias "para o fabrico do dito engenho" ([1]).

Mais adiante, (pág. 102) ainda diz: "Vimos na secção precedente como já no reinado de D. Manuel, e pelo menos desde 1516, haviam sido dadas algumas providências em favor da colonização e cultura do Brasil. Sabemos, além disso, que depois o mesmo Rei, ou pelo menos o seu sucessor apenas começou a reinar, criou no Brasil algumas capitanias; e que de uma delas foi capitão um Pero Capico, o qual chegou a juntar algum cabedal".

Depois, (pág. 105), contando a vinda de Cristóvão Jaques, em 1526, acrescenta: "O mesmo Jaques era portador de um alvará, passado em Almeirin por Jorge Rodrigues, a 5 de julho de 1526, autorizando a Pero Capico a retirar-se nos seguintes têrmos: "Eu El Rei faço saber a vós Cristóvão Jaques, que ora envio por governador às partes do Brasil, que Pero Capico, Capitão de *uma das capitanias* ([2]) do dito Brasil, me enviou dizer que

---

(1) "O primeiro dêstes alvarás se achava registrado no *Livro das Reportações da Casa da India*, a f. 25, e o 2.º a f. 42; segundo consta de uma certidão, passada a 26 de outubro de 1757, pelo competente provedor Bernardo de Almada Castro e Noronha, e escrivão Caetano Cordeiro Fialho, a qual temos presente, em pública forma de 17 de novembro do mesmo ano".

(2) Veja a nota de Pôrto Seguro.

lhe era acabado o tempo da sua capitania, e que queria vir para êste Reino, e trazer consigo tôdas as peças de escravo e mais fazendas que tivesse, hei por bem e me praz que, na primeira caravela ou navio que vier das ditas partes, o deixeis vir, com tôdas as suas peças de escravos e mais fazendas; com tanto que virão diretamente à Casa da Índia, para nela pagarem os direitos de quarto e vintena, e mais que a isso forem obrigados, na forma que costumam pagar tôdas as fazendas que vêm das sobreditas partes" (1).

Segundo o Visconde de Pôrto Seguro, Jaques aportou em Pernambuco e depois fundou aí uma feitoria "passou a correr a costa até o Rio da Prata, onde pouco tempo se demorou, regressando outra vez para o Norte" (2).

Pôrto Seguro, não diz onde estava Pero Capico nem se Jaques o encontrara; mas na página 109 aludindo a uma nau que êste capitão-mor enviava de Pernambuco para a Europa, conduzindo pau-brasil, diz: "na qual mui provàvelmente se embarcou, com seus haveres Pero Capico".

Ora, em 1532, existia em São Vicente um escrivão d'El Rei e das sesmarias da capitania, chamado Pero Capico, que passou a sesmaria de Pero de Gois dada por Martim Afonso de Sousa, documento publicado por Azevedo Marques, (tomo II, pág. 169).

Taques (Rev. Inst., IX, pág. 144) diz que Martim Afonso "estando nestes campos de Piratininga, concedeu terras a Braz Cubas, por sesmaria escrita por Pedro Capico, escrivão das sesmarias, por Sua Majestade, assinada por Martim Afonso de Sousa e datada em Piratininga a 10 de outubro de 1532" (3).

Frei Gaspar (*Mem.*, 1.ª ed., pág. 70) diz que Martim Afonso assinara em Piratininga a 10 de outubro de 1532 a sesmaria de Pero de Gois, "lavrada por Pero Capico, escrivão de El Rei".

Como se vê nestes dois autores, temos duas sesmarias dadas na mesma data, uma a Braz Cubas e outra a Pero de Gois; mas talvez que haja êrro em Taques que escreve Braz Cubas em vez de Pero de Gois. Isto porém não vem ao caso. Ambas são feitas pelo mesmo Capiquo ou Capico, e isto é o que se quer.

Azevedo Marques (tomo II, pág. 171) igualmente publica a sesmaria de Rui Pinto, assinada na vila de São Vicente a 10 de

(1) Livro das Reportações da Casa da Índia, fol. 25: Pública forma de uma certidão em 23 de janeiro de 1755.

(2) Pôrto Seguro, Hist., 2.ª ed., pág. 106. A feitoria porém já estava fundada quando por essa ocasião chegou Jaques, talvez o próprio que a estabelecesse mas em outra época.

(3) Taques cita o lugar onde está o documento.

fevereiro de 1533, sem contudo dar os dizeres finais em que vem o nome do escrivão.

Antes porém já Varnhagen na 1.ª edição da *Hist. Ger.*, tomo I, pág. 440, tinha inserido esta sesmaria ([1]) de Rui Pinto, com data do "derradeiro" de fevereiro, aparecendo o nome do escrivão "Pero Capigr.º".

Está mesmo se vendo que é Capiqu.º ou melhor Capig.º, abreviatura de Capiquo, pois Taques assim escreve pela ortografia antiga.

Varnhagen precedendo a publicação escreve: "A carta de sesmaria de Rui Pinto, citada pelo mesmo frei Gaspar (págs. 16 e 70), é de tanta importância que a transcrevemos com os documentos, de que a encontramos acompanhada, igualmente importantes. Sòmente a data é diferente da que lhe dá frei Gaspar; também o é o apelido do tabelião, segundo êle, Pero Capico".

Frei Gaspar entretanto é exato; não alude à sesmaria de Rui Pinto, mas (pág. 16) à de Francisco Pinto, datada da vila de São Vicente a 4 de março de 1533, e não dá o nome do escrivão.

Quando o beneditino se refere à sesmaria de Pero de Gois (pág. 70) é que fala em Pero Capico, como acima se viu. Também na página 16 acusa a mesma sesmaria e a data que dá nos dois lugares é a mesma que aparece em Azevedo Marques, acusada por Taques como a de sesmaria concedida a Braz Cubas.

Frei Gaspar cita duas vêzes a sesmaria de Gois como prova que Martim Afonso esteve em Piratininga, onde a assinou. A de Francisco Pinto, irmão de Rui Pinto ([2]), vem incidentemente como passada na vila de São Vicente, depois do donatário ter ido a Piratininga.

A sesmaria de Gois é dada "em Piratininga", sem declaração de ser vila e frei Gaspar quer (págs. 96, 105, 106, 107, 108) que Martim Afonso não tivesse fundado a vila de Piratininga.

Entretanto parece que a assinatura do donatário e do escrivão firmadas em documento público neste lugar era prova que existia já a vila.

Frei Gaspar não conhecia o Diário de Pero Lopes, que tendo partido de São Vicente para Portugal a 22 de maio de 1532, já deixava escrito que a referida vila foi fundada por Martim Afonso, quando diz: "e fez uma vila na ilha de São Vicente; e outra nove

(1) Notam-se muitas variantes da publ. por Azevedo Marques, que parece a melhor lição.

(2) Frei Gaspar, Mem., pág. 16, ed. de Lisboa, 1797 — na Tip. Acadêmica.

léguas dentro pelo sertão, à borda dum rio, que se chama Piratininga; e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais" [1].

Cândido Mendes (págs. 238-239), apesar de Taques, frei Gaspar e Varnhagen deixarem demonstrado que Martim Afonso estivera em Piratininga, quis sustentar que o donatário nunca foi, e nem podia haver fundado Piratininga (São Paulo) "nome que por descuido, êrro ou má-fé ali (no Diário de Pero Lopes) foi encartado ou substituído"; mais depois (pág. 370) deparando duas cartas inéditas do padre Manuel da Nóbrega viu que tinha caído em êrro.

Pero Capico pelo documento que publicou Pôrto Seguro era capitão de uma das capitanias do Brasil e em 1526 já tinha expirado seu prazo adquirindo escravos e cabedais e pedia licença para voltar ao Reino com o que era seu. Não se sabe onde parava Capico nem se voltou ou não.

Ora, sua presença em Piratininga em 1532 como escrivão das sesmarias parece que prova que sua capitania era mesmo em São Vicente, e se a êle coube aquêle cargo era provàvelmente por ser já prático da terra.

Aires de Casal, na *Corographia Brasilica* (tomo I, pág. 50, ed. de 1817) aludindo à navegação de Diogo Garcia pelo testemunho de Herrera, escreve: "É natural que Diogo Garcia, na volta, aportasse em São Vicente para entregar o intérprete. A certeza que se acharem ali portuguêses estabelecidos de alguns anos, e o testemunho de Herrera de se embarcarem ali indígenas para Portugal em 1527, parece provar assás que havia ali feitoria, antes da chegada de Martim Afonso, que concedeu a Pedro de Gois o poder mandar certo número de aborígenes para o reino "forros de todos os direitos, que costumavam pagar". Não se sabe quando, nem por quem foi estabelecida esta feitoria; nem também se estava sôbre a barra de Bertioga, na ilha de Santo Amaro, se na de São Vicente sôbre a barra dêste nome".

Esta feitoria pela qual insiste Aires de Casal com justificáveis argumentos não será a capitania de Pero Capico?

O que é certo é que no alvará de 1526 que trouxe Cristóvão Jaques, a Casa da Índia não perdoava os direitos dos escravos e das mais fazendas que Pero Capico porventura levasse para o Reino.

---

(1) Diário de Pero Lopes, ed. de 1839, pág. 58. Ainda na página seguinte confirma: *"E ficasse o capitão I. com a mais gente em suas duas vilas, que tinham fundado"*.

E está de acôrdo com a declaração da licença de Martim Afonso a Pero de Gois de 1533 "poder mandar escravos forros de todos os direitos e fretes que costumavam pagar", e ainda no referido alvará de 1526, que não se esqueceu de dizer: "direitos... na forma que costumavam pagar tôdas as fazendas que vem das sobreditas partes".

Martim Afonso parece que já tinha o feito em São Vicente e tanto que tendo partido a armada a 1 de agôsto de 1531 do Rio de Janeiro, onde se demorou três meses, no dia 8, escreveu o pilôto Pero Lopes no Diário da viagem ([1]): "Ao meio dia fizemos o caminho do noroeste; porque pelo dito rumo nos faziamos com o Rio de São Vicente".

Isto parece confirmar o que informaram a Raínha de Espanha, pelo testemunho de Herrera (Hist. de las Ind. Occ., dec. IV, lib. X, cap. VI), quando se refere a uma armada que de Portugal estava para vir ao Brasil "... y que desde el puerto de San Vicente, que era de su districto, pensavan entrar por tierra, al Rio de la Plata".

Esta armada que estava em preparativos de viagem era, como mesmo já lembrou Casal, a de Martim Afonso de Sousa, armada não acusada pelo historiador espanhol porque provàvelmente na informação à Raínha não se dizia o nome do capitão-mor. Herrera dá o fato entre sucessos de 1531, o que não pode ser, porque a armada de Martim Afonso partiu de Lisboa a 3 de dezembro de 1530.

A expedição de Pero Lobo que partiu de Cananéia a 1 de setembro de 1531, a descobrir a terra dentro e em busca de prata e ouro, a que se obrigara trazer Francisco de Chaves provàvelmente o guia da bandeira por ser "mui grande língua" da terra, já não devia ser coisa nova no espírito de Martim Afonso, que além do que refere Herrera pela informação à Raínha — "pensavan entrar por tierra al Rio de la Plata", já havia recebido novas do Rio de Janeiro de um índio que viera do interior da terra com os quatro homens que a foram explorar "como no Rio de Paraguai havia muito ouro e prata" ([2]).

O embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos em carta a El Rei de Medina do Campo a 24 de outubro de 1531 ([3]) sôbre

(1) Ed. de 1839, pág. 27.

(2) *Diário* de Pero Lopes, ed. de 1839, pág. 26. Até a partida de Pedro Lopes para Portugal ainda não se sabia da gente que Martim Afonso "tinha mandado a descobrir pela terra a dentro". Idem, pág. 59).

(3) Ms. da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro, cópia da T. do Tombo, parte 1.ª, março 47, doc. 28.

negócios do Rio da Prata, escreve: "Não foi a outra coisa se não a saber se era verdade o que se cá diz a saber: que Martim Afonso mandou já do dito Rio ouro e prata e que desbaratou lá em uma ilha hum navio de castelhanos; a resposta que Lopo Furtado mandou ainda a não sei".

A idéia de ouro e prata já devia preocupar o espírito de Martim Afonso. E parece prová-lo a vinda de Pedro Anes [1], língua da terra, a aquisição que se procurou fazer de Gonçalo da Costa, que viveu muitos anos no Brasil, sendo levado por Cabot do rio da Prata, e então morador de Sevilha, e a notícia que nos transmite Herrera de vir Henrique Montes, que passou muitos anos nas proximidades do Rio da Prata.

Pero Lopes no Diário [2] não diz se se achou gente no "Pôrto de São Vicente" quando aí chegou a armada de Martim Afonso a 22 de janeiro [3] de 1532; mas também não diz que não se achou.

Entretanto é caso fora de dúvida que devia ter encontrado João Ramalho e Antônio Rodrigues, se não no pôrto ao menos pela terra a dentro, pois já a 22 de maio de 1532, data da partida de Pero Lopes para o Reino, estava fundada a vila de Piratininga. Provàvelmente para os da armada o achar gente na terra, não era nenhuma novidade.

Que o povoamento da capitania de São Vicente data de muitos anos antes de desembarcar Martim Afonso é fato provado, apesar do Diário da sua viagem ser silente neste ponto.

Frei Gaspar (*Mem.*, pág. 11) escreve: "Vários franceses e espanhóis supõem povoada a capitania de São Vicente no ano de 1516, quando relatam a fabulosa história de Aleixo Garcia" [4].

Pero Capico no auto de posse da sesmaria de Pero de Gois declara "levei comigo a João Ramalho e Antônio Rodrigues línguas destas terras já de quinze e vinte anos estantes nesta terra".

Por êste auto [5] feito em São Vicente a 10 de outubro de 1532, temos na terra João Ramalho e Antônio Rodrigues entre 1512 e 1517.

---

(1) *Diário* de Pero Lopes, ed. de 1839, pág. 29.

(2) Ind., pág. 58.

(3) Era dia de São Vicente; natural coincidência, talvez proposital, pelo espírito religioso do tempo. Já vimos que o "rio de São Vicente" era conhecido de Pero Lopes quando a êle se refere a 8 de agôsto de 1531, ao sair do Rio de Janeiro: "Aqui neste pôrto de *São Vicente* varam uma nau em terra". A armada tinha geralmente um galeão chamado "São Vicente". De fato o pôrto foi descoberto a 22 de janeiro de 1502 pela armada de Américo Vespúcio (?), como diz Varnhagen. (Hist. 2.ª ed.).

(4) Vide nota 1 à pág. 37.

(5) Publicado por Azevedo Marques, II, pág. 170.

Ora, Pôrto Seguro assegura que pelo menos em 1516 havia idéia de se povoar o Brasil, onde em 1526 estava por capitão de uma das suas capitanias Pero Capico, com seu prazo já terminado e com desejos de voltar ao Reino tinha ordem de voltar ao Reino, cuja licença pedida a trouxe C. Jaques.

Na sesmaria de Rui Pinto dada por Martim Afonso a 10 de fevereiro de 1533 ([1]) lê-se: "As terras do *pôrto das Almadias* onde desembarcam quando vão para Piratininga, quando vão desta ilha de São Vicente, que se chama *Apiaçaba*, que agora novamente chama-se o pôrto de *Santa Cruz*".

E mais adiante: "Pelos outeiros escalvados que estão no caminho que vem de Piratinin.".

É verdade que a vila estava fundada um *ano antes* mais ou menos; mas êstes trechos provam que o caminho de Piratininga era então freqüentado; acresce mais que o *pôrto das Almadias*, que passou então "novamente" a chamar-se de Santa Cruz ([2]), dá idéia de sobra que aí é que costumava vir ao mar os moradores de Piratininga antes de 1532 e depois de ser vila. (Depois em 1570 já se fala em caminho velho para Piratininga). (Az. Marques e em 1560).

Leonardo Nunes em 1550 ([3]) referindo-se à gente da capitania diz que então "haviam muitas almas que não se haviam confessado 30 ou 40 anos".

Daqui se infere que havia moradores na terra entre 1510 e 1520.

O padre já tinha visitado as vilas de São Vicente, de "Todos os Santos" (4) e de Santo Amaro.

Ainda o mesmo padre Leonardo Nunes (5) em 1551 diz: "Muitas pessoas há que de 20 e 30 anos a esta parte (logo entre 1521 e 1531) nunca a deixaram de comer (carne) à quaresma e os mais dias proibidos, tendo pescado e estando mui sãos".

Aqui está mais uma prova inconcussa como Martim Afonso de Sousa encontrou moradores brancos na capitania.

Anchieta na sua *Informação do Brasil* em 1584 (pág. 6) diz que Martim Afonso foi a São Vicente "depois de haver nela alguns poucos antigos moradores".

---

(1) Publicado por Azevedo Marques, tomo II, pág. 171 e antes por Varnhagen por cópia muito alterada na *Hist. Ger.*, 1.ª ed., nota 31 no Diário de Pero Lopes, ed. de 1867, pág. 87.

(2) Fr. Gaspar, *Mem.*, pág. 68.

(3) *Cartas avulsas*, pág. 9.

(4) Id., pág. 13.

(5) Id., pág. 13.

O fato de em 1532 estarem em São Vicente João Ramalho e Antônio Rodrigues, assistentes na terra de "15 e 20 anos", ambos peritos na língua dos índios, e um Pero Capico exercendo o cargo de tabelião das terras e serem os dois primeiros testemunhas que levou êste escrivão no auto de posse da sesmaria a Pero de Gois, é prova que não se deve duvidar que a armada de Martim Afonso encontrou gente portuguêsa na terra e é talvez a razão porque se possa explicar ter o donatário fundado logo nos primeiros quatro meses de chegada à vila de Piratininga, além de São Vicente, na distância de nove léguas, então, segundo o Diário de Pero Lopes.

Não será pois Pero Capico que aparece em Piratininga em 1532, o mesmo capitão de uma das capitanias do Brasil a que se refere o documento publicado por Pôrto Seguro?

O nome por ser mui pouco comum parece estar mesmo indicando que o é.

Pôrto Seguro não assegura que Capico voltasse a Portugal na tal nau; é simples conjectura sua. Podia também Cristóvão Jaques não o ter encontrado na costa, porque talvez estivesse em Piratininga, e que não podendo voltar ao Reino continuasse a ficar na capitania, até que foi nomeado escrivão das terras por Martim Afonso em nome d'El Rei.

O donatário trouxe cartas de poder de D. João III para criar tabeliães e mais oficiais de justiça e para dar terras de sesmarias, cartas que correm impressas.

Mas dado o caso de ter voltado Capico, o que não parece provável, é possível que tivesse tornado na armada do donatário e é sempre para se supor que sua capitania devia ser em São Vicente.

A assistência na terra de Aleixo Garcia ([1]), um filho e mais três ou cinco portuguêses, do bacharel de Cananéia e genros europeus, Francisco Chaves, João Ramalho com filhos, Antônio Rodrigues e um português que em 1554, segundo Anchieta, tinha 40 anos de terra brasileira, logo desde 15[14], são provas de que a capitania de São Vicente tinha sido povoada antes de Martim Afonso.

---

(1) Cabeza de Vaca (1543), [refere-se a Aleixo Garcia, quando escreve]: "y este rio desaguaba en el Paraguay, que venia, de hacia el Brasil, y era por donde dicen los antiguos que vino Garcia el Português... y no traia consigo mas de cinco christianos, y toda la otra eran Indios".

Êstes os que se sabem nominalmente [1]. Todos êles, exceto o bacharel de Cananéia, porque ninguém o diz, sabiam falar a língua dos índios, prova que viviam em contacto com êles. De Aleixo Garcia diz Guzman que era "estimado em aquella costa por homem prático, asi en le lengua de los Carijos, que son los Guaranies, como de los Tupies e Tamoyos". (Cap. V, lib. I).

Rui Diaz de Guzman, na *Argentina*, (Cap. V, lib. I), diz que em 1526 partiu de São Vicente Aleixo Garcia com a bandeira pela terra a dentro por ordem de Martim Afonso de Sousa, "senhor daquela capitania", e que indo até ao Peru, na volta Garcia do Paraguai mandou dar conta da sua jornada ao "Capitão" Martim Afonso.

Já no cap. I Guzman diz que Martim Afonso, a quem dá o mesmo qualificativo de "Capitão", povoou em 1506 a capitania de São Vicente.

Em 1506 podia ter vindo um "Capitão" qualquer, menos o donatário de São Vicente.

Todo o mundo sabe hoje, graças ao Visconde de Pôrto Seguro, a época da chegada de Martim Afonso. Mas que o Brasil tinha capitanias ou feitorias no reinado de D. Manuel, morto em 1521, há provas mais ou menos evidentes. A feitoria de Pernambuco foi fundada antes de 1521. Em 1526 já tinha terminado o prazo de uma das capitanias do Brasil.

Frei Gaspar fala que vários escritores franceses e espanhóis dão a data de 1516 como a do povamente da capitania de São Vicente. Pôrto Seguro diz que pelo menos desde 1516 havia idéia de se povoar o Brasil e cita documento que viu.

O "Capitão" será porventura Pedro Capico, que em 1526 já tinha concluído o prazo da sua capitania?

São dúvidas que não se podem resolver.

Cabeza de Vaca, que é fonte auxiliar e comprobatória da expedição de Aleixo Garcia, nada diz quanto à data.

Cândido Mendes (Rev. Inst., t. 40-II, pág. 178, nota 18) dá a data de 1524 e na pág. [219, nota 84] a de 1525, sem indicar aonde as achou. Os escritores pratinos, como Lozano, Guevara e Funes guiam-se pela a *Argentina*.

---

(1) Temos mais três pessoas que deviam ter morado no sul do Brasil: Gonçalo da Costa, Henrique Montes e Pedro Anes. Pedro Anes era língua da terra; Gonçalo da Costa, já se deu notícia e Henrique Montes que viveu muitos anos no Brasil e segundo Herrera, estava indigitado de tornar na armada de Martim Afonso. Casal escreve sôbre êstes dois quando fala na tal feitoria de São Vicente. (*Corog.*, pág. 53, nota *t*). [Quanto] a Montes veja Pôrto Seguro e Carta de Ramirez.

A *Argentina* é por ora a fonte da história de Aleixo Garcia e a data de 1526 não parece que anda muito errada, porque a bandeira de fato é anterior à chegada de Diogo Garcia a São Vicente em 1527 e a de Martim Afonso em Cananéia e São Vicente em 1531-32.

Aleixo Garcia esteve na capitania de São Vicente, não há dúvida, mas ninguém diz quem era êle nem quando chegou o mesmo que exatamente acontece com Ramalho.

A sesmaria de João Ramalho que foi vista por Taques e Varnhagen e é acusada por frei Gaspar, deve derramar alguma luz sôbre a questão. Taques diz que a sesmaria é de 1531, data que não pode ser; Varnhagen não lhe dá a data e igualmente frei Gaspar.

Em conclusão.

É pois muito possível que a vinda de João Ramalho esteja ligada a do povoamento de São Vicente por Pero Capico em data que ainda não se sabe. E sob êste ponto de vista é que ainda não foi estudado o aparecimento de João Ramalho em São Paulo muito antes de Martim Afonso.

Varnhagen na 2.ª edição da *Hist. Ger.* não se lembrara do tabelião da sesmaria de Rui Pinto, senão lhe ocorreria logo onde poderia ser a capitania de Pero Capico. É verdade que o historiador não está de acôrdo que o escrivão assim se chamasse, como escreve frei Gaspar, mas "Pero Capigro".

FOLCLORE

O folclore do rio São Francisco deve ser muito rico. As três raças que constituíram sua população, estavam em constante elaboração; e os bandeirantes, assás aventureiros das selvas ambiciosos de ouro e índios, também deviam ter contribuído poderosamente para o maravilhoso popular, sobretudo em um rio que por natureza é jâ todo maravilhoso.

Mas em rápida viagem, quando se tem os dias contados nunca se pode coligir tudo quanto se deseja, logo à primeira vista, porque, já se vê, passando-se em certos lugares poucas horas, nem sempre se oferecem ocasiões de ouvir-se a expansão tradicional do povo. A vontade foi grande, mas a colheita pequena.

1. SERES SOBRENATURAIS

Os seres sobrenaturais que existem no baixo São Francisco são — a Mãe d'Água, o Caipora, o Negro d'Água, o Lobisomem, o Boi d'Água, e o Cavalo d'Água e a Mula de Padre.

A Mãe d'Água é o ser antropomorfo mais em voga no baixo e alto São Francisco.

O outro ente mais conhecido é o Negro d'Água do qual os canoeiros têm muito mêdo, sobretudo à noite.

O Caipora não é muito popularizado.

Caipora. É um caboclinho pequeno, vaqueador de catetu e de onça e de noite?

Veja o caderno de viagem.

É pequeno e preto. Quando apanha alguém no mato dá surra de caruá; mas os caçadores levam-lhe fumo ou deixam em certo lugar já combinado com o caipora; então êste vai mostrar a melhor caça que há no mato (Jatobá).

Mãe da lua. É passarinho todo vermelho com rabo comprido e só grita de noite (Paulo Afonso).

Negro d'Água.

Curral de Pedra e Pão de Açúcar.

Agarra-se na proa das canoas e faz fôrça para as afundar; empatam assim o andar das canoas e às vêzes a param (Penedo).

(Do nosso canoeiro) — Tem a perna e o pé como gente, o pé é muito grande (Furado).

Em Popriá (*sic*), Paulo Afonso, fala-se nele que êle existe no rio, mas não pude colher mais informações a seu respeito.

Boi d'Água?

Cavalo d'Água?

2. SERES FANTÁSTICOS

Mãe d'Água *mito antropomorfo muito popularizado em todo* o vale, parece ter sido herdado dos índios que habitaram o grande rio. O nome tupi que devia ter entre êles infelizmente perdeu-se.

O Negro d'Água, o *Cavalo d'Água* e o *Boi d'Água*, outros seres não tanto generalizados, são evidentemente criações brasileiras, porque os índios não tinham negro, nem cavalos, nem bois.

A Mãe d'Água parece não corresponder à sereia, mito do mar, espalhado por tôda a costa brasileira e do qual os pescadores têm muito medo.

A sereia tem canto admirável, sedutor, atraindo de tal modo os navegantes que perdem o rumo das suas embarcações; qualidade que Mãe d'Água, porém, não possui.

O Amazonas também tem sua Mãe d'Água mais conhecida pelo nome tupi uiara. Como no São Francisco, há no Amazonas muitas mães d'água. A forma que lhe dão todos de uma caboclinha ou tapuínha da cintura para cima, está mesmo indicando sua origem tôda indígena.

As versões que se seguem foram as que pude coligir em diferentes localidades:

Perguntando a um canoeiro o que elas comiam respondeu-me: "E eu sei?..." expressão que é muito comum em todo o vale.

Mãe d'Água (Curral de Pedra). É uma caboclinha, gordinha, cabelo derramado, parte de gente, parte de peixe. Ouve-se a zoada delas quando estão cavando a areia em baixo das beiradas (do rio) onde fazem grande buracão. Moram debaixo d'água. Perguntando eu, vindo a propósito a pergunta, o que elas comiam, respondeu o nosso pilôto da canoa que tomamos em Curral de Pedra (?), na volta de cinqüenta anos de idade, com tôda a ingenuidade: — "E eu sei?!..."

Só aparecem no tempo do rio vasio.

Pega a gente e leva para o fundo do rio. Contou-me o mesmo pilôto, na volta, que a Mãe d'Água tinha em Curral de Pedras carregado da sua casa uma moça branca quando uma noite foi buscar água no rio. Também sabia que um negro tinha sido carregado pela Mãe d'Água. Êste negro porém não conhecia.

Mãe d'Água (Pão de Açúcar). Aparece sempre de noite que é quando se ouve a zoada dela. Cava e quebra a ribanceira (do rio) quando andam na vadiação. Há muitas. Parte de gente, parte de peixe.

Pelo que me disseram em Aricuri a Mãe D'Água pode ter mais ou menos um metro de altura.

Mãe d'Água — Parece-se com gente, tem o cabelo muito grande. Às vêzes apanhando de jeito pega gente para carregar para onde ela mora. Há muitas. Moram debaixo d'água. Aparece a tôda hora, de dia e de noite. Elas cavam, derrubam as ribanceiras de beira de rio, por vadiação. (Vila Nova). Da cintura para baixo é peixe e para cima é cabocla, com um cabelão que bate na cintura. Só toma banho de noite que é quando aparece. Não canta como as sereias do mar (Penedo). Tem um cabelão grande que derrama em baixo. É um modo de caboclinha. O corpo é todo de gente. Dizendo-me que era o corpo todo de gente, perguntei-lhe qual era a forma do pé, e êle a tudo isto, respondeu: [o pé] "não sei porque não vi as pisadas della". É vermelhinha da côr de um caboclo. Agüenta o sol no tempo de verão. No inverno não aparece. Mora dentro d'água sai para terras, porém a morada dela é no rio. Há muitas mães d'água. Moram nos lugares mais fundos. Quando elas saem em algumas beiradas das corredeiras, elas vão vadiar ali e cavam a terra e o barro cai. Quase sempre cavam onde tem plantações de mandioca, feijão, milho... Quem planta tudo isto na beirada perde por causa delas (Aricuri).

É uma espécie de cabocla com o cabelo todo derramado, metade gente, metade peixe. Mora no rio (Propriá). É uma tapuinha com um cabelo muito grande. Às vêzes vira-se em cágado dourado e a gente quando o apanha é a Mãe d'Água. Cava as beiradas do rio por baixo e estraga as plantações. Às vêzes se apanha ela na rêde, mas é muito raro (Curral de Pedras e Pão de Açúcar). É uma cabocla e do umbigo para riba é gente para baixo peixe (Furado). É tôda gente, com um cabelão muito grande e mora no fundo d'água (Paulo Afonso).

FRAGMENTO DE UM DICIONÁRIO BIO-BIBLIOGRÁFICO BAIANO

Agrário de Sousa Meneses, bacharel formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife em 1854; advogado na cidade da Bahia, sua pátria, deputado eleito desde 1856 até 1861 à Assembléia Legislativa Provincial de sua província, administrador do teatro público de São João, nomeado por ato do govêrno da província de 27 de outubro de 1858; membro do Instituto dos Advogados; sócio fundador e presidente do Conservatório dramático; sócio e vice-presidente do Instituto histórico, do Recreio literário, e de outras Sociedades literárias tôdas da Bahia; membro correspondente do Instituto religioso, do Conservatório dramático, da Sociedade propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro.

Nasceu a 25 de fevereiro de 1834, e foram seus pais Manuel Inácio de Sousa Meneses e sua mulher D.ª Ana Rosa Vicentina de Meneses, cabendo-lhe a glória de contar entre os seus próximos parentes o primeiro poeta repentista brasiliense Francisco Moniz Barreto, de quem se faz a devida comemoração no seu lugar. Foi batisado na freguesia da Sé. Faleceu prematura e repentinamente fulminado de apoplexia no teatro de São João, a tempo que aí desempenhava as funções de seu cargo, às 11 horas da noite de 23 de agôsto de 1863, ao finalizar-se a representação da festejada Companhia Spalding Rogers.

De uma extensa notícia biográfica, diz o Sr. Inocêncio Francisco da Silva em seu monumental *Diccionario Bibliographico Portuguez* (tomo VIII, pág. 17) que a seu respeito me foi remetida ainda em vida, e que de boamente trasladara para aqui, se o espaço o permitisse, vê-se que o seu nascimento fôra precedido de uma circunstância notável, e que talvez influísse por muito na curta duração da sua vida. "Até o fim do sétimo mês (são palavras textuais da biografia) a mãe de Agrário ignorava o fato da sua concepção, a qual era considerada pelo facultativo assistente como uma enfermidade cirrosa. Tudo quanto é medicamento prescrito para moléstias desta ordem, e que portanto se opõe à livre desenvolução do feto foi assim erradamente receitado para a infeliz senhora, em dano seu e de seu filho. Progredindo o mal, por que não obstante a medicina êle era simples fenômeno da natureza, um

acaso providencial fez aparecer uma mulher do povo, que apresentando-se em casa da enfêrma, e levada por uma inspiração afirmou que em vez disso, a senhora estava grávida, e, o que mais era, de um menino! A audácia daquela mulher ignorante não deixou de ofender o amor próprio dos homens da ciência. Fizeram ainda uma última conferência, em que decidiram que o mal era incurável, e que a vítima se resignasse ao sacrifício".

"Com êste desengano a doente obteve licença de abandonar a dieta, e entregar-se a essa triste liberdade com que se adoçam os derradeiros momentos do moribundo. A família retirou-se para o campo, onde a enfêrma sonhava passar dias mais serenos, e onde uma voz interna lhe dizia que aquela mulher havia falado verdade. A mudança teve lugar para o Bonfim em dezembro, e dois meses depois a enferma estava salva, tendo dado à luz um menino. Agrário veio ao mundo como quem escapa de um naufrágio: a tormenta exauriu-lhe as fôrças, e enfraqueceu-lhe a constituição física. Por muito tempo se duvidou da existência dêle, tanto era fraco e débil, tanto ainda sofreu até a idade adulta"!

A êste trecho da biografia do ilustre poeta que foi comunicado por In (*sic*) da Silva, cumpre por amor à justiça fazer uma retificação. O caso é êste: havia uma mulher pobre, de nome Maria, que costumava esmolar em algumas casas de sua amizade, e foi quem deu a notícia de uma comadre parteira sua conhecida, de nome Josefa, moradora à rua Direita do Colégio junto à Biblioteca pública. Josefa foi chamada, e então depois de seu exame declarou que a enferma estava grávida, e de um menino. O médico assistente que já não pertence ao número dos vivos, receitou até 24 de dezembro de 1833, e eu tive ocasião de ver suas receitas em poder do pai de Agrário: mandou o médico aplicar à enferma quarenta sanguesugas da primeira vez, e daí a dois dias outras quarenta! As sanguesugas fizeram-lhe derramar grande quantidade de sangue, causou assim um abalo extraordinário. Ela foi, em verdade completamente desenganada pelo médico assistente, e não pela conferência, que nunca houve.

Foi o Dr. Agrário o primeiro poeta dramático da Bahia, e um entre os primeiros do Brasil. Há em suas obras, que gozam de merecida estimação, coisas que revelam grande gênio. Foi incontestàvelmente um dos brasileiros que, em sua idade, mais serviram ao país enriquecendo-lhe a literatura. Parlamentar distinto, ...

[16 linhas inutilizadas no original]

....

tais escritos nacionalizaram, o teatro, onde recebeu os mais vivos e estremecidos triunfos de um público admirado dos prodígios de seu verbo, o teatro, que o acabava de coroar príncipe de nossa literatura dramática, havia de ser-lhe o leito funerário, ainda juncado dos recentes louros!..." Os homens de letras guardam com profundo respeito seu nome, e a Bahia, a Atenas americana que tão justamente deve desvanecer-se por lhe ter dado o berço, eternamente o panteará. O mérito de Agrário já como poeta, já como dramaturgo, pode bem avaliar-se pelas obras que nos deixou, e não sofre contestação.

Seja-me permitido para pintar seu caráter, transcrever aqui as eloqüentes frases com que o descreveu o distinto dramaturgo, o Sr. Constantino do Amaral Tavares, que por parte do Instituto Histórico da Bahia, assistiu ao seu enterramento:

"A flor mimosa, rociada aos albores da aurora, quando apenas começa expandir seus odores, perfumando as brizas, que passam, rumorejando nos ares, cai muitas vêzes crestada pelos raios coruscantes do sol do meio dia; assim, certas existências que todos vimos principiar, completam sua carreira, que parecia que nem ao menos havia atingido seu ponto culminante; assim, desaparece da terra o Dr. Agrário de Sousa Meneses!

"Vimo-lo ainda ontem, cheio de vida, espairecendo douradas esperanças em azulados horizontes; vimo-lo, trabalhador incansável, propugnando pelas idéias liberais, na imprensa; pela imortalidade dos nossos grandes homens no teatro; vimo-lo, no momento supremo, artista de coração aplaudindo à arte em uma de suas manifestações; vemo-lo agora mudo, frio, sem voz, sem alento!

"Curtas horas viveu, mas delas fica o vestígio nas instituições, de que foi um dos fundadores; na assembléia provincial em que pronunciou sua palavra eloqüente; na poesia, em que desferiu melodiosos cantos; no drama e no jornalismo, que ilustrou com seus escritos.

"Não foram, pois, inglórias.

"Tinha, porém, êle produzido a obra imortal, que a tôdas as inteligências superiores incumbe a Providência?...

"Tinha prestado à pátria todos os serviços, que ela tem direito de exigir de seus melhores filhos?

"Tinha justificado a fé, que nele depositavam seus amigos?...

"Tinha acabado de pagar essa dívida de amor, de extremos, que contraíra com seus velhos pais, com sua jovem e carinhosa espôsa?...

"A morte passou e um mundo inteiro de ilusões fagueiras, de sonhos lisonjeiros, de planos, de idéias, a vida, enfim, tudo sumiu-se, e ùnicamente resta, por alguns momentos ainda, o seu corpo inanimado, para ver-se, e seu nome, que será sempre uma recordação pungente!

"Porém ao mesmo tempo que bela morte, senhores! Em seu pôsto de honra, no exercício das funções, que lhe dera a confiança do govêrno, velando pela tranquilidade do povo reunido naquele teatro, que tanto amor lhe merecia; sorrindo ainda ao gôzo que mimoseara seus sentidos intelectuais, encara seu pai, que tanto o amava, e cai-lhe de súbito aos pés, como que pedindo-lhe sua derradeira bênção, para poder transportar-se à eternidade!

"Servem de alívio ao coração plangente as reflexões do espírito?...

"Tudo findou: vai fechar-se o túmulo, vai encarrar-se o cadáver, façamos nossa oração. Como o navio, que havia pouco, lutava contra as ondas, é engolido pela voragem, quebrado do raio, despedido dentre os bulcões da tempestade; como o soldado, que no recrudescer da batalha, cai, largando a espada, ferido da bala; assim desaparece da terra o Dr. Agrário de Sousa Meneses!...".

1.°) No Conservatório Dramático da Bahia existe um seu retrato de meio corpo, com a seguinte inscrição: *"O Conservatório Dramático agradecido ao seu fundador o Dr. Agrário de Sousa Meneses — 15 de agôsto de* 1866". Êste retrato foi colocado com licença do Sr. bacharel Pedro Leão Veloso, quando vice-presidente da província.

2.°) Para sua biografia veja-se o discurso necrológico recitado na sessão especial, que fez o Instituto Histórico da Bahia em 22 de novembro de 1863 em honra da sua memória pelo Sr. Manuel Correia Garcia, inserto no periódico do mesmo Instituto de págs. 51 a 60; — o Elogio histórico escrito pelo Dr. Antônio Álvares da Silva, na obra abaixo citada sob n.° ... de pág. 3 a 40; o relatório pronunciado no dia 15 de agôsto de 1866, em sessão magna anual do Conservatório dramático, pelo Dr. João Pedro da Cunha Vale, inserto no Farol, n.° 153, de 30 de agôsto do mesmo ano; o Diário da Bahia n.° 191, de 25 de agôsto de 1863

e o Jornal da Bahia n.° 3.029 do mesmo dia; o Direito n.° 20, de 28 do mesmo mês; a Nova Época, o Brasil, e a Constituição, números do citado mês, cujos artigos foram transcritos no Direito n.° 21, de 2 de setembro; o Jornal do Comércio do Rio, n.° 244, de 4 de *setembro do citado ano, de 1863, nas correspondências da* Bahia, de 31 de agôsto; e a Bahia Ilustrada, n.° 32, de 25 de agôsto de 1867: aí se diz erradamente que Agrário falecera na noite de 22 de agôsto de 1865!

Passemos agora à enumeração de suas obras:

1) *Matilde, drama em cinco atos e em verso. Recife, Tipog. Universal,* 1854, *in-8.°, de* 144 *págs. num. incluindo as notas e erratas.*

A aparição desta tragédia composta nas férias de 1853 e publicada a esforços dos colegas do autor, foi saudada unânime e lisongeiramente por tôda a imprensa brasílica: e, por conseguinte, esta uma das provas mais inequívocas de seu grande merecimento. Tenho presente o *País* e o *Guaicuru,* periódicos que então se imprimiam na cidade da Bahia.

"É um drama a caráter nacional, (Diz o *Guaicuru* n.° 527) que urdido sôbre um fato especial, de ordem secundária, toma por plano fundo histórico a época mais gloriosa de nosso país, a página mais brilhante de nossos fastos — a independência e emancipação da pátria em 1823. Ressente-se, talvez, num ou noutro ponto da precipitação com que o escreveu o autor no estreito espaço de suas férias no ano próximo findo — sem embargo do que exibe multiplicadas e não equívocas provas do bem aproveitado talento, e capacidade superior daquêle nosso esperançoso compatriota, pela discreta combinação e harmonia do enredo dramático, pela fluidez do estilo, e, sobretudo, pela cívica unção que reina sôbre o seu todo e o domina". (*Guaicuru,* n.° 527, de 19 de agôsto de 1854).

"Reconhecemos a exigüidade de nossa compreensão para bem aquilatar no seu devido mérito uma composição poética de tão subido valor. Estamos mesmo convencidos de que uma ou outra falta por ter cometido o seu ilustre autor, tanto pela sublimidade do assunto, como por ser a primeira produção de seu grande gênio, sem o espaço preciso para uma séria e constante meditação como é de mister para semelhantes trabalhos, por ter de entregar-se ao estudo das importantes matérias, que requer o curso do último ano para o bacharelado em direito.

"Contudo, somos levados a crer, que, se alguma falta se deu, quer na construção do verso, quer na combinação do enredo e caráter de seus atores, essa falta, ou defeito, se porventura existe, deve-lhe ser relevada, atento aos bons desejos de concorrer com os seus *talentos e ilustração para o engrandecimento e progresso* de nossa pátria literatura, animando com seu exemplo outros muitos talentos, que porventura entre nós existem". (*País*, n.° 38, de 10 de agôsto de 1854).

A propósito desta tragédia Francisco Moniz Barreto nos diz:

"Cultor das Musas, férvido, mimoso,
Em Olinda ostentou-se. No lirismo
Versado apenas, dedicou-se ao drama,
E — Matilde — nos deu; um monumento
De glória para êle, em sua idade,
E também para a pátria..."

A edição acha-se de todo exausta. É muito raro aparecer no mercado algum exemplar.

2) Discurso proferido na Faculdade de Direito do Recife por Agrário de Sousa Meneses, por ocasião de lhe ser conferido o grau de bacharel formado em Ciências Sociais e Jurídicas, e mandado imprimir por seu amigo e colega o bacharel José Pires Falcão Brandão. *Recife, Tip. Universal*, 1854, 8.°, *de 7 págs. num.*

3) Discurso proferido na instalação do Conservatório Dramático da Bahia, pelo Dr. Agrário de Sousa Meneses, e mandado imprimir por seus amigos. *Bahia, Tip. de A. O. da França Guerra*, 1857, 8.° *gr. de 20 págs.* É êste discurso de muito mérito e importância literária. Possuo um exemplar, que conservo em grande estimação, devido à generosa liberalidade do pai do ilustre poeta e dramaturgo.

4) Calabar, drama em verso e em cinco atos. *Bahia, Tip. de Epifânio Pedrosa*, 1858, *in*-8.° *gr., de VI-XVI*-186 *págs.* É precedido de um prólogo do autor, que contém algumas particularidades de sua vida literária, e por uma famosa carta sua em que define a situação literária do país e do século, a qual acompanhou a remessa do drama, dirigida ao Conservatório Dramático do Rio de Janeiro. Termina com o juízo crítico, lido no Conservatório da Bahia pelo Dr. Antônio Álvares da Silva, e mui lisongeiro para o autor.

Calabar, dotado de todos os toques da primeira tragédia brasileira, prima pela elegância do estilo, pela beleza dos conceitos, pela delicadeza das imagens, pela felicidade das comparações. É um belo poema para ser lido. O Sr. Manuel Pinheiro Chagas, distinto escritor português em seu romance histórico intitulado *Virgem de Guaraciaba*, cap. I, págs. 13 *in fine*, diz que Agrário (a quem chama de exímio escritor), doou à literatura portuguêsa e brasileira êsse esplêndido livro que se intitula — *Calabar*.

O modo lisongeiro e unânime com que a imprensa brasileira acolheu esta primorosa produção do célebre poeta bahiano, dispensa de qualquer comentário que se lhe possa fazer.

Em 1856 o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro convidou a prêmio distinto os nossos escritores dramáticos, pedindo-lhes um drama sôbre assunto nacional, de preferência histórico. Segundo foi o programa, Agrário compôs o *Calabar*, e para o dito Conservatório enviou-o. Passados alguns meses, e não havendo ainda aquêle Conservatório deliberado acêrca do mérito dos diversos dramas ali enviados, Agrário retirou o seu do concurso para ser representado na Bahia pelos estudantes da Faculdade de Medicina em 7 de setembro de 1857. No ano seguinte dando-se à luz da publicidade o drama, e chegando ao conhecimento do referido Conservatório, Agrário recebeu a seguinte felicitação dirigida pelo mesmo Conservatório: — "Ilm.º Sr. O Conselho Administrativo do Conservatório Dramático Brasileiro, em sessão de 19 do corrente mês, resolveu, por proposta de um de seus membros, que fôsse consignada na respectiva ata uma menção honrosa, e ao mesmo tempo dirigida a V. S. uma felicitação pelo merecimento literário e artístico do drama em verso, composto por V. S. intitulado — Calabar — que fôra inscrito, no concurso instituído pelo Conservatório no ano de 1856, e retirado no ano seguinte; assegurando a V. S. que teve grande sentimento por não poder galardoá-lo com o prêmio prometido à melhor das composições inscritas, ao qual o referido drama teria inquestionável direito, se V. S. não houvesse renunciado a êle retirando-o antes do julgamento definitivo do concurso.

"Comunicando a V. S. esta resolução do Conselho Administrativo do Conservatório Dramático, rogo a V. S. que leve sua condescendência ao ponto de aceitá-la como um testemunho solene da simpatia e aprêço que o mesmo Conservatório consagra ao belo talento de que V. S. é dotado.

"Deus guarde a V. S. Secretaria do Conservatório Dramático Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1858.

Ilm.° Sr. Dr. Agrário de Sousa Meneses. — *Antônio Luís Fernandes da Cunha, 1.° Secretário*".

Note-se porém que o Conservatório não premiou a nenhum outro dos concorrentes daquela época, e sendo o drama retirado do concurso para ser representado na Bahia, até hoje ainda não foi levado à cena, pôsto que fôssem os papéis distribuídos pelos referidos estudantes para ser representado.

Isto deu matéria para Francisco Moniz Barreto dizer:

"... Em surto de águia
Remontando-se além, co'a pena ilustre
Dá vida a Calabar, e à cena entrega-o.
Se não no palco, em tribunal exímio
Teve êsse drama, preferido a outros,
A justa palma do louvor honroso".

(Direito, n.° 19, de 23 de agôsto de 1863).

5) D. Forte: poema homeopático, produção de um principiante na arte, oferecido ao Sr. Gabriel Plosclek Fortes de Bustamante. Sem indicação de lugar nem ano; mas foi impresso no Rio de Janeiro, Tip. de Quirino & Irmão, 1863, 8.° gr. de 12 págs. inumeradas. Esta composição satírica que saiu anônima é também atribuída a Agrário, mas até agora não me acho habilitado para afirmar positivamente que ela seja sua, ainda que êle cultivasse a sátira como é sabido. É rara e a tiragem dos exemplares foi mui diminuta. Apenas vi um único exemplar em poder de um amigo meu.

Diz-se que as pessoas que serviram de assunto a esta composição satírica se acham uma na Capital e outra no interior da Bahia.

Póstumas se publicaram as seguintes:

6) Os miseráveis, drama em cinco atos. Bahia, Tipografia Poggetti de Tourinho, Dias & C.ª, 1863, 8.° gr. de XVI-194 páginas. É precedido por um prólogo do Sr. Constantino do Amaral Tavares.

É um drama de costumes, em que se fala um bocadinho de tudo e cuja moralidade é mostrar que os miseráveis não são os pobres, mas que a verdadeira miséria está no vício. Há muitos ditos agudos e felizes. No Rio de Janeiro êle foi escolhido em 1864 para a inauguração da Sociedade Dramática denominada Boemia Dramática Nacional, e recebeu os mais calorosos aplausos

do público fluminense. Por essa ocasião falaram dêle com honrosa menção o *Jornal do Comércio*, a *Semana Ilustrada*, *Pátria*, o *Correio Mercantil*, o *Diário do Rio*, o *Bazar Volante*, etc...

....

[No original seguem-se 68 linhas riscadas].

....

7) Obras inéditas do Dr. Américo de Sousa Meneses precedidas de um Elogio histórico escrito pelo Dr. Antônio Álvares da Silva, e mandadas publicar pela Sociedade Acadêmica Recreio Dramático. Primeiro volume. (Bartolomeu de Gusmão, drama em três atos). *Bahia, Tipografia Constitucional de França Guerra*, 1865, 8.° *gr. de* 197 *págs.* É um drama histórico cheio de peripécias bem combinadas, e de admiráveis rasgos, por onde se revela profundo estudo do coração humano e da história, como em quase tôdas as composições dramáticas do ilustre poeta. Esta excelente e festejada composição foi escrita ao correr da pena em dez dias, e quando o autor a entregava às manifestações esplêndidas e vivificantes da cena foi roubado da face da terra!

A tiragem foi de quinhentos exemplares, que ainda não foram distribuídos, nem expostos à venda. O exemplar que possuo devo à generosa liberalidade do pai do autor; pelo que lhe sou mui grato.

Segundo Volume. Poesias. — Apenas se imprimiram uma fôlha de oito páginas sem rosto, na mesma Tip. Const. de França Guerra e no mesmo ano de 1865, da qual possuo um exemplar à custa de grandes diligências. Por um dever de justiça cumpre-nos dizer que as duas poesias estando a 2.ª *incompleta* já haviam sido impressas. Contém uma ode à morte do visconde de Goiana. Consta de uma ode intitulada *A liberdade* e o comêço de uma Elegia à morte do visconde de Goiana.

Agrário começou cedo seu tirocínio literário, e aos dezoito anos de idade já estava iniciado na carreira de escritor e jornalista político. Publicou numerosos artigos de prosa e verso no *Liberal*, *Eco Pernambucano*, e *Diário de Pernambuco*, bem como no *Prisma*, na *Estréia*, no *Estudante* e em outras fôlhas periódicas. Depois de formado em 1854, e voltando para sua província natal, aí tomou parte na redação do *Jornal da Bahia*, e passou a escrever sucessivamente no *Diário da Bahia*, no *Povo*, no *Caieiro Nacional*, no *Noticiador Católico*, na *Opinião*, no *Guaicuru*, na *Semana*, no *Protesto*, no *País*, no *Norte*, sendo também correspondente do *Correio da Tarde*, jornal do Rio de Janeiro.

Além das peças dramáticas que constam estampadas deixou inéditas, entre outras, as seguintes:

8) *O Retrato do Rei*, comédia em três atos.
9) *Os Contribuintes*, comédia.
10) *O voto livre*.
11) *Uma festa no Bonfim*, farsa.
12) *O príncipe do Brasil*, comédia em três atos.
13) *O dia da independência*, drama.

Estas e outras mais peças teatrais, que foram levadas à cena com favorável acolhimento, são do mais súbido quilate que aí correm paralelas com as melhores composições de seu gênero.

Dentre os seus numerosos artigos de prosa e verso tenho presente os seguintes:

14) Soneto ao dois de julho. Saiu no Eco Pernambucano, n.º 90, de 23 de julho de 1852, pág. 4, col. 2.ª.

15) *O Zoilo*: fábula oferecida ao pseudo-crítico da Estréia, que por uma verdadeira antífrase assinou-se o *Amante das letras*. Inserta no *Diário de Pernambuco*, n.º 122, de 29 de maio de 1854. Pôsto que não traga seu nome esta produção satírica é da sua pena.

16) Elegia à morte do Ilm.º e Exm.º Sr. Visconde de Goiana. Inserta no mesmo Diário, n.º 180, de 8 de agôsto de 1854.

17) Sonetos, feitos e recitados em Olinda nos dias 1.º e 2.º de julho de 1854. Saíram no Guaicuru, n.º 527, de 19 de agôsto de 1854, e no País, n.º 38, de 10 do mesmo mês e ano, transcritos da Estréia, n.º 3.

18) Poesia feita à trasladação dos ossos do General Labatut. Saiu no País de ... de setembro de 1854. Labatut foi um dos que fizeram a gloriosa independência da Bahia. Quando seus ossos foram trasladados para Pirajá, foi talvez o Dr. Agrário o único, que longe da pátria, dirigiu-lhe um canto de saudosa recordação. É esta uma produção que merece a maior atenção dos bahianos.

19) A liberdade. Ao meu primo e amigo o Sr. Francisco Moniz Barreto. Esta excelente ode saiu no *Liberal Pernambucano* de setembro de 1854, e foi transcrita na Guaicuru n.º 551, de 26 de outubro do mesmo ano.

20) A minha lira. Esta belíssima poesia saiu inserta no Guaicuru n.º 602 e 603, de 28 de fevereiro de 1855, à pág. 4.

21) Ao meu primo e amigo Francisco Moniz Barreto, no dia de seus anos. É uma maviosa poesia que foi inserta no Protesto n.° 4, de 25 de abril de 1855, pág. 3.

22) A morte do Dr. Américo Brasílio de Sousa. Poesia oferecida ao Revm.° Pe. M.° frei Francisco da Natividade Carneiro da Cunha. Inserta no Protesto, n.° 7, de 11 de maio de 1855, à pág. 3.

23) Discurso recitado pelo Sr. Dr. Agrário de Sousa Meneses, na instalação da Sociedade. Ensaio Literário. Saiu no "Jornal da Bahia", n.° 592, de 12 de maio de 1855.

24) Soneto feito e recitado na noite de 24 de junho em Cachoeira. Saiu no Caixeiro Nacional, n.° 14, de 7 de julho de 1855, pág. 4, col. 2.ª.

25) Poesia dedicada ao patriótico regimento do triunfo e recitada na sua passagem para a Lapinha na noite de 1 de julho, por seu autor, etc. Saiu no Protesto, n.° 17, de 9 de julho de 1855.

26) Ao glorioso dia 25 de junho. Poesia oferecida aos meus estimáveis amigos, os Drs. Antero Cícero de Assis e Cincinato Pinto da Silva.

AMANDO GENTIL, nasceu na cidade da Bahia a 12 de novembro de 1829, sendo filho legítimo de Antônio Gentil Ibirapitanga. Dispondo seu pai de pequenos recursos pecuniários, não pôde dar-lhe a instrução literária que desejava, mas conseguiu aplicar-se ao estudo das línguas portuguêsa, francesa e espanhola, bem como ao curso de matemática elementar. Dedicou-se por espaço de dois anos à arte tipográfica, e, entrando em curso, foi nomeado praticante da Tesouraria da Fazenda da sua província em 21 de dezembro de 1852, lugar que exerceu até 17 de julho de 1854. Dêste ano a 1856 foi revisor do Jornal e Diário da Bahia. Em 4 de dezembro de 1855, em vista da prova em concurso, foi nomeado conferente da Mesa de Rendas provinciais, e, como fôsse restituído a êsse lugar o empregado que ocupava, passou para a Tesouraria como 3.° escriturário em 15 de fevereiro de 1856. Em 18 de julho do mesmo ano foi promovido a 2.° escriturário. Em 1857 delineou o plano de um mecanismo destinado à taquigrafia, cujos desenhos apresentou ao presidente da província, então o Sr. Senador João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, não podendo levar a efeito a realização de tal mecanismo, por faltarem-lhe os meios e negar-se a presidência de emprestar o quantitativo necessário. Em janeiro de 1865 alistou-se no batalhão de voluntários da pátria, ao mando do sempre lembrado Tenente Coronel José da Rocha Galvão, uma das maiores glórias da nossa província, na qualidade de alferes da Guarda Nacional. embarcando com destino ao Paraguai no dia 17 de Março do mesmo ano. Chegando ao Rio de Janeiro, obteve a comissão de Capitão e seguiu para a campanha, onde assistiu a diversos combates, desde a jornada de Jataí, sendo ferido no combate de 16 de julho, em Tuiuti, onde ganhou o hábito de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Foi também condecorado com as medalhas de Jataí e de Uruguaiana. Depois de sofrer vários desgostos, em conseqüência da má vontade de alguns oficiais do exército, para com os voluntários, voltou em 1868 para a sua pátria, onde reassumiu o exercício do seu emprêgo em agôsto do mesmo ano. Foi promovido a oficial da Secretaria da referida Tesouraria em 16 de janeiro de 1869. Criada na Secretaria de Govêrno, pelo Exm.° Barão de São Lourenço, uma seção especial de estatística, por ato

de 8 de abril de 1871, foi nomeado oficial desta seção, cargo que tomou posse a 10 do citado mês. Tem publicado o seguinte:

1) Mapa administrativo da província da Bahia. Bahia Lit. Jourdan & Wirz, 1862, uma fôlha de fol. gr. Êste mapa contém a divisão em comarcas, cidades, vilas, coletorias, freguesias, povoações, arraiais, capelas, aldeias, etc., com as distâncias em léguas da capital, bem como as distâncias relativas das cabeças de comarcas. A tiragem foi de 600 exemplares.

2) Coleção de índices anexa ao Mapa administrativo circular da província da Bahia, feito em 1862 por etc. Bahia, Tip. de Antônio Olavo da França Guerra, 1862, 4.° gr. de 18 págs. Tanto o mapa acima descrito como esta Coleção de índices foram adotados nas repartições públicas da província.

3) Quadro da divisão da província da Bahia. Bahia, Tip. de Camilo de Lelis Masson & C.ª, 1869, fol. gr., uma fôlha. Êste quadro, que é para o uso da Tesouraria Provincial e repartições subordinadas, contém cinco divisões em comarcas, cidades, vilas, coletorias e freguesias com a renda média da capital e de cada uma das coletorias.

4) Guia para facilitar o pagamento e cobrança do impôsto do sêlo, conforme o regulamento que baixou com o Decreto número 4.505, de 9 de abril de 1870. *Bahia, Tip. Constitucional,* 1870, 8.° gr. de VI-39 págs. Tirou-se 1.000 exemplares. Possuo um devido à generosidade do autor.

Conserva em seu poder ainda inédito o seguinte:

5) Mapa da divisão administrativa, fiscal, judiciária e eleitoral da província da Bahia, 1869, fol. gr., uma fôlha. Êste contém a mesma divisão do outro acima descrito sob o n.° . . . e aumentado conforme indica o seu título, acrescendo ainda não só a renda média provincial, como a que se cobra em cada uma das coletorias. Tive ocasião de vê-la, e sendo de alguma utilidade o seu fim muito conviria quanto antes a sua publicidade.

FRANKLIN DORIA. 12 de julho de 1836. Nascimento.

16 de dezembro de 1859. Bacharel em ciências jurídicas e sociais.

2 de abril de 1860. Nomeado promotor público da capital da Bahia, interino.

15 de junho de 1860. Nomeado promotor público da Cachoeira, 1862 a 1863. Deputado à Assembléia provincial da Bahia.

3 de fevereiro de 1864. Nomeado promotor público da capital da Bahia.

1864 a 1865. Deputado, reeleito à Assembléia provincial da Bahia.

28 de maio de 1864 a 6 de agôsto de 1866. Presidente do Piauí.

6 de setembro de 1866. Oficial da Ordem da Rosa.

2 de novembro de 1866 a 28 de abril de 1867. Juiz de órfãos da capital da Bahia.

29 de maio a 28 de outubro de 1867. Presidente do Maranhão.

21 de setembro de 1867. Nomeado Juiz de Direito da comarca de Gequitaí, Minas Gerais.

12 de outubro de 1867. Comendador da Ordem da Rosa.

3 de dezembro de 1867 a 1 de maio de 1868. Chefe de Polícia da Bahia.

30 de maio de 1868. Casamento.

29 de agôsto de 1868. Juiz de Direito da comarca, designada, de Inhamuns, Ceará.

Agôsto de 1868. Advogado nos auditórios da côrte do Rio de Janeiro.

18 de maio de 1870. Membro efetivo do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

1877. Deputado à Assembléia Geral, pelo Piauí.

30 de novembro de 1878. Nomeado Lente catedrático do Imperial Colégio de Pedro II.

1878 a 1881. Deputado, reeleito à Assembléia Geral pelo Piauí.

28 de junho de 1880 a 7 de abril de 1881. Presidente da província de Pernambuco.

26 de fevereiro de *1881*. Agraciado com a Carta do Conselho de S. M. o Imperador.

15 de maio de 1881 a 21 de janeiro de 1882. Ministro da Guerra.

3 de novembro de 1881 a 21 de janeiro de 1882. Ministro dos Estrangeiros, interino.

1882. Deputado, reeleito à Assembléia Geral pelo Piauí.

Novembro de 1882. Agraciado com a Grã Cruz da Ordem da Águia Vermelha, da Alemanha.

OBRAS

Memorial do processo Adrião Chaves, apresentado aos Exmos. Srs. desembargadores da Relação da Bahia. *Bahia, Tip.* e *Livraria* de E. Pedrosa, *1860, in-8.°*.

Relatórios do Piauí de 1864, 65 e 66.

Relatórios com que passou a administração do Piauí em 1866.

Relatório apresentado ao presidente da Bahia, como chefe de Polícia da mesma província. *Bahia, Tip. de Toirinho & C.ª*, 1868 *in*-4.°?

Processo intentado pelo Sr. Coronel José de Araújo Costa contra o Sr. Deputado A. Coelho Rodrigues (Análise pelo advogado Franklin Doria). *Rio de Janeiro, Tip. Americana,* 1870, *in*-8.° de 63 pp.?

Defesa escrita de Joaquim Gonçalves de Morais. *Rio de Janeiro, Tip. Perseverança,* 1871, *in*-8.° gr.

Razões de recenso do acusado supradito. *Rio, Tip. Perseverança,* 1872, 8.° gr.

Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 13 de janeiro de 1873. *Rio, Tip. da Reforma,* 1873, 8.° de 63 pp.?

Discurso sôbre a reforma constitucional, proferido na Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1879. *Rio, Leuzinger &* Fre., 1879, 8.° gr.

Relatório de Pernambuco de 1881 e Relatório com que passou a administração.

CORRESPONDÊNCIA

ATIVA

I

CARTAS DE VALLE CABRAL AO CONS.º JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1886.

Ex.mo amigo e Snr. Cons.º Paranhos.

Accuso o recebimento da carta de V. Exc.ª de 16 de Março e em breve irão os dados que deseja. Nesta occasião remetto alguns pela correspondencia registada; peço a V. Exc.ª mil desculpas pela demora.

Faço muito empenho por possuir cópia de algumas cartas publicadas em italiano em uma collecção jesuitica do XVI seculo, e peço a V. Exc.ª este favor, no que me dará muito gosto. Incluso achará V. Exc.ª a nota da collecção e das cartas que desejo.

O Silveira Caldeira, o Abreu e eu estamos publicando — *Materiaes e achêgas para a historia e geographia do Brasil,* e de presente estamos às voltas com os Jesuitas.

Com a maior consideração e estima sou

De V. Exc.ª
att.º ven.or e criado obgo.
Valle Cabral

II

Ex.mo amigo Cons.º Paranhos.

Com summo prazer recebi sua estimável carta de 24 do mez passado e ficando sciente do que nella me diz, agradeço-lhe antecipadamente o novo favor.

A Bibl. Nac. recebe o Catalogo de Quaritch e nelle procurei o acusado n.º 28.579, 28.597 (*sic*) que descreve os 4 vols. da

collecção de *Avisos* jesuiticos impr. em Roma. Não tinha noticia desta collecção, que evidentemente é diversa da de Veneza; basta saber-se que ella foi publ. em 1553 e que a de Veneza encerra cartas de 1558 e 1561. É possível porém que algumas das cartas de 1549-1552 da collecção de Roma estejam repetidas na de Veneza. A Bibl. Nac. apenas possue os dois 1.os vols. da ed. de Veneza, como já lhe disse na minha carta anterior.

De presente estou às voltas com o Padre Nobrega e peço-lhe o favor de mandar-me em 1.º logar copia de tudo o que houver d'este Padre na collecção de Roma de 1553 e a unica carta do 3.º vol. da collecção de Veneza de 1565. Esta carta ocupa as oito primeiras folhas da collecção veneziana. Não me mande porém, caso estejam na collecção de Roma, as duas seguintes cartas de Nobrega, porque ambos se acham no 1.º vol. da coll. de Veneza:

"... Lettera... mandata dal Brasil al doctor Navarro, suo Maestro in Coymbra recenuta l'Anno 1552", datada da cid.e do Salvador a 10 de agosto de 1549; e

"... Lettere mandate dal Brasil... recenute l'Anno 1552. Informationi delle parte del Brasil".

Estas duas são exatamente as que sahiram no *Diario Oficial* de hoje.

Na edição em separado serão as cartas acompanhadas de algumas notas e de uma noticia bibliographica no final de cada uma, declarando-se quando e onde foram traduzidas ou publicadas pela 1.ª vez, quaes as ineditas, &. Por isso faço muito empenho por saber tudo o que diz respeito a Nobrega que se acha na edição em Roma de 1553. Tenha paciencia commigo. A Bibl. Nac. por ora não póde fazer acquisição d'esta preciosa edição, porque está com a verba quasi compromettida, pois espera comprar em breve toda a collecção Carvalho, que em grande parte figura no *Cat. da Exp. de Hist.* sob os nomes de D.ª Thereza e D.ª Antonia Rosa de Carvalho. Imagine o nosso pesar; mas um gosto compensa um desgosto...

No Catalogo (n.º 362) de Quaritch vejo ainda sob n.º 28.603 outra collecção de Avisos impr. em Brescia em 1579, com declaração de *quinta parte* (*). Ahi virá alguma carta do Brasil?

Ainda no mesmo Catalogo sob n.º 28.598 encontro outra colleção impr. em Saragoça (**) 1561, em que veem duas cartas do

(*) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Preço 125. Mandei escrever a Quaritch".

(**) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Escreveo-se a Q. Preço £ 36".

Brasil, ignorando todavia quaes os seus auctores. A Bibl. Nac. possue uma collecção de cartas impr. em Lisboa em 1555; nella acham-se quatro cartas dos missionários do Brasil; uma de Pedro Corrêa, duas do Hermano Joseph (José de Anchieta) e a ultima do Padre Juan de Aspilcueta, datada esta de Porto Seguro, dia de S. João, de 1555. Assim, desejo muito saber quaes são as duas cartas da ed. de Saragoça; e si fôr alguma de Nobrega, peço-lhe que me mande logo cópia.

A Bibl. Nac. possue a obra de Jomard e portanto o *fac-simile* da carta de Juan dela Cosa, como accusa o *Catálogo dos Cimelios da Bibl.* sob n.º 248, em nota.

A *Revista do Inst. Hist.* publicou uma descripção da batalha de Ituzaingo; sahio anonyma, mas foi escripta pelo Dr. Eunapio Deiró, segundo dados e documentos fornecidos pelo actual Visconde de Barbacena. Tenho pensado que os dados fornecidos talvez fossem extrahidos da *Historia do Marquez de Barbacena,* escripta por Antonio Augusto da Costa Aguiar, em dois volumes e cujo original msc. não se sabe onde para.

Recebeu a 2.ª remessa de copias que lhe mandei pouco antes ou depois da minha ultima carta? Incluso achará as partes officiaes de Mariath; mas bem sei que a minha missão ainda não está concluida. Depois irá o resto que tenha apurado. Si porem precisar de outros esclarecimentos, peço-lhe o favor de m'os ir dando as indicações. Como sabe, muito nos interessamos pelo seu trabalho e sinto não poder satisfazer logo e logo todos os apontamentos que deseja. Debalde procurei collecção do *Jornal do Commercio* de 1839 para mandar-lhe, no que teria muito gosto. Nem na Bibl. Flum.ᵉ nem no Inst. Hist. achei duplicado d'aquelle anno para pedir emprestado por alguns mezes, com a devida declaração de ir para fora do paiz. Em carta proxima occupar-me-hei d'estes objectos.

O *Tratado do Brasil,* cuja cópia lhe devo e muito agradeço, é de facto de Gandavo, como tive occasião de escrever ao Dr. Gusmão Lobo, que me pediu informações a respeito quando mandou-me o manuscripto. Contem muitas variantes do que foi publ. na Collecção Ultramarina e é ainda precioso por outras particularidades. Em occasião opportuna o daremos em edição crítica junctamente com a *História do Brasil* do mesmo auctor. Então teremos o prazer de contar a historia dos tratados de Gandavo.

O nosso commum amigo Capistrano de Abreu, que muito o admira e estima, tambem pede-lhe uma porção de favores que só elle poderia ter a coragem de pedir. Vai por conta d'elle. In-

cluso pois achará as indicações do que elle tanto deseja para a collecção do *Diario Official*.

Na Biblioteca Real de Victorio Emanuele em Roma existe um codice manuscripto, contendo.

1. Extracto da Historia universal do ... Polanco acerca do que toca a Portugal. Roma, 151 paginas (*).

2. Historia de la fundacion del Collegio de la Bahia de Todos los Santos y de sus residencias, 104 paginas de nova numeração.

3. Historia de la fundacion del Collegio del Rio de Janeiro y de sus residencias. Vae de pag. 105 a 143.

Estas indicações me foram dadas em 1879 pelo Dr. Carlos Henning, professor do Imperador, hoje na Allemanha; como desejo muito obter cópia dos dois ultimos manuscriptos, peço-lhe ainda o favor de mandar-me dizer si será possivel consegui-la por seu intermedio, responsabilisando-me eu pelas despezas.

Aqui ha idéa de fazer-se uma historia do Brasil ilustrada; o Abreu escreve até 1808, e que alguem d'ahi para cá conhece admiravelmente o periodo, nós o sabemos. Acceita? A dificuldade não é grande, pois mais da metade já está prompta, digo superada.

Sem tempo para mais, continuo sempre as suas ordens e creia que com toda a consideração e estima sou

Seu
admirador e criado obg.°
Valle Cabral

R.°, 19 de julho, 86.

NOTAS

O Visconde do Bom Retiro n'uma sessão do Instituto Historico em 1877, disse que lhe tinham mostrado em Napoles na grande biblioteca de San Martino (**), uma obra Mss. em dois volumes intitulada *Descrezione del Brasile,* cujo autor a tinta apagada não deixava ver (***).

(*) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Extratos de historia .... a la India y Portugal y otro de Brasil. Quinto extracto e sexto delle storie universale del P. Polanco.

(**) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Na Bibl. Nac.".

(***) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Pedi nota".

Em outra sessão, de 1880 si bem me lembro, elle deu ao mesmo respeito informações que não constam da acta, e que depois de alguns anos, elle não soube repetir a uma pessoa que as pediu.

Suspeito que o livro é de André João Antonil, pseudonymo do Padre João Antonio Andreoni, que em 1711 publicou um livro importantissimo sobre a *Cultura e opulencia do Brasil*, que o governo portuguez confiscou "porque entregava o segredo da terra aos estranjeiros", e que segundo Backer escreveu uma obra neste genero.

Si for de Andreoni, a tal descripção deve ser de importancia capital para o segundo seculo de nossa historia, que, concentrando-se todo nas guerras holandezas ao Norte e nas guerras hespanholas ao Sul, deixa de perto as bandeiras, os *conquistadores* (Bayão Parente, João Amaro, Domingos Jorge), a criação de gado, a povoação da vasta zona que vai de Carinhanha ao Itapucuru no Maranhão e os Jesuitas, &.

Desejo, pois, saber:

1.º Si pelo estudo do catalogo da Bibliotheca (S. Martino diz Bom Retiro em um caso, Nacional em outro) será possivel saber o nome do autor da Descrizione?

2.º Si é possivel obter-se uma lista dos capitulos?

3.º Si decidindo-se mandar tirar copia, será facil obter um copista e em que condições?

Em 22 de Março de 1877, o Visconde do Bom Retiro escreveu o seguinte de Venesa:

"Sabendo quando estive em Roma que o nosso vice-consul n'aquella cidade, o Sr. advogado Marchevini, moço, inteligente e litterato, estava há tempos, tomando nota de diversos livros e manuscriptos existentes nos archivos e dois conventos ultimamente secularizados e que se referem ao Brasil, pedia-lhe copia da dita nota. É a que consta dos papeis juntos".

Esta lista que se intitulava: *Manuscritti relative ao Brasil che si trovano nelle bibliotecha Victorio Emmanuele e Casanatence in Roma*, não existe mais no Instituto. Será possivel obter nova copia? O Sr. Marchevini deixou de ser nosso vice-consul por ter de retirar-se temporariamente de Roma (*).

(*) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Pedi".

Freycinet foi o primeiro ministro que franqueou aos amigos de estudos historicos os archivos dos Ministérios dos Estrangeiros.

É por conseguinte este um campo inteiramente desconhecido aos que se têm entregado à historia do Brasil.

Si nos lembrarmos que a partir de 1504 e até 1615 os francezes representaram na Historia do Brasil papel equivalente quasi ao dos Portuguezes, é impossivel deixar de esperar muita novidade.

Haverá meios de verificá-lo?

Foram nomeadas comissões de classificação, que já têm publicado alguns volumes de Instruções. Talvez com o membro da collecção que se ocupa de Portugal e cujo nome agora me escapa, seja possivel obter as necessarias informações e renseignements (*sic*).

As informações que desejo são exclusivas do seculo XVI. Talvez lá se encontrem tambem alguns exemplares completos do livro de Ives d'Evreux.

No collegio dos Jesuitas em Vangirard consta que existem alguns Mss. relativos ao Brazil, entre os quais uma colleção de biographia do padre Lopes de Asbizu, numa carta do padre Andreoni, relativo ao padre Vieira, que morreu quando Andreoni era reitor da Bahia. Quem dá esta noticia é Backer (Bibl. des écriv. de la Comp. de Jesus, IV, p. 349).

Ainda existem o collegio e os manuscriptos? Os Jesuitas, permitirão que se tire copia?

III

Exm.° amigo Snr. Cons.° Paranhos.

Ante-hontem escrevi-lhe pela correspondencia registada, acusando o recebimento da sua carta de 24 do passado e pedindo-lhe um batalhão de favores. Hoje ainda novos favores torno a pedir.

Existem dois opusculos de cartas jesuiticas que são de extrema raridade, e como d'elles desejo copia, ainda uma vez o encommodo, pedindo mais esse favor. O 1.° intitula-se:

Copia de umas cartas embiada del Brasil, por el *Padre Nobrega*, dela Companhia de Jesus, y outros Padres que estan debaxo de su obediência al Padre Maestre Simon... y a los

Padres y hermanos de Jesus de Coimbra. Tresladados de portugues em castelhano. Recebidas el año de 1551. *Sem logar nem anno de impressão, in-4.º* (Este opusculo é pequeno; contem apenas 27 paginas não numeradas. Como vê, é todo relativo ao Brasil. É o n.º 1.226, de Carayon, *Bibl. hist. de la Comp. de Jesus*) (*). É provavel que o Nobrega tenha ahi mais de uma carta e o que houver d'elle tenho muita urgencia e fico esperando pela sua resposta, para então fazer a edição em separado das Cartas. Já lembrei-me de um appendice, mas prefiro que ellas appareçam no livro chronologicamente, tanto quanto for possivel.

O 2.º opusculo é:

Compendio de algumas cartas que este anno de 1597 vierão dos Padres da Companhia de Jesus que residem na India e Corte do Grão Mogor, Reynos da China, Japão e no *Brasil,* em que se contem varias cousas. Lisboa, 1598, *in*-8.º.

Ignoro qual seu numero de paginas; mas é provavel que sejam poucas as cartas do Brasil, porque somente d'estas desejo copia. É o n.º 696 de Carayon (**). Si porventura tiver occasião de encontrar o Barão de Estrella, que reside em Paris, peço-lhe o favor de dar-lhe recommendaçãos minhas e dizer-lhe que estou esperando noticia da continuação das Memorias de Drummond ou de qualquer outro escripto do mesmo auctor. O Cons.º Drummond parece que escreveu extensa historia contemporanea do Brasil e é muito provavel que o original esteja entre os papeis do velho diplomata, em poder do Barão, seu genro. A Bibl. Nac. possue alguns fragmentos extensos da tal historia, trabalho diverso das *Memorias;* elles provieram do expolio do Dr. Mello Morais. Drummond mandou copia a este, e o original deve naturalmente existir. Convinha muito apurar si de facto elle ahi existe. Na *Gazeta Litteraria* publiquei alguns extractos das *Memorias,* que foram muito apreciados e sempre me pediam mais Drummond, apesar das suppressões que às vezes era obrigado a fazer.

Entre os papeis de seu pai, encontrei um do general Brown contendo uma exposição de factos e razões para justificar a sua pretenção de ser readmittido ao exercito brasileiro. São cinco folhas de folio, a que se seguem cinco documentos por copia. A exposição datada do Rio de Janeiro a 22 de julho de 1848, é original, digo é o proprio original com a assignatura autographa do general. Conhece?

(*) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Escrevi a Mll. Baron. Não se achou. Averei (*sic*) carta 4 nov.".

(**) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Remeto 3 nov.".

Aproveito a occasião para dizer-lhe que a *Collecção Rio Branco* é muito interessante. Já está quasi toda em ordem para ser acommodada em pequenas caixas de folha de Flandres para melhor garantir sua conservação. Quasi toda relativa à historia do Paraguay, contem numerosos documentos sobre a guerra e encerra alguns autographos de monarchas, chefes de Estados e pessoas notaveis da Europa e da America. Nella acham-se os papeis relativos ao aprisionamento do *Marquez de Olinda*, o 1.º passo dado por Lopes para encetar a guerra. Os papeis de Berges são em grande copia e as cartas de Lopes são tambem numerosas. Foi um presente muito valioso que a Bibliotheca Nacional lhe deve; quando principalmente a *Collecção Rio Branco* veiu em parte completar a *Angelis*.

Continuado as suas ordens creia que com a maior consideração e estima sou

Sempre seu
admirador e criado obg.º
Valle Cabral

Rio, 21 de julho, 86.

IV

Exm.º amigo Snr. Cons.º Paranhos.

Ainda mais um favor sobre tantos!

Peço-lhe o obsequio de examinar os *Documents inédits, concernant la Compagnie de Jesus* publ. pelo P.e Auguste Carayon e ver si entre elles ha algum relativo ao Brasil. Esta colleção foi publ. em Poitiers, 1863 a 1870 e consta de 22 vols. de 8.º. É muito rara, porque a edição foi de poucos exemplares. O livro Dufossé annunciou um exemplar por 400 francos, na sua *Americana*, 3.ª serie, n.º 7; provavelmente foi logo vendido (*).

Ultimamente escrevi-lhe tres cartas indo a 1.ª pela correspondencia registada; nellas accusei recebimentos das suas de 24, 25 e 26 do passado.

(**) Pela correspondencia registada tambem remetti-lhe um exemplar da *Batalha do Ituzaingo*.

(*) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Recebi. Já está enviado". Nada há que possa ser de interêsse para êste trabalho".

(**) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Recebi Já está enviado".

Acha-se prompto o n.º 1 dos *Materiaes e achêgas*, porém ainda não foi distribuido (*). A edição é de 500 exemplares. O que lhe pertence ahi chegará todo festivo e muito agradecido...

Sempre continúo as suas ordens

Seu admirador e criado obg.º

Valle Cabral

Rio, 30 de julho, 86.

V

Ex.^mo^ amigo Snr. Cons.º Paranhos.

Recebi com muito prazer as suas cartas de 23 de julho e de 1, 5, 9, 11 (duas), 12 e 14 do passado; e igualmente toda a copia da 3.ª e 4.ª partes dos *Diversi Avisii*. Duas das cartas (as dos p.^es^ Nobrega e Navarro) foram logo traduzidas e publicadas.

Nesta occasião não posso tractar de todos os assumptos das suas estimaveis cartas, o que farei em breve, talvez pelo vapor de 15 ou 20 do corrente.

Pela correspondencia registada remetto-lhe o que por ora pude colher nos jornaes de Buenos Ayres sobre as horas do nascimento do sol, &. Quanto às marés nada encontrei. Juntamente achará copia de dois documentos, que talvez lhe possam ser uteis.

Por intermedio dos Snrs. Faro & Nunes offereço-lhe o 2.º semestre do *Diario Fluminense* de 1826, faltando apenas o n.º 143 ou 145, n.º que traz um artigo que lhe deve interessar: mandarei copia. Encontrei-o à venda juntamente com os seguintes semestres: 1.º de 1823, 2.º de 1824 e 2.º de 1827. Antes do seu pedido eu já tractava da acquisição d'estes volumes para a Imprensa Nacional, onde tambem sou empregado desde fins de 1878. A Imprensa Nacional apenas possuia o 2.º semestre de 1826, que é o proprio exemplar que lhe mando. Fiz então o seguinte: adquiri p.ª mim o exemplar que estava à venda e com auctorização ao Snr. Nunes Galvão troquei-o pelo da Imprensa Nacional o exemplar que estava à venda é completo e tem muitas publicações avulsas distribuidas com o *Diario*, publicações que muito me interessam para o 2.º vol. dos *Annaes da Imprensa Nacional* (1823-31). Si encontrassemos o anno de 1825 e o 1.º semes-

(*) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Recebi. Já está encadernado".

tre de 1826, os adquiriria para mim, somente para ter o gosto de emprestar-lhe pelo tempo que quizesse; depois os offereceria à Imprensa Nacional. Os quatro volumes agora adquiridos pertenceram ao Dr. J. A. A. de Carvalho, que os vendeu ha uns quatro ou cinco annos ao Cruz Coutinho; o resto da collecção (não sei se completa) é provavel que em breve venha para a Biblioteca Nacional e depois passarão para a Imprensa Nacional, como espero. Mas antes de entrarem para a Imprensa, pedirei ao Doutor Saldanha permissão para mandar-lhe emprestado sem praso determinado os volumes que deseja consultar para os seus interessantes trabalhos. Nem na Biblioteca Fluminense nem no Inst. Hist. existem duplicados do *Diario*. A Biblioteca Nacional apenas possue uma unica collecção.

No 3.° vol. das *Memorias da Bahia* de Accioli acha-se uma "Breve descripção dos factos da marinha brasileira durante a luta da Ind. da B.ª pelo cap. t.ᵉ Ant.° Pedro de Carvalho, 1835". Comprehende o periodo de 1 de janeiro de 1822 a começo de 1824. Tambem no 6.° vol. acham-se algumas referencias que talvez lhe possam interessar. O Abreu possue a obra de Accioli, e si V. Exc.ª não a tem, posso mandar-lhe os referidos dois volumes emprestados.

Em 1883 publicou-se na Imprensa Nacional de Lisboa o 1.° vol. de vasta collecção de *Documentos para a hist. das Cortes Geraes da Nação Portugueza*, que encerra muitos papeis (de 1820 a 1825) que dizem respeito ao Brasil. É publicação auctorizada pela Camara dos Deputados. O vol. é *in*. 8.° gr. e tem 996 pp. O 2.° que é o que mais lhe deve interessar, ignora si já foi publicado.

(*) No Catalogo de Quaritch n.° 362, sob n.° 28.603 accusa-se a 5.ª parte dos *Nuovi Avisii*, impressa em Brescia em 1579, *in*-18.°. Desejava saber si nella contém cartas do Brasil e peço-lhe o faxor de examinal-a. Os bibliographos não a descrevem, nem mesmo a vejo citada em Carayon, Bibl. Hist. &.

Tambem peço-lhe o favor de examinar as *Annuae littera Societatis Jesus* (Carayon n.° 14 e seg.ᵗˢ), cuja publicação começa em 1583, proseguiu sem interrupção até 1618; depois continuou novamente de 1550 a 1654. No volume publicado em 1658 (n.° 44 de Carayon) ha indice das cartas dos outros volumes.

Pelo Leclerc não se poderá saber do destino do exemplar do Ivo d'Evreux vendido por Maisonneuve? (**).

(*) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Pedir nota".

(**) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Avisei. Pedir".

Não se poderá tambem saber onde param as *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus desde* 1580 *até* 1588?

(É o n.º 274 da *Bibliotheca Americana* de Leclerc, publ. por Maisonneuve em 1867).

Pela correspondencia registada remetti-lhe a memoria de Deiró e o 1.º n.º dos *Materiaes e achegas* e a copia do mappa estatistico que acompanha o relatorio da Marinha de 1828 (*).

Será possivel obter uma lista com as indicações precisas das Cartas do Brasil que estão no *Depart. de la Marine* feitas no seculo XVI?

Beijando-lhe as mãos pelos muitos favores recebidos, principalmente pela esplendida copia dos *Diversi avisii,* aqui continuo sempre as suas ordens.

seu att.º ven.or e criado obg.º

Valle Cabral

Rio, 4 de setembro, 86.

P. S. Penso que o Picot em Paris deve ter collecção mais ou menos completa do *Jornal do Commercio* e sendo assim, talvez possa obter por emprestimo os annos que desejar. Em carta remetti-lhe as indicações, relativas ao artigo de Mariath publ. no *Correio Mercantil* (**).

Cartas de Vale Cabral ao Sr. Dr. João de Saldanha da Gama.

Ilm.º Snr.

A epigraphia é de grande importancia para a historia e como se tem visto nos ultimos tempos ella tem dado tantos e inesperados resultados; infelizmente a nossa é quasi totalmente desconhecida e o que é ainda mais triste, os monumentos vão pouco a pouco desapparecendo e com elles as inscripções que o commentavam. Muitas dellas são destruidas porque se lhes desconhecem o valor destes materiaes da nossa historia.

É pois chegada a ocasião de irmos recolhendo o que temos em materia de epigraphia, começando pelas provincias da Bahia e Pernambuco que como se sabe são as mais antigas povoadas e as que devem possuir portanto maior riqueza.

(*) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Recebido".

(**) Nota do Barão do Rio Branco no original: "Recebi".

Assim, si se julgar conveniente a realisação desta idéia, propõe-se o chefe da Secção dos Mss. da Bibl. Nac. ir às duas referidas provincias para fazer estas investigações. O praso de seis mezes é suficiente e não soffrerá o serviço publico da secção, porque o Official respectivo é pessoa idonea; acrescendo mais que não haverá augmento de despesa, porque o chefe da Secção dispensa qualquer gratificação extraordinaria.

Já um dos bibliothecarios, Fr. Camillo de Monserrate, em 1855, tentou reunir a epigraphia brasileira na Bibliotheca Nacional; e officiou neste sentido o Exm.º Snr. Ministro do Imperio, então o Cons.º Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois Visconde de Bom Retiro, que applaudindo a idéa do sabio bibiliothecario, expediu ordens aos Presidentes das provincias para que obtivessem colleções epigraphicas para a Bibliotheca e ao Director das Obras Publicas da Côrte para que tivesse o maior cuidado na reparação de monumentos, afim de se não destruirem as inscripções que porventura nelles estivessem gravadas, como se vê do Aviso de 31 de Dezembro do referido anno. Infelizmente o resultado então obtido foi infructifero; mui poucas inscripções vieram ter à Bibliotheca e essas mesmas incompletas.

Rio de Janeiro, 8 de Fevereiro de 1887.

Alfredo do Valle Cabral
Chefe da Secção de Manuscriptos

Ilm.º Snr.

Tenho a honra de participar a V.ª S.ª que cheguei a esta cidade a 7 do corrente, às 6 horas da manhã, dando começo nesse mesmo dia aos trabalhos da commissão que por V.ª S.ª me foi encarregada.

De passagem na cidade da Victoria, visitei a antiga egreja dos jesuitas a egreja matriz de N. S. da Victoria e o Convento e egreja de S. Francisco, onde recolhi seis inscripções sepulchraes.

Na Bahia tive occasião de deparar com a inscrição em pedra do forte de Itapagipe, quasi em risco de ser destruida, pois de presente acha-se o referido forte em demolição e a pedra epigraphica já estava juncto às ruinas feitas pela alavanca. Tomei então providencias para que não a inutilizassem.

Em Maceió, tambem de passagem, pude colher algumas inscripções; e visitando a egreja matriz de N. S. dos Prazeres egual-

mente recolhi o epitaphio do bispo de Pernambuco D. Manuel do Rego Medeiros.

Aqui, tenho visitado as egrejas e diversos estabelecimentos publicos; e tanto de umas como de outros vou recolhendo inscripções, algumas d'ellas interessantes. Hontem visitei alguns dos conventos e egrejas de Olinda, onde se deparam importantes inscripções lapidares.

Por toda a parte vou encontrando a maior facilidade nas investigações e o melhor acolhimento.

As dez apresentei-me ao Exm.º Snr. Presidente de provincia; declarou-me estar prompto a auxiliar-me nas investigações, facultando-me transportes e mesmo recommendações para os logares onde eu desejasse ir.

O Snr. A. Ducasble, photographo muito distincto estabelecido nesta cidade, offereceu-se graciosamente para mandar photographar as pedras lapidares que fossem julgadas convenientes. Antecipadamente o agradeci tão valioso concurso que nos vai prestar.

Ilm.º Srn. Dr. João de Saldanha da Gama, Digmo. Bibliothecario da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

Recife, 23 de Março de 1887.

A. do Valle Cabral,
Em commissão da Bibliotheca Nacional

Ilm.º Snr.

Participo a V.ª S.ª que já me acho nesta cidade, onde cheguei a 6 do corrente ás 3 ½ horas da tarde. Deixei a capital de Pernambuco a 10 do mez passado e passando a estudar a epigraphia em Maceió (onde na ida já havia copiado algumas inscripções), Penedo, Villa Nova, Propriá, Pão d'Assucar, Paulo Affonso, Aracajú e S. Christovão, antiga capital de Sergipe, recolhi materiaes interessantes. Em Paulo Affonso tomei a inscripção em bronze da visita de Sua Magestade o Imperador á cachoeira em 1857.

Em Pernambuco percorri todos os logares onde se podiam deparar inscripções e colhi em quasi todos elles muitos e preciosos materiaes, como verá V.ª S.ª em occasião opportuna. Assim, além da capital e seus arredores, incluindo Olinda, colligi inscripções de todo o genero em Prazeres, Boa Viagem, Cabo de Santo Agos-

tinho, Escada, Colonia, Garanhuns, Tamandaré, Serinhaem, Ipojuca, Nazareth do Cabo, Jaboatão, Victoria, S. João dos Pombos, Goyana, Maranguape, Iguarassú e Itamaracá.

Fui a Fernando de Noronha e visitei todas as suas fortalezas; a inscripção que existia na de S. José acha-se actualmente depositada no Instituto Archeologico Pernambucano.

De Goyana passei á provincia da Parahyba por terra e visitei a villa do Pilar e a capital, onde recolhi excellentes inscripções sepulcraes.

No convento de S. Francisco de Serinhaem obtive fragmento de pedra sepulcral com inscripção para o Instituto Archeologico; outra pedra foi por essa occasião offerecida pelo vigario da respectiva freguezia ao mesmo Instituto; é a da fundação (1621) e reedificação (1770?) da antiga egreja matriz, hoje em ruinas, trazendo inscripções nas duas faces. Tambem em Goyana consegui duas pedras para o referido Instituto; uma sepulcral, de 1694, com brazões em baixo relevo da familia Almeida Lacerda e outra, as armas da Ordem 3.ª do Carmo daquela cidade, armas bem talhadas que foram do arco do cruseiro da egreja; ambas estavam abandonadas.

No Instituto Archeologico encontram-se pedras com inscripções muito interessantes e merecendo serem photographadas encarregou-se o Snr. A. Ducasble desse importante serviço, que entretanto não poude ser realisado por occasião da minha estada naquella cidade.

Por ora devemos ao mesmo Snr. Ducasble as seguinte photographias:

da bella inscripção da egreja dos Prazeres, mandada gravar pelo general Francisco Barreto em 1656 para comemorar as duas famosas batalhas alcançadas pelos Portuguezes nos montes Guararapes em 1648 e 1649 e a expulsão dos Hollandezes do Brasil em 1654;

da inscripção lapidar (1749) da ponte do Varadouro em Olinda, com as armas da mesma cidade;

das duas faces do admiravel marco de Iguarassú, o primeiro plantado no Brasil depois do descobrimento, em 1503, segundo se diz;

da pedra sepulcral do governador Sousa Coutinho fallecido em 1674 e enterrado na Casa do Oratorio de Santo Amaro.

Outras inscripções, porém serão em breve photographadas pelo distincto e prestimoso artista, que com o seu concurso nos presta valioso serviço.

O Snr. Antonio Vera Cruz offereceu-se egualmente para auxiliar-me com o seu habilissimo lapis. E muitas inscripções e brazões em pedra que não podem ser photographadas serão por elle desenhados com aquella fidelidade e esmero que se lhe admira. Ao deixar Pernambuco já tinha executado dois desenhos, sendo um admiravel, o da figura hollandeza em pedra da rua do Bom Jesus, antiga da Cruz. O mesmo Snr. Vera Cruz ficou ainda de gravar em pedra não só a referida figura como mais duas interessantes pedras sepulcraes com inscripções e brazões dos XVII e XVIII seculos, da Sé de Olinda. Devemos tambem ao insigne artista esplendida cópia do desenho original do marco de Iguarassú feito pelo Snr. Victor Meirelles, que o offereceu ao Snr. José de Vasconcellos.

O Exm.º Snr. Presidente de Pernambuco, por quem sempre fui muito bem recebido, deu-me expontaneamente passagens na Estrada de Ferro do Recife a S. Francisco e na Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor. Dellas utilisei-me algumas vezes na Estrada de Ferro e quatro na Companhia Pernambucana, pagando eu as respectivas commedorias, excepto uma vez, na minha volta da Pahayba ao Recife.

Os Snrs. Major Codeceira, Francisco Augusto Pereira da Costa, José de Vasconcellos, Francisco Justiniano de Castro Rebello, Frederico Olympio Loup e José Victorino de Paiva Filho, do Recife, e Dr. Regueira Costa, de Olinda, prestaram-me excellentes serviços para o bom desempenho da commissão.

Em Pernambuco pois fiz todas as investigações possiveis e me é grato dizer que colligi muitos materiaes preciosos, como de tudo terei occasião de escrever mais largo na memoria que hei de apresentar a V.ª S.ª dando conta da comissão de que ainda me acho encarregado.

A minha demora naquella provincia não foi excessiva á vista de tantos e tão distantes logares que visitei, indo a Noronha e a Parahyba e na volta a Alagoas e Sergipe. Senti porém não ter podido ir á antiga cidade das Alagoas, onde existem egrejas e um convento franciscano; disseram-me em Maceió que alli havia alguma cousa a estudar. Como vê V.ª S.ª, em todas estas excursões gastei quasi quatro mezes, pois cheguei a Pernambuco a 7 de Março e a esta cidade na data que ora tenho a honra de communicar.

A 8 apresentei-me ao Exm.º Snr. Presidente desta provincia; declarou-me que o Snr. João de Brito havia recolhido 61 inscrip-

O Snr. Antonio Vera Cruz offereceu-se egualmente para auxiliar-me com o seu habilissimo lapis. E muitas inscripções e brazões em pedra que não podem ser photographadas serão por elle desenhados com aquella fidelidade e esmero que se lhe admira. Ao deixar Pernambuco já tinha executado dois desenhos, sendo um admiravel, o da figura hollandeza em pedra da rua do Bom Jesus, antiga da Cruz. O mesmo Snr. Vera Cruz ficou ainda de gravar em pedra não só a referida figura como mais duas interessantes pedras sepulcraes com inscripções e brazões dos XVII e XVIII seculos, da Sé de Olinda. Devemos tambem ao insigne artista esplendida cópia do desenho original do marco de Iguarassú feito pelo Snr. Victor Meirelles, que o offereceu ao Snr. José de Vasconcellos.

O Exm.º Snr. Presidente de Pernambuco, por quem sempre fui muito bem recebido, deu-me expontaneamente passagens na Estrada de Ferro do Recife a S. Francisco e na Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor. Dellas utilisei-me algumas vezes na Estrada de Ferro e quatro na Companhia Pernambucana, pagando eu as respectivas commedorias, excepto uma vez, na minha volta da Pahayba ao Recife.

Os Snrs. Major Codeceira, Francisco Augusto Pereira da Costa, José de Vasconcellos, Francisco Justiniano de Castro Rebello, Frederico Olympio Loup e José Victorino de Paiva Filho, do Recife, e Dr. Regueira Costa, de Olinda, prestaram-me excellentes serviços para o bom desempenho da commissão.

Em Pernambuco pois fiz todas as investigações possiveis e me é grato dizer que colligi muitos materiaes preciosos, como de tudo terei occasião de escrever mais largo na memoria que hei de apresentar a V.ª S.ª dando conta da comissão de que ainda me acho encarregado.

A minha demora naquella provincia não foi excessiva á vista de tantos e tão distantes logares que visitei, indo a Noronha e a Parahyba e na volta a Alagoas e Sergipe. Senti porém não ter podido ir á antiga cidade das Alagoas, onde existem egrejas e um convento franciscano; disseram-me em Maceió que alli havia alguma cousa a estudar. Como vê V.ª S.ª, em todas estas excursões gastei quasi quatro mezes, pois cheguei a Pernambuco a 7 de Março e a esta cidade na data que ora tenho a honra de communicar.

A 8 apresentei-me ao Exm.º Snr. Presidente desta provincia; declarou-me que o Snr. João de Brito havia recolhido 61 inscrip-

ções nesta cidade, inscripções que por minha vez terei de copial-as, como devo, apesar das cópias extrahidas pelo referido Snr. Brito.

De um livro de tombo dos edificios publicos e fortalezas da Bahia organisado em 1772, do qual possue cópia a Bibliotheca Nacional e o original ainda aqui existe na Thesouraria da Fazenda, extrahi todas as indicações de inscripções antigas que nelle se acham e de muito me servirão para orientar o estudo da epigraphia nesta provincia.

Aqui ha muito trabalho a executar; vejo porém que o tempo que me resta é de certo muito pouco para estudar a epigraphia em cidade tão antiga e grande como é a Bahia. Ainda mais: em S. Francisco de Paraguassú, Cachoeira, S. Gonçalo dos Campos e Nazareth existem inscripções lapidares, como se vê nas *Memorias da viagem de SS. MM. II.* ao Norte em 1857, tomo I. Na villa de S. Francisco, onde se ergue antigo convento dessa Ordem, em Santo Amaro e Valença é tambem possivel que se deparem inscripções e convinha não perder a occasião para archivarmos quanto antes este genero de documentos historicos que tanto por elles V.ª S.ª se tem interessado. No convento de S. Francisco de Paraguassú, como dizem as alludidas *Memorias* (pag. 143) existe, entre outras, a sepultura de D.ª Brites da Rocha Pitta, filha do auctor da *America Portugueza*, com inscripção em rica pedra. Na fortaleza do Morro de S. Paulo ha inscripção de 1730, governo do Conde de Sabugosa, como sei do accusado livro do tombo da Bahia de 1772.

Agora accresce outra circunstancia que veiu diminuir mais o curto tempo da minha commissão nesta provincia. No dia 8 á noite descendo eu um dos lances de longa escada, chapeado de ferro, na cidade baixa, ia sendo victima da quéda e para evital-a amparei o corpo com o pé direito, mas magoando o calcanhar, que ficou bastantemente dorido e de tal modo que não pude mais andar. Sem ter todavia o incidente outra circunstancia e maior novidade, ainda hoje me acho impossibilitado de dar um passo e muito menos calçar-me. Por isso a bem pesar meu, ainda não pude começar o trabalho nesta provincia.

Em Pernambuco não me descuidei de visitar os archivos e bibliothecas, tomando indicações dos documentos mais notaveis que examinei. Na Bahia espero fazer eguaes investigações. Em Serinhaem copiei do livro do tombo da freguezia uma pequena memoria historica sobre a mesma villa, escripta pelo vigario João

José Saldanha Marinho pouco antes de 1824; esta cópia foi feita para a Bibliotheca Nacional e de Pernambuco a remetti a V.ª S.ª.

Illm.º Snr. Dr. João de Saldanha da Gama, muito Digno Bibliothecario da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

Bahia, 13 de Julho de 1887.

Alfredo do Valle Cabral,
Em commissão da Bibliotheca Nacional

PASSIVA

I

87 Rua da Floresta — Catumby — 6/11. 1880.

Ilm.º Sr. A. de Valle Cabral

Não vendo com certeza quando me será possivel de ver V.ª S.ª na bibliotheca mesma, prefiro mandar-lhe n'uma carta as actas desejadas sobre manuscriptos da Bibliotheca Real de Berlim tratando a lingua tupi-Guarani e seus dialectos.

in folio

I — nro. 23.6 (da colecção de Guigl. de Humboldt). Breve noticia del arte y arteficio de la lengua guarani, composta e escrita da mão de Don Francisco Segal. Trata o dialecto do Sul. Cf. Guigl. de Humboldt, Kawi-Spr. Vol. 2, p. 40 nota.

II — nro. 24 Hervas, elementi gramatticali della lingua Guarani. f. I-III p. 1-75.

A arte p. 1-60 está escrita em italiano, as notas p. 61-75 em espanhol. Ha tambem notas da propria mão de Guigl. de Humboldt.

III — nro. 32 Dicionario Brasiliano e Portugues, escrito para G. de Humboldt por outra mão, augmentado por notas da mão de G. de Humboldt.

IV — nro. 58 fol. 29-36. Vocabulario Espanhol-Guarani.

V — nro. 59 palavras do Guarani do Sul, por Guigl. de Humboldt; manuscripto compilado: *a*) de uma gramatica de Hervas f. 1-24; *b*) da grammatica de Segal. f. 23-34.

VI — nro. 86. Grammatica da lingua Omagua em Habano. 7.

Quarto

VII — nro. S.a. Vocabularios das linguas-Sule, Guarani, Caraib, Quichua.

VIII — nro. 16 e Grammatica da lingua Omagua.
IX — nro. 19 Gramm. da lingua Guarani, segundo Hervas e Segal.
X — nro. 31 fol. 195-213 Gram. da l. Omagua.
i) Vocabulario Guarani f. 297-328.
XI — nro. 34 a Gramm. da l. Guarani por Francisco Segal, em espanhol.

Ha na bibliotheca Nacional de Paris um fasciculo manuscrito, contendo entre outros tractados linguisticos, bem sobre o dialecto (guarani) dos *Chiriguanos* da Bolivia. Não posso adiar minhas notas feitas sobre manuscriptos de Paris; mas lembro que em muito não vale muito.

Serei satisfeito se deixar notas V. S.ª pode *ainda acrescentar* o catalogo que tencionar publicar; sobre outras linguas do Brasil na America Meridional, tendo *muitissimas notas* lavradas de Manuscritos de Berlim e de Paris, as quais sempre serão a disposição da V.ª S.ª

De. V.ª S.ª
o sincero amigo e cr.º e ob.º
De K. Henning.

II

Rio 14 julho 82

Ilm.º Am.º Snr. Cabral

Na pag. 219 do Tomo VIII dos Annais na etmologia de Pernambuco escapou um erro, naturalmente devido à minha má calligraphia, trocando-se *C* ou *K* por *V*. La vem Paranamburú, e em seguida na explicação vem purú = mburú em vez de *pucu* = = *subucú* que é o que significa "comprido". O vocabulo *pucu* tem significado muito diferente.

Tenho vontade de trabalhar, mas esta minha maldita enfermidade me aniquila physica e moralmente, e não posso fazer nada.

Peço-lhe que apresente as minhas saudações aos nossos amigos, especialmente ao Abreu e Dr. Teixeira de Mello e aqui está o

Seu venerado amigo cr.º
Baptista Caetano.

III

Sumidouro da Nova-Friburgo, le 28 Mars 1883

Monsieur,

Absent de Rio de Janeiro depuis le mois de décembre, je n'ai pu vous offris personnellement un exemplaire de la traduction de Contes Indiens, de M.r Couto de Magalhães, qui vient de paraître le mois dernier. J'ai recommandé à un ami, qui a bien voulu se charger dessins de la publication, de vous les faire parvenir, mais, comme je ne sais encore s'il a suivi mes instructions, je prends la liberté de vous adresser d'ici ce petit ouvrage. Permettez, moi de vous l'offrir, non pour son mérite, qui revient tout entier à un de vos compatriotes, mais comme un témoignage de remercîment pour l'extreme obligeance que vous m'avez toujours montrée dans mes recherches à la Bibliothèque, obligeance à l'aquelle j'ai fait allusion dans la première note de l'avertissement. J'ai été heureux aussi d'avoir l'occasion de citer votre excellente *Bibliographia,* dont l'abilité est inapperiable pour toutes les études sur la *lingoa geral.*

Si vos studieuses ocupations vous le permettent Mousieur, ja serai très flatté de connaître votre appréciation sur les notes de cette traduction, que j'ai tâché de faire les plus concises et les plus exactes qu'il m'a été possible.

Veuillez agrier, Monsieur
l'expression de la considération avec laquelle j'ai l'honneur d'être,

Votre très humble serviteur
Emile Allain.

Sumidouro da Nova-Friburgo

IV

Collega e amigo:

O portador vai buscar fasciculos dos Annaes, que me faltão, bem como a *Vida de Frei Camillo.*

Agradeça por mim ainda uma vez ao Ilm.º Sr. Diretor.

Queira dizer ao erudito Dr. Valle Cabral, q̃ eu posso tirarlhe as duvidas da pag. 15 da Bibliographia da Lingua Tupy.

A Assembleia Provincial do Maranhão, d'onde Faria era t.º, votou uns 300$, porem o Pres.ᵉ não deo essa verba.

Esse dicionario deve estar hoje em mãos do Sr. Euclides Faria, sobr.º d'este, no Pará.

Faria já morreo, bem velho,

Desejo-lhe saude o
Seu amigo

e cr.º m.ᵗᵒ obr.º
Dr. Cesar Muniz.

9 de agosto 88

V

Meu caro Cabral,

Tenho recebido os jornaes regularmente e hontem chegaram-me às mãos os francezes até 18 de janeiro. Ainda não sei se são estes os que vieram no Atvato ou no Congo, porque até agora não me veio às mãos o correio de hoje.

Mande-me mais cigarros pelo correio de terça feira, si for possivel (quero dizer p.ª chegarem aqui 3.ª).

Neura tem ido regularmente, assim como o menino. Eu não sei ainda até que dia ficarei, depende de uma carta de Berquo, avisando-me para ir á Congregação do Pedro II, que até agora não veio. É provavel que a congregação seja no dia 15, o que importa ida a 14.

Adeus.

Lembranças a Francellino. Bien à vous. Ab.

Randade 10 Fev. 889.

Si vir o Berquo ou outro professor do Pedro II, pergunte-lhes o dia e avise-me. Si houver apenas intervalo de um dia, telegraphe.

VI

Amigo Valle Cabral

Peço-lhe o obsequio de me dar uma palavra amanhã, na Policlínica, às 11 e 1/2 horas da manhã ou um pouco depois.

Por este favor lhe ficará muito grato o

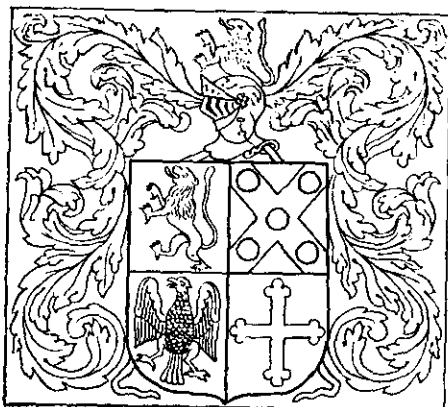
Seu amigo velho e agradecido
Silva Araujo.

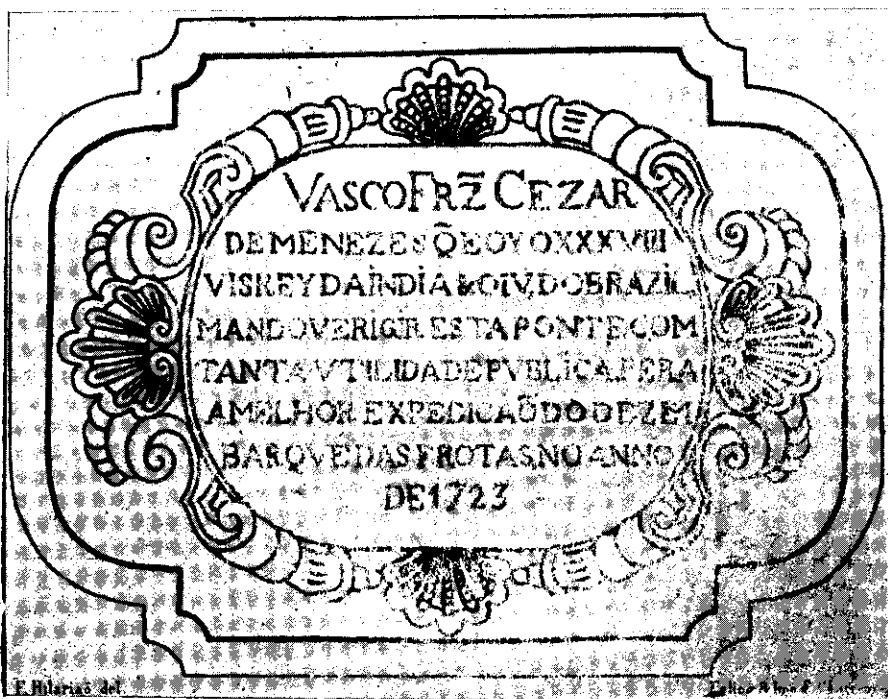
4 de julho de 1889.

ÍNDICE DE INSCRIÇÕES LAPIDARES

O MESTRE DE CAMPO GENERAL DO ESTADO DO BRAZIL FRANCISCO BAR
RETO MANDOV EM ACCÃO DE GRAÇAS EDEFICAR ASVA CVSTA ESTA
CAPELA A VIRGEM SENHORA NOSSA DOS PRAZERES COM CVIO FAV
OR ALCANCOV NESTE LVGAR ASDVAS MEMORAVEIS VICTORIAS
CONTRA O INEMIGO OLANDES A PRIMEIRA EM [illegible] DE ABRIL DE [illegible] EM
DOMINGO DA PASCHOELLA VESPORA DA DITTA SENHORA A SEGV
NDA EM [illegible] DE FEVEREIRO DE [illegible] EM HVA SESTA FEIRA E VLTIMAME
NTE EM 27 DE IANEIRO DE [illegible] GANHOV O RECIFE E TODAS AS MAIS
PRASSAS QVE O INEMIGO PESVIO [illegible] ANNOS

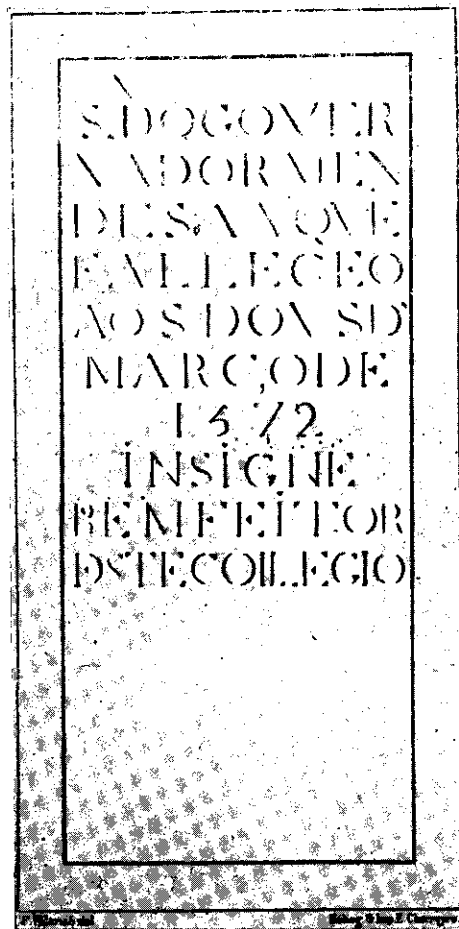
Fotografia da pedra da igreja dos Prazeres, Pernambuco, 1656

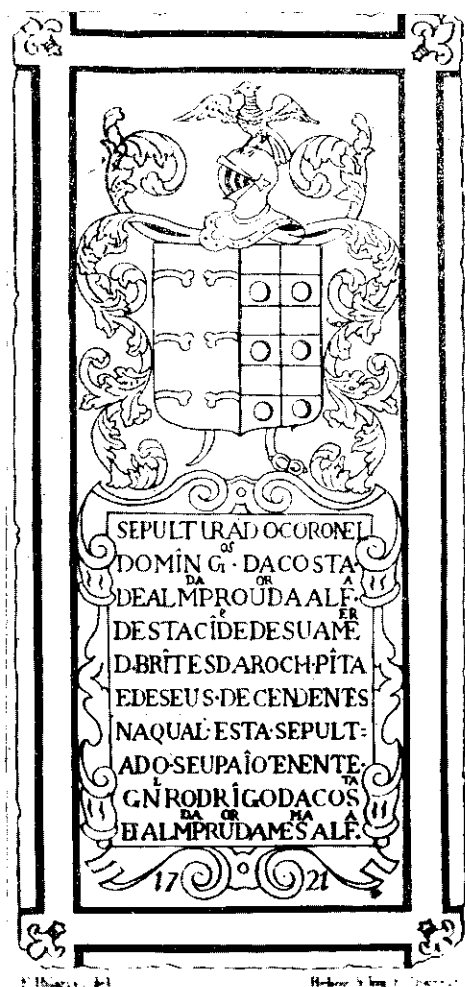
Fotografia do padre Alexandre de Gusmão, 1724

HIC IACET
FRANCISCVS GIL DE ARAHVIO
PRÆFECTVRÆ SPV S SANCTI
DOMINI E GVBERNATOR
CONDITOR MAGNIFIC E PATRON SINGVLARIS
HVIVS MAIORIS SACELLI,
QVOD
SANCTISS.º IESV NOMINI EREXIT IN TITVLUM
IPSI SOCIETI CONSTRVXIT IN MONVMENTV
SIBI O AC POSTERIS SVIS POSVIT IN SEPVLCHRV,
OBIIT
ANNO DOMNI MDCLXXXV DCEMB.

Francisco Gil de Araújo. Col. Jesuitas, 1685.

Vasco Fernandes César de Menezes na Alfândega velha da Bahia, 1723

Antônio Guedes de Brito. Col. Jesuítas. 1733

Francisco Lamberto. Igreja de Santa Teresa, Bahia, 1704

D. Luiz Álvares de Figueiredo. Sé da Bahia, 1665

Mem de Sá. Col. Jesuitas, 1572

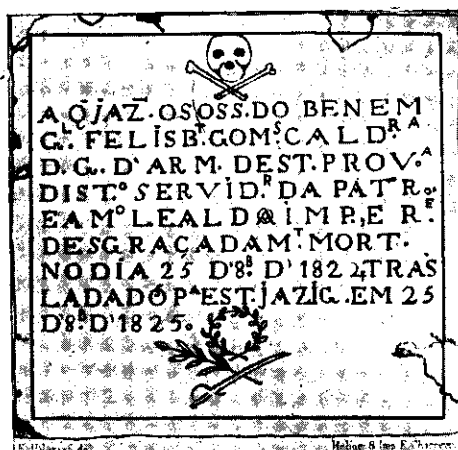
D. Brites da Rocha Pita. Convento de São Francisco de Paraguaçu. 1778

Domingos da Costa de Almeida. Igreja de Santa Teresa, 1721

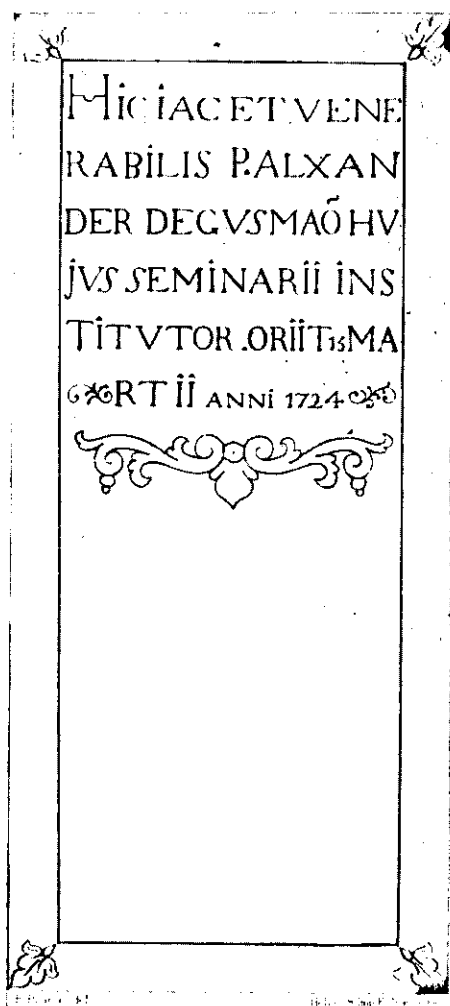
Dor. Sebastião do Vale Pontes, 1736.
Sé da Bahia

D. Estevão dos Santos, 1672. *Sé da Bahia*

D. Sebastião Monteiro da Vide, 1722

Coronel Antônio de Aragão de Menezes. Sem **data**. *Igreja de Belém, Bahia*

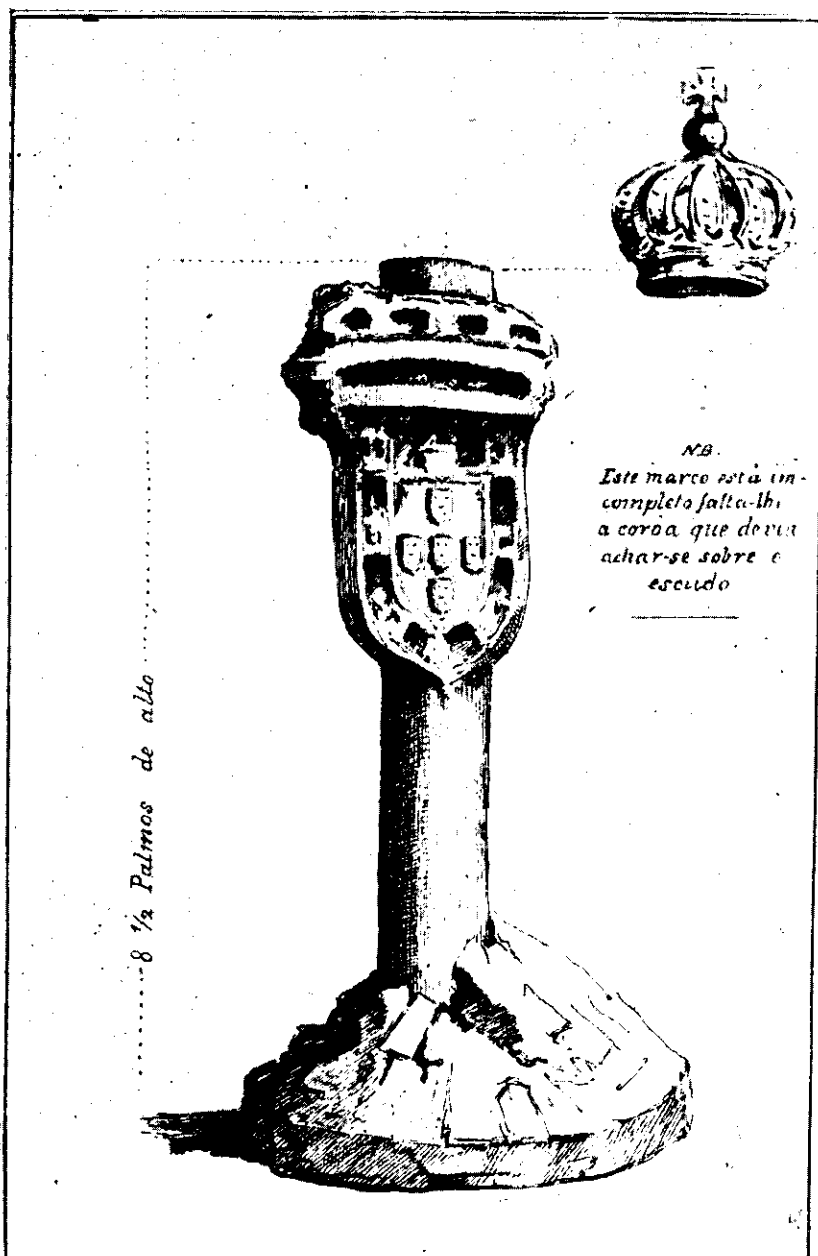
Manuel Pereira Pinto, 1681. *Col. Jesuítas*

Coronel Felisberto Gomes Caldeira, 1825.
Col. Jesuitas, Bahia

Bernardino José Cavalcanti de Albuquerque,
1813. *Igreja de Santa Teresa, Bahia*

Padre Alexandre de Gusmão, 1724. Igreja de Belém

D. Fr. José de Santa Escolástica, 1814.
Mosteiro de São Bento, Bahia

Armas da cidade da Bahia

Armas, sem inscrição. Convento do Carmo, Bahia

D. Fr. Manuel de Santa Inês, 1771.
Igreja de Santa Teresa

A. Vera Cruz. 1887. Pern.co
(Trabalho á penna)

Segundo um desenho a lapis do
Sr. Victor Meirelles.

Marco que existe em Iguarassú _ a 200 passos de distancia *(pouco mais ou menos)* do rio, - tendo a frente voltada para a berra, não distinguindo-se [illegible] de inscripção.

Marco de Iguaraçu, Pernambuco

BIBLIOGRAFIA

I — O peregrino da América.

(*In* Diário do Rio de Janeiro, 20/março/1873).

(*In* A Reforma, 20/março/1873).

Nota retificando a opinião do visconde de Pôrto Seguro de que só havia de "O peregrino da América", de Nuno Marques Pereira, uma edição, de 1760, e esclarecendo a existência de outras duas edições.

II — O peregrino da América.

(*In* Diário do Rio de Janeiro, 1.°/fevereiro/1874).

(*In* A Reforma, 1.°/fevereiro/1874).

Nota informando ter recebido, por intermédio de carta do Sr. Manuel José Pereira de Siqueira, que segue transcrita, a afirmação de que havia quatro edições da obra de Nuno Marques Pereira, "O peregrino da América".

III — Nota sôbre o achado, na Biblioteca Nacional, da tradução francesa da obra de Pierre Moreau, "Histoire des derniers troubles du Brésil" feita em Paris, em 1651.

(*In* "O Globo", 19/setembro/1874).

IV — O peregrino da América.

(*In* Diário do Rio de Janeiro, 31/outubro/1874).

Nota informando ter encontrado, na coleção de João Antônio Alves de Carvalho, uma quinta edição da obra de Nuno Marques Pereira, "O peregrino da América".

V — Investigações. Língua tupi — Betendorf e Mamiani.

(*In* O Globo, 1.°/março/1875).

Noticia o achado, na Biblioteca Nacional, de duas obras: "Compêndio da doutrina cristã na língua portuguesa", da autoria do padre João Filipe Betendorf e "Arte da gramática da língua brasílica da nação kiriri," do padre Luis Vincencio Mamiani.

VI — Bibliographia brazilica. (Estudos).

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. I (1876), p. 344-354).

Estuda as obras raras: "Sucesso della guerra de portugueses levantados em Pernambuco contra Olandeses..." (1646) e "Os Orizes conquistados" (1716).

VII — Galeria dos bibliothecarios da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. 1822-1870.

(*In* Anais da Bibliotheca Nacional, vol. I (1876), p. 158-160). [Incompleto].

VIII — Necrológio de Francisco Inocêncio da Silva.

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. I (1876), p. 161-178).

IX — Noticia das obras manuscriptas e ineditas relativas à viagem philosophica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas capitanias do Grão-Pará, Rio-Negro, Matto-Grosso e Cuyabá (1783-92), por Alfredo do Valle Cabral.

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. I (1876), p. 103-129; 222-247; vol. II (1877), p. 192-198; vol. III (1877), p. 54-67; 324-354).

X — Relação dos mappas, chartas, planos, plantas e perspectivas geographicas, relativas à América Meridional, que se conservam na Secção de Manuscriptos da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, por Alfredo do Valle Cabral.

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. I (1876), p. 321-334).

XI — Satyras ineditas de T. Pinto Brandão. Gusmão, o Voador, ridicularizado.

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. I (1876), p. 190-198).

Comentário de Vale Cabral ao códice pertencente ao acêrvo da Biblioteca Nacional intitulado: "Obras varias de Thomaz Pinto Brandão".

XII — Um novo glossario brazilico.

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. I (1876), p. 179-184).

Nota sôbre o "Glossario Brazilico" que Vale Cabral preparara tendo como base as obras inéditas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

XIII — Etymologias brazilicas. [Por Baptista Caetano de Almeida Nogueira e Alfredo do Vale Cabral].

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. II (1877), p. 201-204; 404-406; vol. VIII (1881), p. 215-219).

Estuda a ortografia e etimologia das palavras *Niteroi* e *Pernambuco*. Valle Cabral reuniu as diversas opiniões sôbre estas duas palavras e Baptista Caetano redige ao final uma nota crítica sôbre as várias interpretações e a que considera verdadeira.

XIV — Introdução de Valle Cabral à transcrição do códice original de Luis d'Alincourt intitulado: "Rezultado dos traba-

lhos e indagações statisticas da Provincia de Matto Grosso", contendo resumo *biográfico* e *bibliográfico* do autor do *manuscrito.*

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. III (1877), fasc. 1, p. 68-78).

XV — A arte de Figueira.

(*In* Jornal do Comércio, 15/7/1878).

XVI — Catálogo dos manuscriptos da Biblioteca Nacional. Parte primeira: manuscriptos relativos ao Brasil.

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. IV (1878); vol. V (1878); vol. X (1883); vol. XV (1892); vol. XVIII (1897); vol. XXIII (1904).

J. A. Teixeira de Melo, chefe da Secção de manuscritos e Alfredo do Valle Cabral, encarregado do catálogo da Secção, prepararam os dois primeiros volumes (vols. IV e V). O terceiro (vol. X), foi organizado inteiramente por Valle Cabral e os demais (XV, XVIII e XXIII) por A. J. do Paço, que substituiu Valle Cabral na direção da Secção de Manuscritos.

XVII — Cartas bibliographicas. [Dirigidas a João de Cerqueira Mendes].

(*In* Revista Brasileira, t. I (1879), p. 410-418; 595-606; t. III (1880), p. 84-97).

XVIII — Bibliographia Camoneana. Resenha Chronologica das edições das obras de Luiz de Camões e de suas traducções impressas, tanto umas como outras, em separado. Rio de Janeiro, Typ. da Gazeta de Noticias, 1880. 53 p.

XIX — Bibliographia da lingua tupi ou guarani tambem chamada geral do Brazil, por Alfredo do Valle Cabral. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1880. 78 p.

(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. VIII (1881), páginas 143-214).

XX — Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822, por Alfredo do Valle Cabral. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1881. 339 p. est.

XXI — Obras poeticas de Gregorio de Mattos, publicadas por Alfredo do Valle Cabral. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1881.

Publicadas em fascículos.

XXII — Vida e escriptos de José da Silva Lisboa, visconde de Cayru, por Alfredo do Valle Cabral. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1881. 78 p.

(*In* Revista Brasileira, t. 9 (1881), p. 235-250; t. 10 (1881), p. 151-164; 274-287; 398-418).

XXIII — Guia do viajante do Rio de Janeiro, accompanhado da planta da cidade, de uma carta das estradas de ferro do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo e de uma vista dos Dois Irmãos. Rio de Janeiro, Typ. da Gazeta de Noticias, 1882, 495 p.

XXIV — Achegas ao estudo do Folklore brazileiro. [Incompleto].
(*In* Gazeta Literária, t. 1 (1883-84), p. 345-352).
M.S. critica estas Achegas em suas "Notas ao Folklore brasileiro do Sr. Valle Cabral".
(*In* Gazeta Literária, t. 1 (1883-84), p. 400-401).

XXV — Canções populares da Bahia.
(*In* Gazeta Literária, t. 1 (1883-84), p. 217-218; 257-259; 315-318; 417-422).

XXVI — Diccionario Bibliographico Brazileiro.
(*In* Gazeta Literária, t. 1 (1883-84), p. 50-52; 273-280).
Critica a Sacramento Blake.

XXVII — A geographia municipal do Imperio.
(*In* Gazeta Literária, t. 1 (1883-84), p. 308-309).
Pequena nota sôbre o inquérito geográfico promovido pela Biblioteca Nacional em 1881.

XXVIII — Sessenta annos de jornalismo. A Imprensa no Maranhão, por Ignotus. (Joaquim Maria Serra Sobrinho). [Rio, Faro & Lino, 1883].
(*In* Gazeta Literária, t. 1 (1883-84), p. 9-12).

XXIX — Catálogo da exposição permanente dos cimélios da Biblioteca Nacional, publicado sob a direção do bibliotecário João Saldanha da Gama. Secção de Manuscritos, por Alfredo do Valle Cabral.
(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. XI (1885), páginas 455-552).

XXX — Esbôço histórico da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional até 1885.
(*In* Anais da Biblioteca Nacional, vol. XI (1885), páginas 457-469).

XXXI — Cartas do Brasil, do padre Manoel da Nóbrega (1549-1560). [Ed. por Valle Cabral]. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.

186 p. (Materiais e achêgas para a História e Geografia do Brasil, n.° 2, dezembro de 1886).

Publicadas, em 1931, pela Academia brasileira de letras, na série II — História, Cartas jesuíticas, I. 258 p.

XXXII — Cartas avulsas (1550-1568). [Ed. por Valle Cabral]. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

326 p. (Materiais e achêgos para a História e Geografia do Brasil, n.° 7-8, dezembro de 1887).

Ao alto do título: Cartas jesuíticas, III-IV.

Publicadas, em 1931, pela Academia brasileira de letras, na série II — História, Cartas jesuíticas, II. 519 p.

XXXIII — A geographia physica do Brasil, refundida. [Por Johann Eduard Wappaeus]. (Edição condensada). Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger & Filhos, 1884. 470 p.

Tradução de Alfredo do Valle Cabral e Capistrano de Abreu, que assinaram o prefácio.

INDICES

ANAIS DA IMPRENSA NACIONAL (1823/1831)

VALE CABRAL

ÍNDICE DE NOMES E DE ASSUNTOS

Os números referem-se à ordem de entrada dos documentos no catálogo.

SUPLEMENTO AOS ANAIS DA IMPRENSA NACIONAL (1808/1823)

VALE CABRAL

INDICE DE NOMES E DE ASSUNTOS

Os números referem-se à ordem de entrada dos documentos no catálogo

LISTA DOS MANUSCRITOS DE ANTÔNIO VIEIRA EXISTENTES NA BIBLIOTECA NACIONAL

INDICE DE NOMES E DE ASSUNTOS

Os números referem-se à ordem de entrada dos documentos no catálogo

SUPLEMENTO À LISTA DOS MANUSCRITOS DE ANTÔNIO VIEIRA EXISTENTES NA BIBLIOTECA NACIONAL

ÍNDICE DE NOMES E DE ASSUNTOS

Os números referem-se à ordem de entrada dos documentos no catálogo

QUESTÕES DE HISTÓRIA

ÍNDICE DE NOMES E ASSUNTOS

CORRESPONDÊNCIA ATIVA E PASSIVA DE ALFREDO DO VALE CABRAL

INDICE DE NOMES E ASSUNTOS